

ISSN 1414-7866 (versão impressa)  
ISSN 2448-3605 (versão on-line)

# Paraná Eleitoral

revista brasileira de  
direito eleitoral e  
ciência política

Organizadores:

Daniel Galuch Junior (TRE-PR)  
Márcia da Silva (UNICENTRO-PR)  
Cláudia Siqueira Baltar (UEL)  
Rogério Carlos Born (TRE-PR,  
UniDomBosco e Uninter)



QUALIS  
B2

**ATLAS ELEITORAL DO PARANÁ**  
**Eleições Presidenciais no Estado de 1945 a 1998**

**EDIÇÃO COMEMORATIVA**  
**DO JUBILEU DE NEVE -**  
**1955-2022 (67 ANOS)**

TRE-PR - ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL DO PARANÁ

Assistência de Publicações e Projetos de Aperfeiçoamento

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO OESTE DO PARANÁ (UNICENTRO-PR)

Programa de Pós-Graduação em Geografia - Unicentro





ISSN 1414-7866 (versão impressa)  
ISSN 2448-3605 (versão on-line)

# Paraná Eleitoral

revista brasileira de direito  
eleitoral e ciência política



Paraná Eleitoral: Revista Brasileira de Direito Eleitoral e Ciência Política.  
Tribunal Regional Eleitoral do Paraná. Núcleo de Pesquisa em Sociologia  
Política Brasileira; Núcleo de Investigações Constitucionais – UFPR –  
v. 11, n. 4 (2022) –. Curitiba: TRE, 2022.

Quadrimestral  
ISSN 1414-7866 (versão impressa)  
ISSN 2448-3605 (versão on-line)

Título Anterior: Paraná Eleitoral N.1 (1986) N.74 (2010)

1. Direito Eleitoral 2. Ciência Política  
I. Paraná. Tribunal Regional Eleitoral II. Núcleo de Pesquisa  
Sociologia Política Brasileira – UFPR

CDD 341.2805

# Paraná Eleitoral

revista brasileira de direito  
eleitoral e ciência política

ISSN 1414-7866 (versão impressa)  
ISSN 2448-3605 (versão on-line)

Paraná Eleitoral: revista brasileira de direito eleitoral e ciência política

ISSN 1414-7866 (versão impressa)

ISSN 2448-3605 (versão on-line)

Publicação quadrimestral (abril; agosto; dezembro)

A missão do periódico é estabelecer um contato efetivo entre a área de Ciência Política e de Direito Eleitoral, publicando a contribuição de cientistas políticos e juristas no campo eleitoral. Reformas institucionais e constitucionais, teoria e organização dos partidos políticos, demografia eleitoral, campanhas políticas, sistemas de votação, discussões jurídicas referentes à legislação eleitoral, direito político comparado, eleições legislativas e sociografia de elites políticas são alguns dos temas que Paraná Eleitoral trata, além de outros assuntos afins vinculados à temática e próprios tanto do direito eleitoral como da ciência política.

#### TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

Escola Judiciária Eleitoral do Paraná

Assistência de Publicações e Projetos de Aperfeiçoamento

Programa Justiça Eleitoral na Universidade

#### UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - UFPR

Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira – UFPR

Programa de Pós-Graduação Em Ciência Política – UFPR

#### UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE DO PARANÁ (UNICENTRO)

Departamento de Geografia – UNICENTRO – Guarapuava

Departamento de Geografia – UNICENTRO – Irati

Programa de Pós-Graduação em Geografia – UNICENTRO - Guarapuava

Presidente do TRE-PR e Diretor da EJE/PR:  
Desembargador Wellington Emanuel Coimbra de Moura

Vice-Presidente e Corregedor:  
Desembargador Fernando Wolff Bodziak

Diretor Executivo da EJE/PR:  
Juiz Thiago Paiva dos Santos

Coordenadora Executiva da EJE/PR:  
Bacharel Jillian Roberto Servat

Direção Geral:  
Valcyr Mombach

Editores:

Editor chefe: Professor Mestre Rogério Carlos Born –  
Direito, Ciência Política e Relações Internacionais (EJE/PR,  
UNIDOMBOSCO e UNINTER)

Editor honorário: Bacharel Fernando José dos Santos – Direito  
(TRE/PR)

Editor associado: Professor Doutor Adriano Codato – Ciência  
Política (UFPR)

Editora associada: Professora Doutora Marcia da Silva –  
Geografia Política (UNICENTRO)

Homenagem: bacharela Zynir Lima Castilho, editora  
homenageada da revista entre 1955-1974

Editores executivos:  
Direito Eleitoral

Frederico Rafael Martins Almeida (TRE-PR, UNIOPET)  
Luiz Gustavo de Andrade (UNICURITIBA)  
Roosevelt Arraes (UNICURITIBA)

Ciência Política

Doacir Gonçalves de Quadros (UNINTER)  
Jefferson Carlos Carús Guedes (UNICEUB)  
Tiago Alexandre Leme Barbosa (UFRGS)

Geografia Política

Daniel Galuch Junior (UEM-UFPR-TRE/PR)

#### Bibliotecário

Carlos Alberto Barbosa Ferian - CRB 1.953/O

Capa: Nicole de Abreu.

Editoração eletrônica: Aline Maya e Luan Maitan | Tikinet

Diagramação: Caroline Duarte | Tikinet

Revisão: Camila Leite e Glaiane Quinteiro | Tikinet

Tiragem desta edição: 300 exemplares

Os conceitos, informações e interpretações contidos nos trabalhos assinados são de exclusiva responsabilidade de seus autores.

Os artigos submetidos à Paraná Eleitoral: revista brasileira de direito eleitoral e ciência política serão recebidos a título gratuito.

As contribuições devem ser inéditas.

Enviar colaboração para:  
paranaeleitoral@tre-pr.jus.br

Consulte nossas normas para publicação no fim do volume.

PARANÁ ELEITORAL: revista brasileira de direito eleitoral e ciência política

Escola Judiciária Eleitoral do Paraná – Assistência de Publicações e Projetos de Aperfeiçoamento Jurídico

www.tre-pr.jus.br/o-tre/revista-parana-eleitoral/revistas-1/

Rua João Parolin, 224, Prado Velho, Telefone: (41) 3330-8540, CEP 80220-902, Curitiba – PR – BRASIL

Conselho Editorial

Ciência Política

Adriano Codato (UFPR)

Andréa Benetti Carvalho de Oliveira (Uninter)

André Borges (UnB)

André Marengo (UFRGS)

Denise Paiva (UFG)

Emerson Urizzi Cervi (UFPR)

Fabiano Santos (IESP)

Fernanda Cristina Covolan (UNASD)

Fernando Bizarro Neto (UNICAMP)

Karolina Mattos Roeder (UFPR)

Luciana Veiga (UNIRIO)

Lúcio Rennó (UnB)

Maria do Socorro Sousa Braga (UFSCar)

Oswaldo Amaral (Unicamp)

Paulo Ricci (USP)

Paulo Peres (UFRGS)

Rachel Meneguello (Unicamp)

Rodrigo Bordignon (UFSC)

Sérgio Braga (UFPR)

Zaqueu Luiz Bobato (UNICENTRO)

Direito Eleitoral

Alejandro Pérez Hualde (Universidad Nacional de Cuyo)

Augusto Hernández Becerra (Universidad de Externado)

Clémerson Merlin Clève (UFPR)

Denian Couto Coelho (UNIOPET)

Eneida Desiree Salgado (UFPR)

Filomeno Moraes (UNIFOR)

Ivo Dantas (UFPE)

Jorge Fernández Ruiz (Universidad Nacional Autónoma de México)

Luis Antonio Corona Nakamura (Universidad de Guadalajara)

Miguel Pérez-Moneo (Universitat de Barcelona)

Orides Mezzaroba (UFSC)

Rafael Oyarte Martínez (Pontificia Universidad Católica de Ecuador)

Rodolfo Viana Pereira (UFMG)

Vânia Siciliano Aieta (UERJ)

Yuri Barbosa Soares da Silva

## Sumário

Prefácio do Reitor da UniCentro	7	
Prefácio do Presidente do TRE-PR	9-10	
O processo eleitoral de 1945: tensões políticas e territorialidades no estado do Paraná	17-40	<i>Larissa Aparecida Dionizio, Bruno Vinicius Noquelli Lombardi e Alides Baptista Chimin Junior</i>
Eleições de 1950: conjuntura política do final da década de 1940 e o retorno de Vargas	41-66	<i>Rafael Freire de Paula, Cleiton Costa Denez e Afonso Muzzo Alves</i>
Eleições presidenciais de 1955 no estado do Paraná	67-104	<i>Cláudia Siqueira Baltar, Ronaldo Baltar, Francisco Lima Mota e Tiago Viesba Pini Inácio</i>
As eleições para presidente do Brasil em 1960 e seus reflexos no Paraná	105-142	<i>Márcia da Silva, Washington Ramos dos Santos Junior e Liamar Bonatti Zorzanello</i>
Eleições de 1989: contextualização dos votos para presidente no Paraná	143-176	<i>Roberto Mauro da Silva Fernandes, Ana Paula Azevedo da Rocha e Keila Miranda Tachevski</i>
Eleições presidenciais de 1994 no estado do Paraná	177-208	<i>Karla Rosário Brumes, Rafael do Carmo Silva e Sergio Ricardo Aurélio Pinto</i>
As eleições para presidente no estado do Paraná em 1998: resultados, contextos e apontamentos	209-228	<i>Tatiellen Cristina Prudentes, Lara Pires Weissböck e João Gabriel Cordeiro Cruz</i>
Normas editoriais	229-234	



## PREFÁCIO

Esta segunda edição do Atlas Eleitoral do Paraná traz um novo retrospecto histórico político da “geografia do voto” em municípios paranaenses, com enfoque nas eleições presidenciais no período de 1945 a 1998. A obra é de autoria coletiva, fruto do fortalecimento da relação de cooperação entre a Universidade Estadual do Centro-Oeste, responsável pela organização e análise das informações, e o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná – TRE-PR, que disponibilizou a base de dados.

A parceria entre a UNICENTRO e o TRE-PR se alinha às diretrizes estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, que preconiza a interação entre as diversas esferas de atuação universitária e a sociedade, em ações de pesquisa, cooperação científica e extensão, que subsidiem transformações do contexto socioeconômico e político, na busca constante pelo fortalecimento do caráter público e da relevância social da UNICENTRO, contribuindo para o desenvolvimento regional.

Nesse contexto, destaco a atuação do Grupo de Pesquisa Redes de Poder, Migrações e Dinâmicas Territoriais (GEPES) da Unicentro, na geração e transferência de conhecimento, motivado por processos de investigação sobre o tema das eleições. O impacto das pesquisas realizadas pelos docentes/pesquisadores e estudantes dos cursos de graduação e pós-graduação em Geografia da Unicentro, membros GEPES, ultrapassa as barreiras da Universidade, fornecendo subsídios para o melhor entendimento dos processos eleitorais no Paraná, sendo o Atlas um produto de interesse da sociedade, o que pode ser aferido pelo grau de relevância e reconhecimento do resultado obtido.

Por fim, esta edição do Atlas Eleitoral reafirma o compromisso da Universidade e a orientação da indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão, integrados às dimensões da vida social, para a produção do conhecimento e a busca da excelência, na compreensão da Universidade como agente de transformação.

Prof. Dr. Marcos Ventura Faria  
Pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação  
Unicentro



## PREFÁCIO

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) assinou, em 2019, um acordo de cooperação técnica, de número 27/2019, com a Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), para o desenvolvimento do Atlas Eleitoral do Paraná. Após a realização das pesquisas, em maio de 2021, foi publicado o primeiro volume, com enfoque nas eleições para governador entre 1945 e 1982.

Através do banco de dados cedido pelo TRE-PR, os professores, doutorandos e mestrandos em Geografia da UNICENTRO analisaram as eleições vencidas por Moysés Lupion, Bento Munhoz da Rocha Neto, Ney Braga, Paulo Pimentel e José Richa; bem como desenvolveram mapas e cartogramas inéditos sobre o eleitorado paranaense. Por fim, o Atlas Eleitoral foi a obra escolhida para ilustrar os 65 anos da Revista Paraná Eleitoral.

Para o segundo volume, além da parceria do TRE-PR e GEPES-UNICENTRO, participou dos trabalhos o Observatório de Populações e Políticas Públicas da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Esse novo volume trata da geografia do voto das eleições presidenciais de 1945, 1950, 1955, 1960, 1965, 1989, 1994 e 1998 nos municípios paranaenses e traz o desenvolvimento dos mapas das vitórias de Eurico Gaspar Dutra, Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros, Fernando Collor e, por duas vezes, Fernando Henrique Cardoso.

A palavra “história” vem do grego “historie” e significa “conhecimento obtido através de um processo de investigação”. É também a ciência que se dedica a estudar o ser humano em suas ações, tanto no tempo como no espaço, ao mesmo tempo em que analisa ações ocorridas no passado.

Já o termo “memória”, de acordo com a Wikipédia<sup>1</sup>, é a capacidade de adquirir, armazenar e recuperar informações disponíveis, seja internamente, no nosso cérebro, ou externamente, em dispositivos artificiais. Nessa mesma medida, diz respeito ao armazenamento de informações e fatos obtidos através de experiências vividas, ouvidas, escritas ou gravadas em dispositivos mecânicos ou eletrônicos.

---

1. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Mem%C3%B3ria>. Acesso em: 18 nov. 2022.

A união de forças entre o TRE-PR e a UNICENTRO, através desse trabalho organizado e coordenado pelo servidor Daniel Galuch Junior e pela professora doutora Marcia da Silva, resgata a história da Justiça Eleitoral paranaense e, ao fazê-lo, preserva e enriquece nossa memória.

Este volume dois expande a pesquisa para as eleições presidenciais no Paraná, entre 1945 e 1998, e nos brinda com mapas, relatórios, recortes de jornais, textos e imagens que dialogam entre si e complementam o rico arsenal de dados coletados.

“Pesquisa”, por sua vez, vem do latim “perquirere” e significa “procurar com empenho e determinação”. Trata-se de um processo organizado para se construir dados que gerem novos conhecimentos, criando paralelo a isso um saber fundamental para o desenvolvimento e melhoria das informações já coletadas e que podem ser úteis para a sociedade aprender com sua própria história, de forma a corrigir o presente e guiar o futuro.

O Atlas Eleitoral é uma leitura para se compreender o mundo com um olhar geográfico, além de uma ferramenta imprescindível para resgatar nossa história política. Parabenizamos a valorização e o interesse das universidades em promover pesquisas eleitorais para a sociedade e o resgate da importância do trabalho de magistradas, magistrados, servidoras e servidores da Justiça Eleitoral do Paraná, ao longo de suas nove décadas de existência.

Des. Wellington Emanuel Coimbra de Moura  
Presidente TRE-PR

## EDITORIAL

A Paraná Eleitoral, revista brasileira de Direito Eleitoral e Ciência Política, tem a honra de apresentar esta edição comemorativa do Jubileu de Neve – 1955-2022 (67 anos), presenteando os leitores da revista com o Atlas Eleitoral do Paraná. Eleições presidenciais no Estado entre 1945 e 1998.

Este excelente trabalho, que dá continuidade ao registro e resgate da história das eleições no Paraná, somente foi possível com a união de esforços entre Escola Judiciária do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná e o Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (UNICENTRO).

Neste ponto, devemos render as nossa homenagens e agradecimentos aos pesquisadores: o servidor Daniel Galuch Junior, pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, e a professora Marcia da Silva, pela Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná, que, de corpo e alma, coordenaram e organizaram este trabalho.

Agradecemos também o apoio do presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, desembargador Wellington Emanuel Coimbra de Moura; do Reitor professor Fabio Hernandez; e do Pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná, Prof. Dr. Marcos Ventura Faria; do juiz Thiago Paiva dos Santos, Diretor-Executivo da Escola Judiciária Eleitoral do Paraná; e do Coordenador-Executivo da Escola Judiciária Eleitoral, servidor Jillian Roberto Servat.

### História da revista

A Paraná Eleitoral, revista brasileira de Ciência Política e Direito Eleitoral, foi criada em agosto de 1955 e registrada em 1957 no Registro de Jornais e Revistas do Cartório de 1º Ofício de Registro e Documentos de Curitiba, com o objetivo de difundir e informar a comunidade jurídica eleitoral acerca dessa matéria.

É a segunda revista institucional mais antiga da Justiça Eleitoral, somente mais recente que a Resenha Eleitoral, de Santa Catarina, com 71 anos.

A revista passou por três gerações, sendo a primeira como informativo de atos e decisões oficiais (1955); a segunda como publicação científica de artigos de direito eleitoral e de jurisprudência (1987);

e a atual contando com uma vocação exclusivamente acadêmica, com artigos de direito eleitoral e ciência política (2012).

Na primeira edição, em 30 de agosto de 1955, foi publicado o primeiro artigo “A elegibilidade dos naturalizados”, de Otto Prazeres, transcrita do Jornal do Comércio. A terceira edição estampava na capa “Paraná Eleitoral declarado como Órgão Oficial do Egrégio Tribunal Regional do Estado”.

A editora desta fase foi Zynir Lima Castilho.

As atividades editoriais foram suspensas durante parte dos governos militares, sendo reativadas pela Resolução 64, de 1983, com publicação de algumas edições esparsas a partir de julho de 1986, em formato de boletins e jornal impresso.

A segunda geração assumiu o formato de revista e a regularidade das edições foi implementada em 1987. Os exemplares tinham, primeiramente, a dimensão de 30 cm x 21,5 cm e, a partir de 1994, foram adequados à padronização de 23 cm x 16 cm. Esta série foi encerrada com a edição de número 74, em dezembro de 2010. As edições, a partir de 1994, foram disponibilizadas eletronicamente no site [www.paranaeleitoral.jus.br](http://www.paranaeleitoral.jus.br).

Os primeiros editores desta série foram Jucimar Novochadlo, Mariana Pilastre de Goes, Maria Luíza Bernstorff Gualberto e, o último, Fernando José dos Santos.

Até então, o objetivo fundamental da revista era a divulgação da jurisprudência da Corte Eleitoral do Paraná, bem como a publicação de artigos das áreas de direito político, com foco em particular no direito eleitoral. O periódico chegou a contar com uma edição integralmente em espanhol.

A terceira geração nasce em junho de 2012, com um perfil acadêmico, um conselho editorial e uma parceria com a Universidade Federal do Paraná. O seu título também foi modificado e ajustado ao novo projeto: Paraná Eleitoral, revista brasileira de Direito Eleitoral e Ciência Política. A nova proposta do periódico foi estabelecer um contato efetivo entre as duas áreas, trazendo à luz a contribuição de cientistas políticos e juristas, a fim de enfrentar as questões da atualidade brasileira no campo eleitoral.

A Paraná Eleitoral é certificada com a Qualis B4 para Ciência Política e Interdisciplinar pela Capes-MEC.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), fundação vinculada ao Ministério da Educação, em

novembro, elevou para o estrato Qualis B2 a qualidade da Paraná Eleitoral, revista brasileira de Direito Eleitoral e Ciência Política, editada pela Escola Judiciária Eleitoral do Paraná. Para a certificação da revista, considerou-se os níveis de qualidade das matérias publicadas entre 2016 e 2020, que já na avaliação anterior colocava o periódico em alto nível.

O editor-chefe da revista, desde 2016, é o professor Rogério Carlos Born, sucedendo Fernando José dos Santos, editor que coordenou a maioria das edições de duas gerações e idealizou inúmeras das inovações, atuando por 22 anos a frente da revista. Também editaram a revista, Zynir Lima Castilho, por 19 anos; Mariana Pilastre de Goes, por 5 anos; Jucimar Novochadlo, por 3 anos; Daniela Borges de Carvalho, Deborah Joseane de Jesus Oliveira e Noely Manfredini d'Almeida, por 2 anos e, por fim, Maria Luíza Bernstorff Gualberto e Maria Regina Caffaro Silva, por 1 ano.

## **Atlas eleitoral**

A edição que comemora os 65 anos da revista mergulha num período anterior a sua concepção, uma vez que conta a história e mapeia as eleições para governador desde 1945 até 1982.

Na introdução, Washington Ramos dos Santos Junior, Márcia da Silva e Daniel Galuch Junior traçam os caminhos que levaram o processo democrático a partir do ano de 1945, que foi marcado pela redemocratização do Brasil a contragosto do presidente Getúlio Vargas, cujo dever incluiu convocar eleições diretas para a Presidência da República e Congresso Nacional até 1982, quando, em nova redemocratização, houve volta das eleições e ressurgiu o multipartidarismo

No primeiro capítulo, Larissa Aparecida Dionizio, Bruno Vinicius Noquelli Lombardi e Alides Baptista Chimin Junior abordam o processo eleitoral de 1945: tensões políticas e territorialidades no estado do Paraná. Nesse período, ressaltam que: “no âmbito nacional, com a instituição do Estado Novo, em 1937, o país enfrentava um momento de exacerbado nacionalismo, centralização do poder, autoritarismo e ideias anticomunistas. Em nível mundial, entre 1939 e 1945, acontecia a Segunda Guerra Mundial, que culminou na derrota alemã”.

No segundo capítulo, Rafael Freire de Paula, Cleiton Costa Denez e Afonso Muzzo Alves vislumbram as eleições de 1950, a

conjuntura política do final da década de 1940 e o retorno de Vargas. Para os autores, no Paraná, a vitória de Vargas é ainda mais expressiva, numa “eleição marcada pela polarização de um lado, as forças políticas do udenismo (que contribuíram para a saída de Vargas cinco anos antes); e do outro, o populismo de Vargas, que ironicamente volta à presidência legitimado pelas regras da democracia”.

No terceiro capítulo, Cláudia Siqueira Baltar, Ronaldo Baltar, Francisco Lima Mota e Tiago Viesba Pini Inácio abordam as eleições presidenciais de 1955 no Paraná. Para os articulistas: “o resultado do pleito, equilibrado em termos percentuais, pode ser entendido pelas diversas transformações em curso naquele contexto, tanto no país, como no Paraná”.

No quarto capítulo, Márcia da Silva, Washington Ramos dos Santos Junior e Liamar Bonatti Zorzanello analisam as eleições para presidente do Brasil em 1960 e seus reflexos no Paraná. Os autores constatam que “mesmo não tendo formalizado apoio a nenhum candidato na eleição para governador estadual, Jânio Quadros obteve ampla aceitação local e ganhou na maioria dos municípios e em todas as frentes de ocupação. Apesar de ter ficado em segundo lugar nacionalmente, Henrique Lott foi superado por Adhemar de Barros no Paraná”.

No quinto capítulo, Roberto Mauro da Silva Fernandes, Ana Paula Azevedo da Rocha e Keila Miranda Tachevski pesquisam as eleições de 1989: contextualização dos votos para presidente no Paraná. Nesse texto, constataram que “em território paranaense Fernando Collor venceu de maneira incontestável, performance que está relacionada ao apoio que obteve da grande mídia no âmbito nacional e, especialmente, devido as consequências da fragmentação do PMDB (partido do governo Sarney) no Paraná e da inexistência de bases consolidadas da esquerda no estado”.

No sexto capítulo, Karla Rosário Brumes, Rafael do Carmo Silva e Sergio Ricardo Aurélio Pinto analisam as eleições presidenciais de 1994 no Paraná. Os autores verificam que: “No Paraná, assim como no restante do país, as diferenças entre eleitores de alta e baixa escolaridade foram menores no grau de associação entre voto e avaliação do plano econômico. Lula, filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT), não teve boa votação diante do adversário Fernando Henrique Cardoso (FHC), do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB)”.

Por fim, Tatiellen Cristina Prudentes, Lara Pires Weissböck e João Gabriel Cordeiro Cruz abordam as eleições para presidente no Paraná em 1998: resultados, contextos e apontamentos. Lembram os autores, “os protagonistas desse embate foram os candidatos Fernando Henrique Cardoso (PSDB), Luís Inácio Lula da Silva (PT) e Ciro Gomes (PPS); ademais dos votos em branco e nulos, distribuição do eleitorado por classe de tamanho e por distribuição dos votantes por classe de porte populacional no estado do Paraná”.

Dessa forma, a edição especial de aniversário da Paraná Eleitoral, com o Atlas Eleitoral do Paraná – edição comemorativa do Jubileu de Neve – 1955-2022 (67 anos), o Atlas Eleitoral do Paraná: eleições presidenciais no Estado entre 1945 a 1998, vem dar continuidade ao periódico com proficiência, para valorizar tanto a história política do Paraná, quanto a atuação do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná neste período.

Curitiba, dezembro de 2022.

Professor Mestre Rogério Carlos Born  
Cientista político, jurista e internacionalista  
Editor-chefe da Paraná Eleitoral, revista brasileira de Direito  
Eleitoral e Ciência Política



# O processo eleitoral de 1945: tensões políticas e territorialidades no estado do Paraná

**Larissa Aparecida Dionizio, Bruno Vinicius Noquelli Lombardi  
e Alides Baptista Chimin Junior**

## Resumo

A eleição presidencial brasileira de 1945 aconteceu em um período de grandes acontecimentos políticos e econômicos locais e internacionais. No âmbito nacional, com a instituição do Estado Novo, em 1937, o país enfrentava um momento de exacerbado nacionalismo, centralização do poder, autoritarismo e ideias anticomunistas. Em nível mundial, entre 1939 e 1945, acontecia a Segunda Guerra Mundial, que culminou na derrota alemã. Dessa forma, para que seja possível entender o contexto histórico da eleição analisada, um caminho metodológico baseado na leitura de importantes referenciais teóricos foi percorrido, e, em sequência, houve a produção de mapas com os resultados encontrados. Estes materiais têm por objetivo espacializar os dados e auxiliar na interpretação da dinâmica do voto no território paranaense. É importante destacar que os candidatos à presidência com registros autorizados nesse período foram: Eurico Gaspar Dutra, Eduardo Gomes, Ildo Fiúza e Mário Rolim Teles, os quais são apresentados no decorrer deste estudo.

**Palavras-chave:** geografia; eleições presidenciais 1945; cartografia eleitoral; Paraná.

---

## Sobre os autores

Larissa Aparecida Dionizio é integrante do Grupo de Pesquisa “Redes de Poder, Migrações e Dinâmicas Territoriais – GEPES” (Unicentro). É mestranda em Geografia (Unicentro). E-mail: laradionizio05@gmail.com

Bruno Vinicius Noquelli Lombardi é integrante do Grupo de Pesquisa “Redes de Poder, Migrações e Dinâmicas Territoriais – GEPES” (Unicentro). É doutorando em Geografia (Unicentro) e técnico-administrativo em Educação (UTFPR). E-mail: brunonoquelli@gmail.com.

Alides Baptista Chimin Junior é integrante do Grupo de Pesquisa “Redes de Poder, Migrações e Dinâmicas Territoriais – GEPES” (Unicentro). É Mestre e Doutor em Geografia (UEPG) e professor do Curso de Geografia da Unicentro - Campus de Irati. E-mail: alides@unicentro.br.arissa

**Abstract**

Brazilian presidential election in 1945 occurred in a period of great local and international political and economic events. At the national level, with the institution of the *Estado Novo* in 1937, the country was facing a moment of exacerbated nationalism, power centralization, authoritarianism, and anti-communist ideas. Worldwide, between 1939 and 1945, the Second World War took place, culminating with the German defeat. Therefore, to make understanding the historical context of the analysed election possible, a methodological path based on the reading of important theoretical references was followed, and, in subsequently, maps were produced with the results found. These materials aim at spatializing data and helping interpret voting dynamics in the territory of the state of Paraná. It is important noting that presidential candidates with authorized applications in this period were Eurico Gaspar Dutra, Eduardo Gomes, Iedo Fiúza, and Mário Rolim Teles, which are presented throughout this study.

**Keywords:** geography; brazilian presidential election 1945; electoral cartography; Paraná.

Artigo recebido em: 8 de julho de 2022 e aprovado pelo Conselho Editorial em 13 de agosto de 2022.

**Contexto socioeconômico e territorial do Brasil nas eleições de 1945**

Para melhor compreensão do processo eleitoral de 1945, a seção será dividida em dois momentos. Primeiramente, será abordado o contexto político da época, em seguida será realizada uma descrição dos candidatos à presidência.

*Contexto Político*

As eleições de 1945 ocorreram num período em que diversas questões estremeciam o Brasil e o mundo. Dentre elas, é possível destacar o turbilhão político brasileiro da década de 1930 que culminou no surgimento do Estado Novo, em 1937, e o advento da Segunda Guerra Mundial, que tinha o Brasil como um dos seus “participantes”.

*Estado Novo (1937-1945)*

Com o aparecimento de movimentos fascistas na Europa, diversas mobilizações com ideias próximas aos grupos europeus começaram

a aparecer no Brasil, como agregações de direita e extrema-direita. O surgimento desses grupos culminaram na criação da Ação Integralista Brasileira (AIB) (Seitenfus, 2000). Para o autor:

Nas manifestações, ornadas por bandeiras, camisas, braçadeiras, e com peculiares saudações, a AIB pratica um claro mimetismo, entre a inspiração e a mera cópia dos movimentos fascistas europeus. Entretanto, ela pretende fazer do nacionalismo brasileiro uma das bases de sua propaganda ideológica (Seitenfus, 2000, 16).

Se por um lado as agregações de direita conflitavam com o governo de Vargas (1930-1937), a esquerda se movimentava como oposição ao presidente. A recém-criada União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) serviu como um chamariz ideológico do comunismo; tanto que a Intentona Comunista de 1935 foi um movimento que tentava retirar Getúlio Vargas do poder. Segundo Sá Motta (2002), no início da década de 1930, com a criação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e sua proximidade com Luiz Carlos Prestes, que criou o partido “Aliança Nacional Libertadora (ANL)”, nascia um movimento oposicionista.

Em novembro de 1935, militares aliados ao ANL em conjunto com o PCB realizaram uma mal sucedida tentativa de golpe. Sá Motta (2002) entende que o fracasso do golpe acabou por fortalecer o sentimento de anticomunismo no Brasil, tendo como um dos seus resultados a dissolução do ANL. Com a Constituição de 1934, Mezzaroba (1992, 93) acredita que Vargas teria tido seus poderes diminutos:

Eleito para governar o país, sob a vigência da Constituição de 1934, Getúlio Vargas usou de todos os expedientes para adequá-la à sua vontade, pois, achava o seu conteúdo demasiadamente liberal. Segundo Vargas e Góes Monteiro, o Brasil necessitava, naquele momento, de um governo forte e centralizado, capaz de coibir o avanço “bolchevique”, e não de facilitá-lo.

No contexto do “perigo” Comunista, Getúlio Vargas e Eurico Gaspar Dutra traçaram estratégias para manter a nação segura dos “fantasmas comunistas”. Em 1937, ano em que deveriam ocorrer novas eleições, revela-se um falso plano de golpe de Estado:

Marcadas as eleições presidenciais para o início de 1938, o ano de 1937 foi decisivo para o projeto continuísta de Vargas e para realização dos desejos golpistas da hierarquia militar. Para tanto, seria necessário o apoio popular, bem como o respaldo “legal”, através da concessão do “estado de guerra” pelo Congresso Nacional, o que possibilitaria total liberdade para o governo preparar o golpe final. Nesta conjuntura é que surge o Plano Cohen (Mezzaroba, 1992, 94).

Conforme Nicolau (2012, 75), “a Assembleia Constituinte elegeu Getúlio Vargas para o ocupar a Presidência até 03 de maio de 1938. As eleições diretas para a escolha do sucessor de Vargas estavam previstas para acontecer 120 dias antes do término do mandato”.

Em setembro de 1937, o Plano Cohen é apresentado à cúpula militar, que declara, na ocasião, estado de guerra. Assim, as eleições de 1938 são canceladas e Vargas é mantido no poder. A notícia da existência de um plano de golpe foi suficiente para gerar um clima de calamidade pública, implantando, desta forma, a ditadura do Estado Novo (Nicolau, 2012).

O Estado Novo foi instituído em 10 de novembro de 1937. Ao se pronunciar numa rádio, Getúlio dizia que o novo período tinha como objetivo reajustar o organismo político às necessidades econômicas do país. Nesta mesma data determinou o fechamento do Congresso Nacional e outorgou uma nova constituição, que ficou conhecida como a Constituição de 1937. O documento dava total poder ao presidente caso uma guerra civil se instaurasse no país.

Este período político permaneceu até 1945, quando Getúlio Vargas foi obrigado a renunciar frente à pressão de seus próprios aliados (Nicolau, 2012).

### *Segunda Guerra Mundial (1939-1945)*

A instituição do Estado Novo no Brasil se deu em meio à Segunda Guerra Mundial. Deflagrada, a princípio, entre os países Europeus, a URSS e o Japão. Segundo Seitenfus (2000), o Brasil não tinha interesse em participar do conflito no início, pois a institucionalização da república era fato recente e o país estava em processo de consolidação político-econômica. Sem contar que, devido a acordos comerciais, o

Brasil precisava manter relações diplomáticas neutras com os Estados Unidos e a Alemanha nazista.

Isto porque, em 1938, o Brasil importava 24,3% de produtos dos Estados Unidos e 23% da Alemanha. Enquanto que 34,3% das exportações brasileiras eram destinadas aos Estados Unidos e 19,1% à Alemanha (Pinheiro, 1995). No entanto, a relação do Brasil com a Alemanha se modifica a partir do momento que a Grã-Bretanha intensifica os bloqueios comerciais alemães.

Para contornar a situação, e compensar a diminuição das relações com o país alemão, Getúlio Vargas solicitou que o então Ministro das Relações Internacionais, Osvaldo Aranha, intensificasse as relações diplomáticas com os Estados Unidos. Apesar de não terem ingressado efetivamente no conflito, os EUA eram militarmente fortalecidos. Assim, no início da década de 1940 os EUA realizam empréstimos para a criação de indústrias siderúrgicas sob a condição de que o Brasil:

[...] vendesse materiais estratégicos, ou seja, toda sua produção de bauxita, berilo, cromita, ferro-níquel, diamantes industriais, minério de manganês, mica, cristais de quartzo, borracha, titânio e zircônio. Por um período de dois anos toda produção brasileira que excedesse o consumo interno seria obrigatoriamente destinada ao mercado norte-americano. (Pinheiro, 1995, 112-3)

No final de 1941, os japoneses atacam Pearl Harbor, fazendo com que os Estados Unidos anunciem sua entrada no conflito. De acordo com Santos (2006), o Brasil se solidariza ao ataque sofrido pelos estadunidenses e se dispõe a apoiar os aliados na guerra. Politicamente, a entrada do Brasil no conflito foi motivo de preocupação para Vargas, visto que em 1942 o Estado Novo já apresentava declínio.

A declaração de guerra teve apoio popular, mas as forças armadas não se consideravam aptas a adentrar no conflito. Destarte, com o ataque de submarinos alemães em navios brasileiros, não restava opção a não ser assumir que o Brasil participaria da guerra (Santos, 2006). Devido à fragilidade militar brasileira, Vargas assinou um acordo com os EUA para defender a costa

brasileira e para obter o armamento necessário. No ano de 1943, o presidente cria a Força Expedicionária Brasileira (FEB):

[...] a FEB representava o cerne de um projeto político que fortaleceria as Forças Armadas Brasileiras e possibilitaria ao país a conquista de um espaço importante na América Latina, além da possibilidade de que o envio da FEB à guerra conferiria ao Brasil voz ativa nas conferências de paz em vias de realização. A FEB não foi criada para responder às demandas dos aliados, ela surgiu como resultado da exigência brasileira junto aos Estados Unidos. (Santos, 2006, 48)

Apesar da criação da FEB, os EUA não sentiam segurança em receber apoio do Brasil no conflito, porque perceberam que o país tinha mais interesses políticos do que militares. Santos (2006) fala sobre o interesse de Getúlio Vargas em fortalecer o exército brasileiro ao tentar ser incluído nas Nações Unidas. Apesar das incertezas, os EUA decidiram apoiar o envio da FEB para a guerra. Essa decisão aconteceu pela preocupação que os EUA tinham no período pós-guerra. Em um cenário hipotético de uma Nova Ordem Internacional, o Brasil seria um país estratégico no hemisfério sul do continente americano.

Com o fim da guerra, o regime autoritário do Estado Novo se encontrava totalmente deteriorado. Sem falar na contradição do Brasil em assumir posição alinhada aos EUA na guerra contra as “ditaduras fascistas”. Assim, o período que antecede as eleições de 1945 é marcado por muitos conflitos políticos e de relações externas. Com o pós-guerra e os conflitos inerentes a ela, o desgaste político do atual governo no Brasil tornou-se evidente, chegando ao fim, portanto, em 1945, a Era (Ditadura) Vargas. (Santos, 2006). Na concepção de Santos, Silva e Galuch:

[...] temendo sua deposição pelas Forças Armadas, o presidente Getúlio Vargas decretou a Lei Constitucional 9/1945, convocando eleições diretas para a Presidência da República e Congresso Nacional. Neste cenário, a Justiça Eleitoral foi recriada, com a instalação efetiva do Tribunal Superior Eleitoral e dos Tribunais Regionais nos estados. Num cenário conturbado, de incertezas, Getúlio Vargas foi finalmente deposto em 29/10/1945. A partir da primeira eleição presidencial de dezembro de 1945, o Brasil instituiu um calendário frequente de eleições até a ruptura institucional de 1964 (Santos et al., 2021, 483).

Segundo os telegramas dos Juízes Eleitorais, publicados em 03 e 04 de dezembro nos jornais O Dia, Diário da Tarde e Diário do Paraná, as eleições de 1945 ocorreram sem grandes problemas. Não houve repercussão na imprensa de anormalidades ou de fraudes generalizadas. Os 195.182 mil eleitores paranaenses que compareceram às urnas escolheram o presidente da República, dois senadores e nove deputados federais. Oficialmente a apuração começou em 03 de dezembro de 1945 e terminou em 05 de janeiro de 1946, com a proclamação dos eleitos.

A apuração durou 32 dias, todavia no dia 12 de dezembro os resultados parciais já demonstravam os possíveis vencedores. De acordo com resumo da ata de sessão divulgado pela imprensa, as urnas anuladas pelos juízes eleitorais foram examinadas pelo Tribunal a partir de 20 de dezembro a 03 de janeiro, respeitando o recesso do final de ano.

### *Candidaturas*

A eleição presidencial de 1945 teve cinco registros de candidaturas, mas somente quatro deles foram reconhecidos. Entre os registros autorizados estavam os de Eurico Gaspar Dutra, pelo Partido Social Democrático(PSD); Eduardo Gomes, União Democrática Nacional (UDN); Mário Rolim Teles, pelo Partido Agrário Nacional (PAN); e Iedo Fiúza (PCB). O pedido de candidatura que não fora reconhecido dizia respeito ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que não estava organizado o suficiente para lançar uma candidatura própria à presidência da República. O partido não estava presente em todos os estados brasileiros, além de faltar-lhe capilaridade, clientelas políticas no interior, entre outros agravantes. Desta forma, o PTB optou por apoiar Eurico Gaspar Dutra (STF<sup>1</sup>, 2021).

### *Eurico Gaspar Dutra (Partido Social Democrático – PSD)*

Eurico Gaspar Dutra, nascido em Cuiabá (MT), no ano de 1883, ingressou no serviço militar em 1902. Com personalidade forte, em 1908 posicionou-se favorável à revolta da vacina, resultando no

---

1. STF = Supremo Tribunal Federal.

seu desligamento do serviço militar. Com a anistia, voltou ao exército em 1932, liderando um destacamento de combate à Revolução Constitucionalista. Com o fim do conflito, tornou-se ministro da Guerra, em 1934. Em 1937 apoia o golpe de Vargas na instituição do Estado Novo, o que lhe garantiu certa credibilidade no meio militar e simpatia de Getúlio Vargas.

Durante o período da Segunda Guerra Mundial, Dutra apresentava certa admiração pelo Estado Nazista com forte tendência germanófila. Apesar de evidenciar publicamente tal admiração, passou a defender ideias opostas quando o Brasil se tornou aliado dos EUA na guerra. Com a proximidade do fim do conflito, Dutra compõe um grupo de conselheiros de Vargas, orientando-o sobre o processo de redemocratização do Brasil. A justificativa para a criação desse grupo foi que era contraditório lutar pelo fim de regimes totalitaristas na Europa enquanto o Brasil ainda mantinha um sistema ditatorial (Zevani, 2009).

Apesar de não ser popular, Dutra recebe forte apoio de Vargas que, utilizando do seu populismo, consegue fortalecer tal candidatura. Segundo Porto (2002, 287) “Getúlio hesita em Dutra, e na verdade, estimula movimentos que, retardando ou inibindo a possibilidade do pleito, levem, finalmente para a continuação do cargo”. Mesmo sendo um processo de redemocratização, o apoio visava a continuidade das políticas de Vargas, assim como sua intenção de retornar ao poder futuramente. A deposição de Vargas, apoiada por Dutra, gerou desconfortos entre ambos, porém Vargas mantinha seu apoio devido ao receio de ser exilado após as eleições (Moura, 2010).

Apesar de Vargas estar enfraquecido após sua deposição, pouco tempo antes das eleições, Dutra permanecia forte na corrida eleitoral, contando com o apoio de uma elite “situacionista”, composta por latifundiários, industriais e políticos burocratas, que ajudaram a criar, em conjunto com Vargas, o Partido Social Democratas (PSD). A amplitude e o poder dos atores do partido acabaram por reunir diversos políticos em todo território brasileiro, o que resultou em um sucesso eleitoral de 55% das cadeiras do parlamento para o PSD. Na Figura 1 é apresentado o material de divulgação da campanha de Eurico, publicada no Jornal “O Dia” (Boschi, 2000).

**Figura 1** – Eleições presidenciais de 1945 – material de divulgação da campanha de Eurico Gaspar Dutra



Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional, 1945.

O número de parlamentares foi fundamental para criar um clima de governabilidade na conjuntura do Executivo com o Legislativo. Deste modo, Eurico Gaspar Dutra foi eleito presidente da república com 3.251.507 votos (55,4%). Seu mandato terminou em 1951, passando seu cargo para o então reeleito, Getúlio Vargas.

*Eduardo Gomes (União Democrática Nacional - UDN)*

Eduardo Gomes, natural de Petrópolis (RJ), nasceu no dia 20 de setembro de 1896. Seu pai, detentor de expressivas posses, abandonou a carreira militar para se dedicar à construção de uma ferrovia, empreendimento que culminou na sua decadência financeira. Instalou-se então com a família em Petrópolis, onde exerceu a função de redator do "Jornal do Brasil". Sua mãe era filha do visconde Rodrigues Oliveira e bisneta de Nicolau de Campos Vergueiro

(conhecido como senador Vergueiro), renomado político do Império. Seu bisavô paterno, Félix Peixoto de Brito e Melo, lutou pela Independência do Brasil em 1822 e participou das revoluções de 1824 e 1848, no estado de Pernambuco (Dias, 2021).

Devido à ruína financeira da família, Eduardo Gomes e seus quatro irmãos tiveram uma infância empobrecida. O futuro militar realizou o primário no “Curso Werneck” e após, humanidades no Colégio São Vicente de Paulo (no Rio de Janeiro, então Distrito Federal), recebendo o apelido de “matemático”.

Ao terminar o curso secundário, em 1912, ingressou na carreira militar, em 1916, após a terceira tentativa. Tornou-se colega de Antônio de Siqueira Campos e de Estênio Caio de Albuquerque Lima e juntos arrendaram uma casa no bairro Realengo que ficou conhecida como “Tugúrio da morte”. No local discutiam-se temas como a Revolução de 1917 na Rússia e a entrada do Brasil na Primeira Guerra Mundial.

Ao concluir o curso na Escola Militar, em 1918, tornou-se “aspirante a oficial” da arma e artilharia. Em seguida, ao lado de Siqueira Campos, matriculou-se no “Curso Especial de Artilharia”, completado em 1919. Em dezembro do mesmo ano foi elevado ao cargo de segundo-tenente e transferido para o 9º Regimento de Artilharia, em Curitiba. Em janeiro de 1921 foi promovido a primeiro-tenente e em março do mesmo ano, ingressou na primeira turma do “Curso de Observador Aéreo da Escola de Aviação Militar do Campo dos Afonsos”, no Rio de Janeiro (Dias, 2021).

Para Stringuetti (2017), o brigadeiro Eduardo Gomes foi um personagem político-militar de grande importância no século XX. Ele participou de grandes movimentos revolucionários, como o tenentismo em 1922 e 1924, a Revolução de 1930 e 1932 e a Revolta Comunista em 1935, foi candidato à Presidência da República em 1945 e 1950, pelo partido político UDN e Ministro da Aeronáutica por duas vezes, entre 1954 e 1955 e 1965 e 1967. Na Figura 2 é possível visualizar algumas propostas indicadas pelo candidato.



destacam-se quais foram os resultados obtidos pelo PCB nas eleições de 1945:

Com pouco tempo para se lançar no pleito, o partido obteve resultados surpreendentes. Seu candidato à presidência, Yedo Fiúza, recebeu cerca de 10% dos votos, 'vencendo' as eleições em cidades operárias importantes como Santos, onde angariou 42% dos votos. O grande êxito se deu na escolha para a Assembléia Nacional Constituinte, elegendo 15 deputados, sendo 9 operários. Brasil afora, o PCB obteve saldos eleitorais significativos em cidades com forte presença operária (Negro e Silva, 2003, 185).

Nesta perspectiva, é possível observar que o candidato ao cargo de presidente da república, ledo Fiúza, não obteve o número de votos suficientes para se eleger. Sendo assim, após as eleições, ledo foi nomeado para o Departamento Nacional de Estradas de Ferro, no Rio de Janeiro. No ano de 1947, candidatou-se novamente à prefeitura de Petrópolis pelo Partido Socialista Brasileiro, mas não conseguiu eleger-se. Com a volta de Getúlio à presidência em janeiro de 1951, foi designado para o Departamento de Águas (Abreu et al., 2001).

Em relação ao partido político em que ledo Fiúza representou na candidatura à presidência da república em 1945, ressalta-se a influência do PCB em cidades com maior percentual de trabalhadores, o que auxiliou na legitimidade de deputados, os quais buscavam por melhores condições de trabalho para as classes menos favorecidas da sociedade brasileira. A partir disso, o Partido Comunista do Brasil conseguiu apoio para reforçar a participação dos operários na estrutura sindical, mas os mesmos afirmavam que o sindicato deveria ser primordialmente, um instrumento de mobilização política para a conquista de espaço e de fala.

*Mário Rolim Teles (Partido Agrário Nacional - PAN)*

Dentre os candidatos para presidente da república em 1945, ressalta-se Mário Rolim Teles (PAN), o qual, conforme a Fundação

Getúlio Vargas (FGV)<sup>2</sup>, a partir da desagregação do Estado Novo (1937–1945), fundou-se o Partido Agrário Nacional (PAN), organização de âmbito nacional criada para lançar sua própria candidatura à presidência da República no pleito de dezembro daquele ano.

Teles era natural de São Paulo e obteve apenas 10.001 votos (0,17%), basicamente no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e em São Paulo. Segundo Andrade (2021), o candidato destacou-se na produção de café e foi um dos maiores fazendeiros do país, por isso comandou por duas vezes a Sociedade Rural Brasileira.

### **Cartografia das eleições para presidente do Paraná em 1945**

Para analisar a cartografia eleitoral presidencial do Brasil de 1945, optou-se pela segmentação do estado do em duas regiões: o Paraná Tradicional, composto por Curitiba, Ponta Grossa e Paranaguá, e a Região Norte Cafeeira, composto de municípios em processo de intensas fragmentações territoriais, com destaque para Londrina, Apucarana e Cornélio Procopio.

Essa subdivisão estava atrelada ao contexto histórico de ocupação do estado e ao processo de colonização em que o mesmo se encontrava. De acordo com Fajardo (2007), este período foi marcado pela crescente exploração da madeira e produção de café em ambas as regiões – Paraná Tradicional e Norte Pioneiro. O processo de produção recebeu grande influência estrangeira de modo a explorar a madeira para abrir caminho para a plantação de café. A região sudoeste do Paraná, que fazia divisa com o território de Iguazu, foi criada por Getúlio Vargas em 1943, e apesar de ser um território nacional, não estava subordinada à justiça eleitoral do estado do Paraná (Priori et al., 2012).

Kohlhepp (2014) argumenta que a relação destes atores externos foi orientada para a ocupação de terras por pessoas de países europeus. Neste contexto, o estado do Paraná teve um forte crescimento populacional. De 1940 a 1950, a população passou de 1,2 milhões de

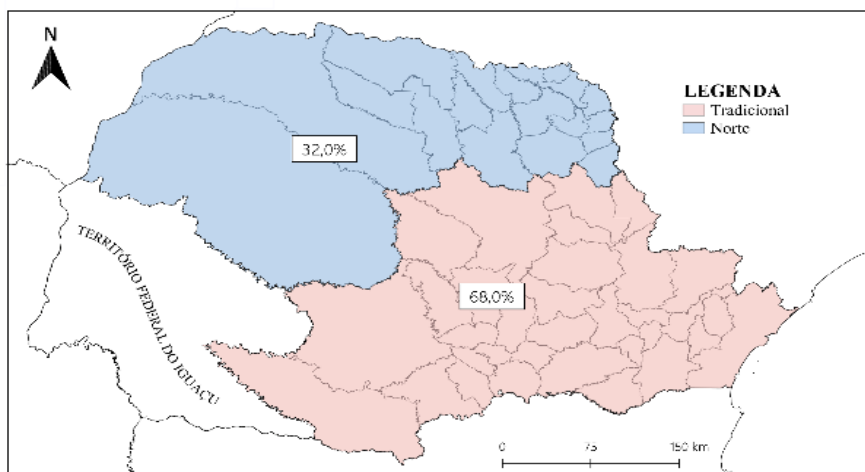
---

2. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC): Fundação Getúlio Vargas - FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-biografico/teles-mario-rolim>. Acesso em: 16 out. 2021.

habitantes para 2,1 milhões de habitantes. Bento Munhoz da Rocha Neto destaca, na introdução do livro História do Paraná, que o crescimento paranaense na década de 1940 se deve à ocupação do norte cafeeiro (Balhana et al, 1969).

Deste total, 75% da população residia na área rural, fator que teve forte impacto nas decisões eleitorais. A partir do Mapa 1 podemos observar o percentual eleitoral em 1945. Como o processo ocupacional originava da região próxima de Curitiba em direção ao norte, grande parte do eleitorado estava centrada no Paraná Tradicional. É possível verificar, portanto, que 68% do eleitorado estava na região do Paraná Tradicional.

**Mapa 1** – Eleições presidenciais de 1945 – percentual do eleitorado por Frente de Ocupação, estado do Paraná



Elaborado por GEPES-Unicentro e ObPPP-UEL, 2021



**GEPES**  
Grupo de Estudos em Políticas de Estado e Sociedade



Tribunal Regional Eleitoral do Paraná



Fonte: Malha municipal de 2020 (IBGE);Tribunal Regional Eleitoral/Paraná (TRE/PR).

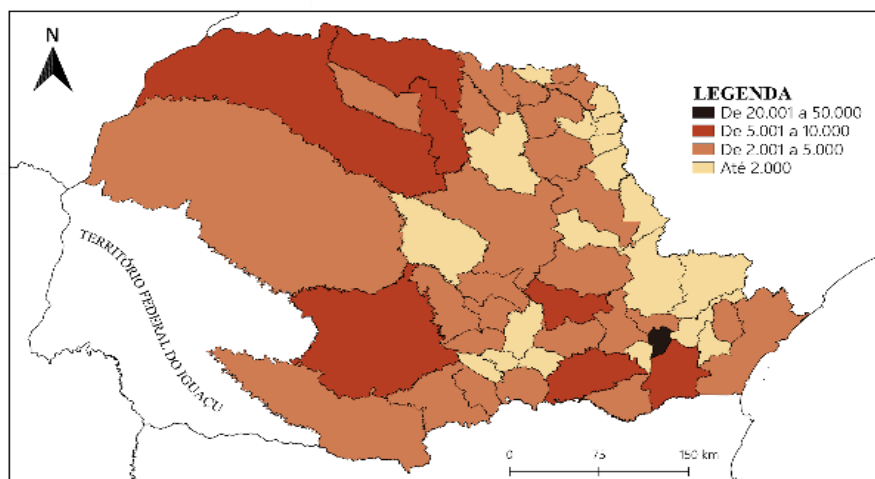
\*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1945.

Apesar da obrigatoriedade de voto para todas as pessoas com mais de 18 anos, algumas exigências acabaram por excluir uma parcela da população. Pessoas analfabetas, que compunham número elevado de pessoas no estado, não podiam votar. Outro fator problemático é que o voto era facultativo para mulheres donas de casa sem renda. Este

fato apresentou significativo impacto nas eleições, visto que, segundo o censo de 1940, o estado tinha mais mulheres do que homens. Além disso, a justiça eleitoral foi instalada em junho e as eleições em dezembro de 1945. Pouco tempo para o alistamento, por isso a justiça eleitoral do artifício do alistamento ex-officio, isto é, sindicatos, instituições mandavam listas dos seus membros e filiados para alistamento eleitoral. Como consequência o Paraná teve 49.738 eleitores inscritos ex-officio e 179.934 eleitores que procuraram a justiça eleitoral, totalizando 229.672 eleitores, num total de mais de um milhão de habitantes.

O Mapa 2 ilustra o total de votantes por município, sendo que a porção leste — Paraná Tradicional — possuía maior número populacional, portanto, maior número do eleitorado.

**Mapa 2** – Eleições presidenciais de 1945 – distribuição dos votantes, por classe de porte populacional, municípios do estado do Paraná



Elaborado por GEPES-Unicentro e ObPPP-UDEL, 2021



Tribunal Regional Eleitoral do Paraná



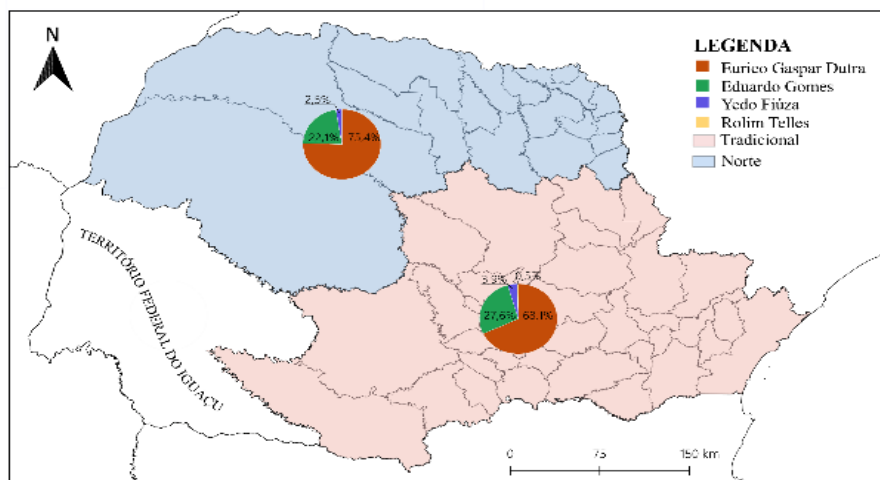
Fonte: Malha municipal de 2020 (IBGE); Tribunal Regional Eleitoral/Paraná (TRE/PR).

\*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1945.

O destaque, sem dúvidas, era a capital Curitiba, que destinou entre 20.000 e 50.000 votos nesta eleição. Além da quantidade de votantes, a capital paranaense se configurava como polo político, com figuras políticas expressivas, conhecidas ao nível nacional. É a partir da capital

que grande parte da produção de madeira e café é direcionada para o porto de Paranaguá e assim comercializar a produção para outras regiões do país.

**Mapa 3** – Eleições presidenciais de 1945 – percentual eleitoral dos candidatos, por Frentes de Ocupação, estado do Paraná



Elaborado por GEPES-Unicentro e ObPPP-UFL, 2021



GEPES

Tribunal Regional Eleitoral do Paraná



Fonte: Malha municipal de 2020 (IBGE); Tribunal Regional Eleitoral/Paraná (TRE/PR).  
\*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1945.

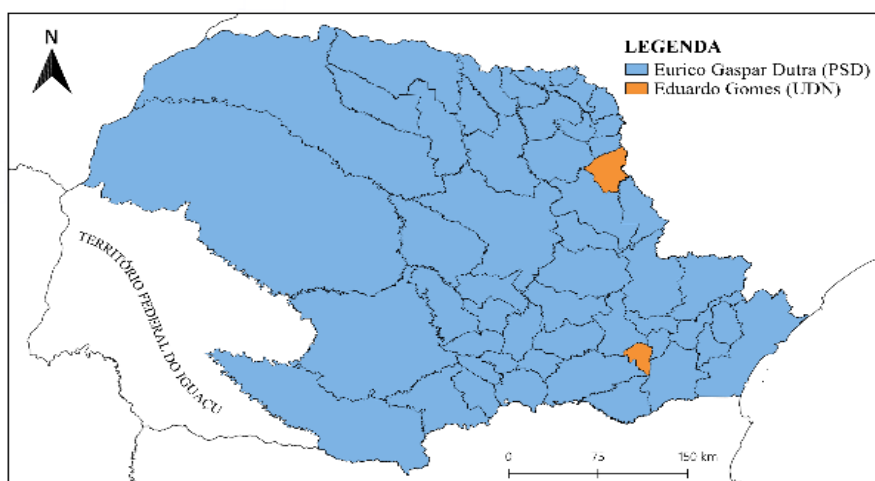
No Mapa 3 é possível observar o percentual de votos válidos dados a candidatos por frente de ocupação. Tanto no Paraná Tradicional quanto no Norte Cafeeiro, Eurico Gaspar Dutra aparecia como principal candidato. Vale destacar que Dutra teve grande apoio de jornais e candidatos a deputados, principalmente em Curitiba onde o candidato obteve praticamente o dobro de votos em relação a Eduardo Gomes.

Todavia, a sua representatividade era ainda mais expressiva no Norte Pioneiro, com 75,4% do total de votos, frente aos 68,1% dos votantes do Paraná Tradicional. Em contrapartida, Eduardo Gomes teve maior aceitação entre os moradores do Paraná Tradicional, totalizando 27,6% dos votos, enquanto no Norte Pioneiro somou 22,1% do total de votantes.

Os candidatos Yedo Fiúza e Rolim Telles não alcançaram percentuais expressivos de votação, especialmente Rolim Telles. Yedo Fiúza somou 3,9% dos votos no Paraná Tradicional e 2,5% no Norte Pioneiro. Rolim Telles é contabilizado somente entre os percentuais do Paraná Tradicional, com 0,5% do total dos votos.

O Mapa 4 evidencia o candidato com maior votação por município, paranaense.

**Mapa 4 – Eleições presidenciais de 1945 – candidato vencedor por município, Estado do Paraná**



Elaborado por GEPES-Unicentro e ObPPP-UEL, 2021



GEPES

Tribunal Regional Eleitoral do Paraná



Fonte: Malha municipal de 2020 (IBGE); Tribunal Regional Eleitoral/Paraná (TRE/PR).

\*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1945.

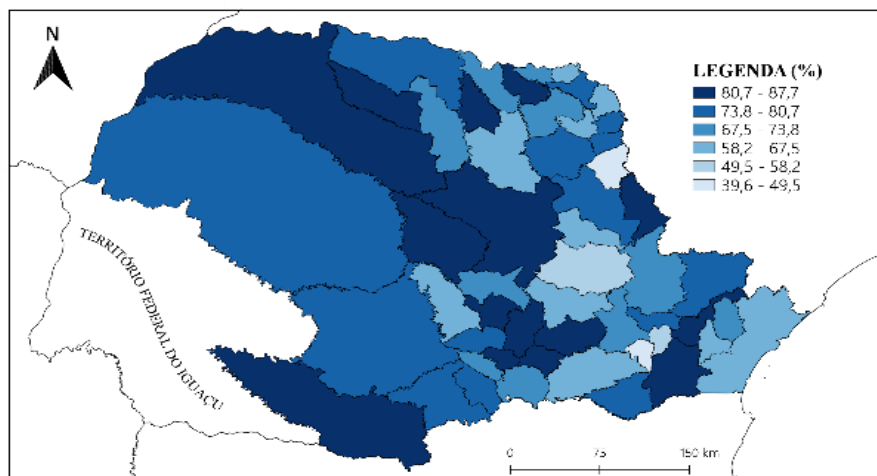
Nesta representação, observamos a preferência por praticamente todos os municípios pela vitória de Eurico Gaspar Dutra. As exceções ficaram por conta dos municípios de Araucária, localizado próximo de Curitiba, e Wenceslau Brás, pertencente naquele período à região Norte Pioneiro, que Eduardo Gomes teve maior número de votos. Entretanto, o sucesso eleitoral de Eduardo Gomes evidencia fragilidade, visto que os municípios tinham menos de 2 mil eleitores (Mapa 4 e 2).

Para Batistella (2015), o sucesso eleitoral de Dutra, conselheiro de Vargas nesta época, se deve ao apoio público de Getúlio Vargas que,

recorrendo ao seu populismo, consegue impactar nos grupos mais tradicionais, igrejas e os trabalhadores do campo. Segundo Batistella, o PSD era articulado:

[...] pelo interventor Manoel Ribas e por integrantes dos altos escalões da máquina administrativa estadual, como o major Fernando Flores, Roberto Glaser, Angelo Lopes, Lauro Sodré Lopes, e os irmãos Flávio Guimarães, Alô Guimarães e Acyr Guimarães (proprietário do jornal *Gazeta do Povo*), entre outros (Batistella, 2015, 258).

**Mapa 5** – Eleições de 1945 – percentual de votos (%) de Eurico Gaspar Dutra, por município, estado do Paraná



Elaborado por GEPES-Unicentro e ObPPP-UEL, 2021



GEPES



Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

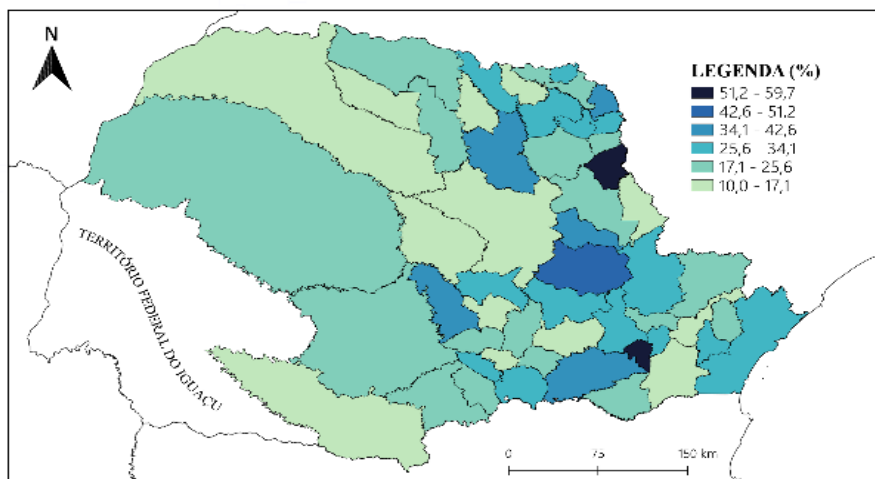


Fonte: Malha municipal de 2020 (IBGE); Tribunal Regional Eleitoral/Paraná (TRE/PR).

\*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1945.

O Mapa 5 permite analisar de forma detalhada a intensidade de votos do Eurico Gaspar Dutra, por município. Em São José dos Pinhais, Clevelândia, Apucarana, Irati, entre outros, Eurico Gaspar Dutra obteve sucesso eleitoral próximo dos 90%. Na capital, Curitiba, a votação foi mais acirrada, mas, ainda assim, o candidato somou acima de 50% dos votos.

### Mapa 6 – Eleições presidenciais de 1945 – percentual de votos (%) de Eduardo Gomes, por município, Estado do Paraná



Elaborado por GEPES-Unicentro e ObPPP-UDEL, 2021



Fonte: Malha municipal de 2020 (IBGE); Tribunal Regional Eleitoral/Paraná (TRE/PR).

\*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1945.

O Mapa 6 revela o percentual de votos que o candidato Eduardo Gomes obteve em cada município que, dialogando com o observado no Mapa 5, Eduardo Gomes obteve índices relevantes nos municípios de Araucária e Wenceslau Brás, entre 51% e 59% dos votos, e em Tibagi onde conseguiu cerca de 42% dos votos. Nos demais, o grau de sucesso foi inexpressivo.

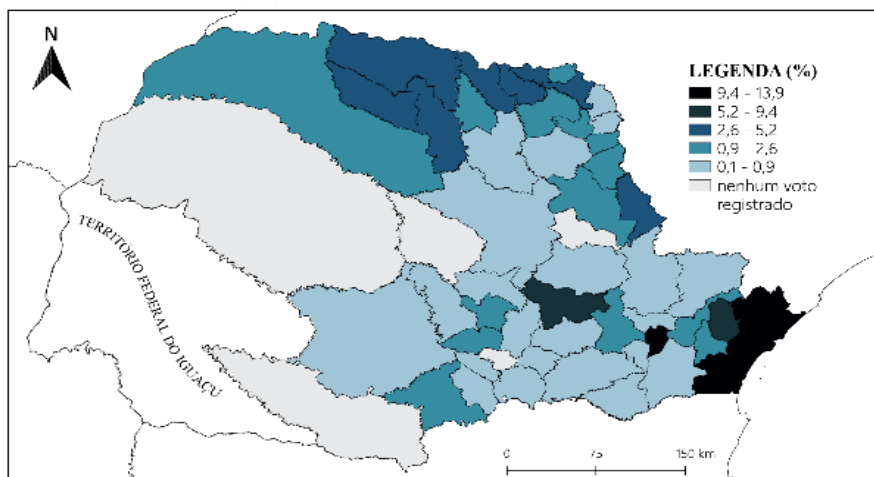
Em oposição a Dutra, Eduardo Gomes integra um grupo que tenta articular sucesso eleitoral contra o grupo de Vargas. No estado do Paraná, major Plínio Tourinho, Joaquim Pereira de Macedo, Laerte Munhoz, Arthur Ferreira dos Santos, Francisco de Paula Soares Neto, Otávio da Silveira, Bento Munhoz da Rocha Neto, o jornalista Caio Machado e o engenheiro Othon Mader formaram a Frente Única do Paraná para se contrapor a Getúlio Vargas (Batistella, 2015).

Em maio, o grupo decidiu ingressar na UDN e muitos disputaram eleições para a Câmara e Senado Federal. A estratégia era reforçar o nome de Brigadeiro Eduar-

do Gomes, porém tal esforço não surtiu efeito. Para Batistella:

A UDN surgiu como uma grande frente liberal-democrática de oposição ao Estado Novo e a Getúlio Vargas. Inicialmente, aglutinava grupos políticos bastante heterogêneos – quando não antagônicos – unidos em torno da reconquista das liberdades democráticas, do combate a um inimigo comum – o ditador estadonovista – e do apoio à candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes na sucessão presidencial (Batistella, 2015, 112).

**Mapa 7 –** Eleições presidenciais de 1945 – percentual de votos (%) de Yedo Fiúza por município, Estado do Paraná



Elaborado por GEPES-Unicentro e ObPPP-UEL, 2021



GEPES



Tribunal Regional Eleitoral do Paraná



Fonte: Malha municipal de 2020 (IBGE); Tribunal Regional Eleitoral/Paraná (TRE/PR).

\*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1945

De forma tímida, Fiúza aparece em terceiro lugar no número de votos no Paraná. O Mapa 7 ilustra que o candidato conseguiu se destacar no litoral, Curitiba e Ponta Grossa. Yedo era um engenheiro civil nomeado por Vargas como prefeito de Petrópolis. Mesmo sendo apoiador de Vargas, o candidato não teve o reconhecimento e apoio do presidente.

Apesar de pouco conhecido no Paraná, Yedo Fiúza conseguiu 6.811

votos, representando cerca de 3% do eleitorado do estado. Devido sua proximidade com Getúlio Vargas, após a eleição, Yedo foi convidado para assumir o Departamento Nacional de Estradas de Ferro. Além dos candidatos mencionados, houve a candidatura de Mário Rolim Teles (PAN), porém a quantidade de votos de Teles foi praticamente nula.

## Considerações finais

As eleições de 1945 foram realizadas num período bastante conturbado. No Brasil, surgia em 1937 a ditadura de Vargas e no mundo, acontecia a Segunda Guerra Mundial, que perdurou até dia 02 de setembro daquele mesmo ano (1945). Eurico Gaspar Dutra foi o candidato que saiu vitorioso tanto ao nível nacional quanto ao nível estadual. Sua vitória pôde ser atribuída ao grande apoio de Getúlio Vargas que, mesmo com as fortes divisões de poder de atores do Paraná, detinha significativo apoio no estado.

Esse apoio, inclusive, refletiu na eleição para governador do estado do Paraná em 1947, quando, com o apoio de Dutra, Moysés Lupion foi eleito. O candidato a governador conseguiu votos em praticamente todas as regiões do estado. O movimento populista de Getúlio Vargas foi fundamental para o sucesso eleitoral de Dutra, pois mesmo com a formação da “Frente Única do Paraná”, criada no intuito de apoiar Eduardo Gomes, a diferença de votos entre o primeiro e o segundo colocado foi expressiva.

Apesar do apoio que Dutra recebeu de Vargas, a eleição de 1945 foi fundamental para firmar o sistema democrático no Brasil. Ela permitiu um passo evolutivo para a frágil democracia brasileira. Dentre os elementos que evidenciam avanços na democracia do país, destaca-se a criação da Constituição Federal de 1946, que serviu de baliza para a eleição governamental de 1947 no Paraná.

Se é fato que a ditadura militar seria instaurada alguns anos depois no país, em 1964, colocando em cheque as experiências democráticas vivenciadas naquele período, as eleições diretas de 1945 tiveram papel fundamental para o fortalecimento da democracia do estado do Paraná e do Brasil.

Entre os 195.182 eleitores paranaenses, Eurico Gaspar Dutra também saiu vitorioso. Mais de 70% deles votaram pela sua vitória. Vale destacar que Dutra teve grande apoio de jornais e candidatos

a deputados, principalmente em Curitiba onde o candidato obteve praticamente o dobro de votos em relação a Eduardo Gomes.

No entanto, a sua popularidade era ainda mais expressiva no Norte Pioneiro, com 75,4% do total de votos, frente aos 68,1% dos votantes do Paraná Tradicional.

## Referências

- ABREU, A. A. et al. (2001). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV.
- ANDRADE, M. M. (2021). *Helena de Magalhães Castro, uma intérprete genuinamente brasileira? (1924-1931)*. Dissertação (Mestrado em Culturas e Identidades Brasileiras) – Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 136.
- BALHANA, A. P. et al. (1969). *História do Paraná*. Curitiba: Grafipar.
- BATISTELLA, A. (2015). O sistema pluripartidário de 1945-1965 no Paraná: uma análise dos partidos políticos, governos e das eleições no estado. *Tempos Históricos, Marechal Cândido Rondon*, vol. 19, p. 111-150.
- \_\_\_\_\_. (2016). O Partido Trabalhista Brasileiro no Paraná (1945 – 1964). *Revista Topoi*, vol. 17, p. 257-286.
- BOSCHI, M. M. (2000). *Burguesia industrial no governo Dutra (1946-1950)*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, p. 151.
- BRASIL. (2021). Supremo Tribunal Federal – STF. Candidatos – 1945. Disponível em: <https://dadosabertos.tse.jus.br/dataset/candidatos-1945>. Acesso em: 4 nov. 2021.
- GOMES, E. (2021). *Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC)*. Rio de Janeiro: FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/gomes-eduardo>. Acesso em: 16 out. 2021.
- FAJARDO, S. (2007). Aspectos da ocupação, da formação da estrutura produtiva e das transformações na paisagem rural no território paranaense. *Caminhos Geográficos*, vol. 7, n. 20, p. 89-101.
- KOHLHEPP, G. (2014). *Colonização agrária no Norte do Paraná: processos geoeconômicos e sociogeográficos de desenvolvimento de uma zona subtropical do Brasil sob a influência da plantação de café*. Maringá: Eduem.
- MEZZAROBBA, O. (1992). Plano Cohen: a consolidação do anticomunismo no Brasil. *Sequência*, vol. 13, n. 24, p. 92-101.
- MOURA, H. J. G. (2010). *1945: uma campanha eleitoral*. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura Regional) – Departamento de Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, p. 105.

- NEGRO, A. L.; SILVA, Fernando T. (2003). Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (orgs.). O Brasil Republicano: tempo da experiência democrática. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- NICOLAU, J. M. (2012). História do voto no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar.
- PINHEIRO, L. (1995). A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Revista USP, n. 26, p. 109-119.
- PRIORI, A. et al. (2012). A história do Oeste Paranaense. In: PRIORI, A. et al. História do Paraná: séculos XIX e XX. Maringá: Eduem.
- SÁ MOTTA, R. P. (2002). A “Intentona Comunista” ou a construção de uma legenda negra. Revista Tempo, n. 13, p. 189-207.
- SANTOS, L. S. (2006). Há algo de novo no front: A participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Dissertação (Mestrado em História) – Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, p. 170.
- SANTOS, W. R. et al. (2021). A Geografia do voto para governador no Paraná (1947-1982). Revista Brasileira de Direito Eleitoral e Ciência Política, p. 483-500.
- SEITENFUS, R. (2000). A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Porto Alegre: EDIPURS.
- STRINGUETTI, L. M. V. G. O brigadeiro Eduardo Gomes e sua relação com os EUA: pensando as eleições políticas de 1945. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 8., Maringá. Anais [...].



# Eleições de 1950: conjuntura política do final da década de 1940 e o retorno de Vargas

**Rafael Freire de Paula, Cleiton Costa Denez e Afonso Muzzo Alves**

## Resumo

Com a crise da ditadura do Estado Novo, que resultou na saída de Getúlio Vargas do poder em 1945, houve o restabelecimento do Estado Democrático de Direito. O período entre 1945 e 1950 foi caracterizado por expressiva turbulência política, iniciada ainda quando Vargas estava no poder. Este artigo tem como principal objetivo contextualizar esse cenário de intensas disputas políticas com diversos desdobramentos, tanto em escala estadual, no caso do Paraná, quanto no cenário nacional. Para atender o objetivo, o texto se pauta em uma revisão bibliográfica sistemática, levantamento documental e análise dos resultados das eleições, por meio da cartografia. A eleição presidencial de 1950 é marcada pela polarização: de um lado, as forças políticas do udenismo (que contribuíram para a saída de Vargas cinco anos antes); e do outro, o populismo de Vargas, que ironicamente volta à presidência legitimado pelas regras da democracia. No Paraná, a vitória de Vargas é ainda mais expressiva.

**Palavras-chave:** eleições de 1950; polarização; populismo; Paraná.

## Abstract

With the crisis of the *Estado Novo* dictatorship, which resulted in Getúlio Vargas leaving the power in 1945, the democratic rule of law was re-established. The period between 1945 and 1950 was characterized by expressive political turmoil started with

---

## Sobre os autores

Rafael Freire de Paula é doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Centro-Oeste (Unicentro) e professor na rede pública no estado de São Paulo. E-mail: rfreiredepaula@gmail.com

Cleiton Costa Denez é doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), professor da rede estadual do Paraná e secretário ex. educacional da APP-Sindicato dos trabalhadores em educação do Paraná. E-mail: cleiton.denez@hotmail.com

Afonso Muzzo Alves é graduado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), atualmente mestrando no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Centro-Oeste (Unicentro). E-mail: muzzoalves@gmail.com

Vargas still in power. This article aims mainly at contextualizing this scenario of intense political disputes with several developments, both in a state scale, in the case of Paraná, and regarding the national scenery. To reach this objective, this text is based in a systematic literature review, documental survey, and analysis of election results, by using the cartography. The presidential election of 1950 is marked by polarization: on the one hand, the UDN political forces (which contributed for Vargas leaving five years before), and on the other hand, by Vargas' populism, who ironically returns to the presidency legitimized by the rules of democracy. In Paraná, Vargas' victory is even more significant.

**Keywords:** elections 1950; polarization; populism; Paraná.

Artigo recebido em: 8 de julho de 2022 e aprovado pelo Conselho Editorial em 13 de agosto de 2022.

## **O contexto político, partidário e eleitoral no Brasil e no Paraná em que se inserem as eleições gerais de 1950**

O período que antecede as eleições gerais de 1950, objeto de análise e contextualização deste artigo, é bastante movimentado em diferentes aspectos: econômicos, sociais, políticos e legislativos. É um período em que o Brasil vive uma experiência democrática de quase duas décadas, seu recorte temporal tem início em 1945, com o fim do Estado Novo, e se estende até 1964, quando o golpe civil-militar no país interrompe essa experiência e coloca o país nas sombras da ditadura por 21 anos.

A ditadura do Estado Novo entra em crise em 1945, Vargas é deposto por militares e ex-aliados que ocupavam cargos na burocracia do Estado. Para Gomes e Ferreira (2018), as cisões no interior das elites civis e militares se tornaram insustentáveis, radicalizando os discursos e ações, o que resultou na deposição do então Presidente:

A primeira eleição presidencial, aquela que marcava o início do retorno do país ao estado de direito, ocorreu em dezembro de 1945. Desde fevereiro o país vivia um acelerado processo de transição da ditadura do Estado Novo para o regime de democracia representativa. No poder, Vargas tentou ditar o ritmo da transição, para garantir, quer a continuidade das elites que com ele compartilhavam o poder; quer sua própria continuidade. [...] seu sucesso foi relativo: bem maior no primeiro objetivo, que no segundo. Certamente porque ações políticas

não previstas em seu plano se desencadearam – como a rápida formação de um partido de oposição (UDN<sup>1</sup>) –, e ele acabou deposto por uma coalizão de antigetulistas e “getulistas”, a começar por seu próprio ministro da Guerra, o general Dutra. Nesse caso, líderes udenistas entraram em acordo com a cúpula do Exército para barrar um movimento de grande apelo popular, conhecido como Queremismo – expressão resumida da frase “Nós Queremos Getúlio”, que exigia que Vargas tivesse o direito de concorrer como candidato à presidência da República. O crescimento e a audácia do Queremismo assustaram as elites políticas contrárias a tal plano, que deram o golpe (Gomes e Ferreira, 2018, 266)

Como já observado, o presidente Eurico Gaspar Dutra, eleito em dezembro de 1945, esteve entre os descontentes no seio do Estado Novo, algo que o distanciou de Vargas em um primeiro momento, porém, o ex-presidente Dutra, então candidato em 1945, teve sua popularidade elevada de maneira decisiva para essa eleição quando Vargas decide apoiá-lo publicamente. Para visualizarmos o resultado do apoio decisivo de Vargas ao general Eurico Gaspar Dutra em 1945, basta observarmos os resultados eleitorais no Paraná: com o apoio do Partido Social Democrático (PSD) e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o presidente eleito teve uma margem de 70,1% dos votos, enquanto seu adversário direito, o brigadeiro Eduardo Gomes, alcançou pouco mais de um terço dos votos do vencedor – 26,1% dos votos (Ferreira et al., 2020; Ipardes, 1989).

Um ano depois, com a Constituição de 1946, fatia expressiva de brasileiros teve acesso a direitos políticos e civis, mesmo com restrições importantes e que limitavam uma democracia plena, como a proibição de voto aos analfabetos em um país em que a maioria da população se encontrava em tal situação, bem como a ilegalidade do Partido Comunista – PCB, que teve seu registro cassado pelo Superior Tribunal Eleitoral – TSE<sup>2</sup>, em que seus militantes foram

---

1. União Democrática Nacional.

2. “A cassação ocorreu em maio de 1947. [...] os juízes que votaram pela cassação do mandato justificaram suas posições devido à descoberta de que os Estatutos do PCB diferiam ligeiramente daqueles originalmente submetidos ao Tribunal Superior Eleitoral e porque o nome do partido (‘do Brasil’ em lugar de ‘brasileiro’) significava que não era um partido brasileiro e sim estrangeiro” (Monteiro, 2013, 181).

vítimas de perseguições e o movimento operário cerceado pelo aparato policial repressivo (Ferreira, 2010).

A constituição de 1946 determinava eleições também para vice-presidente da República. As candidaturas, à presidência e vice, foram, respectivamente: Getúlio Vargas (PTB) e Café Filho (PSP), ambos vencedores no Paraná e no Brasil; Eduardo Gomes (UDN) e Odilon Braga (UDN); Cristiano Machado (PSD) e Altino Arantes (PSD); João Mangabeira (PSB) e Alípio Correia Neto (PSB); e Vitorino Freire (PST), que não esteve vinculado a uma candidatura presidencial em específico. Algumas dessas candidaturas foram destacadas pelo Diário da Tarde em 02/10/1950 (Figura 1):

**Figura 1** – Primeira página do jornal *Diário da Tarde* (02/10/1950)



Fonte: Diário da Tarde (1950).

Getúlio Vargas e Café Filho estiveram no Paraná durante a campanha de 1950. As Figuras 2, 3 e 4 mostram compromissos e atos da campanha entre os dias 17 e 20/09/1950. Na Figura 2 observamos

informações sobre os presidenciais Getúlio Vargas e Cristiano Machado, além de apoio direto ao candidato ao governo paranaense Angelo Lopes, algo que se repete nas Figuras 3 e 4. Destaca-se a cobertura de processos, resultados eleitorais e da recepção de Getúlio Vargas em Curitiba (Figuras 3 e 4).

É relevante destacar, ainda, as diferenças editoriais entre o Diário da Tarde (Figura 1) e O Dia (Figuras 2, 3 e 4) no que se refere à disputa pelo governo do estado. O primeiro apoiou nitidamente o então candidato a governador Bento Munhoz da Rocha, enquanto o segundo periódico apoiou Angelo Lopes. Vemos, portanto, que o mercado de mídia impressa participava ativamente das disputas eleitorais.

Figura 2 – Primeira página do jornal O Dia em 17/09/1950



Fonte: O Dia (17 set. 1950).

Figura 3 – Primeira página do jornal *O Dia* em 19/09/1950



Fonte: *O Dia* (19 set. 1950).

Figura 4 – Primeira página do jornal *O Dia* em 20/09/1950



Fonte: *O Dia* (20 set. 1950).

Tais restrições se tornaram argumentos para estudos históricos que não compreendem esse período como democrático. Ferreira (2010), por outro lado, entende a democracia como um sistema que se constrói e é aperfeiçoado ao longo do tempo, reconhecendo as limitações do regime instituído após 1946, bem como a ampliação dos direitos de cidadania política, resultando no incremento de milhões de eleitores:

Na primeira eleição, a de dezembro de 1945, votaram cerca de 7,5 milhões de pessoas, contra 1,5 milhão no pleito de 1933. Ao longo dos anos, o alistamento eleitoral não parou de crescer, chegando a 18,5 milhões de cidadãos votando em 1962 – duas vezes e meia comparando a 1945 e 12 vezes a mais que 1933. No caso das eleições presidenciais, o número de participantes dobrou: de 6 milhões de votantes na primeira eleição para presidente, alcançou 12 milhões em 1960 (Ferreira, 2010, 14-5).

Cabe salientar que o contexto internacional municiou discursos e ações autoritárias do Estado, como a cassação do registro do PCB. Ferreira (2010) e Santos Junior et al. (2020) apontam que tais tensões políticas e militares estão relacionadas à Guerra Fria, quando discursos e ações beligerantes se desdobraram em políticas internas de controle partidário e ideológico, como fora o caso brasileiro:

As primeiras eleições no Brasil sob a égide da Guerra Fria ocorreram em 1950. A Conferência de Yalta, em 1945, confirmou a oposição entre os aliados ocidentais e a União Soviética, que definiram áreas de influência na Europa que seriam replicadas na política mundial (Santos Junior, 2016, p. 95). Nesse mesmo ano, os Estados Unidos confirmam sua supremacia militar em decorrência da bomba atômica. Com a assinatura do Tratado de Paz de Paris, em fevereiro de 1947, foi inaugurada a Política de Contenção, formulada por George Frost Kennan, da Doutrina Truman, que pregava que os norte-americanos deveriam conter os soviéticos em seu território. Assim, os Estados Unidos iniciaram uma política de criação de acordos militares regionais e de combate ao comunismo (loc. cit.) (Santos Junior et al., 2020, 518).

Dadas essas ressalvas, Gomes e Ferreira (2018) apontam que o Brasil estava construindo uma experiência de democracia representativa

importante nesse período, algo que seria interrompido pelo golpe civil-militar em 1964. Ainda assim, o período em que ocorreram as eleições de 1950 se caracterizou por grandes tensões políticas e sociais, com continuidades e descontinuidades em relação ao período que o antecede. Para esses autores, o sistema partidário e as práticas eleitorais mantinham vínculos com a dinâmica política do Estado Novo e da Primeira República, ainda que tenham ocorrido transformações importantes no campo da legislação eleitoral e do funcionamento prático do exercício do voto nas eleições de 1950.

Dentre as alterações legislativas relevantes entre a metade e o final da década de 1940, que resultaram nas condições legais para a efetivação do pleito aqui analisado, o de 1950, temos a Lei Agamenon, também chamada de Código Eleitoral de 1945, que exigia dos partidos uma organização nacional e permitia o alistamento ex-officio, ou seja, alistamento coletivo de eleitores pelos próprios partidos, bem como o realizado pelo cidadão junto aos cartórios eleitorais, entre outras instituições, secretarias, sindicatos ou associações, que enviavam listas de filiados e/ou novos membros à Justiça Eleitoral.

Tal lei figura como um avanço democrático dado seu contexto, afinal, o período que a antecede foi caracterizado por eleições controladas pelo governo “que vencia todos os pleitos, mesmo quando tinha fortes oposições. A partir de 1945, o governo começa a sofrer derrotas eleitorais e as oposições, pela primeira vez, têm chances reais de vitória nas urnas” (Gomes e Ferreira, 2018, 258).

Todavia, essa lei foi substituída em decorrência do Projeto de Lei 1379/1948, apresentado pelo senador Ivo d’Aquino (PSD/SC), instituído pela lei 1164, de 24 de julho de 1950. A substituição da lei Agamenon foi considerada necessária tendo em vista a crescente dinâmica do sistema político-partidário nacional inaugurado a partir de 1945 (Ghiggi, 2014). Extingue-se o alistamento ex officio e institui-se o alistamento individual junto aos cartórios eleitorais, cujo papel se torna cada vez mais importante no processo eleitoral brasileiro. Dentre as justificativas para essa mudança, está a de que:

[...] o alistamento ex officio foi utilizado por Vargas como instrumento para mobilização de sua base de apoio. A permissão do alistamento ex officio, com a justificativa de facilitar e acelerar o alistamento eleitoral, era utilizada como instrumento de controle do eleitorado urbano, atrelando-o ao oficialismo, haja vista que o

eleitor considerava-se obrigado a votar com aquele que o alistou. Além do mais, funcionava para aumentar a massa de votos governistas ao alistar indivíduos sem os requisitos exigidos para o alistamento (Ghiggi, 2014, 31).

A lei 1164 trouxe outras inovações válidas para o pleito de 1950, dentre elas a adoção da regra de proporcionalidade, tornando a eleição mais representativa e evitando as chamadas “sobras”, que beneficiavam os maiores partidos. Assim, são implantados os quocientes partidários. Essa é uma das mudanças que, na leitura de Ghiggi (2014), prejudicaria uma suposta estratégia política-eleitoral de Vargas de se candidatar ao cargo de Senador da República e, por meio das sobras que beneficiavam os grandes partidos, viabilizar um eventual controle do Congresso.

Para se ter uma ideia da força eleitoral de Getúlio Vargas, mesmo enquanto senador pelo Rio Grande do Sul na Assembleia Constituinte de 1946, ele exerceu papel de centralidade nas eleições estaduais brasileiras de 1947. Seu partido, até então o PSD, venceu em 12 dos 21 estados, inclusive no Paraná. No caso paranaense, Moysés Lupion<sup>3</sup> se saiu vitorioso nas eleições de 1947, liderando a coligação PSD/UDN/PTB, sendo tal união sem precedentes em nível nacional. O pleito de 1947, que antecede o de 1950 (sob nossa análise), foi o único em que os partidos mais populares do período democrático entre 1945 e 1964 compuseram a mesma chapa no estado do Paraná (Santos Junior et al., 2020).

As alterações legislativas citadas anteriormente são emblemáticas na discussão sobre os avanços democráticos que o Brasil experimentou no curto período em que se inscrevem as eleições de 1950. Havia um processo de desvinculação do processo eleitoral do governo em exercício, bem como de regulamentá-lo com intuito de não favorecer os grandes partidos e inviabilizar a concorrência entre os candidatos

---

3. Moysés Lupion nasceu em Jaguariaíva (PR) em 25 de março de 1908. Tornou-se importante empresário no interior do estado e adentrou na carreira político-partidária em 1946, quando filiou-se ao PSD. Foi eleito Governador do Paraná em 1947 e continuou a exercer essa função entre 1956 e 1961. Também desempenhou as funções de Senador da República (1955-1956 e 1961-1963) e deputado federal (1963-1964) (Câmara dos Deputados, 2019).

aos diferentes cargos e nas diferentes porções do território nacional. Nesse contexto, é importante resgatarmos que a Constituição de 1946 garante o voto secreto e a responsabilidade do Poder Judiciário para fiscalizar e punir possíveis irregularidades em eleições (Ferreira et al., 2020).

No Paraná, o final da década de 1940 (sob o governo Lupion) foi marcado por políticas de colonização nas Regiões Norte, Noroeste, Oeste e Sudoeste do estado. Destacaram-se investimentos em obras e infraestrutura associada a uma política de modernização e industrialização do estado, ainda que ele tenha sido predominantemente agrícola ao longo da década de 1950 (Batistella, 2015).

Mais especificamente, nos casos das Regiões Norte e Noroeste, o processo de (re)ocupação do território<sup>4</sup> se caracterizou por um período de estímulo do governo estadual aos empreendimentos capitalistas (cerca de 44 empresas se instalaram nessa região). A confluência entre capital e estado permitiu um reordenamento, um arranjo singular, justamente pela atuação de diversas companhias colonizadoras, trazendo a tecnificação do território que, conseqüentemente, fomentou o processo de ocupação, a partir do discurso de incentivo à produção do café. Com isso, há uma mudança na dinâmica política, ainda que sutil, principalmente no que se refere às pautas de caráter econômico. Há de se considerar também o incremento de novos agentes na política paranaense, que acabam por influenciar os caminhos da política local do final da década de 1940 e toda a década seguinte (Fabrini, 2016).

Santos Junior et al. (2020) consideram que predominam dois grupos na política estadual paranaense entre 1947 e 1960: o primeiro o de Lupion, e o segundo formado sob as lideranças de Bento Munhoz

---

4. “A reocupação de um território é uma forma de nos referirmos [...] a um segundo momento da ocupação. Isso porque, entendemos que estavam presentes povos indígenas, posseiros, pequenos proprietários e outros habitantes que não vieram a partir dos empreendimentos capitalistas decorrentes do estímulo do governo do Estado do Paraná” (Fabrini, 2016, 89).

da Rocha Neto<sup>5</sup> e Ney Braga<sup>6</sup>. O último era ainda pouco conhecido na década de 1950, mas se tornaria protagonista nas disputas políticas e eleitorais no Paraná a partir da década de 1960.

No que se refere às estatísticas, o eleitorado paranaense:

[...] correspondia a 81 municípios agrupados em 65 zonas eleitorais, que inscreveram como eleitores 372.796 pessoas, perfazendo apenas 17,7% da população de 2.106.425 habitantes. A presença foi de 274.474 eleitores, ou 73,63% de comparecimento à votação. A maior parte dos paranaenses residia no campo, um percentual de 75,06%, ou 1.581.181 pessoas (IBGE, 1950, 1951; TRE/PR PAD 12.844/2018). Isso reforça o papel que as frentes de expansão exerceriam no estado nas décadas seguintes (Santos Junior et al., 520).

Para além das estatísticas eleitorais nacionais e do Paraná para 1950, já mencionadas ao longo do texto, havia um contexto político de forte polarização entre o udenismo e o Getulismo (ou populismo). Tal cenário se deve à candidatura de Getúlio Vargas à Presidência da República em 1950, sendo este o principal representante do chamado populismo naquele momento histórico, ao passo que significava, para a UDN e seus correligionários, a personificação do que deveria ser combatido, seja por vias democráticas ou não.

A polarização era tão expressiva, que no seio da então capital federal (a cidade do Rio de Janeiro) houve uma divisão bem definida da imprensa carioca durante o ápice da campanha eleitoral de 1950. A luta política gerou um embate entre os principais meios de comunicação da época, cada lado representando interesses e grupos específicos da sociedade civil. Do lado de Getúlio, o principal veículo era o jornal *O Radical*, já Eduardo Gomes (UDN) contava com o apoio quase unânime de toda imprensa antigetulista (o que havia ocorrido desde as eleições de 1945), sendo o *Correio da Manhã*, de orientação liberal,

---

5. Foi engenheiro, professor, escritor, sociólogo e político paranaense. Foi deputado federal constituinte (1946-1950), governador do estado do Paraná (eleito em 1950), ministro da agricultura brevemente em 1955 e novamente deputado federal entre 1958 e 1962.

6. Ney Braga detém uma das mais relevantes biografias entre os políticos do Paraná. Foi prefeito de Curitiba (1954-1958), deputado federal (1959-1961), governador (1961-1965) e senador (1968-1972). Foi também ministro da agricultura (1965-1966), ministro da educação (1974-1978) e presidente da Itaipu Binacional (1985-1990).

o principal jornal de apoio ao candidato da UDN, enquanto o candidato Cristiano Machado<sup>7</sup> estava respaldado pela cadeia dos Diários Associados (Costa, 2014).

A UDN surge nos primeiros meses de 1945 como um movimento de oposição a Getúlio Vargas. Portadora de discursos voltados aos setores médios da sociedade, a UDN direcionou suas críticas a denúncias de corrupção no governo e em alertas sobre a “proletarização” de setores da sociedade que poderiam ameaçar as “liberdades” democráticas pelas quais o partido lutava. Assim, o udenismo se configurou um movimento superior ao partido (UDN), pois caracterizou-se como um movimento em que grupos conservadores se apropriaram do liberalismo ao criticarem o estatismo, o getulismo, ao passo que defendiam o moralismo e restrições à participação popular na política, em uma postura claramente elitista (Gomes e Ferreira, 2018).

Para Codato (2007), o populismo se caracteriza pela personificação do poder vinculado à soberania do Estado sobre o conjunto da sociedade, sustentada ou apoiada pelas massas populares, especialmente as urbanas.

Nessa estrutura, o chefe de Estado assume função de árbitro que se confunde com o próprio Estado enquanto instituição, pois ambos tendem a distanciarem-se da determinação dos interesses imediatos que, em última instância, representam. A ditadura consolida o poder pessoal de Vargas, instaura a soberania do Estado e consiste no ensaio de ampliação das bases sociais do poder (Codato, 2007, 17).

Ferreira (2010) faz algumas ressalvas a respeito do uso do populismo para caracterizar aquele momento histórico, pois, de maneira geral, é um termo carregado de estereótipos que desmerecem a sociedade brasileira e a participação popular na política. Para o autor, a expressão indica a existência de uma elite política cujo objetivo consciente fora manipular e/ou enganar os trabalhadores, que,

---

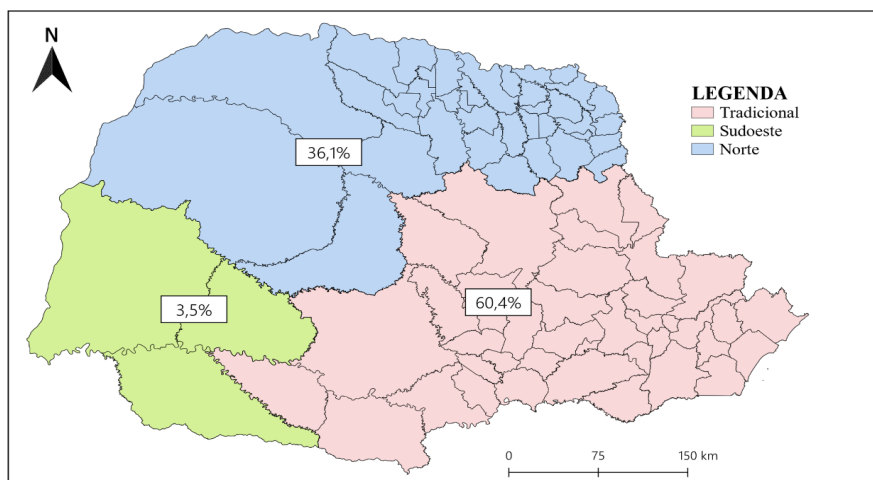
7. Candidato à Presidência da República em 1950, Cristiano Machado foi prefeito de Belo Horizonte entre 1926 e 1929 e em março de 1930 elegeu-se deputado federal, além de ser deputado constituinte em 1933 e 1946 (ambos mandatos por Minas Gerais). Também ocupou cargos no governo de Minas Gerais ao longo de sua trajetória política.

supostamente, “não sabiam votar”. Por outro lado, os críticos do populismo seriam os “esclarecidos” e absolutamente conscientes de seus votos, em síntese, a visão nítida do udenismo que justificava suas derrotas à incapacidade dos eleitores de escolherem corretamente seus candidatos. No caso de 1950, a escolha seria entre Getúlio Vargas (PTB), Eduardo Gomes (UDN) ou Cristiano Machado (PSD).

### Cartografia das eleições para presidente do ano de 1950 no contexto do estado do Paraná

Nesta seção abordaremos o desenrolar das eleições de 1950 no estado do Paraná, as características do eleitorado nas diferentes porções do território paranaense e os respectivos resultados. Num primeiro momento analisaremos a distribuição espacial dos eleitores, considerando a legislação da época, realidade em que fica evidente a concentração expressiva do eleitorado em uma única região (Figura 5):

**Figura 5** – Eleições presidenciais de 1950 – percentual de eleitores (%), por Frentes de Ocupação, estado do Paraná



Elaborado por GEPES-Unicentro e ObPPP-UEL, 2021



Fonte: IBGE (2020); Tribunal Regional Eleitoral/Paraná (1950).

\*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1950.

Com base na Figura 5, é possível identificar que a Frente Tradicional concentrava mais de 60% do eleitorado do estado em 1950, enquanto a Frente Norte concentrava quase 40% do eleitorado e a Frente Sudoeste apenas 3,5% do total. Essa assimetria considerável é explicada pelo próprio desequilíbrio de densidade demográfica entre as regiões do estado. Se por um lado o Paraná Tradicional começa a ser ocupado ainda no século XVII, partindo do litoral e dos Campos Gerais por mineradores paulistas, com posterior desenvolvimento de outras atividades nesse recorte territorial, nos casos da Frente Norte e Sudoeste o processo de ocupação é mais recente, iniciando-se apenas no final do século XIX por meio de políticas de incentivo que começaram a apresentar resultados expressivos após a década de 1930. Nesse sentido, considerando as temporalidades de ocupação das três frentes do estado, em 1950 o Paraná Tradicional se encontrava consolidado em diversos aspectos e consequentemente mais adensado demograficamente (Almeida, 2017).

A concentração populacional do eleitorado também é ilustrada quando verificamos a distribuição do eleitorado por classes de tamanho de municípios (Figura 6). Segundo o Censo de 1950, apenas 10 municípios possuíam população superior a 50 mil habitantes, destes, três localizados na Frente Tradicional: Curitiba (180.575), Guarapuava (67.436), e Ponta Grossa (53.578)<sup>8</sup> (IBGE, 1951). Destaque para a capital estadual, único município que superava a marca de 50 mil eleitores aptos a votar:

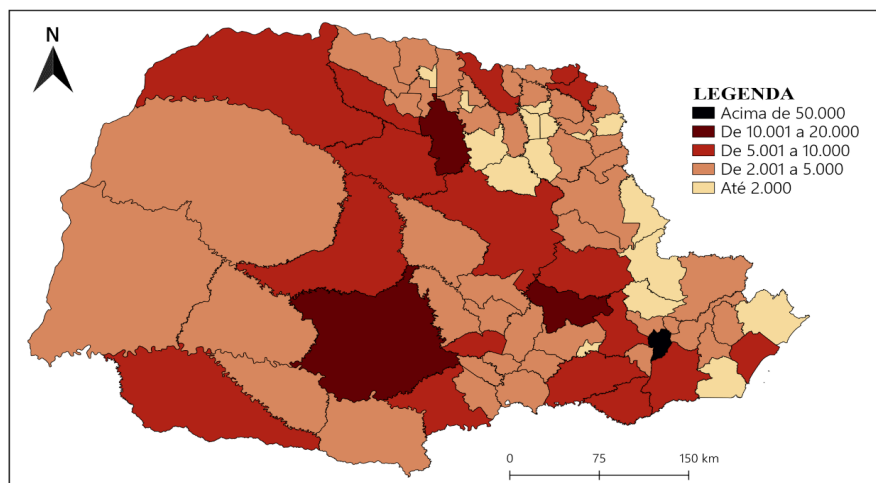
Para as eleições de 1950, o PTB selou um acordo com o Partido Social Progressista (PSP). Essa aliança estava em processo desde 1949, portanto, é anterior à Convenção Nacional do partido, em que se definia a estratégia de priorizar a campanha presidencial, colocando as disputas estaduais em segundo plano, lançando oficialmente as candidaturas de Getúlio Vargas (para Presidente da República) e José Café Filho (para vice-presidente). Tal estratégia viabilizou maior flexibilidade para

---

8. A capital Curitiba, com um total de 59.780 eleitores; Guarapuava com 11.406; e Ponta Grossa 15.939 eleitores. A diferença entre a população de determinado município e o número de eleitores expressa em alguma medida o processo de exclusão de uma parcela significativa da população. Como comentado anteriormente, naquele contexto a população analfabeta (proibida de votar) assim como as mulheres (voto facultativo para as donas de casa), eram excluídas direta ou indiretamente do “processo democrático” de eleição.

acordos em nível local com o objetivo de angariar apoio à eleição de Vargas que, no caso do Paraná, contava com a influência e apoio de Bento Munhoz da Rocha Neto (Batistella, 2015; Santos Junior et al., 2020).

**Figura 6** – Eleições presidenciais de 1950 – distribuição do eleitorado por classe de tamanho, municípios do estado do Paraná



Elaborado por GEPES-Unicentro e ObPPP-UEL, 2021



GRUPO DE ESTUDOS EM POLÍTICAS ELEITORAIS E SOCIAIS

Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

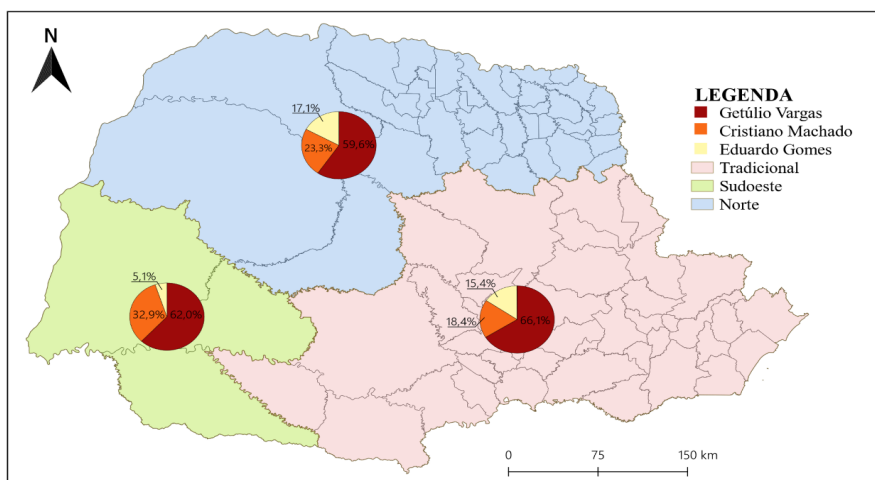


Fonte: IBGE (2020); TRE/PR (1950).

\*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1950.

A articulação entre a estratégia partidária em nível nacional e a liderança estadual representada por essas duas figuras políticas (Bento Munhoz e Ney Braga) alcançou êxito: se em âmbito nacional Vargas recebeu 48,7% dos votos, contra 29,7% a Brigadeiro Eduardo Gomes (UDN), dentro dos limites do estadual a vantagem foi ainda maior (Figura 7), com Vargas recebendo 61,6% dos votos, contra apenas 19,9% do segundo colocado, que no Paraná foi o possedista Cristiano Machado (Ipardes, 1989).

**Figura 7** – Eleições presidenciais de 1950 – percentual de votos (%) dos candidatos, por Frentes de Ocupação, estado do Paraná



Elaborado por GEPES-Unicentro e ObPPP-UEL, 2021



GEPES  
Grupo de Estudos em Políticas Públicas e Sociais

Tribunal Regional Eleitoral  
do Paraná



Fonte: IBGE (2020); TRE/PR, (1950).

\*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1950.

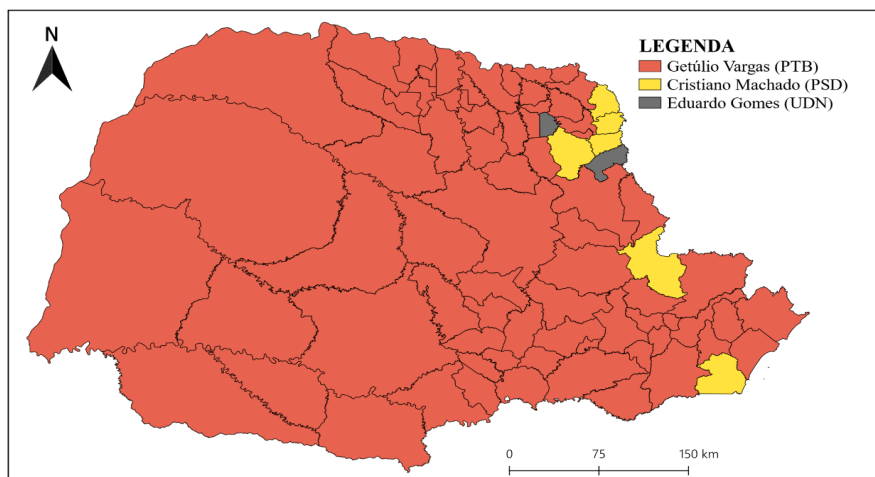
A única frente em que Vargas recebeu menos de 60% dos votos foi a Norte. Nas outras duas, Sudoeste e Tradicional, recebeu respectivamente 62% e 66,1% dos votos, sendo a última justamente a que concentrava o maior número de eleitores. Apesar das diferenças apontadas, em quase todos os municípios dessas regiões o candidato vencedor foi Getúlio (Figura 8).

É interessante pontuar que Vargas não ganhou em alguns municípios da Frente Tradicional, especificamente em dois deles, Guaratuba e Cerro Azul, mas os dados dessa região demonstraram maior desequilíbrio a favor do vencedor das eleições, quando comparados aos das demais frentes.

Dos oito municípios em que Vargas não saiu vencedor, Cristiano Machado (PSD) foi o mais votado em seis, a saber: Ribeirão Claro, Carlópolis, Siqueira Campos, Tomazina, Cerro Azul e Guaratuba, enquanto o terceiro colocado nas eleições, o candidato Eduardo Gomes (UDN), saiu vencedor nos outros dois municípios, Jundiá do Sul e Wenceslau Braz. Cabe ressaltar que o estado do Paraná possuía

81 municípios em 1950, o que deixa claro o domínio de Vargas no contexto estadual.

**Figura 8** – Eleições presidenciais de 1950 – candidato vencedor por município, estado do Paraná



Elaborado por GEPES-Unicentro e ObPPP-UEL, 2021



**GEPES**

Tribunal Regional Eleitoral do Paraná



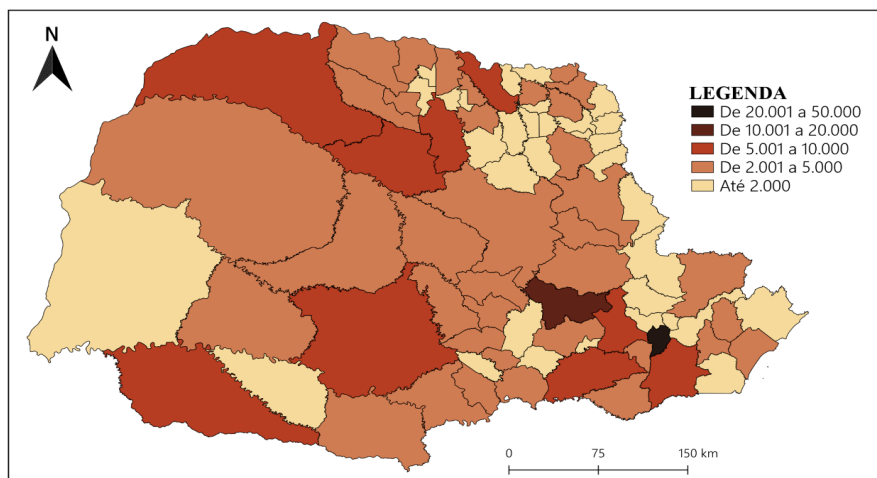
Fonte: IBGE (2020); TRE/PR (1950).

\*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1950.

A Frente Tradicional ficou marcada tanto por abrigar os únicos municípios em que Vargas não obtivera a maioria dos votos, quanto por ser a região em que a folga do vencedor foi mais ampla, em números absolutos e proporcionais. Um dos motivos que explicam o maior domínio da região é a distribuição de votantes por municípios: Ponta Grossa e Curitiba, por exemplo, eram os únicos a superarem 10 mil votantes (Figura 9).

Já na Frente Norte, a maioria dos municípios não ultrapassava cinco mil eleitores, salvo quatro exceções: Mandaguari, Apucarana, Londrina e Cornélio Procópio. Na Frente Sudoeste, apenas Clevelândia superava cinco mil eleitores. Tal realidade novamente impõe ao Paraná Tradicional maior protagonismo nas eleições de 1950.

**Figura 9** – Eleições presidenciais de 1950 – distribuição dos votantes, por classe de tamanho, municípios do estado do Paraná



Elaborado por GEPES-Unicentro e ObPPP-UEL, 2021



INSTITUTO DE PESQUISA E ANÁLISES  
**GEPES**  
GRUPO DE ESTUDOS EM POLÍTICAS E ESTATÍSTICAS DO PARANÁ

**Tribunal Regional Eleitoral**  
do Paraná



Observatório de Populações  
e Políticas Públicas  
do Paraná

Fonte: IBGE (2020); TRE/PR (1950).

\*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1950.

Curitiba e Ponta Grossa, maiores colégios eleitorais do estado e localizados no Paraná Tradicional, deram a Getúlio Vargas resultados superiores a 60% dos votos. Todavia, destaca-se o comportamento do Norte Velho ou Norte Pioneiro<sup>9</sup>, região que compõe a frente de ocupação Norte, em que o Presidente eleito em 1950 deteve os resultados mais modestos e, em alguns casos, não ocupou o primeiro lugar (Figura 10).

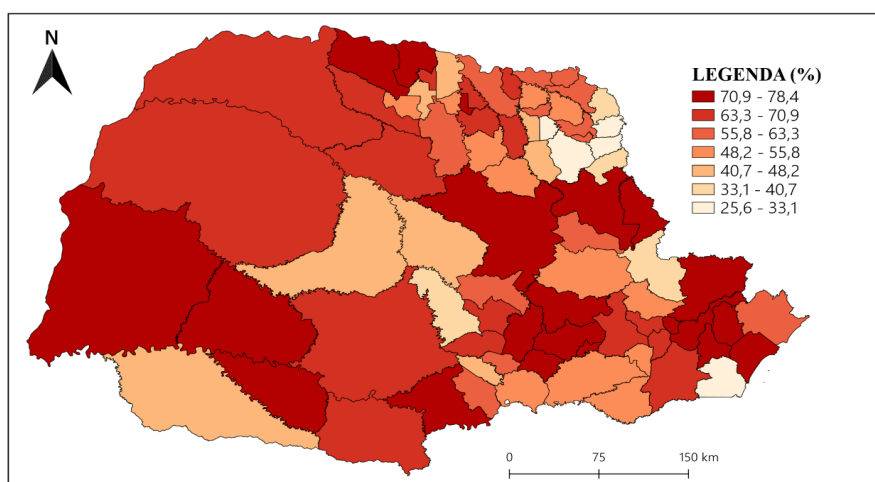
Observa-se, na Figura 10, um espraiamento em proporção de votos bastante relevante, ainda que não totalmente homogêneo, dos resultados obtidos por Vargas em 1950. Seus resultados mais modestos, como apontamos, dizem respeito a pelo menos um quarto dos votos, o que nos indica um alto grau de competitividade,

9. Trata-se da região que se estende do Rio Itacaré à margem direita do Rio Ivaí, ocupado por fazendeiros paulistas atraídos pela qualidade dos solos da região (terra-roxa) a partir da segunda metade do século XIX, guardando, portanto, estreita relação com o complexo cafeeiro paulista (Almeida, 2017).

mesmo nos municípios em que obtivera menor votação, tais como: Carlópolis, Siqueira Campos, Tomazina, Jundiá do Sul e Guaratuba.

Por outro lado, Getúlio Vargas apresentou votações acima de 70% em dezenas de municípios, com domínio evidente no Paraná Tradicional. Entre os que se destacam, são: Tibagi, Ponta Grossa, Palmeira, Sengés, Jaguariaíva, Paranaguá, Morretes, Piraquara, Antonina e Bocaiúva do Sul.

**Figura 10** – Eleições presidenciais de 1950 – percentual de votos (%) a Getúlio Vargas, por município, estado do Paraná



Elaborado por GEPES-Unicentro e ObPPP-UEL, 2021



GEPES  
GRUPO DE ESTUDOS EM POLÍTICAS  
ELEITORAIS E SOCIAIS

Tribunal Regional Eleitoral  
do Paraná



Observatório de Políticas  
e Práticas Políticas  
Instituto Estadual de Ciências

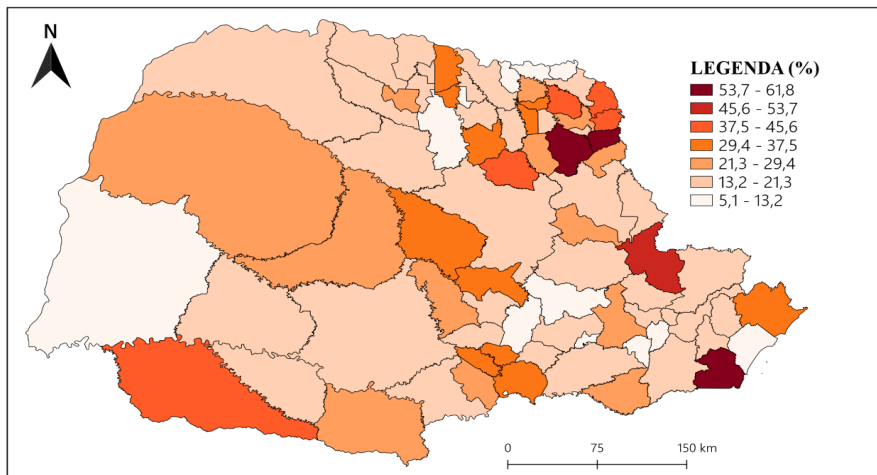
Fonte: IBGE (2020); ter/PR (1950).

\*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1950.

Apesar da polarização em nível nacional entre Getúlio Vargas e Eduardo Gomes, Cristiano Machado (PSD) ocupou a segunda posição no estado do Paraná. Como já salientamos, Vargas obteve resultados mais modestos no Norte Pioneiro e isso se deve à maior inserção de seus concorrentes nesse recorte regional. A proporção de votos destinados a Cristiano Machado em boa parte dos municípios da região esteve acima dos 37,5% e ultrapassou 50% em alguns deles, como pode ser verificado na Figura 11 (na Frente Norte como um todo, seu resultado foi de 23,3% – Figura 7).

Os resultados do candidato Cristiano Machado se mostraram inferiores nas outras frentes de ocupação (Tradicional e Sudoeste). Salvo exceções, como Guaratuba, Cerro Azul, Rio Azul, São Mateus do Sul, Guaraqueçaba, Ipiranga e Clevelândia, seus percentuais ficaram abaixo do teto de 21,3%.

**Figura 11** – Eleições presidenciais de 1950 – percentual de votos (%) de Cristiano Machado, por município, estado do Paraná



Elaborado por GEPES-Unicentro e ObPPP-UEL, 2021



PODAS E INDICADORES  
**GEPES**  
GRUPO DE ESTUDOS EM POLÍTICAS E SOCIOLOGIA



Fonte: IBGE (2020); TRE/PR (1950).

\*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1950.

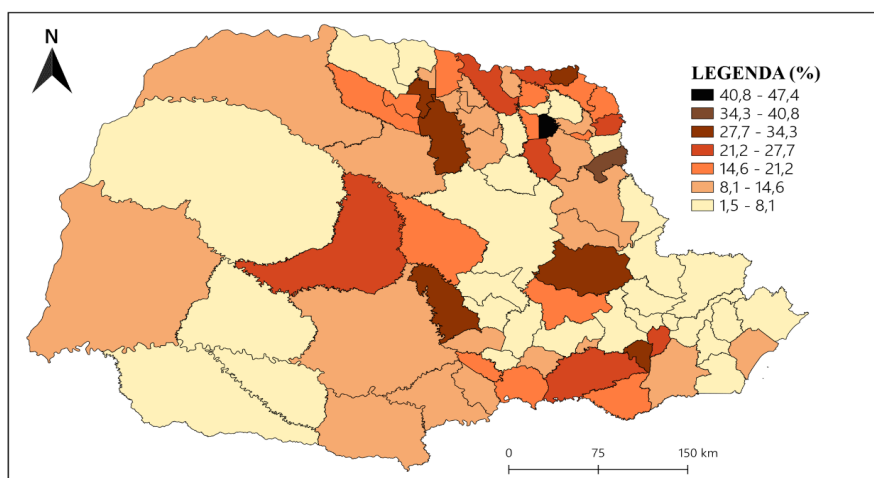
Eduardo Gomes, terceiro colocado no Paraná e segundo no Brasil, apresentou distribuição espacial do voto semelhante a Cristiano Machado, afinal, o Norte Pioneiro ou Paraná Cafeeiro (Ipardes, 1987) se apresenta mais uma vez como recorte regional em que as candidaturas rivais a Getúlio Vargas floresceram, ainda que também seja aquela cujos municípios não possuíam grande número de eleitores.

Também parecidos são os resultados observados nos municípios que compõem o Paraná Tradicional e a Frente Sudoeste, salvo exceções, é claro. Em Prudentópolis, Castro e Araucária, no Paraná Tradicional, Eduardo Gomes esteve entre 27,7% e 34,3%, resultados que se repetiram em municípios da Frente Norte: Londrina, Cambará e Cambé. Jundiá

do Sul e Wenceslau Braz apresentaram resultados ainda melhores para o então candidato Eduardo Gomes.

Nas frentes Norte e Sudoeste, considerando a maior parte dos municípios, Eduardo Gomes teve teto ainda menor que Cristiano Machado, no caso, até 14,6%, como mostrado pela Figura 12:

**Figura 12** – Eleições presidenciais de 1950 – percentual de votos (%) a Eduardo Gomes, por município, estado do Paraná



Elaborado por GEPES-Unicentro e ObPPP-UEL, 2021



**GEPES**  
GRUPO DE ESTUDOS EM  
POLÍTICAS ELEITORAIS E SOCIAIS

**Tribunal Regional Eleitoral**  
do Paraná



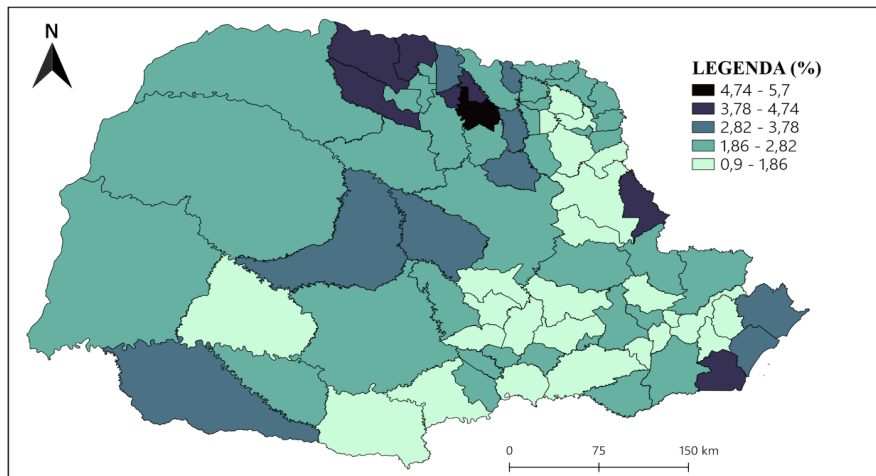
**Observatório de Pesquisas e Políticas Eleitorais**  
Universidade Estadual de Londrina

Fonte: IBGE (2020); TRE/PR (1950).

\*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1950.

No que se refere aos percentuais de votos brancos (Figura 13) e nulos (Figura 14), percebemos que, em maioria, representaram índices modestos, não alcançando em nenhum município patamares superiores a 6%. Ainda assim, a Frente Norte aparece com os maiores indicadores de votos brancos quando comparada a outras frentes de ocupação paranaenses.

**Figura 13** – Eleições presidenciais de 1950 – percentual de votos (%) em branco, por município, estado do Paraná



Elaborado por GEPES-Unicentro e ObPPP-UEL, 2021



GRUPO DE ESTUDOS EM  
**GEPES**  
POLÍTICAS E ESTATÍSTICAS

Tribunal Regional Eleitoral  
do Paraná



Associação de Pesquisadores  
e Políticas Públicas

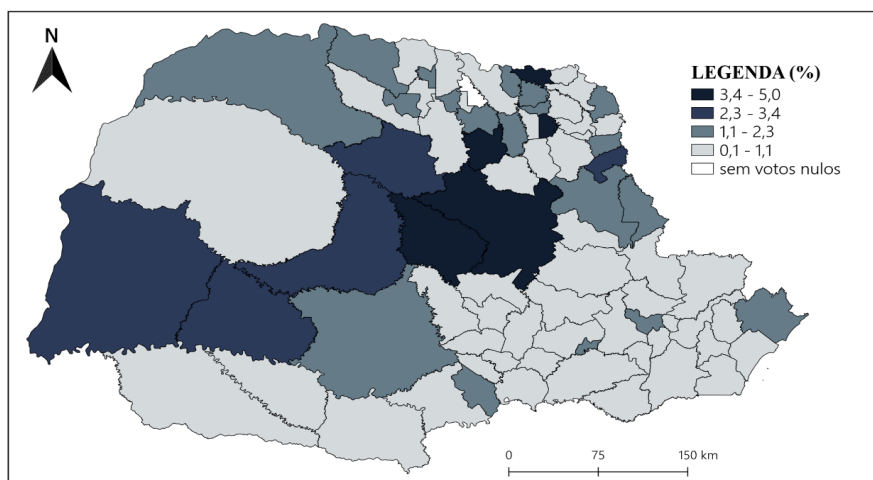
Fonte: IBGE (2020); TRE/PR (1950).

\*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1950.

Os votos nulos (Figura 14) possuem patamares semelhantes aos brancos. Sua distribuição é bastante heterogênea, ainda que o Paraná Tradicional seja nitidamente uma frente de ocupação em que os votos nulos são praticamente irrelevantes. Concluímos que juntos, brancos e nulos não representaram uma mensagem de negação eleitoral aos candidatos ou algo parecido, afinal, com exceção de João Mangabeira<sup>10</sup>, os demais candidatos obtiveram votações distintas, em geral, dos percentuais visualizados para brancos e nulos.

10. Candidato à Presidência da República em 1950 pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), João Mangabeira recebeu menos de 10 mil votos em todo o país. Em sua trajetória política, foi deputado estadual (BA) (1906 a 1908), prefeito de Ilhéus – BA (1908-1909) e deputado federal pela Bahia nos períodos 1909-1911 e 1914-1929. Senador pelo mesmo estado entre 1929 e 1930, teve o mandato interrompido pela Revolução de 1930, a que colocou Getúlio Vargas na Presidência após ter sido derrotado nas eleições por Júlio Prestes.

**Figura 14** – Eleições presidenciais de 1950 – percentual de votos (%) nulos, por município, estado do Paraná



Elaborado por GEPES-Unicentro e ObPPP-UEL, 2021



GRUPO DE ESTUDOS EM  
**GEPES**  
POLÍTICAS ELEITORAIS E SOCIAIS

**Tribunal Regional Eleitoral**  
do Paraná



**Organização de Pesquisas e Políticas Públicas**  
Laboratório de Estudos em Políticas

Fonte: IBGE (2020); TRE/PR (1950).

\*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1950.

Com base nos dados apresentados nas Figuras 5 a 14, concluímos que a hegemonia de Getúlio Vargas se fez presente no estado do Paraná, tal como no Brasil. Destacamos, ao longo desta análise, algumas particularidades locais e regionais que resultaram em municípios em que Vargas não obteve a maioria dos votos, mas tais exceções em nada ameaçaram sua eleição para a Presidência da República.

## Considerações finais

Os primeiros cinco anos da redemocratização do país foram bastante agitados, principalmente em termos políticos. Apesar da pressão em um contexto de crise da ditadura do Estado Novo, que culminou na deposição de Vargas, o ex-presidente consegue retornar ao poder, mas dessa vez legitimado pelo voto popular, evidenciando sua

representatividade em todo território nacional e o capital político conquistado ao longo de sua trajetória.

Vale destacar o processo de construção do regime democrático no cenário brasileiro, que é tristemente interrompido anos mais tarde. Dentro do jogo da democracia, a eleição de 1950 é caracterizada pela polarização, tendo como protagonistas o udenismo representado por Eduardo Gomes e o populismo centrado na figura de Getúlio. A disputa se cristalizou em diferentes setores da sociedade, inclusive na mídia.

No caso específico do estado do Paraná, a eleição de 1950 foi marcada pela vitória ainda mais expressiva de Vargas, se comparada ao resultado em âmbito nacional. A construção dessa maioria ocorreu, entre outros elementos, devido a alianças políticas estratégicas, como o acordo entre PTB e PSB, bem como via influência e/ou apoio de lideranças regionais representativas no estado. A análise da cartografia das eleições de 1950 também possibilitou a verificação dos municípios em que Vargas não foi o mais votado e permitiu analisarmos o desempenho de seus adversários, comparando-o ao adquirido em âmbito nacional.

## **Referências bibliográficas**

- ALMEIDA, A. C. S. (2017). A colonização do território paranaense e o dinamismo dos municípios da frente norte. *Revista de Geografia, Meio Ambiente e Ensino*, vol. 7, n. 1, p. 9-20.
- BATISTELLA, A. (2015). O sistema pluripartidário de 1945-1965 no Paraná: uma análise dos partidos políticos, governos e das eleições no estado. *Tempos Históricos*, vol. 19, n. 2, p. 111-50.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. (2019). Biografia do(a) deputado(a) Moysés Lupion. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/131073/biografia>. Acesso em: 4 ago. 2022.
- CODATO, E. (2007). Personalismo político nos anos cinquenta. *Revista de História Regional*, vol. 7, n. 1, p. 9-45.
- COSTA, L. R. A. (2014). Bota o retrato do velho Getúlio outra vez: a campanha presidencial de 1950 na imprensa do Rio de Janeiro. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- DIÁRIO DA TARDE. Curitiba, ano 52, n. 17.134, 2 out. 1950.
- FABRINI, F. (2016). Formação socioespacial do noroeste do Paraná e a ação da Companhia Colonizadora Byington. In: ROMPATTO, M. et al. (orgs.). *História do Paraná: migrações, políticas e relações interculturais na reocupação das regiões norte, noroeste e oeste do estado*. Toledo: Fasul.

- FERREIRA, G. et al. (2020). As eleições para governador do Paraná em 1947: uma análise do contexto e resultados. *Paraná Eleitoral*, vol. 6, n. 2, p. 501-15.
- FERREIRA, J. (2010). Apresentação. *Revista Tempo*, vol. 14, n. 28, p. 11-8.
- GHIGGI, L. (2014). Legislação eleitoral e sistema político-partidário de 1945 a 1964: continuidades e rupturas. 2014. Tese (Mestrado em Ciência Política) – Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- GOMES, A. C. G.; FERREIRA, J. (2018). Brasil, 1945-1964: uma democracia representativa em consolidação. *Locus: Revista de História*, vol. 24, n. 2, p. 251-75.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (1951). Censo demográfico: população e habitação. Rio de Janeiro: IBGE.
- \_\_\_\_\_. (2020). Malha municipal edição 2020. Rio de Janeiro: IBGE.
- INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. (1987). *O Paraná reinventado: política e governo*. Curitiba: Irapres.
- \_\_\_\_\_. (1989). *Resultados eleitorais: Paraná (1945-1982)*. Curitiba: Irapres.
- MONTEIRO, C. (2013). Política entre razão e sentimentos: a militância dos comunistas no Paraná (1945-1947). 2013. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- O DIA. Curitiba, ano 27, n. 8.511, 17 set. 1950.
- O DIA. Curitiba, ano 27, n. 8.512, 19 set. 1950.
- O DIA. Curitiba, ano 27, n. 8.513, 20 set. 1950.
- SANTOS JUNIOR, W. et al. (2020). Eleições para governador do Paraná em 1950. *Paraná Eleitoral*, vol. 6, n. 2, p. 517-33.
- TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DO PARANÁ. (1950). Eleições de 3 de outubro de 1950. Curitiba: TRE/PR.



# Eleições presidenciais de 1955 no estado do Paraná

**Cláudia Siqueira Baltar, Ronaldo Baltar, Francisco Lima Mota e Tiago Viesba Pini Inácio**

## Resumo

O objetivo deste artigo é apresentar uma representação georreferenciada do resultado da eleição presidencial de 1955, no estado do Paraná. Nesse sentido, elaboramos o georreferenciamento dos votos dos candidatos à presidência, – neste pleito: Juscelino Kubitschek, Juarez Távora, Adhemar de Barros e Plínio Salgado –, além dos votos em branco e nulos, organizados segundo as regiões de ocupação do Paraná: Tradicional, Norte e Sudoeste. A eleição presidencial de 1955 possui a característica de ser a mais competitiva do período 1946-1964, tanto no plano nacional, como no contexto estadual do Paraná. Embora o candidato eleito tenha sido Juscelino Kubitschek, no local estudado, o candidato mais votado foi Adhemar de Barros, seguido de Juscelino Kubitschek, Plínio Salgado e, por fim, Juarez Távora. Destaca-se que o resultado do pleito, equilibrado em termos percentuais, pode ser entendido pelas diversas transformações em curso naquele contexto, tanto no país, como no Paraná. Assim, embora

## Sobre os autores

Cláudia Siqueira Baltar é docente do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Possui graduação em Ciências Sociais (USP), Mestrado em Ciência Política (UNICAMP) e Doutorado em Demografia (UNICAMP). E-mail: cbaltar@uel.br

Ronaldo Baltar é docente do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Possui graduação em Ciências Sociais (UNB), Mestrado em Sociologia (UNICAMP) e Doutorado em Sociologia (USP). E-mail: baltar@uel.br

Francisco Lima Mota é servidor Técnico Administrativo da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL). É licenciado em Geografia pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e doutorando em Geografia pela Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO). E-mail: franciscocesiuema@gmail.com

Tiago Viesba Pini Inácio é mestrando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro) e bacharel em Relações Internacionais pelo Centro Universitário Curitiba (UNICURITIBA). E-mail: tiagoviesba009@gmail.com

houvesse resquícios da influência da herança varguista em 1955, essas eleições contaram com avanços na legislação eleitoral e crescimento do eleitorado. Além disso, o país assistia, desde a década de 1940, um processo crescente de urbanização, crescimento populacional, incremento das migrações internas e desenvolvimento econômico. No estado do Paraná, a ocupação territorial e a dinâmica demográfica assumiram patamares mais elevados, em função da expansão da fronteira econômica (em especial, a cafeeira) e urbana, o que possibilitou uma ocupação sistematizada de diferentes regiões do estado, através da criação de novas cidades. Esse conjunto de fatores possibilitou a ocorrência de uma situação política-eleitoral *sui generis* no Paraná, expressa por um pleito presidencial bastante disputado, cujos votos variaram, marcadamente, nas diferentes regiões do estado.

**Palavras-chave:** geografia do voto; eleições presidenciais de 1955; Paraná.

### **Abstract**

This work aims to present a georeferenced image of Brazil's 1955 presidential elections in the state of Paraná. In this sense, we elaborated the georeferencing of the votes of the candidates for the presidency – Juscelino Kubitschek, Juarez Távora, Adhemar de Barros, and Plínio Salgado – and the blank and null votes, organized according to the regions of occupation of Paraná: Traditional, North, and Southwest. The presidential election of 1955 is the most competitive in the period 1946-1964, both in the national context and in the context of the state of Paraná. Although the winning candidate was Juscelino Kubitschek, in the studied place, the candidate most voted for was Adhemar de Barros, followed by Juscelino Kubitschek, Plinio Salgado, and then, Juarez Távora. Note that the result of the poll, balanced in percentage terms, can be understood considering the various changes taking place in that context, both in the country and in Paraná. Thus, although there are remains of the influence of Vargas' heritage in 1955, these elections presented advances in electoral legislation and voter growth. Moreover, since the 1940s, the country experienced an increasing process of urbanization, population growth, internal migration, and economic development. In the state of Paraná, territorial occupation and demographic dynamics assumed higher levels, due to the expansion of the economic (specially of coffee) and urban frontiers, which allowed a systematized occupation of different regions of the state, by creating new cities. This combination of factors led to the *sui generis* political-electoral situation in Paraná, reflecting in the very disputed presidential election, whose votes varied markedly in different regions of the state.

**Keywords:** voting geography; brazilian presidential elections 1955; Paraná.

## Introdução

Durante o período democrático de 1945-1964, a eleição presidencial de 1955 foi a mais competitiva dentre todas as disputas eleitorais para presidência ocorridas no país, tanto em nível nacional como no contexto do estado do Paraná.

Considerando os resultados eleitorais para o Brasil dos pleitos de 1945, 1950, 1955 e 1960, disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE)<sup>1</sup>, destaca-se que, em 1955, Juscelino Kubitschek (JK) venceu as eleições com 35,% dos votos<sup>2</sup>, com uma diferença de cerca de cinco pontos percentuais do segundo colocado, Juarez Távora (30%) que, por sua vez, também registrou a mesma diferença percentual em relação ao terceiro, Ademar de Barros (26%), sinalizando o acirramento da disputa entre os três primeiros candidatos<sup>3</sup>.

Nas demais eleições presidenciais do período, os percentuais de votos recebidos pelos candidatos não foram tão próximos: em 1945, Gaspar Dutra se elegeu com 55% dos votos, com uma margem de 21 pontos percentuais em relação ao segundo colocado; Eduardo Gomes, em 1950, também com uma diferença dos 21 pontos percentuais; Getúlio Vargas se elegeu com 48% dos votos; e, por fim, em 1960, Jânio Quadros se elegeu com 48% dos votos, com uma diferença de 15 pontos percentuais em relação ao segundo candidato, Henrique Lott.

No estado do Paraná, a eleição presidencial de 1955 vai se revelar ainda mais competitiva e com resultados diferentes em relação ao cenário nacional. Nesse sentido, destaca-se, primeiramente, que os quatro candidatos da disputa registraram uma votação bastante equilibrada entre si, variando entre 20 e 28% dos votos. Em segundo lugar, diferentemente do cenário nacional, o candidato mais votado no Paraná foi Ademar de Barros, que recebeu 28%

1. Dados eleitorais disponíveis no Repositório de Dados Eleitorais, do Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/hotsites/pesquisas-eleitorais/index.html>. Acesso em: 24 out. 2021.
2. Tanto pelo Decreto-Lei 7.586/1945 (Lei Agamenon) como pela Lei 1.164/1950, o Código Eleitoral vigente em 1955, para os cargos majoritários, a definição do candidato eleito se estabelecia pela maioria simples dos votos.
3. Nas eleições de 1955, o quarto candidato na disputa presidencial, Plínio Salgado, obteve 8% dos votos no contexto nacional.

dos votos, sendo JK o segundo mais votado no estado, com 23% dos votos. Por fim, observa-se a importante performance eleitoral de Plínio Salgado que, com 22% dos votos, foi o terceiro candidato mais votado no estado.

Essa situação *sui generis* do pleito presidencial de 1955, no estado do Paraná, não vai se repetir nas demais eleições presidenciais do período, porém é importante destacar que, ao longo do período considerado, a vitória foi sendo conquistada pelo primeiro colocado na disputa, com um percentual decrescente de votos, a cada pleito: em 1945, Gaspar Dutra venceu as eleições presidenciais no Paraná, com votação superior a 70% dos votos; em 1950, Getúlio Vargas tornou-se o mais votado no estado, com 60% dos votos; e em 1960, Jânio Quadros é o candidato mais votado no Paraná, concentrando cerca de 50% dos votos do estado.

Considerando as características de cada pleito eleitoral e as especificidades dos resultados das eleições, a níveis nacional e estadual, esse quadro das eleições permite sinalizar as transformações em curso no país. De acordo com estudos de Lavareda (1999), Soares (2001) e Carvalho (2002), entre os anos de 1945 e 1964, o país vivenciou um importante período de desenvolvimento de instituições democráticas e de consolidação político-partidária, destacando-se entre os principais processos o crescimento do eleitorado e o aprimoramento do exercício do voto.

Diferentes dimensões da realidade social do país vincularam-se a essas mudanças políticas e contribuíram para a sua concretização. Nesse sentido, uma das chaves para o conhecimento das transformações, ocorridas entre 1945 e 1964, refere-se à consideração do projeto nacional-desenvolvimentista ao longo do período, desde os investimentos na indústria de base, até o desenvolvimento da indústria voltada para o consumo de massa e a presença do capital estrangeiro (Jaguaribe, 1972; Draibe, 1985; Ianni, 1996; Bielschowsky; Mussi, 2005).

Por sua vez, o crescimento populacional, especialmente o da população urbana, e do aumento no número de cidades, em todas as regiões do país, registrados pelos censos demográficos, realizados ao longo do período considerado, constituem uma outra dimensão da realidade social necessária para o entendimento e explicação das transformações político-eleitorais e partidárias no período de 1945-1964 (Soares, 2001; Gomes, 2005; Fausto, 2006).

Concomitantemente a esses processos, é importante evidenciar o desenvolvimento institucional em curso, ao longo do período considerado, através do estabelecimento contínuo de um aparato legal, que vai colocar em prática importantes avanços no plano eleitoral e partidário do país. Nesse sentido, como apresentado em TSE (2014) e abordado em Santos et al. (2020), vale destacar algumas das características da legislação vigente que amparou os pleitos eleitorais no período 1945-1964:

- 1) Lei Agamenon (Decreto-Lei 7.586/1945): restabeleceu a Justiça Eleitoral e o voto feminino (presentes já no primeiro Código Eleitoral do país, de 1932), estabeleceu a obrigatoriedade do alistamento e do voto, o caráter direto e sigiloso do voto, além da definição do caráter nacional dos partidos políticos;
- 2) Constituição Federal de 1946: mantém a adoção do voto universal, secreto, obrigatório e direto, o alistamento obrigatório para ambos os sexos e a vedação do voto aos analfabetos. Mantém, também, a Justiça Eleitoral como a instância responsável por toda organização do processo eleitoral, alistamento de eleitores e regularização partidária;
- 3) Código Eleitoral de 1950 (Lei 1.164/1950): instituiu critérios para padronização das cédulas de voto e extinguiu o alistamento ex officio;
- 4) Lei 2.550/1951: além de criar a cédula oficial de votação, trouxe novidades importantes para a liberdade do exercício do voto - proibiu que seções eleitorais fossem localizadas em fazenda, sítio ou qualquer outra propriedade rural privada (Artigo 27) e vedou que mesas receptoras de votos funcionassem em propriedade ou habitação pertencente a candidato, membro de diretório de partido, delegado de partido ou autoridade policial, bem como dos respectivos cônjuges e parentes (Artigo 28).

Com a elaboração desse quadro do período de 1945-1964, buscou-se evidenciar aspectos importantes referentes às eleições presidenciais ocorridas na época e às diversas transformações políticas e sociais em curso na sociedade brasileira, ao longo do período de 1945-1964, os quais servirão de subsídios na abordagem das

especificidades das eleições presidenciais de 1955 no estado do Paraná, foco deste capítulo.

## **Contexto político e social das eleições presidenciais**

Em 03 de outubro de 1955, realizou-se a terceira eleição presidencial do período de redemocratização, que se iniciou em 1945, após o fim da ditadura do Estado Novo no Brasil. O ex-governador de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek, saiu-se vencedor pela coligação encabeçada pelo Partido Social Democrático (PSD) com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Ganhou do general Juarez Távora, que concorreu pela União Democrática Nacional (UDN), de Adhemar de Barros, ex-Governador de São Paulo, candidato pelo Partido Social Progressista (PSP) e de Plínio Salgado, líder do Movimento Integralista, que disputou a Presidência da República pelo Partido de Representação Popular (PRP).

Essa disputa ao Palácio do Catete ocorreu em um momento de intensa instabilidade política. Foi marcada pelo suicídio do Presidente Vargas, ocorrido pouco mais de um ano antes, em agosto de 1954. Essa seria a primeira vez desde 1930 que a definição da Presidência da República não teria Getúlio Vargas como protagonista. Mas, a disputa entre a herança do “varguismo”, representado sobretudo pelo candidato à vice-presidência pelo PTB, João Goulart, e o “anti-varguismo” ainda se fazia bastante presente nas articulações e nos debates políticos naquele ano, especialmente pelas enfáticas conclamações públicas do jornalista Carlos Lacerda por uma intervenção militar (Fausto, 2006, 419).

Pelas regras eleitorais, dispostas no Art. 38 da Constituição Federal de 1946, os cargos de presidente e vice-presidente da República eram escolhidos em votações independentes. Concorreram para a vice-presidência, o petebista João Goulart, coligado ao PSD, de Juscelino; o udenista Milton Campos; e Danton Coelho, pelo PSP. O PRP de Plínio Salgado não lançou candidato à vice-presidência. O vitorioso foi João Goulart, Ministro do Trabalho de Getúlio, que em 1954 havia protagonizado o aumento de 100% do salário-mínimo, uma das medidas mais criticadas pela UDN nos últimos momentos do governo Vargas.

**Tabela 1** – Votos nominais e total de votos apurados nas eleições presidenciais de 1955, por candidato, Brasil

Candidato	Votos	% dos votos nominais	% dos votos apurados
JUSCELINO KUBITSCHECK (PSD, PSD, PTB, PR, PTN, PST, PRT)	3.077.411	35,68%	33,83%
JUARÉZ TÁVORA (UDN, PDC, PL, PSB)	2.610.462	30,27%	28,70%
ADHEMAR DE BARROS (PSP)	2.222.725	25,77%	24,43%
PLÍNIO SALGADO (PRP)	714.379	8,28%	7,85%
<b>Total de votos nominais</b>	<b>8.624.977</b>	<b>100,00%</b>	<b>94,81%</b>
Votos brancos	161.852		1,78%
Votos nulos	310.185		3,41%
<b>Total de votos apurados</b>	<b>9.097.014</b>		<b>100,00%</b>

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Elaborado por GEPES-Unicentro e ObPPP-UEL, 2021.

A eleição presidencial de 1955 teve um resultado equilibrado em termos de porcentagem de votos recebidos pelos candidatos. Conforme pode-se observar na Tabela 1, Juscelino Kubitschek venceu o pleito com menos de 5% de diferença para Juarez Távora. O terceiro colocado, Adhemar de Barros, ficou com a menos de cinco pontos percentuais do candidato da UDN. Plínio Salgado ficou mais distante dos três primeiros candidatos, com 8,28% do total de votos.

O clima de tensão, ainda bastante influenciado pelos anos de Getúlio Vargas no poder, foi inflamado pela agenda internacional marcada pelo início da Guerra Fria, conflito que nortearia a política internacional pelas próximas décadas (Kubitschek, 2001). A oposição da UDN ao populismo de Vargas passou a se somar ao anti-comunismo, reforçado pelo acirramento da disputa entre Estados Unidos da América (EUA) e União Soviética (URSS), pela ampliação de suas respectivas esferas de influência no mundo pós Segunda Guerra Mundial.

A aliança PSD-PTB colocou o candidato Juscelino no centro dos pronunciamentos radicais de Carlos Lacerda. O udenista,

dono do jornal carioca *Tribuna da Imprensa*, havia se tornado a principal voz de oposição a Getúlio Vargas, desde 1950. Juscelino, após vencer disputas internas no PSD e de confirmar sua candidatura em fevereiro de 1955, fortaleceu sua aliança com João Goulart. O apoio do PTB favoreceu também o apoio do PCB, que estava na ilegalidade, e a composição formal de uma coligação com outros partidos trabalhistas, como o Partido Social Trabalhista (PST), o Partido Republicano Trabalhista (PRT), o Partido Trabalhista Nacional (PTN) e o Partido Republicano (PR), do ex-Presidente Arthur Bernardes, alvo dos tenentistas liderados por Prestes e Juarez Távora, na década de 1920.

A UDN havia sido constituída, em 1945, como um agrupamento de lideranças políticas e movimentos que se opunham ao Estado Novo e, por consequência, a Getúlio Vargas. Fizeram parte do partido conservadores, liberais e socialistas da Esquerda Democrática (que posteriormente se transformaria no PSB). A anticorrupção e o fim da ditadura era a pauta que unificava os udenistas. Havia uma agenda moralista, mas os parlamentares da UDN, no final da década de 1940 e início dos anos de 1950, haviam também apoiado a nacionalização do petróleo e eram a favor da liberdade partidária, inclusive aos comunistas.

Mas na oposição sistemática e cada vez mais radical contra o varguismo, sobretudo após a eleição de 1950, quando Getúlio venceu o candidato brigadeiro Eduardo Gomes, o udenismo passou a manifestar-se cada vez mais abertamente pela intervenção militar no governo federal para afastar Vargas. O discurso anticomunista também ganhou força como bandeira da UDN, identificando Vargas, o populismo e a intervenção estatal na economia como os pilares da corrupção, da inflação e do atraso no desenvolvimento do país. A UDN e Carlos Lacerda passaram a ver na campanha de Juscelino, aliado ao PTB, a continuidade do varguismo, com tendência à radicalização em virtude do apoio recebido pelos comunistas.

Desde a atuação como prefeito de Belo Horizonte, em 1940, e governador de Minas Gerais, entre 1951 e 1955, Juscelino tinha se destacado em sua trajetória política pela modernização urbana e investimentos em infraestrutura para o desenvolvimento econômico, como energia e transportes (Kubitschek, 2001). Sua atuação

como político mineiro sempre foi próxima de Getúlio e de seus aliados no estado.

Mas, Juscelino era um político do PSD. Não era um quadro petebista. Na campanha presidencial de 1955, a bandeira do trabalhismo getulista era carregada por João Goulart e estava centrada no nacionalismo industrial e na expansão dos direitos trabalhistas. No discurso petebista, o Estado deveria ser o indutor e garantidor do processo de desenvolvimento e, sobretudo, da regulação das relações de trabalho, com vistas a garantir o emprego, a correção dos salários e as condições de trabalho, tal como definidos na legislação trabalhista.

A imagem de JK tinha mais foco na modernização do que no populismo. Sua campanha para a presidência tinha participação do setor público na aceleração do desenvolvimento como o tema central, representado pelo lema “cinquenta anos em cinco” que, depois de eleito, se transformaria no Plano de Metas<sup>4</sup>. O principal ponto do seu discurso, para o qual convergiam todas as metas, era a indução à industrialização como elemento chave para a modernização do país. Esse era um enfoque que, de certa forma, unificava as aspirações de democratas, nacionalistas, populistas, trabalhistas, socialistas, comunistas e todas as correntes políticas que se opunham ao que se identificava, na época, como o principal problema do atraso do Brasil: a concentração de terras, o latifúndio agroexportador e a dependência do país em relação aos produtos manufaturados vindos do exterior (Bielschowsk e Mussi, 2005).

O Partido Comunista do Brasil (PCB) – criado em 1922 e que tinha Luís Carlos Prestes como Secretário Geral desde 1943 – lançou um manifesto público de apoio à chapa Juscelino e João Goulart para a disputa presidencial de 1955. O PCB, Prestes e os militantes comunistas haviam sofrido perseguição de Getúlio após o frustrado levante comunista de 1935. Na eleição de 1946, já na legalidade, o PCB conseguiu eleger vários parlamentares, entre os quais o próprio Prestes como Senador pelo Distrito Federal.

---

4. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/programa-de-metas>. Acesso em: 21 set. 2022.

Em 1947, o Tribunal Superior Eleitoral tornou novamente ilegal o registro do partido e os comunistas eleitos tiveram os seus direitos cassados. O partido reorientou suas ações nos anos seguintes para o que entendia ser uma linha mais revolucionária. No início dos anos 1950, o PCB criticava como “burgueses” os partidos socialistas, como o Partido Socialista Brasileiro (PSB) e os trabalhistas, como o PTB. O manifesto de apoio do PCB a Juscelino Kubitschek e à coligação do PSD com o PTB reforçaram o tom anticomunista da campanha dos udenistas, apesar do PSB fazer parte da coligação do general Juarez Távora que, além da UDN e dos socialistas, ainda contava com a participação dos democrata-cristãos (PDC) e dos liberais do Partido Liberal (PL).

A candidatura de Adhemar de Barros, ex-governador de São Paulo, pelo Partido Social Progressista (PSP) corria em paralelo à disputa em torno da herança política de Getúlio Vargas. O vice-presidente da República, Café Filho, filiado ao PSP, havia sido indicado para a composição da chapa presidencial de 1950, com Getúlio Vargas, em troca do apoio de Adhemar de Barros, então governador de São Paulo.

Em sua passagem pelo governo de São Paulo, tanto como interventor durante o Estado Novo, quanto como Governador eleito, de 1945 a 1951, Adhemar de Barros consolidou uma imagem de político moderno e por acusações de desvio de recursos públicos. Sua agenda de governo era marcada pelos investimentos na expansão da infraestrutura do estado, sobretudo as rodovias. Havia uma base de apoio ademarista bastante ampla e consolidada em São Paulo e estados adjacentes. Incluía-se o norte do Paraná, região de recente colonização e que se destacava pelo rápido crescimento populacional e intenso dinamismo econômico, gerados sobretudo pela urbanização, bem como pelos empreendimentos ligados à cafeicultura (Nicholls, 1970).

Getúlio contou com o apoio de Adhemar para se eleger em 1950, tendo o potiguar Café Filho, indicado pelo PSP, como vice. O apoio que Adhemar havia dado a Getúlio em 1950, deveria ser retribuído com o apoio de Getúlio à candidatura do governador de São Paulo para a presidência em 1955. O desfecho do segundo mandato de Vargas não favoreceu a continuação do acordo do PSB com o PTB.

**Figura I** – Charge ilustrando os candidatos à presidência, nas eleições de 1955

Fonte: Diário do Paraná, 1955.

Publicado uma semana antes das eleições de 1955, no jornal Diário do Paraná, a charge ilustra as características e alianças dos quatro candidatos à presidência da República, na qual é destacado o apoio do PCB, na figura de Carlos Prestes, à candidatura de Juscelino Kubitschek, assim como o apoio de Jânio Quadros, então governador de São Paulo, a Juarez Távora. A figura de Adhemar de Barros aparece escalando a presidência apoiado a um carro de luxo e a “caixinha”, imagem que remete à prática de formação de um fundo de recursos paralelo, e, por fim, a Plínio Salgado aparece caracterizado em trajes integralistas, movimento que fundou na década de 1930.

Em agosto de 1954, Carlos Lacerda sofreu um atentado a tiros na saída do edifício em que morava, no qual foi morto seu guarda-costas, Rubens Vaz, major da Força Aérea Brasileira (FAB). O crime foi atribuído à guarda pessoal do presidente, sob o comando de Gregório Fortunato. Os udenistas aumentaram a pressão sobre Getúlio Vargas. Vários comandantes militares anti-varguistas, entre eles Juarez Távora, subscreveram um abaixo-assinado pela renúncia do presidente e sua substituição pelo vice, Café Filho, nos termos da Constituição. No dia seguinte, Vargas suicidou-se,

deixando uma carta-testamento, lida por João Goulart no funeral em São Borja, na qual finaliza com a frase “saio da vida para entrar para a história”.

Café Filho assumiu a presidência até novembro de 1955, quando se afastou do cargo por motivos de saúde. O então presidente não apoiava a candidatura de Juscelino. Com o resultado das eleições de outubro, tendo sido vitoriosos JK e Goulart, com aproximadamente um terço do total de votos nominais, dado que naquele momento não havia ainda eleições em dois turnos, a UDN começou uma campanha de contestação da legitimidade do resultado. Carlos Lacerda e vários militares começaram a articular um golpe para impedir a posse da chapa PSD/PTB na presidência e vice-presidência da República.

O substituto de Café Filho na linha de sucessão – o presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Luz – apoiou as articulações militares para não deixar Juscelino e João Goulart assumirem os cargos para os quais haviam sido eleitos. Iniciou-se um conjunto de manobras políticas que terminou com o que foi chamado de “movimento 11 de novembro” ou “golpe preventivo” do general Henrique Teixeira Lott, que colocou o senador Nereu Ramos na Presidência no lugar de Carlos Luz e garantiu a transição da faixa presidencial nos termos da Constituição.

Juarez Távora, candidato da coligação liderada pela UDN, que havia ficado na segunda colocação, não tinha perspectivas de assumir a presidência, caso o golpe articulado por Carlos Luz não tivesse sido desarticulado pela iniciativa do general Lott. A proposta udenista, diante do fato de que nenhum dos candidatos havia alcançado maioria absoluta, era cancelar o pleito de 1955, instaurar um governo provisório e remarcar novas eleições em um novo momento. Assim, esperavam impedir a posse de Juscelino e Goulart, visto como continuidade do varguismo.

O general Juarez Távora era uma liderança militar respeitada, com reputação construída desde o início de sua atuação junto aos revolucionários de 1930. Teve participação direta no primeiro governo Vargas. Afastou-se de Getúlio durante a ditadura do Estado Novo e ingressou na UDN como forma de resgatar os ideais tenentistas que levaram à deposição de Washington Luís. Durante a volta de Vargas em 1950, foi um opositor da campanha pela Petrobrás (Fausto, 2006). Esse posicionamento respaldava-se na ala militar favorável ao alinhamento mais estreito com os Estados

Unidos, a partir de uma visão da política internacional de alianças frente ao avanço do comunismo, na Guerra Fria. Esse grupo tendia a identificar o liberalismo econômico como prevenção ao que entendiam como sendo os males do planejamento econômico estatal do tipo soviético ou chinês. Eram militares que encontravam apoio em políticos representantes de setores econômicos que se viam prejudicados pelas políticas nacionalistas de desenvolvimento induzidas pelo Estado pelo PTB e PSD.

Quando Café Filho assumiu o governo, após a morte de Vargas, em agosto de 1954, chamou o general Távora para chefiar o gabinete militar da Presidência da República. No início de 1955, quando os anti-vargistas procuravam um candidato viável para enfrentar a dupla JK e Goulart, o nome de Juarez Távora não foi unanimidade entre as diversas correntes que se articulavam em torno da UDN. Café Filho lançou o nome do então governador do Paraná, Bento Munhoz da Rocha, do Partido Republicando (PR) como candidato a unificar o anti-varguismo. O PR de Minas Gerais, base política da liderança do partido – Arthur Bernardes Filho –, havia declarado apoio à Juscelino. O nome de Bento Munhoz não conseguiu se firmar entre os dissidentes do seu partido e do PSD para fazer frente à UDN, que não abraçou o nome do governador paranaense. Assim, mesmo com idas e vindas, a candidatura de Juarez Távora foi se consolidando como catalizador das tendências contrárias à continuidade do varguismo no poder. Bento Munhoz, deixou o governo do Paraná em 1955 e assumiu o Ministério da Agricultura nos últimos meses de mandato de Café Filho.

O discurso nacionalista e populista da aliança Juscelino-João Goulart teve a concorrência de Adhemar de Barros, cujo partido havia sido aliado de Getúlio em 1950. Por outro lado, a campanha conservadora de Juarez Távora e Milton Campos teve a concorrência do candidato Plínio Salgado do Partido de Representação Popular (PRP). O líder do movimento integralista candidatou-se à Presidência da República com o seu novo partido, o PRP, criado para substituir a Aliança Integralista do Brasil (AIB), banida durante o Estado Novo. Apesar de haver uma identificação entre o conservadorismo da UDN e os postulados do Integralismo, principalmente no tocante ao anticomunismo, havia mais diferenças entre Juarez Távora e Plínio Salgado do que semelhanças. Plínio era próximo de Juscelino Kubitschek, a quem se atribui o incentivo pela

candidatura do PRP, visando a divisão do eleitorado mais à direita no espectro político, em 1955. O Integralismo era uma espécie de fascismo italiano brasileiro. Uma diferença fundamental entre o discurso udenista e o discurso integralista estava na defesa enfática do nacionalismo pelos últimos, o que, em termos econômicos e culturais, era sempre relativizado pelos primeiros.

Durante a campanha, Plínio Salgado procurou mostrar que sua doutrina era distante do fascismo. Enfatizava que, ao contrário do movimento italiano de Benito Mussolini, defendia valores cristãos para definir o que era a pessoa humana integral. Plínio enfatizava que o Integralismo era um movimento nacionalista e que representava as aspirações do povo brasileiro. O candidato do PRP acusava Juarez Távora de ser o candidato representante do totalitarismo.

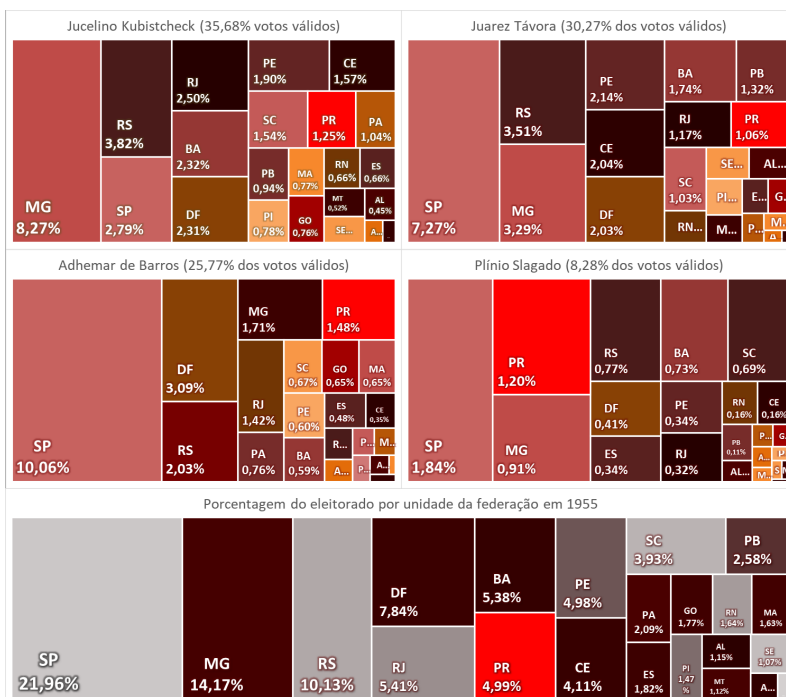
A resposta nos jornais udenistas apostava na ridicularização dos integralistas, cuja lembrança ainda estava viva na memória do público quando na década de 1930 desfilavam com seus uniformes e trejeitos assemelhados aos nazistas alemães e fascistas italianos. Para os liberais da UDN, fascistas e comunistas eram duas faces da mesma moeda: o totalitarismo. Com esse discurso, os udenistas procuravam reforçar a crítica tanto ao PRP de Plínio Salgado, quanto à coligação PSD-PTB de Juscelino e João Goulart, publicamente apoiada pelo PCB e Luís Carlos Prestes.

O conservadorismo ideológico pregado pelo PRP estava bem distante dos postulados desenvolvimentistas e trabalhistas tanto do PTB, quanto do PSD. O PCB manteve uma crítica ácida ao PRP e ao integralismo como representação nacional do fascismo derrotado na Segunda Guerra Mundial. Mas, havia uma relação pessoal de respeito entre JK e Plínio Salgado. Passada a eleição, após a posse, JK convidou Plínio Salgado para ocupar a presidência do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Na tentativa de golpe contra a posse dos eleitos, em novembro de 1955, Plínio Salgado se manifestou pela legalidade, em defesa de Juscelino e João Goulart.

A campanha eleitoral acirrada, alimentada pelas diversas disputas ideológicas no cenário político nacional e internacional da década de 1950, repercutiram na forma como as regiões apoiaram cada coligação. De acordo com o Gráfico 1, Juscelino venceu na maioria dos estados, mas teve um forte apoio em Minas Gerais, seu estado de origem, e Rio Grande do Sul, de João Goulart. Juarez Távora saiu-se vitorioso em alguns estados do Nordeste: Ceará, sua terra natal, Paraíba,

Pernambuco, Alagoas e Sergipe. O Rio Grande do Norte, de Café Filho, deu a vitória a Juscelino. Adhemar de Barros teve mais votos nos estados de São Paulo, sua base política, no Paraná, Território Federal do Guaporé e Amazonas. Plínio Salgado não ganhou em nenhum estado. Seus votos vieram principalmente de São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia e Santa Catarina.

**Gráfico 1** – Percentual de eleitores sobre o total de votos nominais por candidatos e Unidades da Federação, nas eleições presidenciais de 1955, Brasil

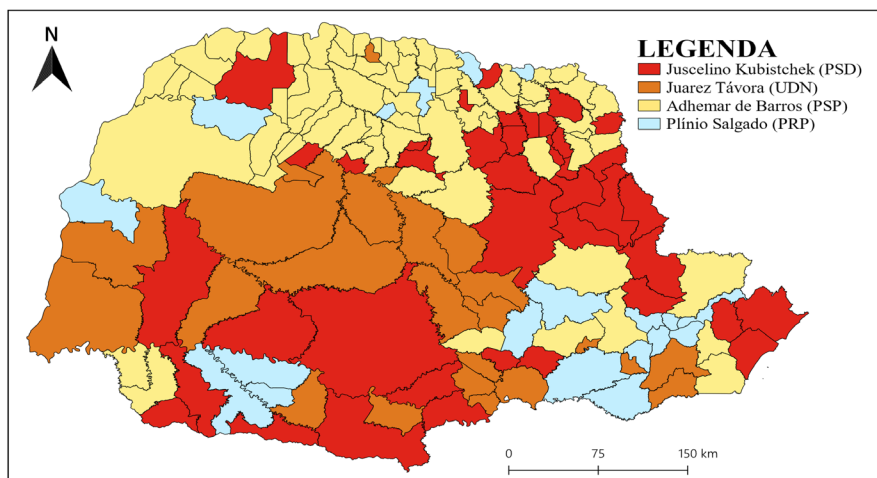


Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Elaborado por GEPES-Unicentro e ObPPP-UJEL, 2021.

Conforme o Gráfico 1, dos 35,68% votos que deram a vitória a Juscelino, a maioria dos seus eleitores era dos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, São Paulo, estado do Rio de Janeiro, Bahia e Distrito Federal (que na época correspondia à cidade do Rio de Janeiro). De acordo com os dados do Tribunal Superior Eleitoral, no Paraná, JK ficou em segundo lugar, com 108.031 votos. Em primeiro ficou Adhemar de Barros, com 127.758 votos. Plínio Salgado teve um desempenho de destaque no Paraná, conquistando 103.256 votos, ficando à frente de Juarez Távora, que obteve 91.540 votos.

A vitória de Adhemar no Paraná já era esperada. No dia 27 de setembro de 1955, uma terça-feira, o *Correio da Manhã*, no Rio de Janeiro, publicou em seu Primeiro Caderno uma extensa matéria com análise e prognósticos para as eleições presidenciais que se realizariam dali a uma semana<sup>5</sup>. O jornal destacava que, no estado do Paraná, a disputa para o governo do estado “apaixona de tal forma” que os candidatos estaduais estavam evitando se expor na defesa dos candidatos de seus próprios partidos ao Catete. O prognóstico da reportagem era de que haveria uma disputa apertada entre Juscelino e Juarez em todo o Brasil, mas, no Paraná, Adhemar teria mais votos em virtude do apoio recebido no Norte do Estado, região com forte presença de paulistas. Pode-se observar, na Figura 1, os municípios paranaenses classificados de acordo com o candidato presidencial que recebeu a maior quantidade de votos.

**Figura 2** – Eleições presidenciais de 1955 – candidato vencedor por municípios do estado do Paraná



Elaborado por GEPES-Unicentro e ObPPP-UEL, 2021



POSIÇÃO E ORIENTAÇÃO  
**GEPES**  
GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM POLÍTICAS PÚBLICAS

**Tribunal Regional Eleitoral**  
do Paraná



Fonte: Malha municipal de 2020 (IBGE); Tribunal Regional Eleitoral/Paraná (TRE/PR).  
\*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1955.

5. *Correio da Manhã*. 1955, p. 12. Biblioteca Nacional Digital. Disponível em [http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842\\_06&pagfis=53283&url=http://memoria.bn.br/docreader#](http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_06&pagfis=53283&url=http://memoria.bn.br/docreader#). Acesso em: 24 out. 2021.

Conforme destacado anteriormente, as eleições presidenciais de 1955 foram as mais competitivas do período de 1946-1964, tanto no plano nacional como no contexto estadual do Paraná. Embora o candidato eleito tenha sido JK, no estado do Paraná, o candidato mais votado foi Adhemar de Barros, com 28% dos votos, seguido de JK, que obteve 24% dos votos. Em terceiro lugar, Plínio Salgado concentrou 23% dos votos e, por fim, Juarez Távora, recebeu 20% dos votos, no estado.

De acordo com a Figura 2, a maioria dos municípios onde Adhemar de Barros foi vencedor concentravam-se na região Norte do estado, território onde estava em curso as fronteiras de expansão de atividades econômicas (em especial, a cafeeira), demográfica e de criação de cidades, com forte presença de migrantes paulistas. Por sua vez, JK e Juarez Távora foram vitoriosos em municípios, em grande parte, concentrados porção central do estado, sendo que JK predominou nas áreas do centro-ocidental e centro-sul, e Juarez Távora, no centro-sul e oeste do estado. Por fim, chama a atenção o desempenho de Plínio Salgado, que foi o candidato mais votado na capital do estado e em municípios do entorno.

Esse georreferenciamento do candidato a presidente mais votado, por municípios do estado do Paraná, quando comparado às eleições anteriores, sinaliza para a complexidade do contexto político-eleitoral de 1955, que envolveu influências políticas, sociais, econômicas e demográficas diversas. O mesmo não se verificaria novamente nas eleições de 1960, reforçando a importância das eleições de 1955 no processo de redemocratização do período de 1946-1964.

## **Crescimento populacional e de municípios do estado do Paraná**

Como já destacado na introdução do capítulo, uma das chaves para o entendimento mais amplo a respeito do contexto político-eleitoral do período de 1945-1964 é constituída pela dimensão do crescimento populacional, em especial a urbana, e do número de municípios que o país assistiu em todas as unidades da federação, ao longo da primeira metade do século XX (Soares, 2001; Gomes, 2005; Fausto, 2006).

Assim, tratar das contribuições para o processo de democratização das instituições políticas, entre 1945 e 1964, trazidas pelo desenvolvimento do aparato institucional do período, expresso, especialmente,

pela expansão do direito de voto e crescimento do eleitorado, mesmo diante da vedação desse direito à população analfabeta, considerar a vinculação à dinâmica demográfica do momento, envolvendo expressivo crescimento populacional, intensificação das migrações internas, crescente processo de urbanização, que acompanha a industrialização do país, e o incremento do processo de criação de municípios.

Durante as décadas de 1940 e 1960, a população total do país passou de 41,2 milhões de habitantes, em 1940, para 70,9 milhões, em 1960, correspondendo a um incremento de 72% no período. Conforme os dados da Tabela 2, todas as regiões do país assistiram a um grande incremento populacional, com destaque para as regiões Centro-Oeste e Sul, que mais que dobraram a sua população, em três décadas. Por sua vez, no estado do Paraná, o crescimento populacional foi muito mais intenso, registrando um aumento de quase 250% – bem acima dos níveis nacional e regional –, o que fez com que a população do estado passasse de 1,2 milhões, em 1940, para 4,2 milhões, em 1960.

**Tabela 2** – População total por Grandes Regiões e estado do Paraná, 1940-1960

Grandes Regiões e UF	População total			Crescimento percentual
	1940	1950	1960	1940-1960
NORTE	1.627.608	2.048.696	2.930.005	80%
NORDESTE	14.434.080	17.973.413	22.428.873	55%
SUDESTE	18.345.831	22.548.494	31.062.978	69%
CENTRO-OESTE	1.093.491	1.532.924	2.678.380	145%
SUL	5.735.305	7.840.870	11.892.107	107%
<b>Paraná</b>	<b>1.236.276</b>	<b>2.115.547</b>	<b>4.296.375</b>	<b>248%</b>
<b>BRASIL</b>	<b>41.236.315</b>	<b>51.944.397</b>	<b>70.992.343</b>	<b>72%</b>

Fonte: Censos demográficos de 1940, 1950 e 1960 (IBGE). Elaborado por GEPES-Unicentro e ObPPP-UEL, 2021.

Concomitante a esse intenso crescimento demográfico, observa-se um elevado crescimento do número de municípios, em todas as regiões do país, que constitui uma das dimensões do processo de urbanização vivenciado pelo Brasil no período. De acordo, com os dados da Tabela 3, o número de municípios brasileiros cresceu 77%, no período considerado,

passando de 1.559, em 1940, para 2.766, em 1960. Mais uma vez, Centro-Oeste e Sul, são as regiões de maior incremento na quantidade de municípios existentes, bem acima da média nacional. Por sua vez, o estado do Paraná assistiu a um elevado processo de criação de novos municípios, registrando um crescimento de 245%, em relação a 1940, alcançando 162 municípios, em 1960.

**Tabela 3** – Número de municípios existentes por Grandes Regiões e estado do Paraná, 1940-1960

Grandes Regiões e UF	Municípios existentes			Crescimento percentual
	1940	1950	1960	1940-1960
NORTE	99	113	153	55%
NORDESTE	573	609	903	58%
SUDESTE	639	845	1.085	70%
CENTRO-OESTE	69	98	211	206%
SUL	179	224	414	131%
<b>Paraná</b>	<b>47</b>	<b>80</b>	<b>162</b>	<b>245%</b>
<b>BRASIL</b>	<b>1.559</b>	<b>1.889</b>	<b>2.766</b>	<b>77%</b>

Fonte: Divisão Territorial Brasileira (IBGE) – para o ano de 1940; Censos demográficos de 1950 e 1960 (IBGE) – para os anos de 1950 e 1960. Elaborado por GEPES-Unicentro e ObPPP-UJEL, 2021.

O elevado crescimento populacional registrado no país, entre 1940 e 1960, segundo literatura especializada, está relacionado a dois conjuntos de transformações e processos, em curso, nas primeiras décadas do século XX: (1) as chamadas migrações internacionais históricas; e (2) a primeira fase da transição demográfica.

Com relação às migrações internacionais históricas, chegadas ao país entre o último quartel do século XIX e as primeiras décadas do século XX, estudos como os de Levy (1974), Graham e Holanda Filho (1980) e Bassanezi (1995) destacam o papel desempenhado por esses imigrantes internacionais históricos, principalmente europeus e asiáticos, na dinâmica demográfica do país, cuja integração à sociedade brasileira contribuiu para o crescimento populacional, nos diferentes estados da federação.

No entanto, apesar da importância dessa migração internacional histórica na dinâmica demográfica do Brasil, é ao crescimento

vegetativo ocorrido na segunda fase da transição demográfica do país que se atribui o maior peso do crescimento populacional ocorrido ao longo da primeira metade do século XX.

Com relação ao processo de transição demográfica no Brasil, a partir dos estudos de Monteiro (1997) e de Brito (2007), destaca-se que enquanto a taxa de fecundidade total manteve-se em níveis altos, nas primeiras décadas do século XX, variando entre, aproximadamente, 8,0 filhos por mulher, em 1900, e 6,0 filhos por mulher, entre 1940 e 1960, o Brasil passou a assistir, a partir de 1940, uma redução contínua na taxa de mortalidade total, especialmente dos óbitos decorrentes de doenças infecciosas e parasitárias (de maior peso entre as causas de óbito, naquele momento), contribuindo inclusive para a redução da mortalidade infantil.

Assim, a convergência entre a persistência de elevadas taxas de fecundidade, por toda a primeira metade do século XX, e o decréscimo constante nas taxas de mortalidade total, a partir de 1940, contribuiu para o elevado crescimento populacional, vivenciado pelo Brasil, a partir da década de 1950. Todas as regiões do país, nesse momento, tiveram a maior parcela do seu incremento populacional decorrente desse contexto demográfico, identificado com a segunda fase da transição demográfica do país.

Como já destacado anteriormente, concomitante e, em muitos aspectos, vinculado ao crescimento populacional, outras transformações na sociedade brasileira, como a crescente urbanização do país, expressa entre outras coisas, pelo aumento do número de municípios, ao longo do período analisado (Tabela 3), as políticas de desenvolvimento econômico colocadas em prática a partir da década de 1940, pautado principalmente num processo complexo de industrialização, concentrado nos grandes centros urbanos (Draibe, 1985; Graham e Holanda Filho, 1980; Merrick e Graham, 1981; Fausto, 2006), caracterizaram o contexto social e político do país que, também, vivenciava um processo de democratização, expresso pelo aprimoramento da legislação eleitoral e pela expansão do direito de voto.

No estado do Paraná, esses processos assumiram características próprias, as quais assumem o foco do capítulo, nesse momento. Com relação ao histórico de desenvolvimento social, político e econômico do Paraná, de acordo com Balhana et al. (1969) e Wachowicz (2002), pode-se considerar que, desde 1853 (ano de emancipação do Paraná em relação a São Paulo) até 1930 esse desenvolvimento esteve pautado, sobremaneira, na

economia ervateira e madeireira e concentrado, especialmente, numa área territorial que abarca a cidade de Curitiba e seu entorno, o litoral (destacando Paranaguá), parte dos Campos Gerais (até Ponta Grossa) e das atuais mesorregiões Sudeste (especialmente, Irati e São Mateus do Sul) e Centro-Sul (Guarapuava).

A partir do final da década de 1930, o estado do Paraná passou a vivenciar transformações significativas nas suas estruturas social, econômica e demográfica, sendo que as porções territoriais Norte e Sudoeste do estado foram onde essas transformações se concentraram. Nesse sentido, trabalhos como os de Nicholls (1970) e Graham e Holanda Filho (1980) chamam a atenção para o processo de ocupação territorial planejada nessas porções territoriais, que se constituíram em importantes fronteiras de desenvolvimento econômico, demográfica e de criação de cidades, sendo que, na porção Norte, essas transformações já estavam em curso desde a década de 1930, e na Sudoeste a partir da década de 1950.

Considerando o território paranaense com base no que se denomina como frentes de ocupação do Paraná, como já foi abordado em Santos et al. (2020) e Denes et al. (2020), com os dados da Tabela 4, pode-se observar a intensidade do crescimento populacional nas diferentes regiões do estado.

**Tabela 4** – População total, por frentes de ocupação do estado do Paraná, 1940-1960

Frentes de ocupação	População total			Crescimento percentual
	1940	1950	1960	1940-1960
Norte	340.449	974.287	2.481.841	629%
Sudoeste	7.645	16.421	347.664	4448%
Tradicional	888.182	1.124.839	1.413.443	59%
<b>Total - Paraná</b>	<b>1.236.276</b>	<b>2.115.547</b>	<b>4.296.375</b>	<b>248%</b>

Fonte: Censos demográficos de 1940, 1950 e 1960 (IBGE). Elaborado por GEPES-Unicentro e ObPPP-UEL, 2021

Como já destacado anteriormente, o estado do Paraná apresentou um elevado crescimento populacional, entre 1940 e 1960, bastante acima do crescimento nacional e das grandes regiões do país, passando de 1,2 milhões para 4,2 milhões de habitantes, representando um incremento de 248%, no período. No entanto, esse crescimento demográfico foi

bastante desigual entre as três regiões do estado: enquanto a população da frente de ocupação Tradicional (que inclui Curitiba e região metropolitana, Litoral, Campos Gerais e região de Guarapuava) cresceu 59%, no período, a população da frente Norte cresceu 629%, passando de 340 mil para mais de 2,4 milhões de pessoas, entre 1940 e 1960. Por sua vez, a frente Sudoeste registrou um extraordinário crescimento de mais de 4000%, passando de 7 mil habitantes, em 1940, para mais de 340 mil em 1960, sendo que o maior crescimento se deu ao longo da década de 1950.

Além do crescimento populacional, a intensidade do processo de uma ocupação sistematizada e planejada do território paranaense pode ser dimensionada também pelo aumento do número de municípios, em todo o estado, evidenciando se tratar de uma fronteira diversificada em termos econômicos, demográficos, sociais e urbanos. A Tabela 5 traz o crescimento no número de municípios no estado.

O processo de criação de novos municípios, no estado do Paraná, acompanhou o mesmo ritmo do crescimento populacional. Observa-se, como já destacado anteriormente, que o Paraná assistiu a um grande movimento de criação de municípios, cujo crescimento foi de 245%, entre 1940 e 1960, também que esse incremento foi desigual internamente, sendo as porções Norte e Sudoeste as que concentraram os maiores incrementos no número de cidades – 662% e 1100%, respectivamente.

**Tabela 5** – Número de municípios, por frentes de ocupação do estado do Paraná, 1940-1960

Frentes de ocupação	1940	1950	1960	Crescimento
				percentual
				1940-1960
Norte	13	36	99	662%
Sudoeste	1	1	12	1100%
Tradicional	33	43	51	55%
<b>Total - Paraná</b>	<b>47</b>	<b>80</b>	<b>162</b>	<b>245%</b>

Fonte: Censos demográficos de 1940, 1950 e 1960. Elaborado por GEPES-Unicentro e ObPPP-UEL, 2021.

Ao lado da transição demográfica, que contribui para o elevado crescimento populacional através do crescimento vegetativo, as migrações internas inter-regionais e interestaduais, que ganharam força entre 1940 e 1960, constituem principal componente explicativa do crescimento

populacional do Paraná, bem como do desenvolvimento econômico e da expansão da ocupação territorial planejada, no estado (Nicholls, 1970; Graham e Holanda Filho, 1980).

De acordo com o estudo do IBGE (1950), a partir dos dados do censo demográfico de 1950, o Paraná situava-se entre os estados com maiores níveis de imigrantes interestaduais no seu território, ficando atrás somente de São Paulo e do Distrito Federal. O estudo aponta ainda que as principais origens dos imigrantes internos no Paraná eram os estados de São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina e Rio Grande do Sul que, conforme Balhana et al. (1969) e Wachowicz (2002), compuseram os diferentes fluxos migratórios para o estado: fluxos, predominantemente, de São Paulo e Minas Gerais em direção à porção Norte do estado, e fluxos, predominantemente, de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, para a porção Sudoeste.

Durante o período de redemocratização (1946-1964) a vinculação entre industrialização, crescimento populacional e urbanização contribuiu para uma mudança política, característica do período, relacionada ao crescimento constante do eleitorado, da população apta a votar. Como já observado na introdução do capítulo, embora toda a legislação eleitoral do período tenha mantido uma restrição social significativa, não contemplando a população analfabeta (o que só viria a acontecer em 1988), o país vivenciou um processo expressivo de expansão do direito de voto, o que pode ser dimensionado com os dados da Tabela 6.

**Tabela 6** – Eleitorado registrado (população apta a votar), Grandes Regiões e Paraná, 1945-1960

Grandes Regiões e Paraná	Eleitorado (população apta a votar)				Crescimento percentual 1945-1960
	1945	1950	1955	1960	
NORTE	198.238	380.767	532.079	453.291	129%
NORDESTE	1.859.814	3.368.368	4.340.026	3.853.016	107%
SUDESTE	3.974.583	5.628.438	7.327.719	7.725.778	94%
CENTRO-OESTE	162.200	349.849	557.879	636.202	292%
SUL	1.230.990	1.727.727	2.485.747	2.876.086	134%
<b>Paraná</b>	<b>229.672</b>	<b>372.796</b>	<b>672.649</b>	<b>885.418</b>	<b>286%</b>

[continua na próxima página]

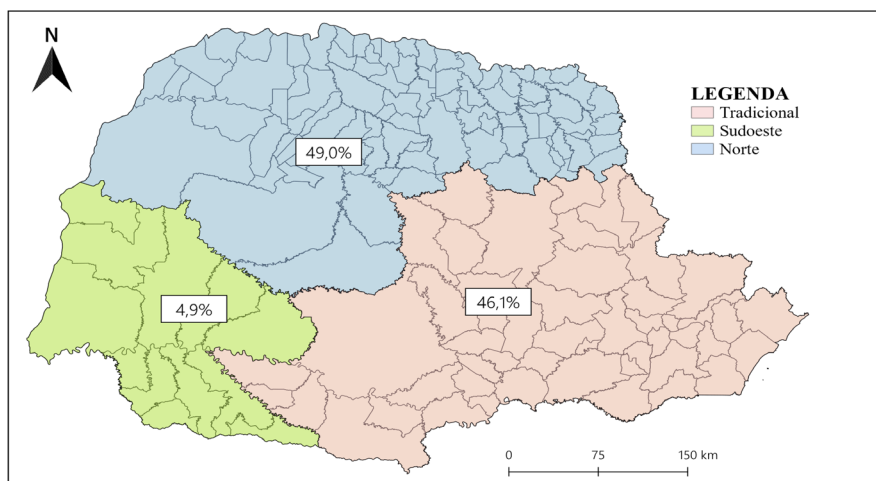
Grandes Regiões e Paraná	Eleitorado (população apta a votar)				Crescimento percentual
	1945	1950	1955	1960	1945-1960
<b>BRASIL</b>	<b>7.425.825</b>	<b>11.455.149</b>	<b>15.243.450</b>	<b>15.520.809</b>	<b>109%</b>

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Elaborado por GEPES-Unicentro e ObPPP-UEL, 2021.

Entre 1945 e 1960 o eleitorado brasileiro mais que dobrou, passando de 7,4 para 15,5 milhões de pessoas aptas a votar. Todas as grandes regiões registraram um elevado crescimento do seu respectivo eleitorado, coadunando-se ao crescimento populacional e a crescente urbanização. O estado do Paraná registrou elevado crescimento do seu eleitorado (286%), bastante acima do nível nacional, o que sinalizou, também, para a importância do processo de desenvolvimento econômicos, migratório e demográfico no estado, que assumiu também uma expressiva dimensão política.

A Figura 3 ilustra a distribuição percentual do eleitorado registrado, no pleito presidencial de 1955, segundo as três frentes de ocupação territorial, do estado do Paraná – Tradicional, Sudoeste e Norte.

**Figura 3 – Eleições presidenciais de 1955 – distribuição do eleitorado por Frentes de ocupação do estado do Paraná**



Elaborado por GEPES-Unicentro e ObPPP-UEL, 2021



**GEPES**  
GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM POLÍTICAS PÚBLICAS

**Tribunal Regional Eleitoral do Paraná**



Fonte: Malha municipal de 2020 (IBGE); Tribunal Regional Eleitoral/Paraná (TRE/PR).

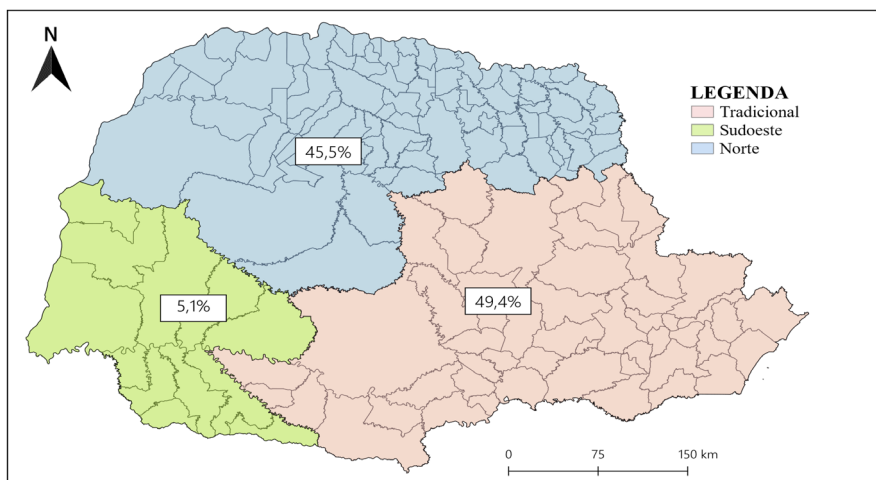
\*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1955.

Vale destacar que, nas duas eleições presidenciais anteriores a de 1955, a frente de ocupação Tradicional assistiu a um decréscimo da sua participação no eleitorado do Paraná, embora tenha concentrado os maiores percentuais, nos dois momentos (68%, em 1945, e 60,4%, em 1950). Em contrapartida, as frentes Norte e Sudoeste, que concentraram os menores percentuais do eleitorados, assistiram a um crescimento entre os dois pleitos: a frente Norte passou de 32%, em 1945, para 36% do eleitorado, em 1950; e a frente Sudoeste que, em 1945 ainda compreendia o Território Federal do Iguçu, voltou a pertencer ao estado do Paraná, em 1946, concentrava 3,5% do eleitorado paranaense, em 1950.

As informações evidenciadas na Figura 3 mostram que, na eleição presidencial de 1955, a distribuição do eleitorado no estado apresentou um cenário diferente, tendo à frente Norte concentrado maior percentual de eleitores registrados (49%), ultrapassando a frente Tradicional, com 46% do eleitorado. Por fim, a frente Sudoeste continuou registrando crescimento da sua participação, tendo, em 1955, alcançado 5% do eleitores do Paraná.

Algo diferente se sobressai quando se considera a distribuição dos votantes – ou seja, daqueles que, de fato, votaram na eleição de 1955, ilustrado pela Figura 4. Assim como foi destacado em relação ao eleitorado registrado, entre 1945 e 1955, a frente Tradicional registrou um decréscimo na sua participação, enquanto as frentes Norte e Sudoeste um crescimento contínuo. Nas eleições de 1955, as frentes Tradicional e Norte concentraram 95% dos votantes do estado, porém, com uma participação um pouco maior da região Tradicional.

**Figura 4** – Eleições presidenciais de 1955 – distribuição dos votantes por Frentes de ocupação do estado do Paraná



Elaborado por GEPES-Unicentro e ObPPP-UEL, 2021



GEPES

Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

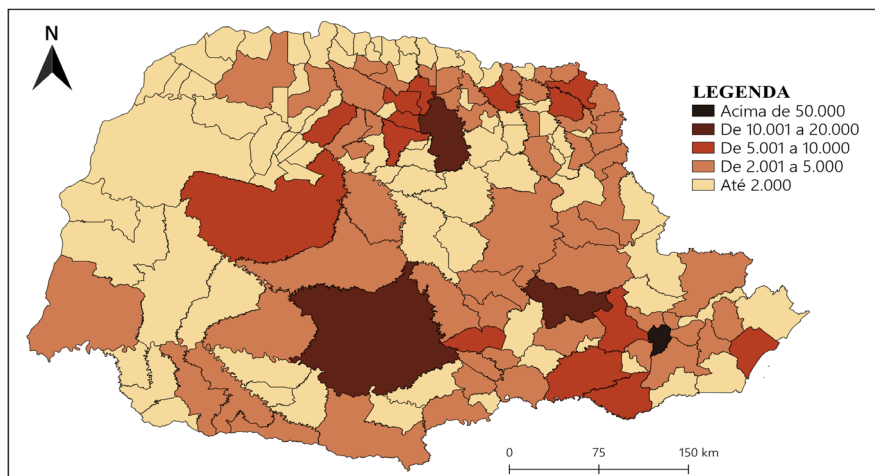


Observatório de Políticas e Políticas Públicas

Fonte: Malha municipal de 2020 (IBGE); Tribunal Regional Eleitoral/Paraná (TRE/PR).  
\*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1955.

Complementando esse quadro, a Figura 5 ilustra a distribuição dos votantes, por classe de tamanho, nos municípios do Paraná. Em 1955, o estado possuía 153 municípios, dos quais, conforme é possível visualizar na Figura 4, uma quantidade expressiva de municípios com até 2.000 votantes (que, possivelmente, compreendiam municípios pouco populosos) se localizava nas porções Norte e Sudoeste do estado, regiões de ocupação territorial planejada recentemente, que combinou atividade econômica, migração e criação de cidades.

**Figura 5** – Eleições presidenciais de 1955 – distribuição dos votantes por classes de tamanho, municípios do estado do Paraná



Elaborado por GEPES-Unicentro e ObPPP-UEL, 2021



GEPES  
GRUPO DE ESTUDOS EM POLÍTICAS ELEITORAIS E SOCIAIS

Tribunal Regional Eleitoral  
do Paraná



Fonte: Malha municipal de 2020 (IBGE); Tribunal Regional Eleitoral/Paraná (TRE/PR).

\*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1955.

Na sequência, observa-se uma expressiva quantidade de municípios que possuíam entre 2.001 e 5.000 votantes e concentrados, principalmente, nos territórios das Frentes Tradicional e Norte. Já a classe de 5.000 a 10.000 votantes estava concentrada na região Norte do estado. Em contraste, o estado do Paraná, naquele momento, possuía apenas três municípios no grupo de 10.001 a 20.000 votantes, sendo dois localizados no território da frente Tradicional (Ponta Grossa e Guarapuava) e apenas um na região Norte (Londrina). Por fim, a capital do estado é o único município com mais de 50.000 votantes.

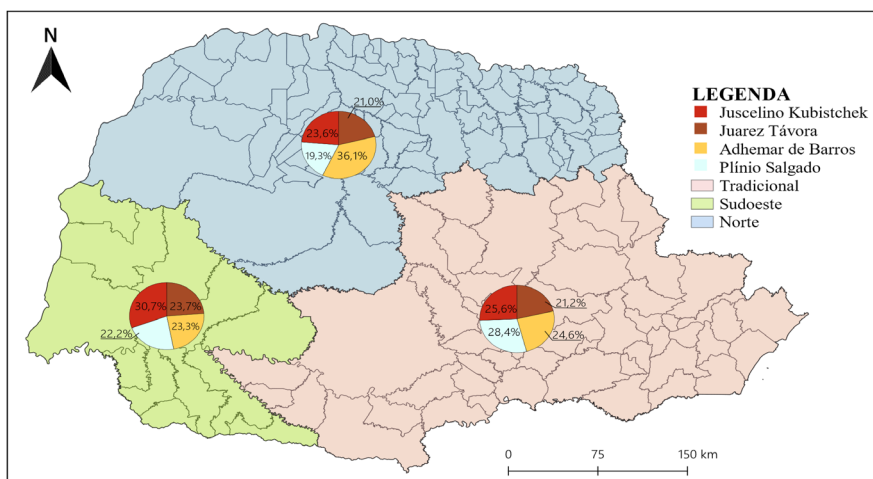
Esse georreferenciamento da quantidade de votantes nos municípios paranaenses evidenciou a existência, naquele momento, de uma distribuição relativamente equilibrada dos votantes no território do estado, contribuindo para uma maior complexidade das eleições. Com isso, constitui uma dimensão importante para a análise do desempenho eleitoral dos quatro candidatos à presidência da República, nas eleições de 1955.

## Desempenho eleitoral dos candidatos no Paraná: frentes de ocupação e municípios

As eleições presidenciais de 1955 foram as mais competitivas dentre os pleitos eleitorais que ganharam curso no período de redemocratização do Brasil, entre os anos de 1945 e 1964. Como já destacado anteriormente, no Paraná a disputa eleitoral se mostrou ainda mais acirrada, de forma que, nas três frentes de ocupação do estado, os quatro candidatos compartilharam uma votação expressiva, contribuindo para que cada região apresentasse uma distribuição percentual de votos própria e se evidenciasse um candidato específico, na votação.

Nesse sentido, a Figura 6 apresenta o desempenho dos candidatos na três frentes de ocupação do Paraná.

**Figura 6** – Eleições presidenciais de 1955 – desempenho dos candidatos por Frentes de ocupação do estado do Paraná



Elaborado por GEPES-Unicentro e ObPPP-UEL, 2021



GEPES  
Grupo de Estudos em Políticas e Sociologia

Tribunal Regional Eleitoral do Paraná



Associação de Pesquisadores e Políticas Públicas

Fonte: Malha municipal de 2020 (IBGE); Tribunal Regional Eleitoral/Paraná (TRE/PR).  
\*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1955.

Mesmo obtendo a última colocação nas eleições presidenciais, em nível nacional, Plínio Salgado (PRP) saiu vencedor no território compreendido na frente de ocupação Tradicional, com 28,4% dos votos, seguido por

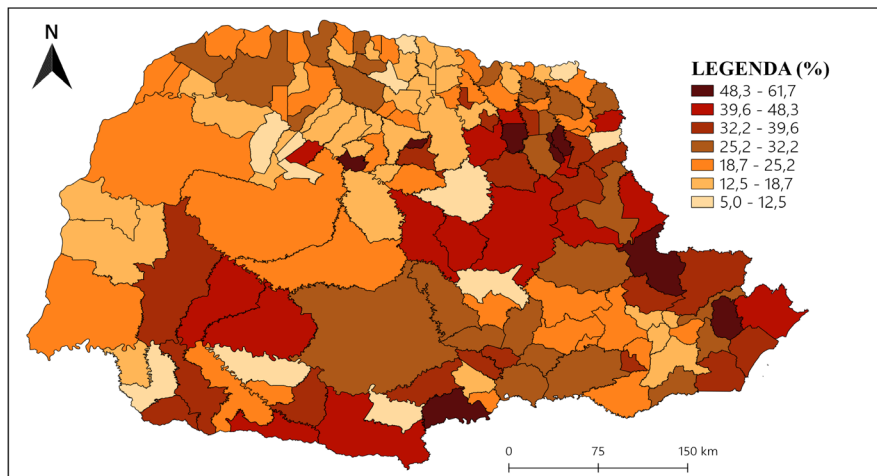
JK (PSD), com 25,6%, Adhemar de Barros (PSP), com 24,6% e Juarez Távora (UDN), com 21,2% dos votos válidos. A frente Tradicional foi a região em que houve a maior disputa de votos no território paranaense.

Na frente de ocupação Norte, o vencedor foi Adhemar de Barros (PSP), com 36,1% dos votos válidos, seguido por JK (PSD), com 23,6%, Juarez Távora (UDN), com 21% e Plínio Salgado (PTB), com 19,3% dos votos válidos. E por fim, na frente de ocupação Sudoeste, sagrou-se vencedor JK (PSD), com 30,7% dos votos, em segundo Juarez Távora (UDN), com 23,7%, seguidos por Adhemar de Barros (PSP) e Plínio Salgado (PTB), com 23,3% e 22,2% dos votos válidos, respectivamente.

Complementando essa análise das eleições presidenciais no território paranaense, a abordagem do desempenho eleitoral de cada candidato, em nível municipal, evidencia a diversidade e complexidade da disputa eleitoral no estado.

Nesse sentido, a Figura 7 traz o desempenho eleitoral de Juscelino Kubitschek nos municípios paranaenses. Destaca-se, primeiramente, que JK foi o candidato eleito, nas eleições de 1955, com 35,7% dos votos válidos. Porém, no estado do Paraná, JK foi o segundo candidato mais votado, com 25% dos votos válidos, não se distanciando muito do terceiro candidato mais votado – Plínio Salgado – que obteve 24% dos votos.

**Figura 7** – Eleições presidenciais de 1955 – desempenho eleitoral (% de votos) de Juscelino Kubitschek/PSD-PTB, por municípios do estado do Paraná



Elaborado por GEPES-Unicentro e ObPPP-UEL, 2021



GEPES

Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

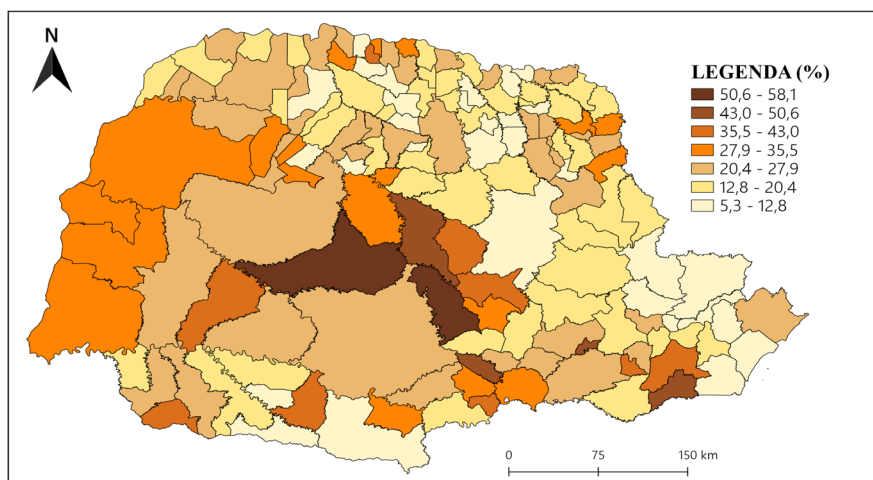


Fonte: Malha municipal de 2020 (IBGE); Tribunal Regional Eleitoral/Paraná (TRE/PR).  
\*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1955.

Observa-se que o melhor desempenho eleitoral de JK foi registrado, em grande parte, em municípios situados na região centro-ocidental (nos Campos Gerais), litoral e região centro-sul e, em menor proporção, em municípios situados na porção Norte e Sudoeste do estado. Em contrapartida, JK registrou seus menores desempenhos em grande parte dos municípios situados na região Norte do estado. Chama a atenção o fato de o candidato da coligação que contava com os maiores partidos políticos, nesse momento, tenha registrado um baixo desempenho (entre 12,5 e 18,7% dos votos) no município da capital, Curitiba – o que reforça a peculiaridade das eleições presidenciais de 1955, no estado do Paraná.

Na sequência, o candidato Juarez Távora, que ficou em segundo lugar na disputa eleitoral, em nível nacional, com 30% dos votos, assumiu a quarta posição na votação, no estado do Paraná, concentrando 21% dos votos válidos. A Figura 8 ilustra o desempenho eleitoral de Juarez Távora nos municípios paranaenses.

**Figura 8** – Eleições presidenciais de 1955 – desempenho eleitoral (% de votos) de Juarez Távora/UDN, por municípios do estado do Paraná



Elaborado por GEPES-Unicentro e ObPPP-UEL, 2021



**GEPES**  
GRUPO DE ESTUDOS EM POLÍTICAS E SOCIOLOGIA

**Tribunal Regional Eleitoral do Paraná**



Universidade de Paranaíba  
Faculdade de Ciências e Letras

Fonte: Malha municipal de 2020 (IBGE); Tribunal Regional Eleitoral/Paraná (TRE/PR).

\*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1955.

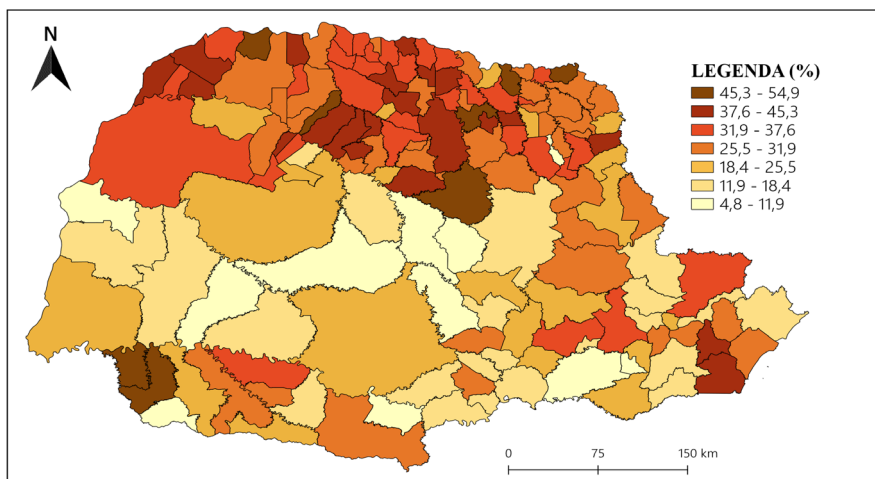
As informações demonstram que o melhor desempenho eleitoral de Juarez Távora (UDN) se deu de forma concentrada pelo estado, em especial nas regiões Central e no Oeste. Mesmo fazendo parte da coligação que atingiu o segundo lugar mais votado a nível nacional, Juarez Távora teve dificuldade de emplacar uma votação expressiva no estado do Paraná, ficando em quarto lugar na contagem dos votos.

Nesse sentido, mesmo com a radicalização da oposição à figura de Getúlio Vargas, do discurso anticomunista e contrário à intervenção estatal na economia, o partido não conseguiu atrair esse eleitorado mais à direita, concorrendo e perdendo votos para o então candidato Plínio Salgado (PRP). A campanha de Juarez Távora não chamou atenção do eleitorado dos grandes centros urbanos paranaenses, ficando restrita aos municípios do interior do estado, de caráter mais rural e menos ligado aos setores da cafeicultura.

Já o candidato Adhemar de Barros (PSP), ex-governador de São Paulo, terceiro colocado nas eleições, no plano nacional, foi o

candidato mais votado no estado do Paraná, concentrando 30% dos votos válidos. A Figura 9 ilustra o seu desempenho eleitoral, nos municípios paranaenses.

**Figura 9** – Eleições presidenciais de 1955 – desempenho eleitoral (% de votos) de Adhemar de Barros/PSP, por municípios do estado do Paraná



Elaborado por GEPES-Unicentro e ObPPP-Uel, 2021



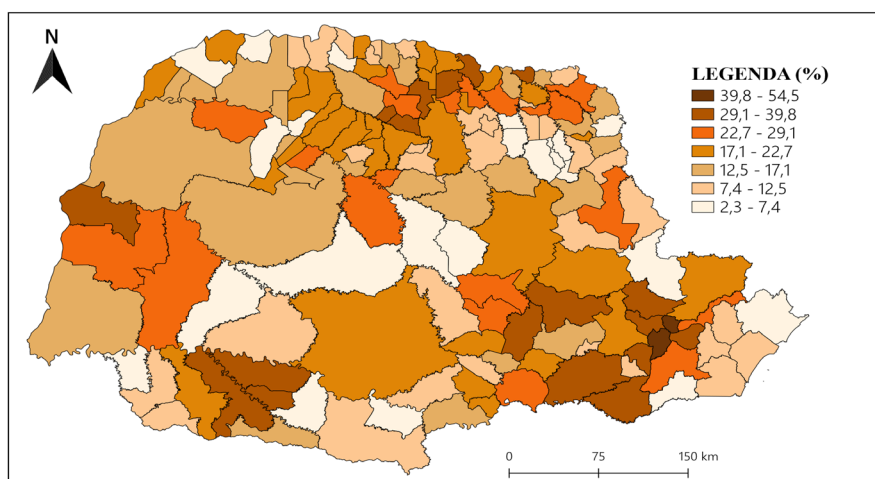
Fonte: Malha municipal de 2020 (IBGE); Tribunal Regional Eleitoral/Paraná (TRE/PR).

\*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1955.

Como já ressaltado, sua candidatura concorreu em paralelo à disputa em torno da herança política de Getúlio Vargas, tendo como principais adversários a chapa JK e João Goulart. Dessa maneira, sua herança de político moderado, o uso de discursos nacionalistas e da necessária atuação do poder público na construção de infraestrutura para a exportação dos produtos locais, foram capazes de garantir votos nas regiões próximas a seu estado de origem. Em especial, no norte do Paraná, região de recente colonização e dinamismo econômico, gerado, sobretudo, pela urbanização e pelos empreendimentos ligados à cafeicultura. Por esta razão, Adhemar de Barros consolidou votos principalmente nos municípios do Norte e, de forma mais descentralizada, em alguns municípios do Sudeste e do Sudoeste do estado do Paraná.

Grande ponto fora da curva, o candidato Plínio Salgado (PRP), que ficou em terceiro lugar na contagem dos votos no Paraná, impressiona pelo seu desempenho em Curitiba e significativa votação no estado, diferentemente de seu desempenho nas demais unidades federativas do país. A Figura 10 ilustra o desempenho eleitoral de Plínio Salgado, nos municípios paranaenses.

**Figura 10** – Eleições presidenciais de 1955 – desempenho eleitoral (% de votos) de Plínio Salgado/PRP, por municípios do estado do Paraná



Elaborado por GEPES-Unicentro e ObPPP-UEL, 2021



**GEPES**

Tribunal Regional Eleitoral  
do Paraná



Fonte: Malha municipal de 2020 (IBGE); Tribunal Regional Eleitoral/Paraná (TRE/PR).

\*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1955.

Considerando os grupos de municípios, pode-se observar, na votação em Plínio Salgado, uma maior ocorrência de municípios com desempenho eleitoral mediano, ou seja, com votação entre 12 e 29% dos votos, e que se distribuem nas diferentes regiões do estado. Vale ressaltar também os grupos de municípios com elevado percentual de votos em Plínio Salgado, entre os quais, pode-se destacar Curitiba e Colombo (entre 39,8 e 54,5%) localizados na região de Curitiba. No grupo de municípios com percentual entre 29,1 e 39,8%, podem ser destacados municípios situados nas diferentes regiões do

estado, como Ponta Grossa (centro-ocidental), Pato Branco (sudeste), Guaíra (oeste) e Cambé (norte).

Complementando o quadro sobre a votação de Plínio Salgado no estado do Paraná, pode-se considerar o estudo de Gomes (2006) sobre os colégios eleitorais,

[...] [houve uma] expressiva votação de Plínio Salgado nos 17 maiores colégios eleitorais, excluindo Curitiba, tendo em vista que ele obteve a primeira colocação em quatro desses colégios eleitorais e, em seis colégios, a segunda colocação. Observa-se, também, sua votação nos quatro maiores colégios – Ponta Grossa, Guarapuava, Londrina e Araçongas –, nos quais ele obteve a maior votação no maior deles, segundo lugar em Londrina e Araçongas e apenas em Guarapuava obteve a quarta colocação (GOMES, 2006, 51).

Com isso, corrobora-se as observações destacadas a partir do georreferenciamento dos resultados eleitorais, (Figura 10), de que o grupo de municípios com votação expressiva em Plínio Salgado comportou municípios localizados nas diferentes regiões do estado, sem deixar de destacar que as votações mais elevadas ocorreram de forma mais concentrada, na região de Curitiba.

Destaca-se ainda outro aspecto em relação a Plínio Salgado que, enquanto candidato, foi capaz de disputar os votos da direita com Juarez Távora (UDN), bem como, a partir do estudo de Gomes (2006), que “não podemos deixar de pensar que o seu partido não obteve a mesma votação no estado, sugerindo assim que foi Plínio Salgado quem obteve esses votos” (Gomes, 2006, 54), não o partido ou mesmo a ideologia integralista.

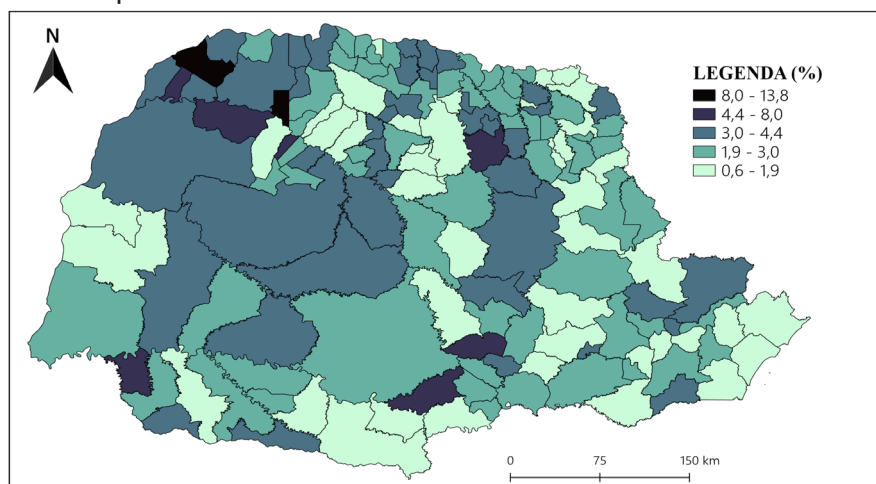
Por fim, cabe ressaltar que os estudos mais recentes apontam para uma possível “eleição casada” baseada na semelhança de votação obtida por Plínio Salgado e por Moysés Lupion, candidato a governador do estado do Paraná, pela coligação PSD-PDC-PTN, nas zonas eleitorais de Curitiba. Nesse sentido, argumenta-se sobre a possibilidade de ter havido “a transferência de votos de Moysés Lupion para Plínio Salgado, que podem ter feito uma aliança eleitoral, não necessariamente ideológica, com o intuito de maximizar os votos” (Gomes, 2006, 61).

Além do desempenho eleitoral dos candidatos à presidência, a consideração dos votos em brancos e votos nulos constitui uma

dimensão importante para o maior conhecimento do processo eleitoral do período 1945-1956 e, em especial, das eleições de 1955.

Com relação aos votos em branco, de acordo com a Tabela 1, em nível nacional, as eleições de 1955 registraram um total de 161.852 votos, correspondendo a 1,78%. No Paraná, somaram-se 10.624 votos, o que correspondeu a 2,3% do total dos votos no estado. Os percentuais sinalizam uma maior ocorrência de votos em branco no Paraná, quando comparado com o total para o país. A Figura 11 ilustra o percentual dos votos em branco, nos municípios paranaenses.

**Figura 11** – Eleições presidenciais de 1955 – percentual de votos brancos, por municípios do estado do Paraná



Elaborado por GEPES-Unicentro e ObPPP-UEL, 2021



GEPES

Tribunal Regional Eleitoral do Paraná



Fonte: Malha municipal de 2020 (IBGE); Tribunal Regional Eleitoral/Paraná (TRE/PR).

\*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1955.

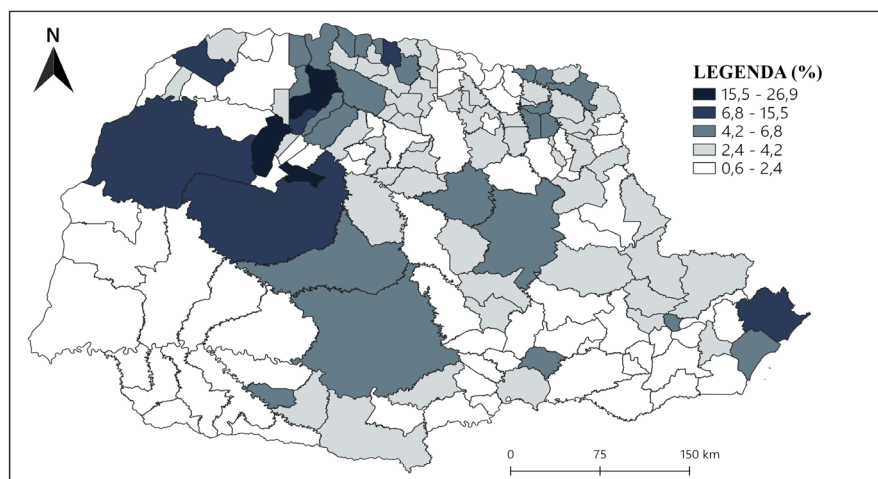
Com relação à distribuição do percentual dos votos em branco no estado, observa-se que os maiores percentuais foram registrados em municípios, em grande parte, localizados na região noroeste do estado, onde se destacaram os municípios de Loanda e Tamboara, nos quais os votos em branco representaram entre 8,0 e 13,8% do total dos votos.

No grupo imediatamente inferior, que concentrou percentual de 4,4 a 8,0% de votos em branco, distingue-se duas faixas de municípios que compreendem municípios situados nas regiões noroeste, oeste e centro-ocidental, e nas regiões norte e centro-sul do estado.

Em contrapartida, considerando o grupo de municípios com os percentuais mais baixos – entre 0,6 e 1,9% de votos em branco –, abaixo da média estadual, que foi de 2,3%, observa-se a expressiva quantidade de municípios e a sua distribuição em todas as regiões do estado.

Algo diferente acontece em relação aos votos nulos. A partir dos dados da Tabela 1, observa-se que, no plano nacional, os votos nulos nas eleições presidenciais de 1955 somaram 310.185 votos, o que correspondeu a 3,4% do total – quase o dobro dos votos em branco. Em comparação, no estado do Paraná, diferentemente do que aconteceu em relação aos votos em branco, o percentual de votos nulos foi inferior à média nacional, alcançando 2,9% do total, o que correspondeu a 13.297 votos em todo o estado. A Figura 12 ilustra o percentual de votos nulos registrados nos municípios paranaenses.

**Figura 12** – Eleições presidenciais de 1955 – percentual de votos nulos, por municípios do estado do Paraná



Elaborado por GEPES-Unicentro e ObPPP-UEL, 2021



INSTITUTO DE PESQUISA E SOCIOLOGIA  
**GEPES**  
GRUPO DE ESTUDOS EM POLÍTICAS E SOCIOLOGIA

**Tribunal Regional Eleitoral**  
do Paraná



**Universidade de Paranaíba**  
e Políticas Públicas

Fonte: Malha municipal de 2020 (IBGE); Tribunal Regional Eleitoral/Paraná (TRE/PR).

\*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1955.

A concentração dos votos nulos nas eleições presidenciais de 1955 no estado do Paraná se mostrou de forma diferenciada. Para a maior parte dos municípios essa ocorrência ficou em torno de 2,4% da população votante. Na região do norte do Paraná, esse contingente aparece em torno de 4,2% do total dos votantes. Vale destacar que, nos municípios de Umuarama (noroeste), Campo Mourão (centro-ocidental) e Paranaguá (litoral) houve a maior concentração dos votos nulos das eleições de 1955 no Paraná, 26,9% da população votante.

### **Considerações finais**

As eleições de 1955 foram emblemáticas para o Brasil. Os estudos sobre o período mostram, de forma detalhada, a polarização ideológica, as articulações, os embates e as tensões que marcaram aquele momento histórico, desde o suicídio de Getúlio Vargas, em 1954, até a posse de Juscelino, em 1956. Mas, a análise dos dados eleitorais e populacionais apontam para um outro aspecto marcante desse período, que, embora seja mencionado na bibliografia, não tem sido tão aprofundado quanto as interpretações para disputas pró e contra o legado de Getúlio Vargas.

Dois fatores marcantes da eleição de 1955, que estão entrelaçados, são o volumoso deslocamento populacional entre regiões do país e o rápido processo de urbanização de regiões que, antes, não estavam incorporadas no processo político e econômico do país. E no cenário brasileiro, o estado do Paraná foi o caso de maior intensidade desse duplo processo de crescimento populacional combinado com urbanização planejada.

Certamente, o estado do Paraná vivenciou um crescimento também intenso da agricultura exportadora de café. Mas, a extensiva derrubada de florestas do estado não se resultou apenas em propriedades rurais dispersas. Ao contrário, a riqueza da produção agrícola só se estabeleceu no estado, na intensa proporção em que se deu, porque junto floresceu o dinamismo urbano nas diferentes regiões paranaenses, com diferenciadas atividades de serviço e manufatureiras em vários níveis.

A urbanização e o adensamento populacional decorrente marcaram a década de 1950 com profundas influências no pleito presidencial de 1955. Não que se possa identificar quais parcelas da população ou estratos sociais tenham aderido a um ou outro candidato. Mais

do que isso, a dinâmica populacional impulsionou uma mudança na agenda política, que passou a ter como foco o atendimento de demandas como a modernização da infraestrutura, a geração de empregos, a garantia do poder de compra dos salários, eleições limpas e ampliação das liberdades democráticas.

Os diferentes candidatos procuraram fazer frente a essas demandas cada qual ao seu estilo: Juscelino apresentou as metas do desenvolvimento acelerado, que se somavam às garantias trabalhistas de João Goulart; Juarez Távora e Milton Campos personificaram o discurso liberal como os portadores das liberdades e garantia dos direitos; Adhemar de Barros, o vitorioso no estado do Paraná, apresentou-se como o empreendedor de estradas e o gestor público modernizante; e mesmo Plínio Salgado, com a visão renovada do Integralismo, apresentou o nacionalismo como a bandeira capaz de unificar todo o país, das cidades ao campo. Juscelino, ao final, somou maior número de votos e deu início ao seu governo, após desbaratados os intentos golpistas da UDN. A disputa acirrada das eleições demonstrou que o país já não era o mesmo da década anterior. E o estado do Paraná, como se observa pelos dados eleitorais e populacionais, é o exemplo expressivo desse processo de mudança ocorrida no Brasil.

## Referências

- BALHANA, A. P. et al. (1969). História do Paraná. Curitiba: Grafipar.
- BASSANEZI, M. S. C. B. (1995). Imigrações internacionais no Brasil: Um panorama histórico. In: PATARRA, N. L. (coord.). Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo. São Paulo: FNUAP.
- BIELSCHOWSKY, R.; MUSSI, C. (orgs.). (2005). O pensamento desenvolvimentista no Brasil: 1930-1964 e anotações sobre 1964-2005. In: Seminário Brasil-Chile: Una Mirada Hacia América latina y sus Perspectivas. Santiago.
- BRASIL. (2014). Tribunal Superior Eleitoral – TSE. Eleições no Brasil: uma história de 500 anos. Brasília, DF: TSE.
- BRITO, F. (2007). A transição demográfica no Brasil: as possibilidades e os desafios para a economia e a sociedade. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar.
- CARVALHO, J. M. (2002). Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- DENEZ, C. C. et al. (2020). Eleição para governador no Paraná em 1955: contextos, resultados e apontamentos. Paraná Eleitoral. Revista Brasileira de Direito Eleitoral e Ciência Política. Curitiba, vol. 9, n. 4, p. 535-547.

# As eleições para presidente do Brasil em 1960 e seus reflexos no Paraná

**Márcia da Silva, Washington Ramos dos Santos Junior e Liamar Bonatti Zorzanello**

## Resumo

Este trabalho tem por objetivo espacializar a eleição presidencial de 1960 no Estado do Paraná. Elaboramos mapas com os votos para os candidatos à presidência neste pleito – Jânio Quadros, Adhemar de Barros e Henrique Lott – ademais dos votos em branco e nulos e organizados segundo as regiões de ocupação do Paraná – Tradicional, Norte e Sudoeste. Mesmo não tendo formalizado apoio a nenhum candidato na eleição para governador estadual, Jânio Quadros obteve ampla aceitação local e ganhou na maioria dos municípios e em todas as frentes de ocupação. Apesar de ter ficado em segundo lugar nacionalmente, Henrique Lott foi superado por Adhemar de Barros no Paraná. Embora os processos de urbanização e de industrialização fossem a imagem idealizada do Brasil de 1960, a realidade econômica e demográfica do Paraná era diferente – sua inserção na divisão nacional do trabalho nesse período está assentada no campo e sua população é predominantemente rural. Até mesmo suas atividades industriais dependem diretamente do campo – beneficiamento de gêneros agrícolas e da

---

## Sobre os autores

Márcia da Silva é professora do Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro). É graduada e pós-graduada em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp) e pós-doutora pela Universidade de Lisboa. E-mail: [marcia.silvams@gmail.com](mailto:marcia.silvams@gmail.com)

Washington Ramos dos Santos Junior é professor do Departamento de Geografia da Universidade Estadual da Bahia (UESB), campus Vitória da Conquista. É graduado em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF), doutor em Psicologia Social e doutorando em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: [washingtonramos.geopsique@gmail.com](mailto:washingtonramos.geopsique@gmail.com); [washingtonramos@usp.br](mailto:washingtonramos@usp.br)

Liamar Bonatti Zorzanello é professora do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) – Campus Gaspar. É graduada e doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro). E-mail: [lia\\_zorzanello@hotmail.com](mailto:lia_zorzanello@hotmail.com)  
Márcia da Silva é professora do Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro). É graduada e pós-graduada em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp) e pós-doutora pela Universidade de Lisboa. E-mail: [marcia.silvams@gmail.com](mailto:marcia.silvams@gmail.com)

madeira, derrubada para dar origem a plantações e pastagens. Essa dinâmica econômica está diretamente vinculada à dinâmica territorial paranaense nesse momento histórico.

**Palavras-chave:** geografia do voto; eleições 1960; presidente da república; territorialização; Paraná.

### **Abstract**

This work aims to spatialize the 1960 presidential election in the State of Paraná. We prepared maps with the votes for the presidential candidates in this election – Jânio Quadros, Adhemar de Barros and Henrique Lott – in addition to blank and null votes and organized according to the regions of occupation of Paraná – Traditional, North and Southwest. Even though he did not formally support any candidate in the election for state governor, Jânio Quadros obtained broad local support and won in most municipalities and on all occupation fronts. Despite having been in second place nationally, Henrique Lott was surpassed by Adhemar de Barros in Paraná. Although the urbanization and industrialization processes were the idealized image of Brazil in 1960, the economic and demographic reality of Paraná was different – its insertion in the national division of labor in that period was settled in the countryside and its population was predominantly rural. Even its industrial activities depend directly on the countryside – processing agricultural products and wood, removed to give rise to plantations and pastures. This economic dynamic is directly linked to the territorial dynamics of Paraná at that historic moment.

**Keywords:** geography of voting; 1960 elections; presidential elections; territorialization; Paraná.

Artigo recebido em: 8 de julho de 2022 e aprovado pelo Conselho Editorial em 13 de agosto de 2022.

### **Introdução**

Embora os processos de urbanização e de industrialização fossem a imagem idealizada do Brasil de 1960, a realidade econômica e demográfica do Paraná era diferente: sua inserção na divisão nacional do trabalho nesse período está assentada no campo e sua população é predominantemente rural. Até mesmo suas atividades industriais dependem diretamente do campo – beneficiamento de gêneros agrícolas e da madeira, derrubada para dar origem a plantações e pastagens.

Essa dinâmica econômica está diretamente vinculada à dinâmica territorial paranaense nesse momento histórico e, obviamente, interfere na espacialidade do voto – a região com maior número

de eleitores em 1960 é o norte do estado, e não a região identificada como Paraná Tradicional. Contrastamos regionalmente o voto, ademais de geográfá-lo de acordo com os municípios, para cada um dos candidatos à Presidência da República neste ano – Jânio Quadros, Adhemar de Barros e Henrique Lott – e para os votos em branco e nulos.

### **Geopolítica brasileira e Geopolítica paranaense em 1960 – contexto e perspectivas para as eleições presidenciais**

Internacionalmente, o Brasil chegava a 1960 com certo prestígio: se tornara a nação responsável por abrir a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU); a participação de Osvaldo Aranha na criação do estado de Israel; a experiência cinematográfica de Orfeu Negro ou Orfeu do Carnaval (1959), ganhador do Oscar de melhor filme estrangeiro pela França, levando o cotidiano brasileiro para as telas do mundo; além da seleção de futebol masculino, campeã mundial em 1958; o sucesso internacional da Bossa Nova; por fim, executou Brasília, exemplo modernista sem paralelo no mundo.

Contudo, o cenário posterior à Segunda Guerra Mundial não facultava mais ao Brasil a manutenção da autonomia na dependência (Moura, 1980) e o país se manteve subordinado à hegemonia norte-americana durante a Guerra Fria, por meio do alinhamento e desenvolvimento associado (Cervo e Bueno, 2011, 289-330) – alinhamento sem recompensa, durante o governo Dutra (Moura, 1991, 59-71) e a pressão nacionalista com o segundo governo Vargas.

Assim sendo, um problema para o desenvolvimento nacional relacionava-se à origem dos recursos para a modernização do país, se externo ou nacional, algo temporariamente pacificado durante a presidência de Juscelino Kubitschek (1956-61). Nesse sentido, desde a década de 1920, uma questão geopolítica fundamental para o Brasil dizia respeito à sua industrialização e conseqüente modernização, com dois projetos políticos antagônicos: um de esquerda, representado pelo Antropofagia, e outro de direita, denominado Verde-Amarelo.

Estes movimentos tiveram impacto considerável na organização política e na geopolítica do país, já que determinariam a relação da sociedade capitalista com a população negra e indígena nas décadas seguintes, especialmente no que se referia à ocupação dos fundos

territoriais (Moraes, 2005a, 2005b) que já haviam sido alvo de projetos varguistas, a exemplo da Marcha para o Oeste.

Associado a este projeto, o arcabouço jurídico que rege o Brasil em 1960 é formado pela Constituição de 1946, que trouxe a indicação da transferência da capital para o interior do país (Motta, 2001, 63) e, depois de quase quinze anos de governo do presidente Getúlio Vargas (1930-1945), restabeleceu o regime democrático no país. O combate contra os regimes autoritários, na Segunda Guerra Mundial, e a mobilização de setores brasileiros descontentes com a dinâmica político-econômica do país culminaram com a liquidação do Estado Novo (Mendonça, 1988, 39-40). Com isso, inaugurou-se um período político fortemente polarizado entre as oligarquias tradicionais anteriores a Vargas e as forças políticas varguistas, que perdurou até a instauração do regime militar em 31 de março de 1964.

Esse período histórico é chamado de Quarta República (Carone, 1980), República Populista (Gomes, 1996) e Experiência Democrática (Ferreira, 2003), ainda que essa experiência seja incompleta em razão do banimento dos comunistas e dos analfabetos do processo político. Essa exclusão tem um peso importante no voto devido ao fato de aqueles serem a quarta maior bancada da Câmara dos Deputados eleita em 1945 (Nicolau, 2004, 89), com relevância em São Paulo, em Pernambuco e no Distrito Federal. Segundo Motta (2001, 68):

[...] [a] disposição de Juscelino Kubitschek de interiorizar a capital, teria derivado, em parte, do fato de o Rio de Janeiro ter sido o principal cenário da ampla mobilização popular durante o último governo Vargas, bem como da conspiração golpista que se seguira, e que quase impedira sua posse. Portanto, tal como Campos Sales, Kubitschek se sentira vulnerável diante da 'agitada' e 'ameaçadora' capital. Como diz Oswaldo Orico, um dos mais próximos auxiliares do presidente, 'Brasília seria uma libertação, para os governantes, das lutas sociais no Rio de Janeiro. A antiga ebulição sociopolítica carioca perturbava a administração do Estado'. A idéia da construção de Brasília se sustentou, assim, na alegada incapacidade de o Rio de Janeiro continuar a exercer a função de 'cabeça' de um país que precisava se modernizar e se integrar ao mundo desenvolvido com segurança e tranqüilidade. Tal como no início da República, a cidade se defrontava com um processo de deslegitimação do papel que exercia havia mais de um século.

A transferência da capital do Rio de Janeiro para Brasília, concretizada em 1960, foi um importante movimento geopolítico vinculado à ocupação dos fundos territoriais, como proposto por Moraes (2005a, 2005b) em uma temática recorrente ao longo do século XX e que remete à ocupação dos gigantescos 'sertões' brasileiros, entendidos ora como vazios demográficos à revelia das populações indígenas e quilombolas, ora como ocupados por grupos étnicos que deveriam se civilizar.

Assim, o cerrado brasileiro foi o principal alvo das investidas ocupacionais nas décadas de 1940, 1950 e 1960. Segundo esta concepção, havia muitos outros sertões a serem desbravados, desde o sertão carioca, passando pela zona oeste do então Distrito Federal, até as regiões noroeste e sudoeste do Paraná, estas agregadas à nova divisão do trabalho iniciada ainda sob o governo Vargas e a hegemonia econômica paulista que possibilitou a construção de Brasília. Segundo Santos e Silveira (2003, 43-6):

[...] [a] partir de 1945 e 1950 a indústria brasileira ganha novo ímpeto e São Paulo se afirma como a grande metrópole fabril do país... É um momento de consolidação da hegemonia paulista... A modernização do país, já iniciada sob o regime de Getúlio Vargas, facilitara a concentração econômica e espacial. A rápida expansão da indústria no 'centro' passava a exigir mais mercados, não apenas fora mas também dentro do país... É num Brasil integrado pelos transportes e pelas necessidades advindas da industrialização que vão nascer importantes cidades no interior. Estas decorrem do crescimento populacional, da elevação dos níveis de vida e da demanda de serviços em número e frequência maiores que anteriormente... O Rio fora larga e longamente beneficiado pela sua função política... Mas o desenvolvimento industrial de São Paulo fez nascer uma nova metrópole econômica para o Brasil, uma metrópole de outra natureza... Há, de um lado, mudança estrutural no esquema produtivo e, de outro, maior seletividade geográfica da produção industrial mediante uma polarização mais clara e forte. Os dois fenômenos são interligados, pois é a localização em São Paulo das indústrias mais dinâmicas que reduz a importância relativa do Rio de Janeiro, impedindo, então, admitir que existam no país duas metrópoles. A função metropolitana cabe, doravante, a São Paulo. O desequilíbrio entre a estrutura industrial do Rio e a de São Paulo afirma-se realmente quando

a indústria paulista conhece uma diversificação e a do Rio de Janeiro deixa de seguir este caminho. A formação de capital na região de São Paulo é um dos fatores dessa diversificação... Os novos transportes terrestres beneficiam São Paulo... O traçado dessas estradas obedecia às novas exigências da indústria e do comércio, e assim acabou por reforçar a posição de São Paulo como centro produtor, e ao mesmo tempo, de distribuição primária. A criação de uma indústria automobilística e a construção de Brasília confluíram também para favorecer São Paulo e aumentar o desequilíbrio econômico. Constituiu-se nessa cidade um parque de numerosas indústrias de base, cujo enorme mercado é dado pelo esforço de equipamento de todo o território e mesmo pelo abastecimento normal da população brasileira. A construção de Brasília foi um passo importante, pois a rede de estradas, indispensável à afirmação do Estado sobre o conjunto do território, também era imprescindível para a expansão do consumo do que era produzido internamente. Aliás, a própria construção de Brasília teria sido impossível se a indústria já não se houvesse desenvolvido em São Paulo.

O ano de 1960 foi o do último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1960, 2) em que houve domínio da população rural sobre a urbana. Nesse ano, a população residente total foi de 70.070.457 habitantes, dos quais 31.303.034 moravam em cidades e 38.767.423 em áreas rurais. Ainda de acordo com o IBGE (1960), o Brasil possuía 58.997.981 habitantes com cinco anos de idade ou mais, dos quais 27.578.971 eram analfabetos, ou 46,74%. Se considerarmos apenas a população com 18 anos ou mais, havia 35.795.184 habitantes, dos quais 14.435.190 eram analfabetos, ou 40,33%. Os estados com mais analfabetos em 1960 eram Minas Gerais, São Paulo, Bahia, Pernambuco, Ceará e Paraná, perfazendo 57,87% dos analfabetos brasileiros.

Ao discriminar esses dados em relação à população urbana e à rural, os quantitativos de população com cinco anos de idade ou mais perfazem, respectivamente, 27.021.628 e 31.976.353 habitantes, e os analfabetos, por sua vez, 7.774.916 e 19.804.055 pessoas ou 28,77% do contingente urbano e 61,93% do contingente rural (IBGE, 1960, 99). Assim, podemos perceber que o analfabetismo, embora ainda elevado nas áreas urbanas, era avassalador no campo, abolindo, portanto, a cidadania de boa parte da população rural. Podemos, desse modo, contabilizar o

eleitorado brasileiro: se a população maior de 18 anos 'alfabetizada' chegava a 21.359.994 habitantes, em 1960 os aptos a votar perfaziam 15.543.332 eleitores ou 72% desse total.

Isso pode ser explicado em razão de o Código Eleitoral vigente (Brasil, 1950) proibir o voto dos analfabetos, daqueles que não falavam a língua portuguesa e dos que não gozavam de seus direitos políticos, além de facultar o alistamento a inválidos, aos maiores de 70 anos, aos que residiam fora do país e às "mulheres que não exerc[iam] profissão lucrativa". Nicolau (2004, 23) afirma que o alistamento deixou de ser realizado ex-officio e que a fórmula do quociente eleitoral criada às eleições para o Legislativo mantém-se válida ainda hoje, exceto por uma mudança em 1998 que deixou de contabilizar os votos em branco nesse quociente. Uma diferença considerável para a época em relação aos dias de hoje é a eleição para vice-presidente em separado da eleição para presidente.

Em 1960, Jânio Quadros venceu as eleições para presidente pela coligação<sup>1</sup> entre Partido Trabalhista Nacional (PTN), União Democrática Nacional (UDN), Partido Republicano (PR), Partido Libertador (PL) e Partido Democrata Cristão (PDC) com 5.636.623 votos. Para vice-presidente, o ganhador foi João Goulart pela coligação entre Partido Social Democrático (PSD), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Social Trabalhista (PST), Partido Socialista Brasileiro (PSB) e Partido Republicano Trabalhista (PRT) com 4.547.010 votos (IBGE, 1961). Essas informações demonstram a polarização política vivenciada no Brasil desde o fim do Estado Novo, primeiramente entre apoiadores e detratores de Getúlio Vargas e, em segundo lugar, entre esquerda e direita. Contrários ao ex-presidente, pode-se situar a grosso modo a UDN, por exemplo, e aliados a Vargas o PSD, diretamente vinculado aos interventores estaduais estadonovistas e que logrou se estruturar em todo o território brasileiro (Nicolau, 2004, 100).

Como Lima Junior (1999) e Ferreira (2003) demonstram, as crises da República de 1954, com o suicídio de Vargas, e de 1955, com o contragolpe militar que garantiu a posse de Juscelino Kubitschek, legitimamente eleito, decorreram diretamente do papel que a direita política desempenhou na desestabilização institucional

---

1. O Código Eleitoral de 1950 utiliza o termo "aliança" em vez de "coligação", institucionalizado no Código Eleitoral de 1965.

do país, em uma conjuntura de intensidade da Guerra Fria após o término da Revolução Cubana, em 1959.

Essa polarização política encerra discussões econômicas fundamentais ao Brasil para além da participação do capital estrangeiro no desenvolvimento nacional: as reformas de base, os direitos trabalhistas e a melhoria da qualidade de vida da população, em anos de expansão das fronteiras econômicas do capitalismo, de trabalhismo (Gomes, 2015), de desenvolvimentismo (FGV/CPDOC, 2009), de populismo (Gomes, 2015; Mussi e Cruz, 2020) e de modernização.

A invenção do trabalhismo (Gomes, 2015, 211-236) foi delimitada pelo seguintes aspectos: a mistificação de Vargas, por meio do personalismo nas ações do Estado de outorga a direitos sociais e pela propaganda de massas veiculada pelo rádio; as leis trabalhistas do Estado Novo e a ritualização de datas comemorativas, a saber, o dia do trabalhador, os aniversários de Vargas e do regime estadonovista, o Sete de Setembro, o Natal e o Ano Bom (para além do Carnaval); e a valorização do trabalho manual (em oposição ao preconizado pela herança escravista) e do trabalhador brasileiro (em oposição ao estrangeiro e europeu) em contexto de profunda migração interna decorrente da nova divisão territorial do trabalho em escala nacional.

Se por muito tempo a figura do malandro presente em Macunaíma – o herói sem nenhum caráter (Andrade, 1995) – foi a imago do brasileiro, a Segunda República criou uma ideologia, talvez um falso self (Winnicott, 1983, 1994) para esse malandro, calcada na valorização do trabalho e na lógica do ‘quem tem ofício, tem benefício’ (Gomes, 2015, 175-88). Cabe ressaltar, contudo, que esses direitos outorgados pelo Estado Novo eram fundamentalmente concedidos a trabalhadores urbanos. Os trabalhadores rurais não possuíam acesso a tais direitos, fato aventado apenas no segundo período do governo Vargas, e efetivamente alcançado apenas com o Estatuto do Trabalhador Rural promulgado em 1963. Assim, o próprio Estado estimula o êxodo rural e a formação de nova divisão territorial do trabalho.

Entretanto, a modernização das relações de trabalho não atinge o campo até o ano de 1960 ao que Gomes et al. (2007, 155) afirmam ser um ciclo incompleto do ‘populismo getulista’ e um malogro na constituição de um “numeroso, diversificado e reivindicativo campesinato”. Politicamente, isso se refletiu na história, tendencialmente, em uma proximidade desse grupo social ao PSD e até mesmo à UDN,

mas não ao PTB (Gomes et al., 2007, 664). Por sua vez, este partido esteve atrelado ao personalismo de Vargas e às massas urbanas, muitas vezes migrantes (Gomes et al., 2007, 632), beneficiadas pela outorga de direitos trabalhistas e, ainda que também tivesse nascido sob chancela governamental, não se confundia com o PSD, mais afeito à burocracia estatal (FGV/CPDOC, 2009).

A disputa político-partidária assentava-se, desse modo, nas relações de poder entre distintos grupos sociais que disputavam entre si o acesso a direitos sociais, à participação na arena política e na burocracia estatal e à capacidade de consumir os produtos industrializados, especialmente após o governo JK, o que implicava a decisão de optar pelo desenvolvimento econômico internacionalizado ou independente. Ademais, um 'novo setor terciário urbano' surgiu induzindo a "passagem da industrialização brasileira a uma nova fase (grande indústria 'moderna' e monopolista, produção de bens de consumo duráveis e insumos industriais, desenvolvimento do capital financeiro)" (Gomes et al., 2007, 601). Essa nova classe média é formada por "executivos, gerentes, chefes de serviço, economistas, técnicos médios, engenheiros industriais etc" que tendem a se afastar "da ideologia liberal e do estatismo popular" (Gomes et al., 2007) e a flertar com o autoritarismo.

Talvez o surgimento dessa nova classe média permita explicar a mudança de um modelo de sindicalismo corporativo, nas décadas de 1930 e 1940, a um mais complexo nos dois decênios subsequentes (Gomes, 1996, 15-16). De todo modo, o trabalho de Gomes (2015) contribui para questionar o conceito de populismo, que remete "à ideia de manipulação política, ainda que se reconhecessem todas as suas ambiguidades" e enfatiza "a dimensão de controle/ação do Estado sobre as massas" (Gomes, 2016, 14). Nesse sentido, atribui-se à classe trabalhadora "um papel de sujeito que realiza escolhas segundo o horizonte de um campo de possibilidades" (Gomes, 2016, 14). Essa abordagem contribui para a compreensão da complexidade de relações entre Estado, partidos políticos e sindicatos no Brasil para além do personalismo e da liderança carismática.

Gomes et al. (2007, 563) lembram que na historiografia clássica sobre o conceito nenhum autor "se dispôs a desvincular o 'populismo' do culto a um Estado industrializante e assistencial, e a reduzi-lo a um estilo político, fundado em elementos como a demagogia, o paternalismo e carisma ou o apelo emocional", já que isso implicaria identificar ele a outros políticos, como Carlos Lacerda em 1960 identificado à direita.

Um aspecto importante nessa discussão perpassa a política de valorização do salário-mínimo, até hoje encarada como discurso populista. Para efeitos de comparação, basta citar que o salário-mínimo real em 2019 equivalia a aproximadamente 51% do fixado em julho de 1940 (Dieese, 2020, 10).

Economicamente, nos anos que antecederam a eleição presidencial de 1960 houve grande expansão do Produto Interno Bruto (PIB) e consideráveis pressões inflacionárias, sobretudo em decorrência da construção de Brasília. Houve “aumento da produção doméstica e queda da participação dos importados” (Giambiagi, 2011, 21) mesmo antes do Programa de Metas de JK. O café, primeiro produto da pauta de exportações brasileiras ininterruptamente entre o decênio 1821-1830 e o ano de 1973 (Ministério da Economia, 2020), sofreu com excessos entre 1956 e 1960, com queda no preço e nas receitas dessa commodity. Com JK houve deterioração das contas externas, inflação alta e déficit público elevado, e a indústria passou a agricultura em participação no PIB (Ministério da Economia, 2020), ademais de o Plano de Metas ter agravado a concentração regional da produção (Ministério da Economia, 2020).

Para Mendonça (1988, 61-3, 66; 2004, 62-79), o desenvolvimentismo ocultava, devido à euforia nacionalista, o fato de que o país se encontrava cada vez mais dependente do capital externo e que a burguesia nacional jamais defendeu a industrialização autônoma. Isso não parece exatamente um problema para os desenvolvimentistas, como podemos ler no verbete do termo elaborado pela FGV/CPDOC (2009):

[...] O desenvolvimentismo como modelo econômico postulava que o crescimento dependia diretamente da quantidade dos investimentos e da produtividade marginal do capital; estes dois elementos estavam ligados ao investimento estrangeiro, que os fazia variar em função de sua própria importância. O desenvolvimentismo como ideologia de um desenvolvimento autônomo no âmbito do sistema capitalista proclamava por sua vez a riqueza e a grandeza nacional, a igualdade social, a ordem e a segurança. A política adotada pelo governo Kubitschek implicou uma profunda transformação do sistema econômico do país e também a consolidação da cooperação internacional no plano econômico, político e cultural. O Programa de Metas consubstanciou a orientação política a ser dada ao desenvolvimento brasileiro,

baseada na maior intervenção do Estado na economia, no aumento da participação do capital privado nacional no processo de industrialização e na incorporação do capital estrangeiro. [...] Somente através da obtenção de recursos externos, seja sob a forma de investimentos diretos, financiamentos ou empréstimos, seja através da técnica, seria possível acelerar o crescimento econômico. [...] O nacionalismo para os desenvolvimentistas significava desenvolvimento econômico, ao contrário do sentido dado pela corrente nacionalista, que considerava o nacionalismo como a luta dos países pobres contra a exploração dos países ricos e via no subdesenvolvimento a consequência da dominação externa.

As diferentes formas de apropriação do conceito de nacionalismo, portanto, serão reproduzidas sob diversos prismas nas manifestações culturais. Por um lado, modernizar-se implica um diálogo com a vanguarda cultural internacional e capitalista, que tem no modernismo de Brasília seu ápice, experiência internacional única. Segundo Bruand (2002, 361),

[...] o plano de Lúcio Costa distinguia-se, contudo, radicalmente das tentativas mais notáveis da primeira metade do século, baseadas essencialmente em propostas sociológicas e estudos técnicos. A solução oferecida não foi o fruto de pesquisas minuciosas, nasceu do gesto inicial de quem designa um local e toma posse dele: dois eixos cortando-se em ângulo reto, ou seja, o próprio sinal da cruz. [...] Partindo desta primeira idéia dos dois eixos perpendiculares, consagrados respectivamente ao setor público e à vida particular com concentração de atividades mistas na intersecção dos dois elementos, Lúcio Costa preocupou-se em desenvolvê-la levando em conta a topografia local e a orientação desejável. [...] uma cidade moderna digna de seu tempo não podia ser concebida sem se levar em conta um fenômeno próprio do século XX, a civilização do automóvel.

Por outro lado, era tempo de se refutar aquilo que prendia o Brasil em seu passado de atraso, ainda que essa polarização mantivesse excluída ampla maioria da população, iletrada e sem refinamento – era tempo de se refutar o agrarismo, o Jeca Tatu, Macunaíma e a chanchada. Estes, apesar de populares e cotidianos para muitos, eram refutados pela inteligência brasileira, em um momento marcado pela mercadização da cultura, especialmente do cinema e da música, do contato com influências

estrangeiras e da ampliação da escala de mercado, estendida pelo país. Essa experiência de modernização também esteve presente no Paraná, como veremos a seguir.

## **Geografia do voto e as eleições presidenciais de 1960 no Paraná**

A experiência modernizante do Brasil chegou até Curitiba, cujo ícone principal é seu Centro Cívico, cuja construção iniciou-se em 1953 em comemoração ao centenário de emancipação política do Paraná, durante o governo de Bento Munhoz da Rocha Neto. A pretensão era alocar em um único lugar os três poderes, dispondo de área suficientemente espaçosa para abrigar todas as edificações necessárias. David Xavier Azambuja é o arquiteto que dá vida ao projeto, ladeado por uma equipe de profissionais advindos da capital federal – Rio de Janeiro, que estavam envoltos nos ares da modernidade e visavam projetar o poder estatal. O centro político da capital paranaense seria assentado no mesmo lugar em que o primeiro plano urbanístico da cidade já havia estabelecido, o qual fora criado na década de 1940 pelo arquiteto Alfred Agache. Assim, o plano de outrora serviu como base e inspiração (Mueller, 2006).

Conforme as edificações do Centro Cívico ganhavam forma o sistema viário precisou ser remodelado para dar mais racionalidade e explorar o espaço que estava sendo construído, para que suas funcionalidades pudessem ser mais bem usufruídas. O projeto atentou-se não somente para a orientação espacial dos prédios, suas fachadas e as dimensões das paredes, mas para além do sistema viário, visando a circulação de transeuntes, o paisagismo e urbanização do espaço. O projeto era ousado à época, no qual

[...] [n]ão só a monumentalidade do conjunto arquitetônico projetado representa o centro político e de comando, afirmação de Curitiba como capital do estado, como também o referencial paradigmático moderno, como um processo de construção nacional e do próprio modernismo (Mueller, 2006, 50).

Assim, por meio do meio ambiente construído e dos símbolos estatais de poder, pode-se ver revelado o entrelace das vivências políticas materializadas na paisagem e representativas de um período histórico, já que outras cidades brasileiras experimentaram

a implantação desses projetos modernistas nas décadas de 1950 e 1960. Entretanto, a inserção do Paraná na divisão territorial do trabalho, iniciada por Vargas e pelo modelo de substituição de importações, dava-se fundamentalmente pelo setor primário e pela indústria a ele vinculada.

Segundo Cano (2007, 82; 85-7), o confronto entre os anos de 1949 e 1959 para o Grupo I, formado por indústrias predominantemente produtoras de bens de consumo não durável, como as indústrias alimentares, teve crescimento superior ao de São Paulo, maior economia estadual. Quando se considera o Grupo II, formado por indústrias de bens intermediários, poucos estados, entre eles o Paraná, apresentaram crescimento inferior ao paulista, destacando-se a indústria de madeira e do papel paranaense, etapa necessária em muitas áreas do estado para possibilitar a ocupação das frentes econômicas. Quanto às indústrias do Grupo III, de bens de capital e de consumo durável, o Paraná teve crescimento ligeiramente inferior ao do decênio anterior, apesar de esse ser o grupo industrial “que teve o mais alto crescimento no período” (Cano, 2007, 86).

De acordo com o censo demográfico de 1960, o estado do Paraná abrigava uma população de 4.263.721 habitantes, dos quais 1.310.969 viviam em ambientes urbanos e 2.0952.722 no meio rural (IBGE, 1960). No campo, onde a mão de obra braçal se fazia necessária, o maior contingente habitacional era de homens, conquanto que na cidade as mulheres perfaziam a maioria do montante. Os maiores índices de analfabetismo e de mortalidade infantil também são registrados no campo, onde o acesso à educação e a saúde são precários e de difícil acesso (IBGE, 1960). Essa conjuntura, até então predominante em todo o país, começa a ser alterada, pois:

[...] A partir do final dos anos 1960 e início da década de 1970 esse quadro populacional se alterou bruscamente. As áreas rurais do Estado passaram a perder população em ritmos acelerados, as cidades aumentaram de tamanho, principalmente aquelas que já tinham maior porte, a Região Metropolitana de Curitiba se expandiu e adensou velozmente, mas uma parte substantiva da população antes residente no Estado buscou novas oportunidades de trabalho e de vida no vizinho estado de São Paulo, que naquela época colhia aceleradamente os frutos do chamado “milagre brasileiro”, e na nova fronteira agrícola nacional, que se expandia principalmente por sobre Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Rondônia (IPARDES, 2010, 2).

Mesmo em um cenário de modernização nacional, as eleições de 1960 ainda ocorreram em um Paraná basicamente rural, mas com a maior parte do eleitorado (indivíduos alfabetizados, primordialmente) residindo nas áreas urbanas do estado. Assim, considerando-se apenas a população acima de 18 anos (excluindo menores e de idade ignorada), o contingente populacional paranaense totalizava 2.067.523, com 757.856 analfabetos, ou 36,65%.

Em 1960, a representação política dos 162 municípios paranaenses se fazia presente no âmbito federal por meio de três senadores: Alô Ticoulat Guimarães e Gaspar Velloso, ambos do PSD, e Nelson Maculan<sup>2</sup>, pelo PTB (Senado Federal, 1959). Na Câmara Federal figuravam 14 deputados paranaenses, sendo: quatro do PSD; seis do PTB – com destaque para Jânio Quadros, o qual abre mão de seu mandato em 1960 para assumir a presidência do país e Kalil Maia Neto ocupa sua cadeira de deputado federal; UDN<sup>3</sup> era representado por Othon Mader; Bento Munhoz da Rocha Neto assentava-se em uma cadeira pertencente ao PR<sup>4</sup> (Câmara Federal, 1959); o PDC elegeu Ney Braga, que renunciou em 1960 para assumir como governador do Paraná e Estefano Mikilita adentra na esfera federal, substituindo-o; o PRP era representado por Plínio Salgado.

Já a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná era composta por 45 cadeiras, assentando-se sobre estas 17 deputados do PSD, 13 do PTB, quatro do PSP, três do PDC e oito advindos de coligações ou alianças diversas. Assim, observamos que os partidos PSD e PTB perfaziam a maior parte da bancada paranaense (IBGE, 1960).

As eleições de 1960 ocorreram em nível federal, para presidente e vice-presidente, e também em 11 estados para governador e vice-governador, dentre os quais o Paraná, por apresentar mandato de cinco anos. Nesse ano, a campanha para a eleição para presidente da República teve a primeira propaganda na TV, com duração de 24 segundos. Além dessa especificidade, também o fato de o vice-presidente ser eleito separadamente do presidente foi um diferencial, pois foram eleitos o presidente de uma chapa,

- 
2. Nélon Maculan assume o cargo em 1960, após o titular Abilon de Souza Naves falecer no findar de 1959.
  3. Othon Mader foi eleito por meio da coligação Frente Democrática do Paraná, que congregava a UDN, o PR e o PS.
  4. Bento Munhoz da Rocha Neto foi eleito por meio da coligação Frente Democrática do Paraná, que congregava a UDN, o PR e o PS.

Jânio Quadros, e o vice-presidente de outra, João Goulart (PTB), que concorria pela chapa de Henrique Teixeira Lott (Nicolau, 2012).

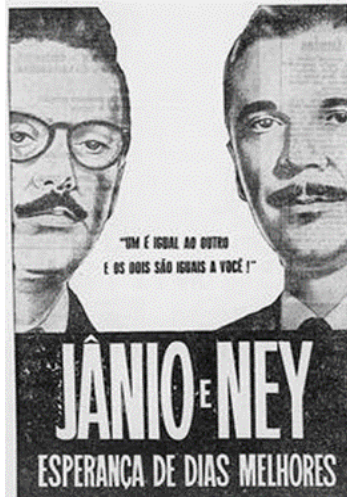
O presidente eleito no pleito, Jânio Quadros, alimentava estreita relação com o Paraná, pois sua família veio fixar residência no estado ainda quando Jânio era criança. Desse modo, nas eleições de 1958 Quadros pleiteou uma vaga na Câmara Federal como deputado paranaense conforme pedido de Abilon de Souza Naves, o que lhe foi de bom grado, uma vez que não poderia se lançar candidato por São Paulo. Com tal apoio acabou por lograr êxito, tendo sido eleito pelo PTB. Posteriormente, renunciou ao seu assento junto à Câmara dos Deputados para concorrer ao cargo de Presidente da República.

Para as eleições a governador do ano de 1960, no estado, Jânio apoiou a indicação de Abilon de Souza Naves, primeiro senador eleito pelo PTB no Paraná, também em 1958, mas que faleceu em plena campanha, em 1959 (Batistella, 2015, 317). A vitória de Jânio Quadros foi resultante da coligação UDN, PDC, PR, PL e PTN, ao qual estava filiado. Adhemar de Barros venceu em apenas oito municípios: Antonina, Joaquim Távora, Palmas, Porecatu, Santa Amélia, Santa Mariana, Santo Antônio da Platina e Siqueira Campos (TRE, 1960).

Em âmbito estadual, Jânio Quadros e seus partidários apoiariam a candidatura de Souza Naves, candidato pelo PTB e coligado ao PSD, o qual era conhecido no cenário paranaense e que já havia representado o estado como senador em 1958<sup>5</sup>. Com a morte de Souza Naves, os arranjos políticos precisaram ser redesenhados. Assim, tais partidos lançaram candidatos, sendo Néelson Maculan o novo representante do PTB, e Plínio Franco da Costa o do PSD; porém, nenhum deles recebeu apoio político de Jânio. Ney Braga, candidato pelo PDC, é o vencedor das eleições paranaenses em 1960, com 37,69%. Este atrelou sua campanha política à figura de Jânio, mas não recebeu apoio recíproco (Silva et al., 2020). A campanha vitoriosa de Ney Braga associou a imagem de ambos os candidatos por meio do jingle “Quem é Ney é Jânio, quem é Jânio é Ney” (Batistella, 2018), como pode ser observado na Figura 1.

**Figura 1** – Vinculação de Jânio Quadros a Ney Braga, eleições do Paraná, em 1960

5. Nas eleições para o Senado de 1958, PTB e PSD lançaram candidaturas próprias: Abilon de Souza Naves pelo PTB, Munhoz de Mello pelo PSD e Francisco P. Soares Neto pela UDN.



Fonte: DIÁRIO DO PARANÁ (a), 1960, 4.

Em contraponto aos posicionamentos neyistas, pode-se observar os posicionamentos de Maculan visando desvincular as figuras de Ney Braga e de Jânio Quadros, conforme Figura 2:

**Figura 2** – “Jânio Quadros desmente Ney Braga”, estado do Paraná, 1960



Fonte: DIÁRIO DO PARANÁ (b), 1960, 7.

A página sete do jornal Diário do Paraná de 2 de outubro de 1960 é toda voltada ao candidato ao governo do Paraná Néelson Maculan. Na matéria em destaque este frisa as palavras proferidas por Jânio Quadros em um discurso realizado em Curitiba: “Não tenho compromissos com candidatos. Apoio aqueles que me apoiam” (Diário Do Paraná, 1960, 7). Assim, percebe-se que os candidatos ao governo do

estado buscam estabelecer vínculos de sua imagem aos candidatos à presidência. Porém, Jânio manteve-se neutro após a morte do candidato Abilon de Souza Naves.

Ao contrário de Jânio, Henrique Lott demonstrava apoio a Plínio Costa, de acordo com o destaque da página principal do jornal Diário do Paraná de primeiro de outubro de 1960:

**Figura 3** – “Lott indica Plínio Costa seu candidato a governador”, estado do Paraná, 1960



Fonte: DIÁRIO DO PARANÁ (c), 1960, I.

Quanto ao comportamento estadual em relação às eleições presidenciais, notamos o seguinte comportamento: Jânio Quadros, candidato pela coligação entre UDN, PDC, PR, PL e PTN, logrou o primeiro lugar, conquistando 51,2% dos votos; na sequência temos Adhemar de Barros, representante do PSP, o qual contabilizou 22,6% dos votos; e na terceira posição o marechal Henrique Lott, candidato representante da coligação PSD, PTB, PST, PSB e PRT, com 16,9% dos votos (SILVA et al., 2020). No que concerne à vice-presidência, João Goulart obteve êxito e venceu Milton Campos (UDN) e Fernando Ferrari (MTR).

No Paraná, de modo geral, observamos que Jânio Quadros venceu com uma grande margem, obtendo 51,2% dos votos, enquanto Adhemar de Barros (PSP) obteve 22,6% e Henrique Lott (PSD/PTB) apenas 16,9% (TRE, 1960)<sup>6</sup>. O PTB paranaense demonstrou apoio a Quadros, fator que ajuda a explicar, em parte, a baixa votação do candidato Henrique Lott no estado. Barros obteve seus melhores resultados na região norte do estado, ao passo

6. Votos brancos 45.946 ou 6,34% e nulos 21.750 ou 3%.

que Jânio Quadros, apoiado pelo PTB estadual e pelos eleitorados neyistas e udenistas, logrou êxito no computo geral do estado (Batistella, 2018).

Quanto ao pleito eleitoral em voga, as Figuras 5, 6 e 7 retratam a votação obtida por cada um dos candidatos presidenciais nos municípios paranaenses existentes à época. A primeira delas versa sobre a situação de Adhemar de Barros, na sequência tem-se Henrique Lott e, na terceira figura, Jânio Quadros.

Em complemento e como elemento histórico-geográfico importante, vale a pena observar a Figura 4, uma relíquia fotografada por Daniel Galuch Junior.

**Figura 4** – Mapa de Apuração das eleições presidenciais de 1960, no Paraná

ETIQUETA ELEITORAL  
PARANÁ  
CURITIBA  
CANTAS APURAÇÃO

MAPA DE APURAÇÃO

ELEIÇÃO MAJORITY PARA PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MUNICÍPIO	NOME DO CANDIDATO	VOTOS	PERCENTAGEM
<b>PARANÁ - TOTAL</b>			
ADHEMAR DE BARROS		170	40,8
JÂNIO QUADROS		2	0,5
HENRIQUE LOTT		27	6,3
TOTAL		412	100,0

ELEIÇÃO MAJORITY PARA PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MUNICÍPIO	NOME DO CANDIDATO	VOTOS	PERCENTAGEM
<b>PARANÁ - TOTAL</b>			
ADHEMAR DE BARROS		170	40,8
JÂNIO QUADROS		2	0,5
HENRIQUE LOTT		27	6,3
TOTAL		412	100,0

ELEIÇÃO MAJORITY PARA PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MUNICÍPIO	NOME DO CANDIDATO	VOTOS	PERCENTAGEM
<b>PARANÁ - TOTAL</b>			
ADHEMAR DE BARROS		170	40,8
JÂNIO QUADROS		2	0,5
HENRIQUE LOTT		27	6,3
TOTAL		412	100,0

ASSINATURAS

FISCAL DE PARTIDO

Fonte: Arquivo Público do Paraná.  
Foto: GALUCH JUNIOR, D. (2021).

O candidato presidencial Adhemar de Barros obteve os seguintes percentuais no estado paranaense: em Porecatu e Santo Antônio da Platina registraram-se as maiores votações, sendo contabilizados percentuais de 40,8 a 46,5 dos votos válidos; na sequência, a percentagem registrada destina-se ao intervalo entre 35,2 e 40,8 da votação, o que corresponde aos municípios de Siqueira Campos, Jacarezinho, Cambará, Santa Mariana, Santa Amélia, Guaraci, Jaguapitã, São João do Caiuá – todos na porção norte do estado.

O fato de ter obtido melhores resultados na região norte do estado pode estar atrelado a dois fatores: geograficamente, podemos citar a proximidade com o estado de São Paulo onde Barros sempre procurou se manter atuante no cenário político, sendo interventor durante o período centralizador de Vargas, governador do Estado e prefeito da cidade de São Paulo. Manteve a imagem de bom administrador, contemplou os mais humildes e o empresariado e implementou grandes obras e projetos, como a eletrificação da Estrada de Ferro Sorocabana e a construção das rodovias de Anhanguera e Anchieta (Cotta, 2008; FGC/CPDOC, 2021).

Outro fator pode estar atrelado ao caso de Barros ser um possível sócio majoritário da Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná (SINOP)<sup>7</sup>, uma das empresas responsáveis pela ocupação da região norte do Paraná (Cotta, 2008), sendo assim, figura já conhecida na região.

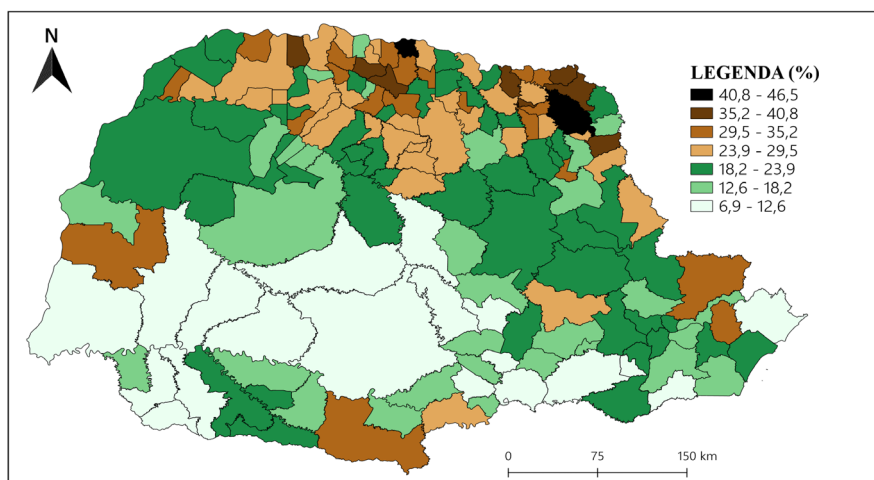
Contudo, a menor expressividade deste candidato, que corresponde ao intervalo percentual de 6,9 a 12,6 dos votos válidos, ocorreu nos municípios de Santo Antônio do Sudoeste, Barracão e Francisco Beltrão, no Sudoeste; em Foz do Iguaçu, Cascavel e Guaraniaçu, na porção oeste; nas municipalidades de Laranjeiras do Sul, Pitanga, Guarapuava, Cândido de Abreu, Prudentópolis e Imbituva, na região central; e em Mallet, Rebouças, São Mateus do Sul, Lapa, Contendas e Tijucas do Sul, no Sudeste.

Dentre as diversas variáveis que podem subsidiar a baixa votação em algumas regiões, pode-se destacar que a vida política de Adhemar de Barros foi permeada pela fragmentação da sua base partidária, por sua postura firme e por constantes denúncias de corrupção e desvios (Cotta, 2008; FGV/CPDOC, 2021). As percentagens supracitadas da votação obtida por Adhemar de Barros estão ilustradas na Figura 5.

---

7. “[...] No mesmo prédio, estavam instalados os escritórios centrais de outras três empresas que Paulo Duarte garantia pertencerem a Adhemar ou tê-lo como sócio majoritário: Companhia Agrícola São Jerônimo, Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná (SINOP) e Sociedade de Mineração Furnas, que explorava jazidas de minérios de chumbo e prata em terras de sua propriedade, em Apiaí (SP) (Cotta, 2008, 89).

**Figura 5** – Eleições presidenciais de 1960 – percentual de votos (%) de Adhemar de Barros, por município, estado do Paraná



Elaborado por GEPES-Unicentro e ObPPP-UEL, 2021



INSTITUTO DE POLÍTICAS E POLÍTICAS PÚBLICAS

Tribunal Regional Eleitoral do Paraná



Fonte: Malha municipal de 2020 (IBGE); Tribunal Regional Eleitoral/Paraná (TRE/PR).

\*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1960.

Quanto ao candidato Henrique Lott observa-se, por meio da Figura 6, que a votação mais expressiva foi conquistada nas municipalidades de Porto Amazonas e Cândido de Abreu, onde atingiu um percentual de 31,3 a 35,6 dos votos válidos. Entretanto, Lott não foi o candidato mais votado destes municípios.

Em contraponto, as menores incidências de votos foram registradas nas regiões noroeste e norte central, com um percentual de 5,3 a 9,6 de votos. Quanto a estas regiões destacam-se, respectivamente, os municípios de Cruzeiro do Oeste, Santa Cruz do Monte Castelo e Santa Isabel do Ivaí; Peabiru, Jandaia do Sul, Borrazópolis, Faxinal, Terra Rica, São João do Caiuá, Paranaíba, Alto Paraná, Cruzeiro do Sul, Tamboara, Nova Esperança, São Carlos do Ivaí, Floraí, São Jorge do Ivaí, Mandaguaçu, Colorado, Santo Inácio, Cafeara, Guaraci, Santa Fé, Astorga e Primeiro de Maio.

Já nas porções sudoeste, sul e sudeste do estado a votação recebida por Lott se manteve em um patamar intermediário em relação

a votação que o próprio obteve nas demais áreas, predominando um percentual de 18,3 a 22,6 dos votos válidos.

No computo geral das eleições, o marechal Henrique Lott ficou em segundo lugar, perdendo somente para Jânio Quadros. Todavia, no Paraná ficou em terceiro lugar, ganhando Adhemar de Barros em segunda colocação. Em nível nacional, firmou-se coalizão entre PTB e PSD, declarando como candidatos Lott para presidente e Goulart na posição de vice-presidente. Todavia, o PTB do Paraná demonstrou-se dissidente à aliança nacional e empenhou esforços para a eleição de Jânio e Goulart (Batistella, 2016).

Os políticos petebistas, inclusive Néelson Maculan – candidato ao governo – evitavam dividir o palco dos comícios com Henrique Lott<sup>8</sup>, o qual, basicamente, travou uma campanha solo no estado, amparando-se em um pequeno grupo liderado por José Teixeira da Silveira e Waldemar Daros, respectivamente, deputados federal e estadual (Batistella, 2016).

Os conflitos internos e a dissidência geraram, conseqüentemente, a fragmentação do PTB paranaense e isso teve reflexo nas urnas, uma vez que, além da derrocada de Lott, Maculan também não logrou êxito, perfazendo 30,9% dos votos válidos, perdendo para Ney Braga – candidato do PDC.

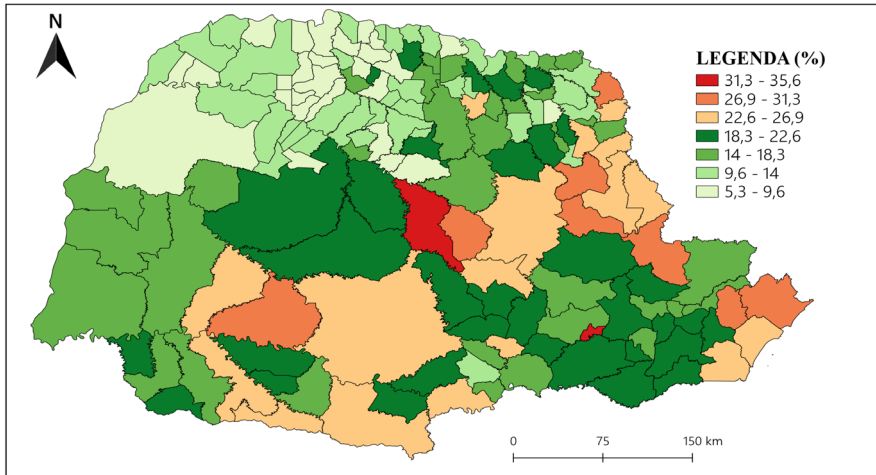
Jânio Quadros obteve a maior rejeição nas urnas nos municípios de Palmas e Antonina<sup>9</sup>, contando com um percentual entre 27,2 e 33,2 dos votos, locais onde o candidato com maior aceitação foi Adhemar de Barros. O melhor percentual atingido refere-se ao intervalo de 63,4% a 69,4% dos votos, registrados em São Mateus do Sul, Mallet e Foz do Iguaçu – na porção mais ao sul do estado – e, em Cianorte, Terra Boa, Floráí, Alto Paraná, Cruzeiro do Sul e Santo Inácio – ao norte.

---

8. Como exemplo da votação ínfima de Henrique Lott destacamos os municípios de Curitiba, com 21.150 ou 19% dos votos, Londrina com 4.663 ou 18% dos votos e Ponta Grossa com 3.563 ou 17% dos votos.

9. Esta análise pode ser complementada com a informação de que em Antonina houve um “empate técnico” com Jânio Quadros com 858 votos, Adhemar de Barros 886 votos e Henrique Lott 825 votos.

**Figura 6** – Eleições presidenciais de 1960 – percentual de votos (%) de Henrique Lott, por município, estado do Paraná.



Elaborado por GEPES-Unicentro e ObPPP-UEL, 2021



Fonte: Malha municipal de 2020 (IBGE);Tribunal Regional Eleitoral/Paraná (TRE/PR).

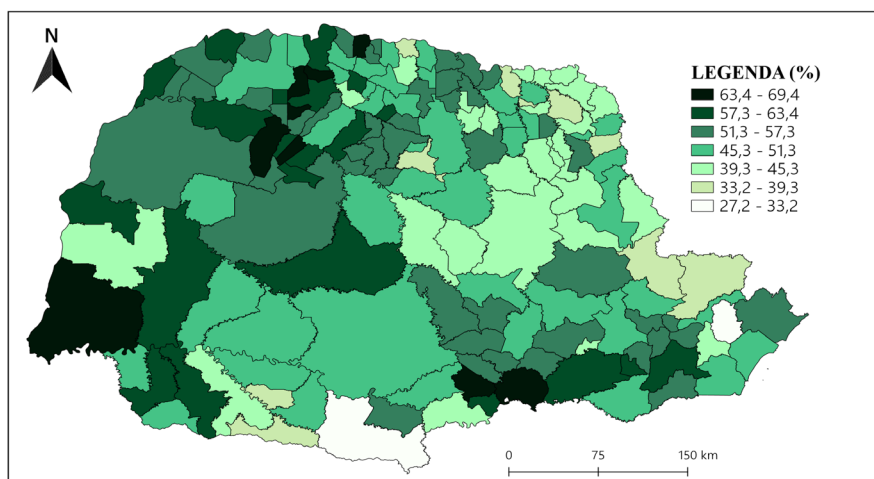
\*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1960.

A Figura 7 expõe tais constatações e ainda revela o predomínio da boa aceitação do candidato no estado, alçando um resultado superior a um terço dos votos em uma parcela significativa dos municípios. Quando nos atentamos para a faixa percentual de cada uma das figuras, observamos que os intervalos percentuais apresentados por Jânio Quadros em detrimento aos demais candidatos são maiores.

Enquanto as Figuras 5 e 6, de Adhemar de Barros e Henrique Lott, apresentaram intervalos de votação inferiores a 25% do total, Jânio Quadros apresenta seu menor intervalo em 27,2%, demonstrando que mesmo em Palmas e Antonina, onde registrou maior rejeição, ainda conquistou mais de 25% dos votos depositados nas urnas daquelas municipalidades. Os resultados mais expressivos de Barros e Lott correspondem, respectivamente, a 46,5% e 35,6% dos votos; contudo, Quadros chegou a obter 69,4% dos votos. Estes dados ajudam a dimensionar a aceitação do candidato petenista no Paraná, que obteve apoio além da sua base partidária,

como dos udenistas, neystas e pedetistas. Como destaque, nesta análise, apontamos o resultado obtido por Jânio Quadros em Curitiba, Londrina e Ponta Grossa, com 59.582 ou 54% dos votos, 12.851 ou 49% dos votos e 10.270 ou 50% dos votos, respectivamente. Votação de vencedor em três dos maiores distritos eleitorais do estado.

**Figura 7** – Eleições presidenciais de 1960 – percentual de votos (%) de Jânio Quadros, por município, estado do Paraná



Elaborado por GEPES-Unicentro e ObPPP-UEL, 2021



GRUPO DE ESTUDOS EM  
**GEPES**  
POLÍTICAS ELEITORAIS E SOCIAIS

**Tribunal Regional Eleitoral**  
do Paraná



Observatório de Políticas  
e Políticas Eleitorais  
Universidade Estadual de Londrina

Fonte: Malha municipal de 2020 (IBGE); Tribunal Regional Eleitoral/Paraná (TRE/PR).

\*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1960.

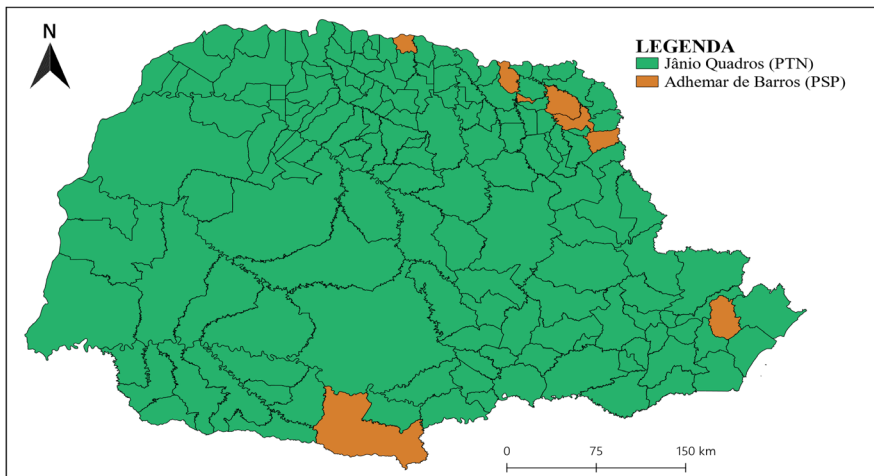
Ao considerarmos a votação obtida pelos candidatos em cada municipalidade, observamos que marechal Henrique Lott não obteve a maioria dos votos em nenhuma das unidades, o que demonstra o impacto que a dissidência petebista teve em sua campanha. Já Adhemar de Barros angariou a maioria dos votos nos municípios de Palmas, ao sul, onde fez um comício durante o período eleitoral e o prefeito desta municipalidade, Amílcar Saporiti, havia sido eleito via coligação PR e PSP, partido fundado em 1946 por Adhemar de Barros e que representava os ideais sociais-democratas e o trabalhismo (Zimmermann, 2020).

Também se observa a supremacia de Adhemar de Barros em Antonina, no litoral do estado, e nos municípios de Siqueira Campos,

Joaquim Távora, Santo Antônio da Platina, Santa Amélia, Santa Mariana, na mesorregião conhecida como norte pioneiro, evidenciando sua influência e popularidade na região. Ademais, especialmente, a proximidade do norte paranaense com São Paulo, onde Adhemar de Barros era figura política atuante, ajuda-nos a entender este contexto (FGV/CPDOC, 2021).

Em sua maioria esmagadora, as urnas do Paraná concederam vitória ao candidato Jânio Quadros, conforme disposto na Figura 8. O presidenciável estudou em Curitiba com Ney Braga, e seu pai, Gabriel Quadros, foi deputado estadual de São Paulo através do PRP<sup>10</sup>. Assim, para as eleições presidenciais, além de contar com seu partido, o PTN, foi apoiado pela UDN paranaense, pelos companheiros de Ney Braga, pelos dissidentes do PTB, muitos dos quais empenharam esforços em elegê-lo deputado estadual em 1958, formando-se uma grande coalização com ação em praticamente todos os recantos do Paraná (Batistella, 2016).

**Figura 8** – Eleições presidenciais de 1960 – candidato vencedor por município, estado do Paraná



Elaborado por GEPES-Unicentro e ObPPP-UEL, 2021



PODERE E INOVAÇÕES  
**GEPES**  
GRUPO DE ESTUDOS EM POLÍTICAS E SOCIOLOGIA

Tribunal Regional Eleitoral  
do Paraná



Fonte: Malha municipal de 2020 (IBGE);Tribunal Regional Eleitoral/Paraná (TRE/PR).  
\*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1960.

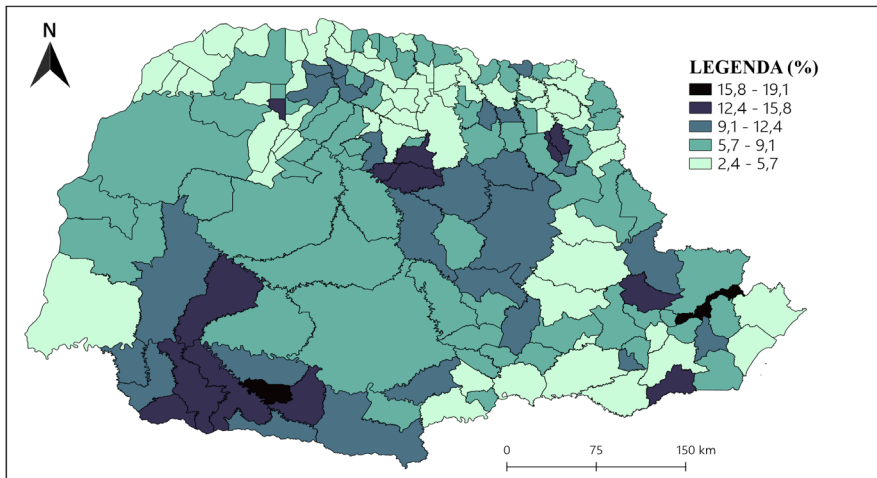
10. De acordo com Brasil (1955), Gabriel Nogueira de Quadros foi eleito 1º suplente pelo PTN, tomou posse e foi deputado estadual até 1957, quando morreu assassinado.

O conceito de voto branco, de acordo com a explicação de Nicolau (2022, 164) tem relação com a criação da cédula oficial, que transferiu um comportamento mais ativo do eleitor.

Ele passou a receber uma cédula em branco, e essa teria que ser preenchida na cabine e depois colocada na urna (alternativamente, o eleitor podia não preencher a cédula, deixando-a em branco, escrever nomes impróprios, ou preencher incorretamente a cédula, quando o voto era considerado como nulo). A cédula oficial também foi utilizada nas eleições de 1960.

Neste sentido, o comportamento do voto em branco, de acordo com a Figura 9, que os maiores percentuais, entre 15,8 e 19,1, foram registrados nos municípios de Campina Grande do Sul e Coronel Vivida. Regionalmente, percebe-se que o Sudoeste apresentou uma concentração de municípios com percentuais mais elevados de voto em branco. No norte do estado houve o predomínio das municipalidades que apresentaram o menor índice de votos em branco, aportando na faixa de 2,4% a 5,7%.

**Figura 9** – Eleições presidenciais de 1960 – percentual de votos (%) em branco, por município, estado do Paraná



Elaborado por GEPES-Unicentro e ObPPP-UEL, 2021



**GEPES**

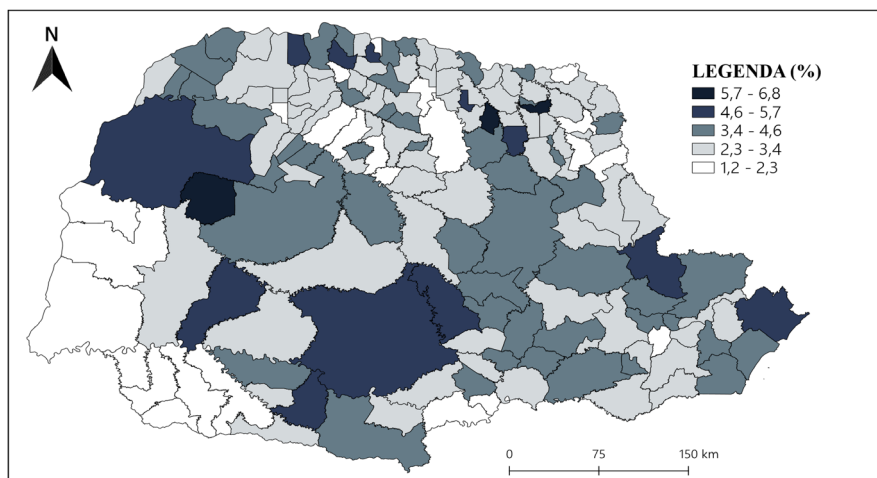
Tribunal Regional Eleitoral  
do Paraná



Fonte: Malha municipal de 2020 (IBGE); Tribunal Regional Eleitoral/Paraná (TRE/PR).  
\*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1960.

A Figura 10 apresenta a distribuição dos votos nulos pelo estado, sendo que a menor faixa corresponde ao intervalo entre 1,2% e 2,3% dos votos e representa os municípios de Curitiba (a leste); Paulo Frontin e União da Vitória; Pato Branco, Francisco Beltrão, Barracão, Santo Antônio do Sudoeste e Capanema, ao sudoeste; Foz do Iguaçu, Toledo e Guaíra, no oeste; São Carlos do Ivaí, Maringá, Marialva, Jandaia do Sul, Borrazópolis, Londrina, Cambé, Lobato, Lupionópolis, Cambará, Joaquim Távora, Tomazina e Wenceslau Brás, no norte cafeeiro. Goioerê, São Sebastião da Amoreira e Abatiá foram os três municípios que registram o maior número de votos nulo, correspondendo a 5,7 a 6,8%.

**Figura 10** – Eleições presidenciais de 1960 – percentual de votos (%) nulos, por município, estado do Paraná



Elaborado por GEPES-Unicentro e ObPPP-UEL, 2021



GRUPO DE ESTUDOS EM  
**GEPES**  
POLÍTICAS ELEITORAIS E SOCIAIS

Tribunal Regional Eleitoral  
do Paraná



Observatório de Políticas  
e Políticas Públicas  
Universidade de Paranaíba

Fonte: Malha municipal de 2020 (IBGE); Tribunal Regional Eleitoral/Paraná (TRE/PR).

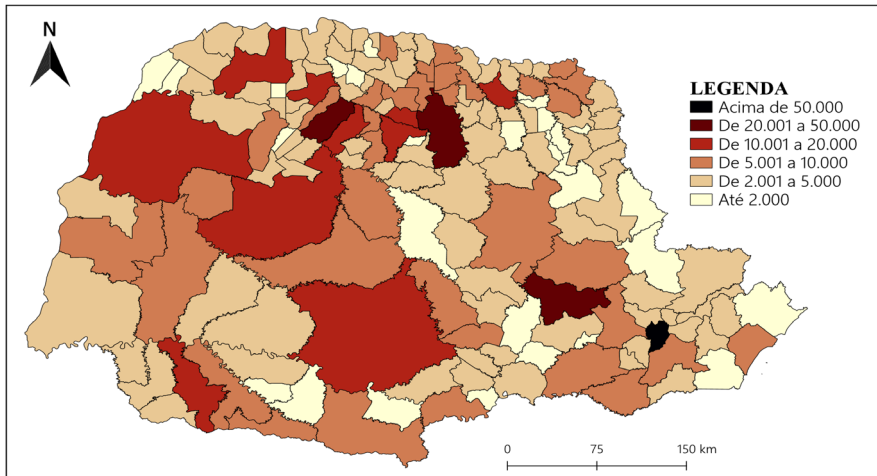
\*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1960.

Ainda em relação aos votos brancos e nulos, de acordo com Nicolau (2022, 172), estavam negativamente associados à taxa de urbanização dos municípios e, em menor grau, ao número de habitantes. “Os inválidos tendiam a ser mais numerosos nos municípios rurais. A hipótese é que isso era resultado do grande contingente de eleitores com baixa escolaridade residentes nessas localidades”.

A Figura 11 apresenta a distribuição do eleitorado paranaense de acordo com o número de eleitores aptos a votar por município. Em 1960, Curitiba era o único município com eleitorado superior a 50 mil eleitores, com 124.818 aptos a comparecer às urnas em 3 de outubro. Com eleitorado entre 20.001 e 50 mil eleitores aptos, estavam Ponta Grossa, com 22.983, Londrina, com 32.548 e Maringá com 20.278. Já os municípios de Francisco Beltrão, Guarapuava, Campo Mourão, Cruzeiro do Oeste, Paranavaí, Nova Esperança, Marialva, Apucarana, Arapongas e Cornélio Procópio possuem entre 10.001 e 20 mil eleitores. Aproximadamente 35 municípios contam com eleitorado

que varia de 5.001 a 10 mil pessoas. Na faixa de 2.001 a 5 mil eleitores aptos, há 82 municípios, a faixa com maior representatividade no estado, e com até 2 mil eleitores são, ao todo, 29 municípios.

**Figura 11** – Eleições presidenciais de 1960 – distribuição do eleitorado por classe de tamanho, municípios do estado do Paraná



Elaborado por GEPES-Unicentro e ObPPP-Uel, 2021



GEPES

Tribunal Regional Eleitoral do Paraná



Fonte: Malha municipal de 2020 (IBGE);Tribunal Regional Eleitoral/Paraná (TRE/PR).

\*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1960.

Comparando a Figura 11 com a Figura 12, podemos tecer as seguintes análises:

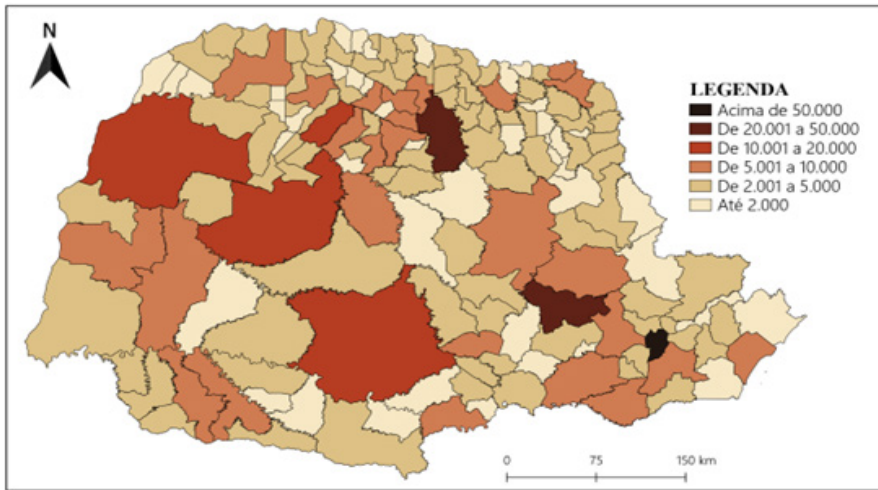
- i) Curitiba, a capital do estado, confirmando o seu eleitorado alistado, foi o único município que contabilizou o comparecimento às urnas de mais de 50 mil eleitores;
- ii) As urnas de Ponta Grossa e Londrina receberam entre 20.001 e 50 mil eleitores. Maringá, mesmo tendo o registro de um eleitorado correspondente a esta faixa, compareceram 14.858 eleitores, entre 10.001 e 20 mil. Tornando o peso do município, nas eleições, equivalente ao dos municípios de Cruzeiro do Oeste (11.734 votantes compareceram), Campo Mourão

- (13.195 votantes compareceram) e Guarapuava (13.030 votantes compareceram);
- iii) Quando do levantamento do eleitorado, Francisco Beltrão, Paranaíba, Nova Esperança, Marialva, Apucarana, Arapongas e Cornélio Procópio também figuravam na faixa dos 10.001 a 20 mil eleitores; porém, o comparecimento às urnas foi menor e estes incorporaram a seção dos 5.001 a 10 mil votantes;
  - iv) Possuíam cadastro 35 municípios correspondente à faixa de 5.001 a 10 mil eleitores, mas nas urnas somente 26 confirmaram esse dado;
  - v) No levantamento do eleitorado, 82 municipalidades inseriam-se na seção de 2.001 a 5 mil eleitores, mas, considerando-se aqueles que efetivamente depositaram seu voto na eleição presidencial de 1960, 86 municípios se enquadraram neste segmento;
  - vi) Estavam atrelados 29 municípios ao segmento de até 2 mil eleitores. Mas, nas eleições, 43 municípios passaram a figurar neste quesito.

Considerando as análises supracitadas, referentes às Figuras 11 e 12, observa-se que o comparecimento às urnas, em boa parte dos municípios paranaenses, não correspondeu ao total do eleitorado cadastrado. Uma parcela destas ausências, por exemplo, pode estar atrelada a questões migratórias e viagens.

A análise das Figuras 13, 14 e 15 remete-nos a um processo de regionalização do estado do Paraná, que leva em consideração as denominadas Frentes de Ocupação. Estas foram criadas por Brasil Pinheiro Machado (1951), considerando o processo de ocupação completa do território paranaense, ou seja, pela história das migrações e dos povos que ocuparam o território paranaense: o Paraná Tradicional (Litoral, Curitiba e Campos Gerais), com povos oriundos das primeiras ocupações de São Paulo e Minas Gerais; a Ocupação Nortista, resultante das migrações do interior paulista e mineiro para o nordeste, o norte e o noroeste do estado e; as migrações gaúcha e catarinense para o sudoeste e o oeste.

**Figura 12** – Eleições presidenciais de 1960 – distribuição dos votantes por classes de tamanho, municípios do estado do Paraná



Elaborado por GEPES-Unicentro e ObPPP-UEL, 2021



GEPES

Tribunal Regional Eleitoral  
do Paraná



Fonte: Malha municipal de 2020 (IBGE);Tribunal Regional Eleitoral/Paraná (TRE/PR).  
\*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1960.

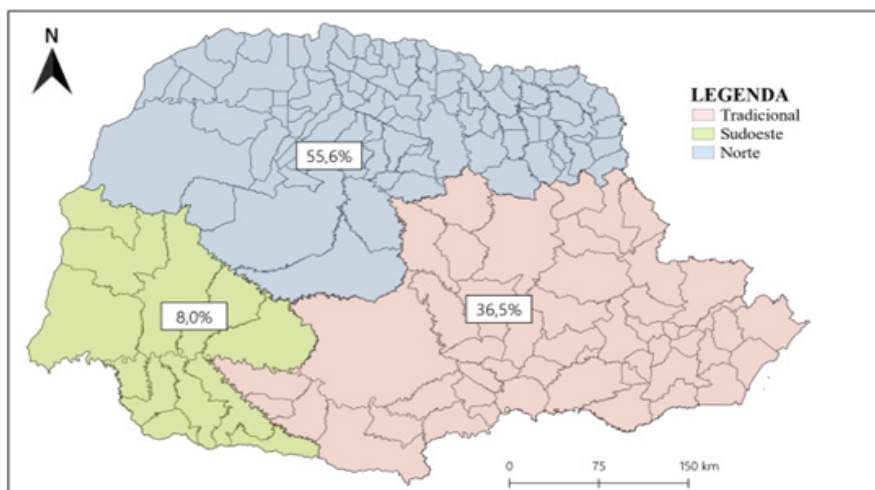
Sob a ótica temporal, os processos de ocupação vão constituir o que se poderia chamar de “Paraná antigo” e de “Paraná moderno”, “este surgindo a partir da desagregação da sociedade campeira do Paraná Tradicional, no final do século XIX” (Serra, 1992). Apesar de diferenciadas e com singularidades, as frentes de ocupação configuraram, também, a estrutura socioeconômica do estado em seu conjunto.

As frentes de ocupação foram caracterizadas e denominadas, também, por Altiva Pilatte Balhana, Cecília Westphalen e Brasil Pinheiro Machado (1969) de “Comunidades Autônomas Paranaenses”, e ainda por Brasil Pinheiro Machado (1981) de “Comunidades Históricas”.

A Figura 13, que demonstra o percentual do eleitorado pelas Frentes de Ocupação no estado do Paraná, mostra que a região Norte possui a maior parte dos eleitores no ano de 1960, com mais da metade (55,6%) do total, como decorrência natural da própria dinâmica populacional, conforme descrito, e das transformações socioeconômicas e de elementos geográficos ali existentes no período.

O Paraná Tradicional possui o segundo maior número de eleitores e o Sudoeste a terceira concentração de eleitores (8,0%), justamente por conta do processo de ocupação mais recente, no estado, à época. Esta variável, da Figura 11, é estática, ou seja, não há a possibilidade de mudanças pelas propostas dos candidatos e de seus partidos. A analogia se faz por meio do quantitativo do número de eleitores em cada uma das frentes.

**Figura 13** – Eleições presidenciais de 1960 – percentual do eleitorado (%) por Frentes de Ocupação, estado do Paraná



Elaborado por GEPES-Unicentro e ObPPP-UEL, 2021



GEPES

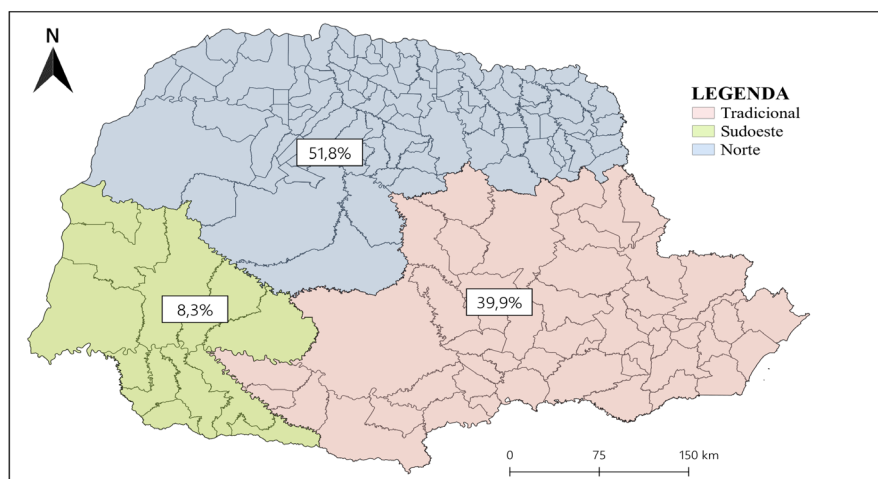
Tribunal Regional Eleitoral do Paraná



Fonte: Malha municipal de 2020 (IBGE); Tribunal Regional Eleitoral/Paraná (TRE/PR).  
\*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1960.

Em relação à Figura 14, os dados são apresentados em função dos eleitores que efetivamente compareceram às urnas para eleger o presidente da República em 1960. Sendo assim, no Norte paranaense, em comparação aos 100% do total de votantes, a presença foi de 51,8%; no Paraná Tradicional de 39,9% e no Sudoeste 8,3%. Desse modo, o Paraná Tradicional apresentou um peso maior na eleição presidencial que inicialmente se poderia supor.

**Figura 14** – Eleições presidenciais de 1960 – percentual de votantes (%) por Frentes de Ocupação, estado do Paraná



Elaborado por GEPES-Unicentro e ObPPP-UEL, 2021



GEPES

Tribunal Regional Eleitoral do Paraná



Fonte: Malha municipal de 2020 (IBGE);Tribunal Regional Eleitoral/Paraná (TRE/PR).

\*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1960.

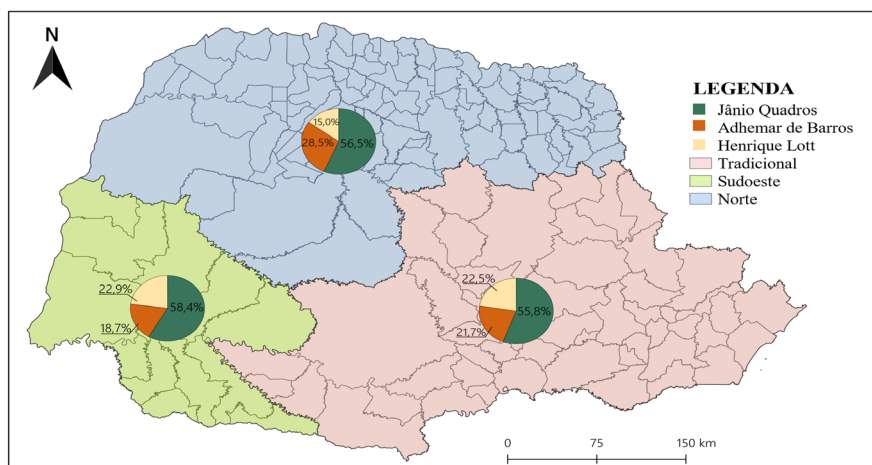
A Figura 15, por sua vez, retrata o desempenho específico de cada presidenciável em relação aos territórios delimitados pelas frentes de ocupação do estado. Nessa perspectiva, Jânio Quadros foi o candidato com melhor desempenho, alcançando percentagem superior a 55% dos votos nas três frentes de ocupação, com maior índice no Sudoeste, 58,4%.

Adhemar de Barros obteve o maior percentual de votos, com 28,5%, na região Norte, sendo seu melhor desempenho. Em contraponto, na região Sudoeste teve o menor percentual, com 18,7%; no Paraná Tradicional, o candidato recebeu 21,7% dos votos. Henrique Lott também obteve seu melhor percentual de votos no Sudoeste do estado, com 22,9%. No Paraná Tradicional obteve 22,5% dos votos, e na região Norte 15%.

Esses resultados podem ser atribuídos ao discurso de crescimento e desenvolvimento econômicos, tanto agrícola como industrial, apresentado pelos três candidatos, que venderam a ideia, durante a campanha, de transformações pelas quais o estado estava

passando a partir da efetiva ocupação territorial e de implementação de infraestruturas geográficas. Esses fatos são também decorrentes do processo geral pelo qual o Brasil passava, a exemplo de 1960 ter sido o último ano em que o censo demográfico apontou predomínio de população rural. A partir daí o Brasil passaria por um momento de transição campo versus cidade no sentido do morar e trabalhar.

**Figura 15** – Eleições presidenciais de 1960 – percentual de votos (%) por candidatos, por Frentes de Ocupação, estado do Paraná



Elaborado por GEPES-Unicentro e ObPPP-UEL, 2021



Fonte: Malha municipal de 2020 (IBGE); Tribunal Regional Eleitoral/Paraná (TRE/PR).

\*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1960.

No Paraná, no entanto, apenas Curitiba (97,22%), Londrina (57,40%) e Ponta Grossa (86,43%) possuíam população predominantemente urbana, com mais de 50% morando na cidade. Além desses, os municípios de Paranaguá, Antonina, Porto Amazonas, Arapongas e União da Vitória também atingiam esse percentual, porém os totais populacionais eram inferiores a 45 mil habitantes (IBGE, 2011). Em relação ao eleitorado, este passou de 229.672, em 1945, para 885.418, em 1960, um aumento de 385%.

Ferreira e Delgado (2003, 12) afirmam que a Constituição de 1946 possibilitou que os brasileiros tivessem acesso a direitos políticos até então

não estabelecidos legalmente. Soares (2001, 318), por sua vez, afirma que houve gradual ampliação da cidadania vinculada ao “valor do voto, divulgando a ideia de que votar era um direito ao qual os mais diversos setores da população também deveriam ter acesso”.

## **Considerações Finais**

Mesmo não tendo formalizado apoio a nenhum candidato na eleição para governador estadual, Jânio Quadros obteve amplo apoio local e ganhou na maioria dos municípios e em todas as frentes de ocupação. Apesar de ter ficado em segundo lugar nacionalmente, Henrique Lott foi superado por Adhemar de Barros no Paraná.

Jânio Quadros obteve a maior rejeição nas urnas nos municípios de Palmas e Antonina, contando com um percentual entre 27,2 e 33,2 dos votos, locais onde o candidato com maior aceitação foi Adhemar de Barros. O melhor percentual atingido refere-se ao intervalo de 63,4% a 69,4% dos votos, registrados em São Mateus do Sul, Mallet e Foz do Iguaçu – na porção mais ao sul do estado – e, em Cianorte, Terra Boa, Florai, Alto Paraná, Cruzeiro do Sul e Santo Inácio – ao norte.

Adhemar de Barros venceu em apenas oito municípios: Antonina, Joaquim Távora, Palmas, Porecatu, Santa Amélia, Santa Mariana, Santo Antônio da Platina e Siqueira Campos. Os maiores percentuais foram registrados em Porecatu e Santo Antônio do Platina, sendo contabilizados percentuais de 40,8 a 46,5 dos votos válidos. O fato de ter obtido melhores resultados na região norte do estado pode estar atrelado a dois fatores: geograficamente, podemos citar a proximidade com o estado de São Paulo, onde Barros sempre se manteve atuante no cenário político.

Henrique Lott teve votação mais expressiva nos municípios de Porto Amazonas e Cândido de Abreu, onde atingiu um percentual de 31,3 a 35,6 dos votos válidos; em contraponto, as menores incidências de votos foram registradas nas regiões noroeste, centro-norte e norte, com um percentual de 5,3 a 9,6 de votos.

Por fim, cabe ressaltar que, embora Jânio Quadros tenha sido o candidato mais votado no maior número de unidades da federação, a disputa foi muito equilibrada em dez delas, sendo que somente em uma (Maranhão) Jânio não chegou em primeiro ou segundo lugares. A vantagem de votos recebidos por Jânio Quadros em âmbito nacional

deveu-se, sobretudo, à ampla votação conquistada em São Paulo, no Paraná e na Guanabara.

## Referências

- ANDRADE, M. (1995). Macunaíma: O herói sem nenhum caráter. Rio de Janeiro: Villa Rica.
- ARQUIVO HISTÓRICO DO PARANÁ. (1960). Fundo 39 - Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, documento 66ª ZE/PR – Maringá.
- BALHANA, A. P. et al. (1969). História do Paraná. Curitiba: Grafipar.
- BATISTELLA, A. (2015). A trajetória de Abilon de Souza Naves no PTB paranaense (1945-1959). *História: Questões & Debates*, vol. 63, n. 2, p. 317-61.
- \_\_\_\_\_. (2016). O Partido Trabalhista Brasileiro no Paraná (1945-1965). *Revista Topoi*, vol. 17, n. 32, p. 257-86.
- \_\_\_\_\_. (2018). A participação e a influência de Jânio Quadros na política paranaense (1958-1961). *Antíteses*, vol. 11, n. 22, p. 741-67.
- BRASIL (1950). Lei 1.164, de 24 de julho de 1950. Institui o Código Eleitoral. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro: 1950, p. 10987.
- \_\_\_\_\_. (1958). Tribunal Superior Eleitoral – TSE. Dados Estatísticos: eleições federais e estaduais realizadas em 1954 e 1955. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, vol. 4.
- \_\_\_\_\_. (1959). Câmara Federal. Quem são os deputados: legislatura 41ª. Brasília, DF. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/quem-sao/resultado?search=&partido=&uf=PR&legislatura=41&sexo=>. Acesso em: 19 fev. 2022.
- \_\_\_\_\_. (1959). Senado Federal. Senadores da 41ª legislatura (1959 – 1963). Brasília, DF. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/legislaturas-antiores/-/a/41/por-uf>. Acesso em: 19 fev. 2022.
- \_\_\_\_\_. (2020). Ministério da Economia. Estatísticas Antigas de Comércio Exterior. Disponível em: <https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/comercio-exterior/estatisticas/outras-estatisticas-de-comercio-exterior>. Acesso 11 jun. 2021.
- BRUAN, Y. (2008). Arquitetura contemporânea no Brasil. Tradução Ana M. Goldberger. São Paulo: Perspectiva.
- CARONE, E. (1980). A Quarta República (1945-1964). São Paulo: DIFEL.
- CERVO, A. L.; BUENO, C. (2011). História da Política Exterior do Brasil. 4ª ed. Brasília, DF: EdUnB.
- COTTA, L. C. V. (2008). Adhemar de Barros (1901 – 1969): a origem do “rouba, mas faz”. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 128.
- DIÁRIO do Paraná (a). (1960). Vinculação de Jânio Quadros a Ney Braga, eleições do Paraná, em 1960. Curitiba, 27 de setembro. Primeiro Caderno,

- n. 1662, p. 4. Disponível em: Diário do Paraná: Órgão dos Diários Associados (PR) - 1955 a 1983 - DocReader Web (bn.br). Acesso em 20 fev. 2022.
- \_\_\_\_\_ (b). (1960). Jânio Quadros desmente Ney Braga. Curitiba, 01 de outubro. Primeiro Caderno, n. 1666, p. 7. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/761672/per761672\\_1960\\_01666.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/761672/per761672_1960_01666.pdf). Acesso em 20 fev. 2022.
- \_\_\_\_\_ (c). (1960). Lott indica Plínio Costa seu candidato a Governador. Curitiba, 01 de outubro. Primeiro Caderno, n. 1667, p. 1. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/761672/per761672\\_1960\\_01667.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/761672/per761672_1960_01667.pdf). Acesso em 20 fev. 2022.
- FERREIRA, J. (2003). Crises da República: 1954, 1955 e 1961. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. (orgs.). O Tempo da Experiência Democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. (Coleção O Brasil Republicano, vol. 3).
- FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. (orgs.). (2003). O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática (1945-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. vol. 3.
- ADHEMAR Pereira de Barros. (2009). Centro De Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Rio de Janeiro: FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ademar-pereira-de-barros>. Acesso em: 1 nov. 2021.
- CAFÉ. (2009). Centro De Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Rio de Janeiro: FGV. Disponível em: <http://fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/cafe-1>. Acesso 11 jun. 2021.
- DESENVOLVIMENTISMO. (2009). Centro De Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Rio de Janeiro: FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/desenvolvimentismo>. Acesso em: 11 jun. 2021.
- ESTATUTO do trabalhador rural. (2009). Centro De Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Rio de Janeiro: FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/estatuto-do-trabalhador-rural>. Acesso em: 11 jun. 2021.
- PARTIDO Social Democrático (PSD-1945-1965). (2009). Centro De Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Rio de Janeiro: FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-social-democratico-psd-1945-1965>. Acesso em: 11 jun. 2021.
- GIAMBIAGI, F. et al. (2011). Economia Brasileira Contemporânea (1945-2010). Elsevier, 2011. Disponível em: <https://br1lib.org/book/3310124/9120c1?id=3310124&secret=9120c1&dsouce=recommend>. Acesso em: 10 nov. 2021.
- GOMES, Â. M. de C. (2015). A invenção do trabalhismo. Rio de Janeiro: Editora FGV.

- GOMES, Â. M. C. et al. (2007). História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III. O Brasil Republicano, vol. 10: sociedade e política (1930-1964). 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (1960). Censo Demográfico de 1960: Paraná. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/68/cd\\_1960\\_v1\\_t14\\_pr.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/68/cd_1960_v1_t14_pr.pdf). Acesso 23 jun. 2021.
- \_\_\_\_\_. (1961). Anuário Estatístico do Brasil – 1961. Rio de Janeiro.
- IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Nota Técnica IPARDES n. 14: dinâmica demográfica do Paraná: tendências recentes, perspectivas e desafios. Disponível em: [https://www.ipardes.pr.gov.br/sites/ipardes/arquivos\\_restritos/files/documento/2019-09/NT\\_14\\_dinamica\\_demogr\\_PR\\_2010.pdf](https://www.ipardes.pr.gov.br/sites/ipardes/arquivos_restritos/files/documento/2019-09/NT_14_dinamica_demogr_PR_2010.pdf). Acesso em 1 jul. 2021.
- MACHADO, B. P. (1951). O estudo da história regional. Revista História, n. 3, p. 177-205.
- MENDONÇA, S. R. (1988). Estado e Economia no Brasil: opções de desenvolvimento. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- MORAES, A. C. R. de. (2005a). Ideologias Geográficas. Espaço, cultura e política no Brasil. 5ª edição. São Paulo: Annablume.
- \_\_\_\_\_. (2005b). Território e História no Brasil. São Paulo: Annablume. Acesso em: 1 fev. 2022.
- MOTTA, M. S. (2001). O lugar da cidade do Rio de Janeiro na federação brasileira: uma questão em três momentos. Rio de Janeiro: CPDOC.
- MOURA, G. (1980). Autonomia na dependência. A Política Externa Brasileira de 1935 a 1942. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- \_\_\_\_\_. (1991). Sucessos e ilusões. Relações Internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro: EdFGV.
- MUELLER, O. (2006). Centro Cívico de Curitiba: um espaço identitário. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura – PROPAR: UFRGS, Porto Alegre.
- NICOLAU, J. (2004). Partidos na República de 1946: velhas teses, novos dados. Dados: Revista de Ciências Sociais, vol. 47, n. 1, p. 85-129.
- NICOLAU, J. (2012). Eleições no Brasil: Do Império aos dias atuais. Rio de Janeiro: Zahar.
- NICOLAU, J. (2022). As eleições presidenciais de 1960: uma análise a partir de dados municipais. Estudos Históricos, vol. 35, n. 75, p. 159-175. Disponível em: <https://biblioteca-digital.fgv.br/ojs/index.php/reh/issue/view/4694/2601>.
- SERRA, E. (1992). Os primeiros processos de ocupação da terra e a organização pioneira do espaço agrário no Paraná. Boletim de Geografia, vol. 10, n. 1, p. 61-93.



# Eleições de 1989: contextualização dos votos para presidente no Paraná

**Roberto Mauro da Silva Fernandes, Ana Paula Azevedo da Rocha e Keila Miranda Tachevski**

## Resumo

As eleições presidenciais de 1989, no Brasil, foram disputadas por 22 partidos políticos, em meio a uma crise política e econômica. Depois de 29 anos os brasileiros voltavam a escolher seu presidente, a partir de propostas diferentes e inovadoras, divulgadas no rádio e na televisão. Nesse cenário, dois nomes despontaram, a saber, Fernando Collor de Mello e o ex-operário Luiz Inácio Lula da Silva, os quais tiveram a oportunidade de participar do segundo turno das eleições (a primeira a ser disputada em dois turnos). A direita saiu vencedora com Collor, mas foram os brasileiros, na realidade, os grandes vitoriosos com o ambiente democrático. A eleição de 1989 teve suas especificidades em cada região, estado e município do Brasil; dessa forma, vamos apresentar nesta discussão os resultados eleitorais, no estado do Paraná, das candidaturas para o cargo de presidente e vice-presidente da República Federativa do Brasil no ano de 1989. Em território paranaense Fernando Collor venceu de maneira incontestável, performance que está relacionada ao apoio que obteve da grande mídia no âmbito nacional e,

## Sobre os autores

Roberto Mauro da Silva Fernandes é doutor em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), com pós-doutorado em Geografia pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro). Membro do grupo de pesquisa Redes de Poder, Migrações e Dinâmicas Territoriais (GEPES). Professor visitante do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Alfenas (Unifal). E-mail: robertomauro.fernandes@hotmail.com

Ana Paula Azevedo da Rocha é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES). Mestre em Geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). Graduada em Geografia pela Universidade Estadual do Paraná (Unespar). Membro do grupo de pesquisa Redes de Poder, Migrações e Dinâmicas Territoriais (GEPES). E-mail: anapaula\_azevedo31@hotmail.com

Keila Miranda Tachevski é mestranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro). Graduada em Geografia pela Unicentro. Membro do grupo de pesquisa Redes de Poder, Migrações e Dinâmicas Territoriais (GEPES). Professora do Governo do Estado do Paraná. E-mail: keilamirandat@gmail.com

especialmente, devido as consequências da fragmentação do PMDB (partido do governo Sarney) no Paraná e da inexistência de bases consolidadas da esquerda no estado. Para tal, realizamos pesquisa bibliográfica.

**Palavras-chave:** atlas eleitoral; eleições presidenciais de 1989; Brasil; Paraná; democracia.

### **Abstract**

The 1989 presidential elections in Brazil were contested by twenty-two political parties. After twenty-nine years, the Brazilian chose his president again. In the midst of a political and economic crisis the elections took place, the voter can get in touch with different and innovative proposals, on radio and television, driving them to improve the future. In those elections, two names emerged, Collor (the “marajás hunter”) and the ex-worker Lula, both had the opportunity to participate in the second round of the elections (the first to be disputed in two rounds) and to contest vote by vote the most important job in the country. In the end, the right won with Collor, but it was the Brazilians, in reality, the great victors, with the democratic environment. The 1989 election had its specificities in each region, state and municipalities in Brazil; thus, in this discussion we will present the electoral results, in the state of Paraná, of the candidates for the post of president and vice president of the Federative Republic of Brazil in the year 1989. Fernando Collor unquestionably won, a performance that is related to the support he obtained from the mainstream media at the national level and, especially, as a result of the fragmentation of the PMDB (Sarney government party) in Paraná and the inexistence of consolidated bases of the left in the state. To this end, we carried out bibliographic research.

**Keywords:** Electoral Atlas; Presidential elections of 1989; Brazil; Paraná / PR; democracy.

Artigo recebido em: 8 de julho de 2022 e aprovado pelo Conselho Editorial em 13 de agosto de 2022.

## **Introdução**

Na década de 1980, em decorrência da segunda crise do petróleo de 1979 e da estratégia estadunidense de retomar sua hegemonia e modificar o sistema monetário internacional, houve a desaceleração da demanda mundial, a elevação contundente da taxa real de juros do sistema internacional, o aumento dos preços do petróleo no mercado mundial e a redução da liquidez internacional. Esses processos alteraram a economia mundial e afetaram diretamente os cenários econômico e político brasileiros.

Nesse contexto, o governo do general João Baptista Figueiredo adotou políticas econômicas restritivas (ajuste autônomo) que a partir de 1983, com a implementação do denominado ajuste monitorado, fruto de um acordo firmado entre o Brasil e o Fundo Monetário Internacional (FMI), o qual possibilitou a exportação de recursos através de desvalorizações cambiais e a redução de investimentos e de consumo por meio de taxas de juros elevadas. Conseqüentemente, essas novas resoluções provocaram uma forte recessão econômica, acompanhada de uma inflação com patamar próximo de 100% ao ano (Costa Pinto, 2019).

Esses dilemas econômicos afetaram o crescimento econômico brasileiro, que entre 1964 e 1980, estava na ordem de 7,8% ao ano, provocando uma ruptura no padrão de acumulação desenvolvimentista até então existente, e uma série de manifestações contrárias ao governo Figueiredo passaram a ser externalizadas. Empresários atingidos pela redução das taxas de lucro, diferentes segmentos de trabalhadores que, desde o final da década de 1970, promoviam greves operárias e as classes médias (profissionais liberais e gerentes) juntaram-se para apoiar a redemocratização do sistema político do país (Oliveira, 1999).

A crise econômica produziu uma crise política em que o regime militar perdeu o apoio de segmentos da classe empresarial e das classes médias, apoiadores importantes do golpe de 1964 e do pacto político que se instalou com o regime ditatorial. Na realidade, a junção desses dois segmentos com os diversos setores trabalhistas demonstrava que o pacto político responsável por sustentar os militares no poder chegava ao fim (Sallum, 1996).

O ano de 1984 foi um momento singular na história do Brasil: depois de vinte anos de ditadura militar, os rompimentos e articulações davam força ao movimento favorável às eleições que tomou o imaginário de milhões de brasileiros. Uma infinidade de comícios e manifestações públicas passaram a ocorrer a partir de janeiro de 1984. A tomada de consciência, conhecida como movimento das Diretas Já, exigia o direito dos brasileiros de eleger o presidente da república, reivindicava a implantação de uma democracia que garantisse as liberdades civis e políticas, bem como explicitava um sentimento coletivo acerca da solução dos problemas econômicos (fim da inflação e volta do crescimento econômico) e da introdução de profundas mudanças estruturais.

O ápice do movimento, porém, se deu às vésperas da votação da emenda constitucional que restabeleceria o direito ao voto popular e direto para presidente da República (a chamada Emenda Dante de Oliveira). No dia 10 de abril, quase um milhão de pessoas compareceram ao comício do Rio de Janeiro. Seis dias depois, foi São Paulo quem bateu o recorde no Vale do Anhangabaú, reunindo mais de um milhão de pessoas (Castro, 2011, 98).

No entanto, apesar das manifestações populares, a emenda que poderia alterar a cena política brasileira não foi aprovada por falta de quórum (após sessão que durou mais de 16 horas), e o fim da ditadura militar ocorreu através de uma transição democrática articulada pelas classes dominantes sob a tutela dos militares. Essa transição gradual e negociada para democracia deu-se por meio de eleições indiretas no Colégio Eleitoral<sup>1</sup>, que no dia 15 de janeiro de 1985 elegeu Tancredo Neves para presidente civil do Brasil, após 21 anos de ditadura militar. O último presidente civil havia sido eleito em 1960 (Sallum, 1996; Codato, 2005).

No entanto, o presidente eleito não tomou posse. Horas antes da realização da cerimônia, Tancredo Neves foi encaminhado e internado em um hospital em Brasília, onde faleceu de infecção generalizada no dia 21 de abril de 1985. Assim, assumiu o cargo máximo da nação José Sarney, que ficou responsável por conduzir o processo de transição à democracia.

Zaverucha (1994) e Codato (2005) comungam a ideia de que o governo Sarney (1985-1989) manteve prerrogativas políticas dos militares, condição que lhes deu o poder de tutelar a democracia brasileira durante a transição, expressado na Constituição de 1988 com a manutenção da Lei de Segurança Nacional. Ademais, a transição teve um caráter conservador, uma vez que ocorreu sem a ruptura da ordem institucional, sem alterações na estrutura de dominação de classes e foi conduzida na cena política por apoiadores do regime militar, em especial pela tríade composta pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA), pelo

---

1. Como a emenda proposta por Dante de Oliveira não foi aprovada, cumpriu-se o que estava plasmado no artigo 76 da Constituição de 1967, ou seja, o presidente e seu vice deveriam ser eleitos por meio de um colégio eleitoral. A Carta de 1967 estabeleceu que este deveria ser composto pelos membros do Congresso Nacional e por delegados indicados pelas assembleias legislativas dos estados.

Partido Democrático Social (PDS) e pelo Partido da Frente Liberal (PFL). Em outras palavras, a transição foi construída “por cima”, por meio de uma configuração das elites, e facilitada pelos anseios dos movimentos e lutas das classes trabalhadoras contra os avanços da inflação<sup>2</sup> (Oliveira, 1999).

A despeito do caráter conservador (e de tutela dos militares), o período da transição foi marcado por avanços sociais e políticos e por tentativas desastrosas de combate à inflação. A título de exemplo, no primeiro ano de governo, foi aprovada a emenda constitucional que reestabeleceu eleições diretas para prefeitos em cidades consideradas áreas de segurança nacional pelos militares e concedeu aos analfabetos direito de voto. Além disso, o governo convocou uma Assembleia Nacional Constituinte, cujo resultado foi a aprovação da Constituição de 1988, processo sustentado no Congresso Nacional pelos partidos dissidentes do PDS, PFL e do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) (Costa, 2006).

A nova constituição refletiu os ideais democráticos e a conquista de direitos universais oriundos da mobilização popular das Diretas Já, garantindo, por exemplo, a criação de um dispositivo constitucional para que o Sistema Único de Saúde (SUS) obtivesse orçamento próprio para o atendimento da população brasileira, além de um conjunto de mecanismos que permitiam a participação popular no interior da democracia representativa criada (Bresser-Pereira, 2008).

Entretanto, a historiografia aponta que o governo Sarney foi protagonista de um conjunto de experiências malsucedidas de estabilização da inflação. Ao longo de cinco anos foram lançados três planos de estabilização: Plano Cruzado, em 1986, Plano Bresser, em 1987 e Plano Verão, em 1989 (Castro, 2011). Para Bresser-Pereira (2008), o governo Sarney fracassou com os planos, pois não revisou a estratégia nacional desenvolvimentista para aquele momento de grande crise da dívida externa, a qual contribuiu para o fim do regime militar. Logo, o projeto de Brasil dos militares deveria ser revisto. A segunda metade da década de 1980 era o momento de

---

2. O maior exemplo do caráter conservador da Nova República foi o próprio presidente do país, José Sarney, filiado ao ARENA e fundador do PDS, partido que sucedeu o primeiro com o fim do sistema bipartidário, e do PFL, sigla compostas por dissidentes do PDS que não apoiavam Paulo Maluf, o candidato dos militares no Colégio Eleitoral.

resolver o problema da crise de balanço de pagamentos, associada à alta inflação inercial que foi desencadeada com a crise da dívida externa. Segundo o economista, o governo não tinha diagnóstico adequado para a crise econômica, bem como os empresários e os políticos que conduziram a transição ignoraram a sua gravidade, supondo que a solução seria estimular a demanda interna e retomar a política industrial dos anos de 1950 e 1970:

Os anos 1980, entretanto, eram outros, e exigiam uma nova estratégia – um novo desenvolvimentismo – coisa que os governantes não estavam preparados para adotar. Precisavam dar-se conta de que a crise da dívida externa necessitava uma negociação soberana, mas que esta só poderia ser lograda se fosse combinada com uma nova e rígida disciplina que enfrentasse a crise fiscal e com uma política de taxa de câmbio que mantivesse a economia competitiva internacionalmente. O Plano Cruzado, que o governo democrático implementa em 1986, não revelava nenhuma dessas tomadas de consciência: foi realizado sem que paralelamente se iniciasse um processo de efetiva negociação da dívida externa, ignorou a necessidade do ajuste fiscal, e deixou que a taxa de câmbio apreciada mantivesse o país nas condições de insolvência externa em que se encontrava desde que a Crise da Dívida Externa se desencadeara no início da década. Não é surpreendente, portanto, que esse plano tenha fracassado tão estrondosamente, e que seu fracasso [...] era fundamentalmente dos empresários industriais que tiveram um de seus principais líderes, Dílson Funaro, na chefia do Ministério da Fazenda, e da classe política que conduzira a transição democrática. Os empresários industriais, que haviam tido um papel decisivo na abertura democrática, fracassaram em assumir a liderança política do país porque lhes faltava como a toda a sociedade brasileira uma estratégia ou um projeto e porque haviam se comprometido com o Plano Cruzado (Bresser-Pereira, 2008, 74-5).

Em termos econômicos, as enormes expectativas depositadas no governo Sarney foram sendo arrefecidas a cada fracasso dos programas de estabilização, o que contribuía com a hiperinflação e acirrava a instabilidade macroeconômica em curso desde 1983, ampliando os problemas relacionados às contas externas e finanças públicas que afetavam negativamente os investimentos empresariais. Além do mais, o fracasso no combate à inflação incidia sobre a população de menor renda. Em linhas gerais, os planos malsucedidos resultaram na

aceleração da inflação – que em 1989 alcançou a marca de 1.783% – e na deterioração das contas públicas, o que atuou como uma contrapartida para manutenção de taxas de lucratividade para o setor privado (Costa Pinto, 2019).

Como consequência, ao invés do ajuste e da reforma, o país mergulhou, em 1988 e 1989, no descontrole da política econômica, que contribuiu para agravar os desgastes internos do governo Sarney, entre outras questões, caracterizados pela saída de importantes lideranças do PMDB que, posteriormente, criaram o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), e na hiperinflação causada pela crise fiscal. Nesse momento, as ideias, diretrizes e conceitos discutidas no encontro *Latin American Adjustment: How Much has Happened?*, conhecido como Consenso de Washington, ganhavam força na América Latina e em especial no Brasil, que vivenciava uma crise fiscal e estava sem alternativas diante de sua dívida externa, além do governo Sarney estar manchado por várias denúncias de corrupção (Bresser-Pereira, 1990, 2008; Costa, 2006).

A grande crise dos anos 1980 e, sobretudo, do período de transição à democracia, foi uma crise da dívida externa, fiscal e de alta inflação. Esse quadro desencadeou uma mudança nas posições da cena política brasileira, marcou o fim da hegemonia da burguesia industrial e colapsou o desenvolvimentismo no Brasil, possibilitando, assim, a ascensão de uma nova fração hegemônica ao bloco no poder, isto é, a burguesia vinculada ao setor financeiro e rentista, responsável pela liderança do pacto político que oportunizou a vitória da chapa majoritária de Fernando Collor de Mello e Itamar Franco nas eleições de 1989 e a implementação da ideologia neoliberal no Brasil a partir de 1990 (Bresser-Pereira, 2008; Costa Pinto, 2019).

A eleição presidencial de 1989 foi a primeira no Brasil a ser realizada em dois turnos. Com a promulgação da Constituição de 1988, ficou estabelecido a realização do segundo turno caso nenhum dos candidatos obtivesse maioria absoluta dos votos no primeiro (entre 1945 e 1964, os presidentes e governadores foram eleitos por maioria simples). Ademais, o pleito apresentou uma singularidade: foi a primeira eleição na qual estava em disputa apenas um cargo, condição que incentivava a participação dos partidos depois de anos de uma legislação restritiva. Foram 22 candidaturas e praticamente não foram formadas coligações. Para Limongi e Guarnieri (2014):

Os resultados da eleição de 1989 foram interpretados como uma confirmação das expectativas pessimistas que acompanharam a redemocratização do país. Collor foi caracterizado como um outsider, cuja vitória não teria dependido de estruturas partidárias. O carisma e a liderança pessoal teriam sobrepujado os partidos [...] Em 1989, o número de candidatos foi excessivo, levando a uma fragmentação dos votos. Ter votação expressiva em um ou outro estado se mostrou insuficiente para viabilizar candidaturas, evidenciando os ganhos que poderiam ser auferidos por meio da coordenação no lançamento de candidaturas (Limongi e Guarnieri, 2014, 10).

Dito isso, nosso objetivo é apresentar os resultados eleitorais, no estado do Paraná, das candidaturas para o cargo de presidente da República do Brasil no ano de 1989. Ressalta-se que realizamos o debate com base nas conjunturas política, econômica e social do período para apontarmos fatores que contribuíram para a vitória eleitoral de Fernando Collor de Mello, pelo Partido da Reconstrução Nacional (PRN).

### *1989: contexto eleitoral, mídia e 1º turno*

A eleições de 1989 ocorreram em um contexto de tensões políticas e desgaste interno do governo Sarney, causados, sobretudo, pelo fracasso dos planos econômicos, elaborados para conter a inflação, e pelas sucessivas denúncias de corrupção, com tentativas malsucedidas de instauração de comissões parlamentares de inquérito (CPI) no Congresso (Costa, 2006). O desgaste do governo teve como consequência a perda de sua base parlamentar de sustentação, levando inclusive a divisão do maior partido do país naquela época, o PMDB, que, nas eleições de 1986 para os governos estaduais, venceu em 22 das 23 unidades federativas.

Assim, nesse clima de ceulemas e desconfiança, a partir de março de 1989 as candidaturas passaram a ser anunciadas. Ulysses Guimarães foi o candidato do PMDB; o Partido Democrático Trabalhista (PDT) foi representado por Leonel Brizola; o PSDB lançou Mario Covas; Luiz Inácio Lula da Silva foi o candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), que contou com o apoio do Partido

Socialista Brasileiro (PSB) e Partido Comunista do Brasil (PC do B); o PRN (partido sem expressão nacional) anunciou a candidatura de Fernando Collor. Além desses, mais dezessete partidos lançaram candidatos: o PDS disputou com Paulo Maluf; o Partido Liberal (PL) participou com Guilherme Afif Domingos; Roberto Freire foi o candidato do Partido Comunista Brasileiro (PCB); o representante do PFL foi Aureliano Chaves, o Partido Social Democrático (PSD) participou com Ronaldo Caiado; o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) disputou com Affonso Camargo; Enéas Carneiro representou o Partido da Reedificação da Ordem Nacional (Prona); José Alcides de Oliveira, conhecido popularmente como Marronzinho, foi o candidato do Partido Social Progressista (PSP); o Partido do Povo (PP) disputou a presidência com Paulo Gontijo; o Partido Comunitário Nacional (PCN) fez parte do pleito com Zamir José Teixeira; Livia Maria Pio foi a candidata do Partido Nacionalista (PN); o Partido Liberal Progressista (PLP) disputou com Eudes Mattar; Fernando Gabeira foi o representante do Partido Verde (PV); o Partido da Mobilização Nacional (PMN) teve como candidato Celso Brant; o Partido do Povo Brasileiro (PPB) participou com Antônio dos Santos Pedreira; Manoel Horta foi candidato pelo Partido da Democracia Cristã do Brasil (PDC do B); e o Partido Municipalista Brasileiro (PMB) disputou a presidência com Armando Corrêa.

A campanha eleitoral ocorreu em um contexto de ampla rejeição ao governo Sarney. Em setembro de 1989, o Instituto Datafolha publicou uma pesquisa em que 68% dos eleitores consideravam o então governo ruim ou péssimo. O cenário era tão crítico a ponto do candidato do PMDB, Ulysses Guimarães, declarar que sua candidatura era independente em relação ao governo. Nesse momento, o brasileiro convivia com um ambiente de inflação que chegava a quase 80% ao mês. Desse modo, os candidatos com maiores índices de intenção de voto eram aqueles da oposição ao governo: Brizola e Lula chegaram a liderar as pesquisas no início da campanha eleitoral; Fernando Collor, na época governador de Alagoas, aparecia com 9% das intenções de voto em março de 1989 (Costa, 2006).

É preciso destacar dois fatores considerados centrais nas dinâmicas da eleição para presidente no ano de 1989. O primeiro está relacionado ao marketing realizado pela grande mídia em nome

do candidato Fernando Collor, em especial pela Rede Globo. O apoio da Globo foi fundamental para a performance do candidato e sua posterior vitória. O segundo fator relaciona-se à alienação do eleitorado inscrito, dentre o qual uma porcentagem considerável se absteve, votando em branco ou nulo. Fato curioso, visto ser a primeira eleição presidencial após 21 anos de ditadura militar.

No que tange à grande mídia, Soares (2009) explica que a Rede Globo realizou uma campanha aberta para o governador de Alagoas, por meio de suas novelas e de seu telejornalismo, preparando o cenário para Collor discursar contra os políticos – em especial o governo Sarney – e funcionários públicos, os quais eram apresentados à população como “marajás”. Daí o apelido do presidenciável: caçador de marajás.

As novelas trabalhavam o consciente coletivo da população brasileira que convivia com um ambiente de inflação voraz; os jornais, por sua vez, realizavam uma cobertura favorável ao candidato do PRN. Entre março e agosto de 1989, foi assídua a vinculação da imagem e presença de Collor em programas como Globo Repórter, Fantástico e nos telejornais. Cenário completado com a veiculação, no Jornal Nacional, dos resultados das sondagens de voto realizadas pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope), os quais apresentavam o nome de Collor como vencedor. Por outro lado, a grande mídia concedeu espaço aos demais candidatos, realizando uma cobertura crítica de seus programas de governo, em especial dos candidatos do PT e PDT, Lula e Brizola, frequentemente associados a fatos negativos. De mesmo modo, as greves e confrontos de cunho trabalhista eram criminalizados, o que ensejava discursos severos contra à Central Única dos Trabalhadores (CUT), que apoiava Lula (Lima, 2001; Costa, 2006).

No que diz respeito ao segundo fator em destaque, Costa (2006) afirma que o eleitorado de 1989 esteve na ordem de 82.056.226, dos quais compareceram para votar apenas 72.277.408. Nesse sentido, houve uma alienação eleitoral no primeiro turno de 14.442.984 eleitores, com 9.793.809 de abstenções, o que corresponde a um total de 18,3% dos eleitores inscritos. Analisando a distribuição de votos entre os candidatos (Quadro 1), a alienação eleitoral foi menor apenas que a quantidade de votos do primeiro colocado, Fernando Collor, que teve 30% dos votos válidos.

**Quadro I** – Votos válidos na eleição presidencial de 1989 (1º turno)

Candidatos	Eleitorado inscrito: 82.074.718	
	Nº de votantes: 72.277.408	
	Total de votos válidos	Números absolutos
Fernando Collor	30,4 %	20.611.011
Luiz Inácio Lula da Silva	17,1%	11.622.673
Leonel Brizola	16,5%	11.168.228
Mário Covas	11,5%	7.790.392
Paulo Maluf	8,8%	5.986.575
Guilherme Afif	4,8%	3.272.462
Ulysses Guimarães	4,7%	3.204.932
Roberto Freire	1,1 %	769.123
Aureliano Chaves	0,8 %	600.838
Ronaldo Caiado	0,7%	488.846
Affonso Camargo	0,5%	379.286
Outros	2,5%	1.732.283
Votos válidos	100 %	67.626.649

Fonte: adaptado de Costa (2006).

Portanto, a alienação eleitoral teve porcentagem maior do que a quantidade de votos recebidos por Luiz Inácio Lula da Silva, Leonel Brizola e Mário Covas, respectivamente segundo, terceiro e quarto colocados, e maior que a soma dos votos dos outros candidatos, o que demonstra uma alta taxa de votos brancos, nulos e abstenções (Costa, 2006).

Para Lima Júnior (1993), a taxa de comparecimento eleitoral, o absenteísmo, dá-se em decorrência de fatores de natureza ecológica que facilitam, dificultam ou impedem o deslocamento do eleitor para as seções eleitorais; já os votos brancos e nulos são atribuídos às realidades socioeconômicas de natureza individual. Nicolau (2002) defende que questões socioeconômicas e institucionais estão relacionadas à alienação eleitoral: o eleitor se abstém por protesto contra o sistema político ou contra o voto; no entanto, tal comportamento se combina à baixa escolaridade das populações votantes, ocasionando uma série de erros que eventualmente anulavam o voto ou o deixavam em branco (quando o processo era realizado por meio de

cédulas). Para o autor, outro fator que condiciona os números são as fraudes nas urnas. Vitullo (2002, 2007) associa o crescimento da alienação eleitoral aos processos de desestruturação social e crise de legitimidade, influenciados, sobretudo, pela moral religiosa e pela cultura política altamente personalista.

Os três casos estão presentes na cultura política e eleitoral brasileira e latino-americana, no entanto, no caso das eleições presidenciais de 1989, as condições de natureza ecológica e as questões socioeconômicas se destacaram. Costa (2006) aponta que as taxas de votos em branco e nulos no pleito de 1989 estiveram associadas ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em algumas regiões do Brasil; ou seja, a variação da taxa por região estava vinculada à escolaridade, renda e expectativa de vida. Além disso, o autor afirma que as altas taxas de abstenção estavam relacionadas à extensão territorial de alguns estados: nas regiões com estados de grande extensão territorial e menor densidade eleitoral, como o caso do Norte, as taxas de abstenção foram maiores do que naqueles pertencentes às regiões Sudeste e Sul.

O argumento supramencionado está relacionado àquele Brasil de 1989, recém-saído de uma ditadura e que vivenciava um clima de democracia, com grande parte do eleitorado que formava a base social da pirâmide dividido quase igualmente entre homens e mulheres e vivendo em ambiente urbano, nas grandes metrópoles. A maioria dos eleitores em 1989 tinha acesso limitado à informação de qualidade e à instrução formal, por isso a mídia de massa, especialmente a televisão, foi crucial para a performance de alguns candidatos (Moisés, 1990). Logo, é difícil crer que a taxa na ordem de 18,3% (mais de 14 milhões de eleitores) de alienação eleitoral estava relacionada a protestos contra o sistema político ou a uma crise de legitimidade.

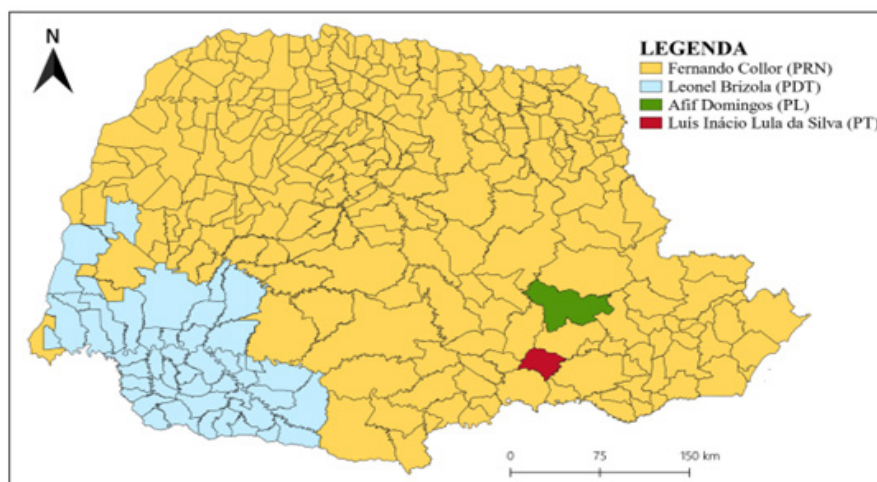
Outro detalhe importante está na divulgação bem-sucedida das campanhas eleitorais de Fernando Collor de Mello e Luiz Inácio Lula da Silva. Com a novidade da campanha eleitoral por meio eletrônico, os dois candidatos em questão conseguiram inovar a propaganda política. Collor apresentava-se como um candidato jovem, protetor dos menos favorecidos, caçador de marajás e tinha um discurso sobre a modernização do país, bem como grande visibilidade na grande mídia; Lula, por sua vez, apresentou propostas radicais para controlar a inflação e implementar crescimento econômico, dobrando suas intenções de voto com a propaganda eleitoral e ultrapassando, nos últimos dias de campanha, Leonel Brizola, que era cotado

para disputar o segundo turno (Miguel, 2004; Maziero, 2020). Maciel (2012) também explica que as movimentações do movimento sindical e popular de 1989 beneficiou a candidatura de Lula, tendo sido o apoio da CUT fundamental. Ambos os candidatos tiveram votação com perfil nacional a partir da inovação nas suas campanhas.

As eleições foram realizadas no dia 15 de novembro de 1989, no centenário da Proclamação da República, depois de 21 anos de ditadura militar, cinco anos de governo eleito pelo parlamento, 29 anos após as últimas eleições presidenciais pela via direta (a última vez que os brasileiros haviam escolhido o seu presidente foi no ano de 1960) e três dias depois do término da exibição dos programas eleitorais. Conforme os prognósticos do Ibope e Datafolha, Fernando Collor de Mello, com mais de 20 milhões de votos válidos, sagrou-se vencedor do primeiro turno, e, juntamente com Luiz Inácio Lula da Silva, que ficou em segundo lugar com 11.622.673 votos – superando nomes importantes como Mário Covas e Leonel Brizola –, disputou o segundo turno das eleições.

No que tange à performance dos presidenciáveis no estado do Paraná nas eleições de 1989, Fernando Collor de Mello obteve a maioria dos votos paranaenses, Leonel Brizola foi o segundo mais votado, seguido por Guilherme Afif Domingos (PL) e Luiz Inácio Lula da Silva (Figura 1).

**Figura 1** – Eleições presidenciais de 1989 (1º turno): candidato vencedor por município (PR).



Elaborado por GEPES-Unicentro e ObPPP-UDEL, 2021



GEPES

Tribunal Regional Eleitoral do Paraná



\*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1989.

A vitória esmagadora de Fernando Collor no Paraná está relacionada, sobretudo, ao cenário nacional e às disputas no interior do PMDB, bem como às alianças que o PRN realizou na esfera nacional e que reverberaram no estado.

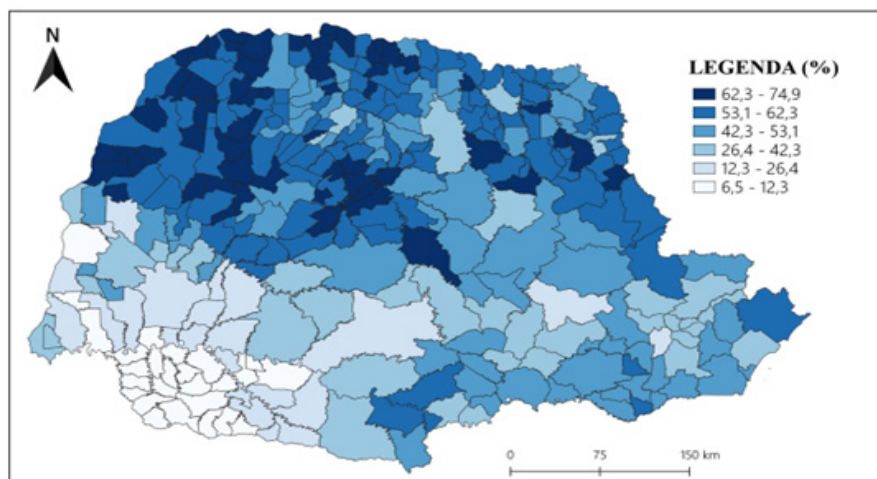
No ano de 1989, os candidatos do PMDB e PFL foram rejeitados pelos eleitores. As duas legendas eram a base do governo Sarney e, logo após a escolha de Ulysses Guimarães para ser candidato à presidência, passaram a se digladiar e abandonaram o candidato do PMDB. Por um lado, não havia consenso na escolha de Ulysses; por outro, as antigas elites associadas a esses partidos passaram a desvincular suas imagens do presidente Sarney e do momento de crise que ele não conseguia coordenar. Álvaro Dias, governador do Paraná, declarava publicamente apoio a Mário Covas, e uma grande parte dos diretores municipais do PMDB do Paraná passaram a apoiar a candidatura de Collor (outros, a de Mário Covas). A realidade é que em diversos estados do Brasil, a rejeição dos candidatos do PMDB e PFL ensejou a criação de uma coalizão conservadora no entorno de Collor pelas classes dominantes vinculadas a eles (Guilherme, 2018).

Dito isso, registra-se que Collor venceu em todos os municípios da região metropolitana de Curitiba, Londrina, Maringá e nos demais municípios da mesorregião norte-central. Nos municípios da mesorregião centro-sul, oeste e sudoeste, Collor venceu em Guarapuava, Foz do Iguaçu, Toledo (com margem apertada) e foi o segundo colocado em Cascavel.

Ademais, o comportamento eleitoral na unidade federativa em questão está relacionado às tendências de voto ao candidato no âmbito nacional: o presidencialista do PRN venceu nos municípios pequenos e médio do interior do Brasil e, no Paraná, não foi diferente (Figura 2).

Em relação ao candidato Luiz Inácio Lula da Silva, ele não teve uma quantidade de votos expressiva nos municípios paranaenses. O candidato venceu em São João do Triunfo e teve as maiores concentrações de voto nas mesorregiões centro-oriental, sudeste, oeste e sudoeste do estado. Lula foi o terceiro candidato mais votado em Foz do Iguaçu e Paranaguá (Figura 3).

**Figura 2** – Eleições presidenciais de 1989 (1º turno): percentual de votos (%) de Fernando Collor por município (PR).



Elaborado por GEPES-Unicentro e ObPPP-UEL, 2021



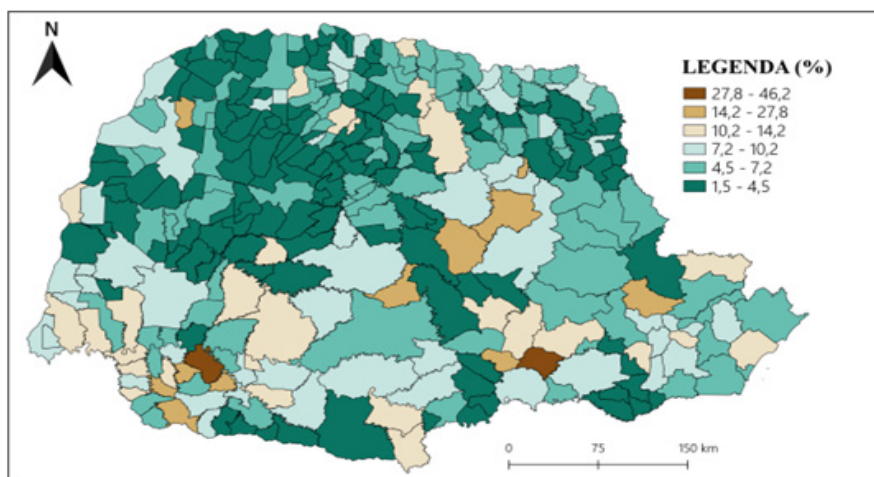
**GEPES**

Tribunal Regional Eleitoral do Paraná



\*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1989.

**Figura 3** – Eleições presidenciais de 1989 (1º turno): percentual de votos (%) de Luiz Inácio Lula da Silva por município (PR).



Elaborado por GEPES-Unicentro e ObPPP-UEL, 2021



**GEPES**

Tribunal Regional Eleitoral do Paraná



\*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1989.

Em Curitiba, Lula foi o quinto mais votado, com 75.099 mil votos, os quais estiveram concentrados em municípios das mesorregiões sudeste e sudoeste paranaense. Na capital, a votação pode ser explicada pela tendência nacional do candidato do PT ter eleitores nas principais capitais do Sul e Sudeste, bem como entre a população com maior escolaridade e as classes médias.

Na análise estadual, a média de votos de Lula seguiu baixa, acompanhando um histórico de baixas porcentagens dos candidatos do PT nas eleições anteriores para o governo do estado: em 1982 e 1986, os votos direcionados ao Partido dos Trabalhadores não atingiram 2%. Algo de se esperar para um partido com nove anos de existência, disputando em um reduto de quatro forças, a saber, PMDB, PDS, PFL (ex-ARENA) e PDT.

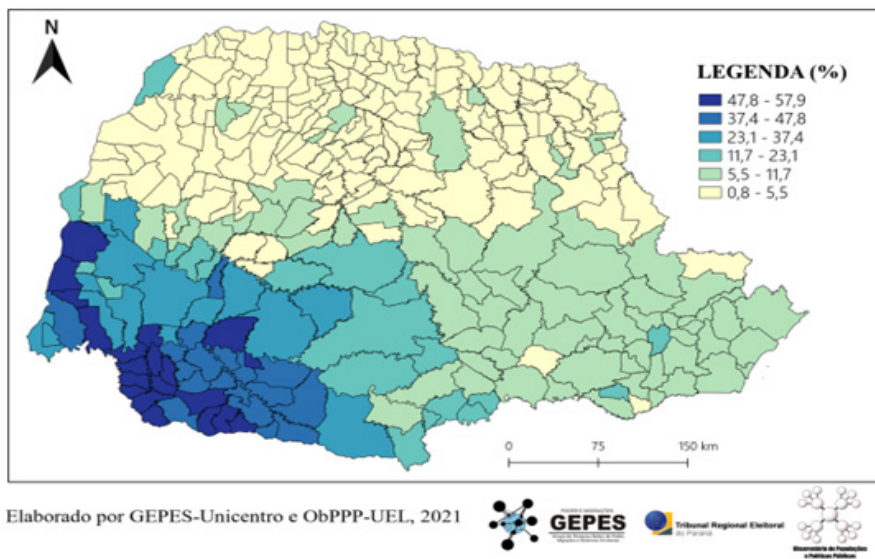
Leonel Brizola (PDT) foi o segundo mais votado dos presidencialistas no Paraná em 1989, além de ser uma grande liderança nacional. Especialmente no sul do Brasil, as alianças do PDT com lideranças importantes do Paraná foram fundamentais para Brizola obter a segunda maior quantidade de votos na unidade federativa. A título de exemplo, nas eleições de 1986 para governador houve uma coligação entre Jaime Lerner (PDT), que se tornou governador em 1994, e Alencar Furtado, antigo quadro do PMDB e deputado pelo estado do Paraná. O liame garantiu a chapa o segundo lugar, com mais de 700 mil votos; logo, tais bases foram fundamentais para a performance de Brizola nas eleições presidenciais.

É possível observar na Figura 4 que os votos para o candidato do PDT ficaram concentrados na metade sul do Paraná. Se especializarmos por mesorregiões, destacamos os votos recebidos por Brizola no oeste e sudoeste paranaense. Brizola foi o candidato mais votado em Cascavel, com 35.365 votos, Pato Branco, com 12.730 votos etc. Outras performances dignas de nota foram a segunda colocação em Foz do Iguaçu e Guarapuava e a terceira colocação em Curitiba, São José dos Pinhais e Colombo. Na capital, Brizola teve 105.911 votos, atrás apenas de Afif e Collor. Destaca-se a força do candidato do PRN, que teve quase 80 mil votos a mais que o candidato do PDT.

Guilherme Afif Domingos (PL) foi o sexto candidato mais votado do Brasil em 1989, ficando à frente de políticos conhecidos e grandes lideranças no âmbito nacional, como Ulysses Guimarães, Roberto Freire e Fernando Gabeira. Na época, era deputado constituinte, eleito

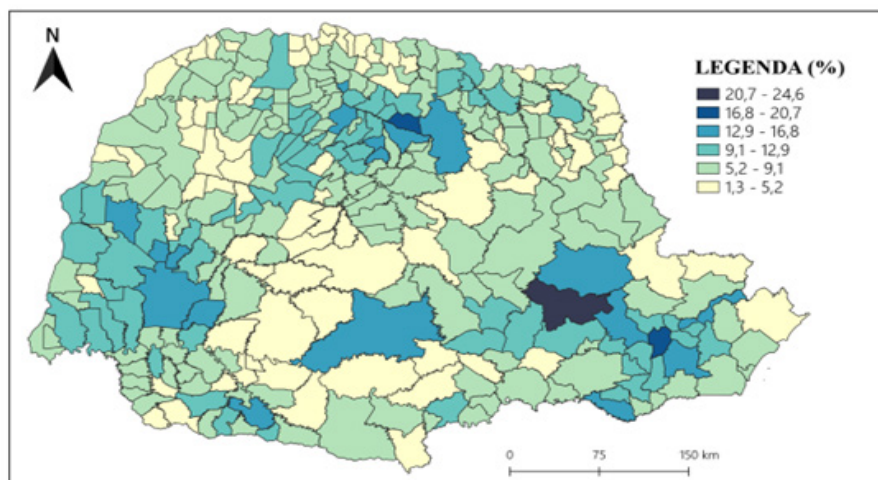
em 1986 pelo estado de São Paulo, com ligações com políticos do PDS, atuando como secretário de Agricultura e Abastecimento na gestão Maluf. No Paraná, o candidato Afif foi o terceiro mais votado, com 494.557 votos.

**Figura 4** – Eleições presidenciais de 1989 (1º turno): percentual de votos (%) de Leonel Brizola por município (PR).



\*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1989.

**Figura 5** – Eleições presidenciais de 1989 (1º turno): percentual de votos (%) de Guilherme Afif Domingos por município (PR).



Elaborado por GEPES-Unicentro e ObPPP-UEL, 2021



GEPES

Tribunal Regional Eleitoral do Paraná



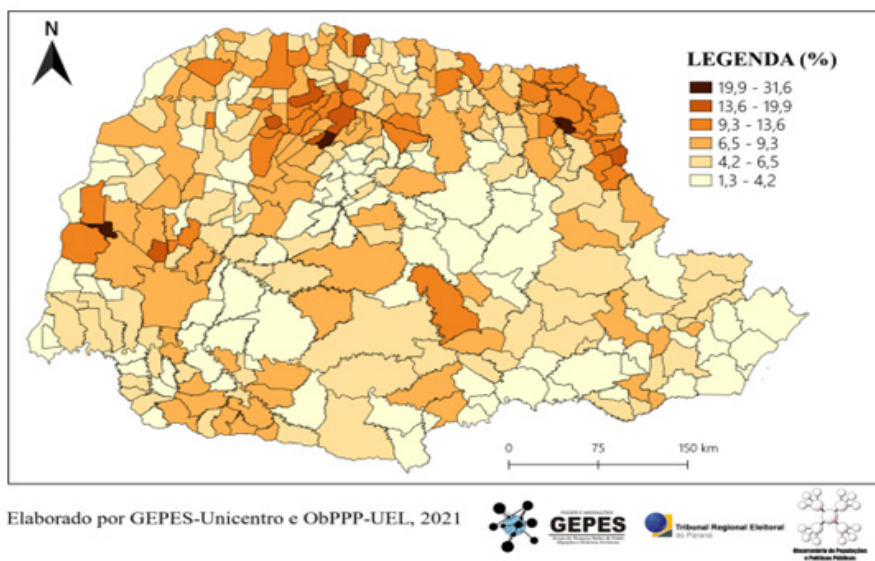
\*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1989.

Afif Domingos, homem da elite e com um discurso voltado para as classes médias brasileiras, começou a subir nas pesquisas a partir de outubro de 1989. Sua visibilidade nacional lhe rendeu quantidade significativa de votos nas regiões metropolitanas de Curitiba, centro-oriental e centro-sul. Em Guarapuava conquistou 12.782 votos; em Londrina, 27.036 votos e, em Ponta Grossa, município no qual foi campeão, teve 29.935 votos, superando Fernando Collor de Mello, com 28.575 votos.

As grandes lideranças nacionais no contexto da redemocratização e com grande visibilidade nos principais centro do país, a saber, Ulysses Guimarães (PMDB), Mário Covas (PSDB) e Paulo Maluf (PDS), tiveram baixo desempenho no estado do Paraná. Maluf foi prefeito e governador de São Paulo, candidato à presidência na eleição indireta de 1985, na qual foi derrotado. Nas eleições de 1989, mesmo obtendo pouca porcentagem de votos, foi o segundo colocado em Maringá (25.573 votos) e nos municípios vizinhos (Floresta, Paiçandu e Doutor Camargo). Na capital paranaense, Maluf foi o sexto colocado, com 62.412 votos, atrás de Collor, Afif, Brizola, Covas e Lula,

respectivamente. Maluf era um herdeiro da ditadura e sua ligação com os militares influenciou a quantidade de votos que obteve.

**Figura 6** – Eleições presidenciais de 1989 (1º turno): percentual de votos (%) de Paulo Maluf por município (PR).

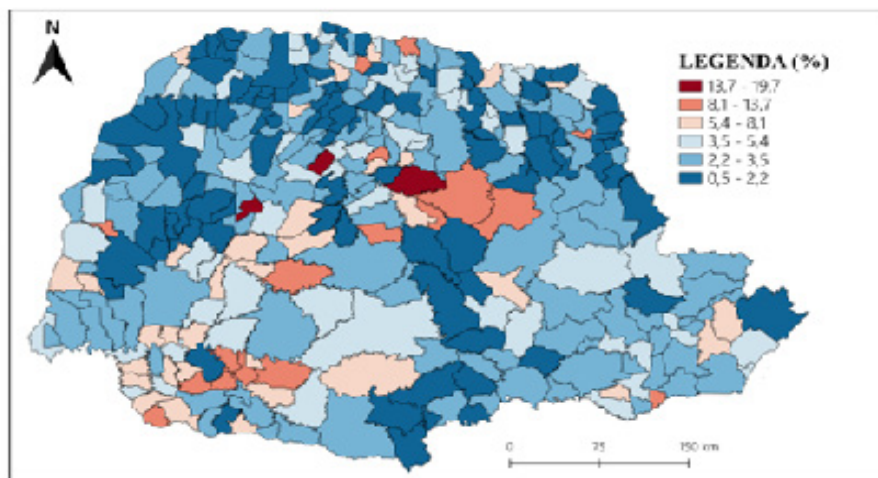


\*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1989.

Mário Covas e Ulysses Guimarães tiveram, respectivamente, 7.61% e 3.3% dos votos, um desempenho muito baixo, considerando-se ambas as atuações no processo da Assembleia Nacional Constituinte. Tiveram grande concentração de votos nas mesorregiões norte-central, sudoeste e na região metropolitana de Curitiba (Figuras 7 e 8). Covas teve a segunda maior votação em Curitiba, com mais de 94 mil votos, enquanto Ulysses recebeu 21.144 votos na capital. O desempenho dos candidatos no estado do Paraná está vinculado ao cenário nacional e suas ligações com o governo Sarney, apesar da desfiliação de Covas do PMDB e de Ulysses Guimarães lançar uma candidatura com um discurso de independência e desvinculação do governo. Maluf era um herdeiro da ditadura, o que parece ter tido grande repercussão no Paraná, visto que nas duas últimas eleições para o poder executivo – isto é, para o governo estadual, o vencedor foi do PMDB. No geral, os

políticos vinculados ao desenvolvimentismo estavam sem credibilidade perante o eleitor brasileiro, em especial, depois dos fracassados planos econômicos, e, igualmente, diante do eleitor paranaense, o que se refletiu nas urnas.

**Figura 7** – Eleições presidenciais de 1989 (1º turno): percentual de votos (%) de Ulysses Guimarães por município (PR).



Elaborado por GEPES-Unicentro e ObPPP-UEL, 2021



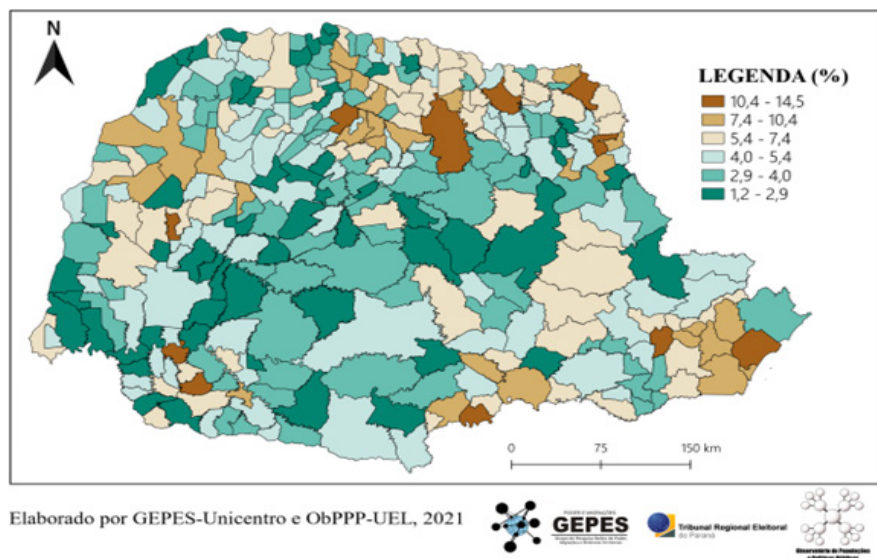
GEPES

Tribunal Regional Eleitoral do Paraná



\*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1989.

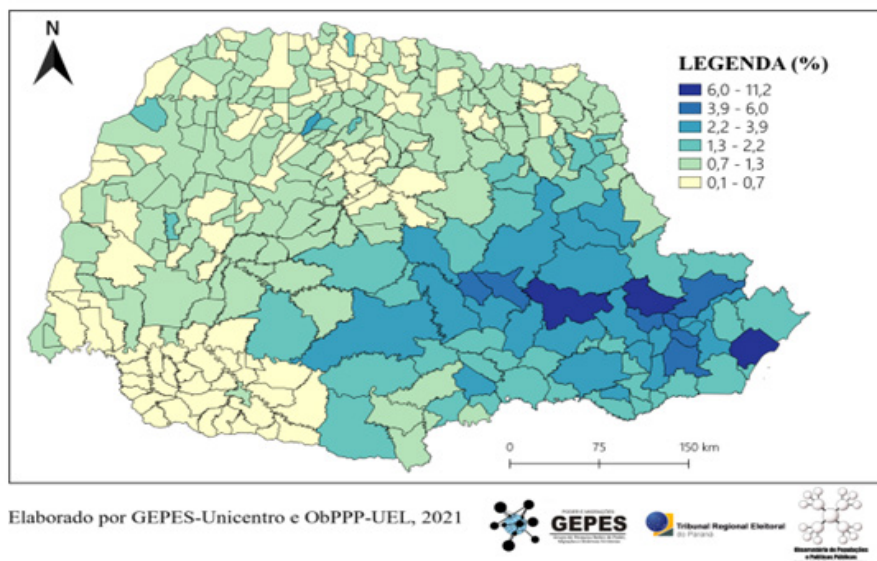
**Figura 8** – Eleições presidenciais de 1989 (1º turno): percentual de votos (%) de Mário Covas por município (PR).



\*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1989.

Nas eleições presidenciais de 1989, o estado do Paraná teve um representante, a saber, o senador Afonso Camargo, nascido em Curitiba no ano de 1929. Sua trajetória política começou em 1964, quando ocupou o cargo de vice-governador do Paraná; em 1978, foi senador biônico. Presidente do diretório regional da ARENA, filiou-se ao PP e, com a volta do pluripartidarismo, juntou-se ao PMDB, tendo sido indicado para ministro dos transportes em 1985, no governo Tancredo Neves (inclusive, foi um dos articuladores do governo Tancredo no contexto das Diretas Já). No governo Sarney, foi mantido no cargo, passando a ser conhecido como o “pai do vale-transporte”, pois criou a lei que garantia o direito. Em 1986, foi eleito democraticamente senador da república pelo estado do Paraná (como é sabido, foi senador biônico, cargo indicado pelo presidente); em 1987, filiou-se ao PTB, no qual permaneceu até 1992. Nas eleições de 1989, teve uma votação inexpressiva (Figura 9).

**Figura 9** – Eleições presidenciais de 1989 (1º turno): percentual de votos (%) de Affonso Camargo por município (PR).

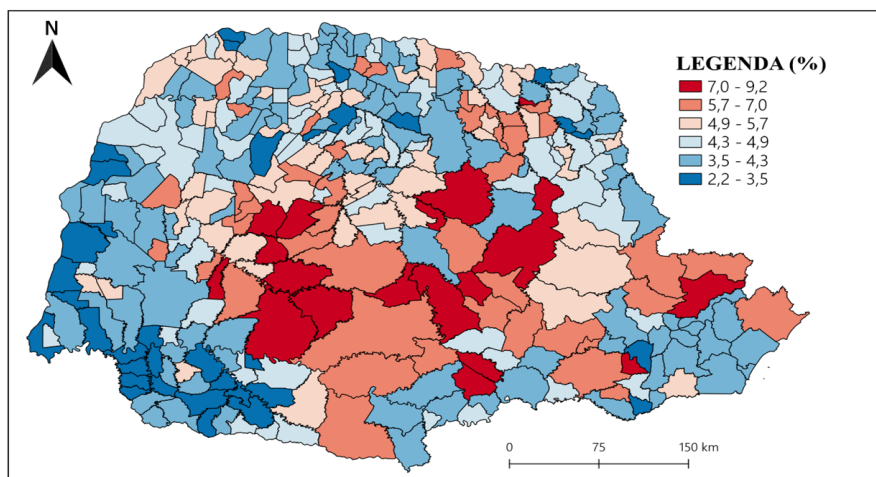


\*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1989.

Seus votos ficaram concentrados na porção centro-sul do Paraná, os quais foram influenciados aparentemente pela sua ligação com a ditadura militar e com o governo Sarney. Obteve 379.286 votos no Brasil durante o primeiro turno (cerca de 0,54% dos votos válidos), terminando como o décimo primeiro colocado. O número reduzido de votos no Estado do Paraná reflete a votação em todo o território nacional.

No que tange aos candidatos Roberto Freire, Aureliano Chaves, Celso Brant, Enéas Carneiro, José “Marronzinho” de Oliveira, Livia Maria, Antônio dos Santos Pedreira, Zamir José Teixeira, Eudes Mattar, Paulo Gontijo, Manoel Horta e Armando Corrêa tiveram votos concentrados na região centro-oriental, centro-sul, sudeste na região metropolitana de Curitiba (Figura 10).

**Figura 10** – Eleições presidenciais de 1989 (1º turno): percentual da soma dos votos (%) recebidos pelos outros 14 candidatos por município (PR).



Elaborado por GEPES-Unicentro e ObPPP-UEL, 2021



GEPES

Tribunal Regional Eleitoral do Paraná



\*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1989.

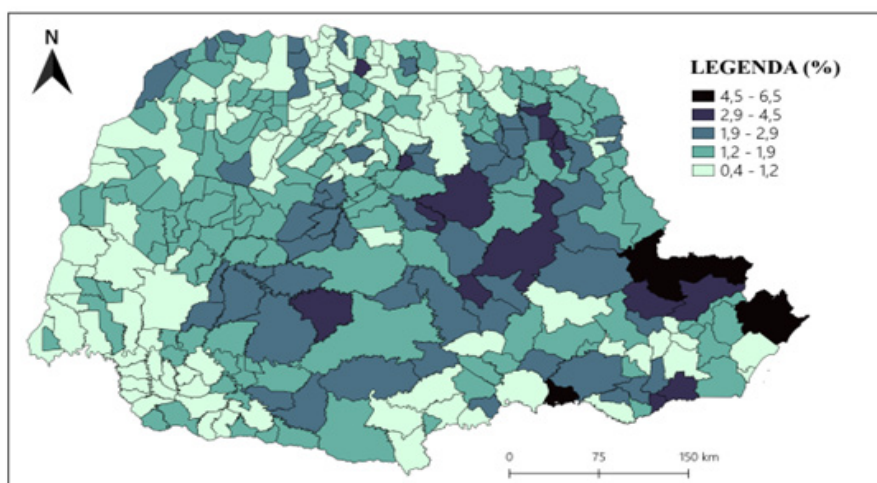
Na capital, por exemplo, para os demais candidatos, foram direcionados 32.467 votos, em um total de 716.084 (somando os 22 que disputaram). O outro destaque de concentração de votação está na microrregião de Paranaguá, com 4.111 votos, e na microrregião de Ponta Grossa, onde mais de 17 mil votos foram obtidos apenas no município de Ponta Grossa. Aparentemente, na cidade, a adesão aos candidatos de fora do Paraná foi significativa, haja vista os votos para Afif Domingos, como já demonstramos.

Nas eleições de 1989, foram contabilizados um pouco mais de 4.654.260 de votos brancos e nulos, cerca de 6,4% dos votos válidos, em conjunto com as abstenções. Nesse sentido, houve uma taxa de 18,4 de alienação eleitoral, número elevado se tratando da primeira eleição depois de 29 anos sem eleições diretas para presidente.

No estado do Paraná, a participação do eleitorado foi alta, logo, as taxas de alienação na unidade federativa estiveram abaixo da média nacional. Costa (2006), ao analisar as taxas de votos brancos e nulos, verificou que o percentual de votos nulos na região nordeste foi na ordem de 8,54%, utilizando como variável de análise o

IDH. No Paraná os maiores índices de votos brancos foram registrados na mesorregião metropolitana de Curitiba, com maiores números nas microrregiões Cerro Azul e Curitiba (Figura 11). No contexto geral, a participação por candidato foi muito elevada, entre 50% e 72% em média.

**Figura 11** – Eleições presidenciais de 1989 (1º turno): percentual de votos (%) brancos por município (PR).



Elaborado por GEPES-Unicentro e ObPPP-UEL, 2021



GEPES

Tribunal Regional Eleitoral do Paraná



\*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1989.

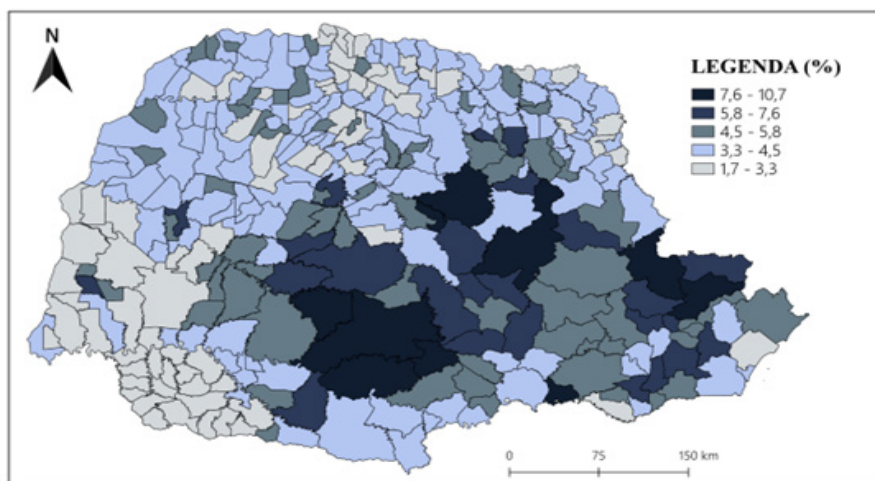
Os estudos demonstram que os estados com maiores percentagens de votos em branco foram aqueles com baixa densidade eleitoral, combinado com grandes extensões territoriais e baixo IDH (Costa, 2006), o que não era o caso do Paraná naquele período, até então o quinto IDH do país.

Em relação aos votos nulos no estado do Paraná, concernentes à eleição presidencial de 1989, os maiores índices estão na porção norte-central e oriental, na mesorregião metropolitana de Curitiba e no centro-sul paranaense (Figura 12). Há coincidência de votos nulos e brancos, mas o destaque está no centro-sul do Paraná, mais especificamente nos municípios da microrregião de Guarapuava,

onde as taxas de votos nulos são superiores às taxas de votos em branco.

Reforçamos que essas diferenças podem estar relacionadas ao IDH por município, visto ser a variável chave para definir aspectos da alienação eleitoral no Brasil em 1989, mas também a fatores ecológicos e de densidade eleitoral. Analisando os números da participação por candidato, eles são menores nos municípios da região metropolitana de Curitiba. Votos brancos e nulos coincidem; no entanto, na porção centro-sul, os votos nulos diferem quase oito pontos em relação aos brancos. Foram anulados por erros relacionados à escolaridade ou simplesmente manifestos contra o sistema eleitoral? Uma questão a se pensar.

**Figura 12** – Eleições presidenciais de 1989 (1º turno): percentual de votos (%) nulos por município (PR).



Elaborado por GEPES-Unicentro e ObPPP-UEL, 2021



GEPES

Tribunal Regional Eleitoral do Paraná



\*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1989

Em suma, no estado do Paraná, entre 318 municípios, o candidato Fernando Collor saiu vitorioso em 268; Brizola venceu em 48 municípios; Afif Domingos e Lula saíram vitoriosos em um município cada, no entanto, o candidato do PL teve maior número de votos no município de Ponta Grossa.

## **Segundo turno: polarização no Brasil e no Paraná**

O segundo turno das eleições de 1989 foi realizado no dia 17 de dezembro de 1989, no qual Fernando Collor (PRN) obteve 35.089.998 votos (53,3%), contra 31.076.364 (46,97%) de Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Foi a primeira vez na história republicana do Brasil que uma eleição para presidente foi decidida no segundo turno.

Nesse momento houve uma polarização de tendências e projetos. Collor foi apoiado pelas legendas e lideranças mais conservadoras e à direita do espectro político (PDS, PFL, PTB, PDC, PL e uma das alas PMDB). Hoje, a historiografia entende essa aliança mais como uma corrente contrária a Lula do que um apoio tácito a Collor. Lula recebeu apoio de setores e lideranças mais progressistas, como Leonel Brizola (PDT), Mário Covas (PSDB) e Roberto Freire (PCB). A coligação foi fundamental para o candidato do PT, que nas primeiras pesquisas sobre o segundo turno aparecia com 38% das intenções de voto, sendo o apoio de Brizola essencial para o desempenho final de Lula.

No segundo turno, a grande mídia teve novamente papel fundamental em favor do candidato do PRN. Os grandes grupos burgueses da mídia brasileira juntaram forças contra Lula e contribuíram com a vitória de Collor. Nos últimos dias de campanha, a tendência eleitoral mostrava Lula em vantagem sobre Collor. Todavia, para evitar a vitória do PT, a Globo realizou distorções jornalísticas em comunhão com o jornal O Estado de S. Paulo, como, por exemplo, a tentativa de vincular o sequestro do empresário Abílio Diniz ao PT, o que também foi feito por Boris Casoy, âncora de um jornal do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT). No entanto, o episódio emblemático desse processo foi o último debate entre Collor e Lula realizado às vésperas da votação e promovido pela Globo, que o editou destacando as atuações de Collor e os momentos desfavoráveis de Lula (Kucinski, 1998)

A atuação da mídia acentuou a polarização ideológica, contribuindo para os alinhamentos ideológicos pautados por preferência partidária e outros que levaram em consideração a avaliação do eleitor sobre o desempenho do governo então em exercício. (Singer, 2000; Carreirão e Kinzo, 2004). O resultado do segundo turno mostraria um eleitorado

dividido, tendo a vitória de Collor uma margem muito pequena de votos em relação a Lula (Quadro 2).

**Quadro 2** – Votos por região (2º turno).

	Luiz Inácio Lula da Silva		Fernando Collor		Total válidos
	Votos	Proporção	Votos	Proporção	
<b>Norte</b>	897.758	29,49%	2.146.849	70,51%	3.044.607
<b>Centro-Oeste</b>	1.443.267	36,75%	2.483.519	63,25%	3.926.786
<b>Nordeste</b>	7.042.032	44,32%	8.848.135	55,68%	15.890.167
<b>Sudeste</b>	15.790.617	49,55%	16.079.397	50,45%	31.870.014
<b>Sul</b>	5.877.279	51,69%	5.493.731	48,31%	11.371.01

Fonte: Brito (1989).

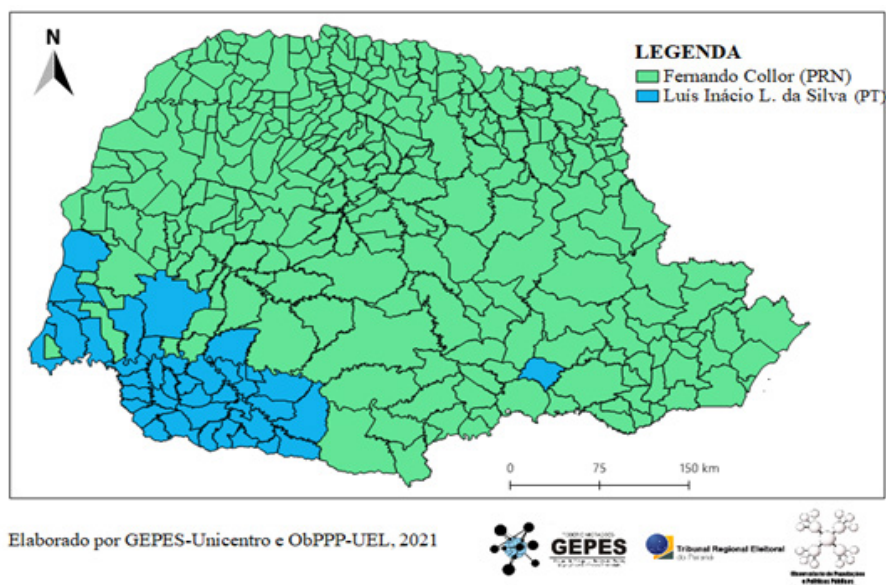
Na região sul, Lula teve melhor performance que Collor apenas no estado do Rio Grande Sul. Collor saiu vencedor nos estados de Santa Catarina e Paraná (Figura 13). Especificamente no Paraná, o candidato do PRN obteve 2.793.218 votos (67,29% dos votos válidos), em um total de 4.150.972, contra 1.357.754 (32,71%) recebidos por Lula (Quadro 3).

**Quadro 3** – Votos de Fernando Collor de Melo e Luiz Inácio Lula da Silva.

	Paraná	Proporção	Brasil	Proporção
<b>Collor</b>	2.793.426	63,58	35.089.998	49,94
<b>Lula</b>	1.357.994	30,91	31.076.364	44,23
<b>Branços</b>	50.797	1,15	986.446	1,40
<b>Nulos</b>	191.330	4,35	3.107.893	4,42

Fonte: Brito (1989).

**Figura 13** – Eleições presidenciais de 1989 (2º turno): candidato vencedor por município (PR).



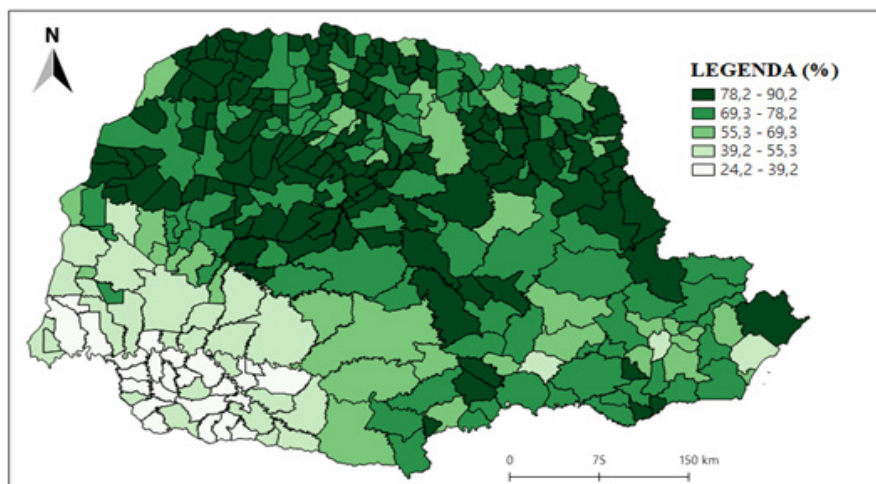
\*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1989

Collor manteve o desempenho do primeiro turno. As alianças realizadas lhe garantiram os votos que havia obtido e a vitória nos municípios das regiões noroeste, centro-ocidental, norte pioneiro, centro-oriental, centro-sul e sudeste, chegando a ter 90% da preferência dos votos e superando as percentagens do primeiro turno (Figura 14). Dentre os municípios com grande eleitorado, Collor venceu em Curitiba com 384.667 votos (51,97%). Em outros municípios com grande eleitorado, como Londrina, Maringá e Ponta Grossa, a média de porcentagem alcançou 60% dos votos totais (Figura 14).

O candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, teve um grande desempenho no segundo turno no estado do Paraná, conquistando grande parte de seus votos nos municípios do oeste e sudoeste paranaense. Esse desempenho está relacionado à aliança que realizou com Leonel Brizola que, no primeiro turno, performou muito bem nessas mesorregiões. Ao observarmos a Figura 14, notamos que os votos de Lula estiveram concentrados nos municípios nos quais o PDT teve a maioria de seus votos no primeiro turno. Lula teve empate técnico com Collor

em Foz do Iguaçu e alcançou mais de 40% dos votos em Cascavel. Na capital, Lula saltou de 75 mil votos no primeiro turno para 303.551 no segundo. Ademais, Lula performou muito bem nos municípios de Londrina, Maringá e Ponta Grossa (Partido dos Trabalhadores, 2012).

**Figura 14** – Eleições presidenciais de 1989 (2º turno): percentual de votos (%) de Fernando Collor por município (PR).



Elaborado por GEPES-Unicentro e ObPPP-UEL, 2021



Tribunal Regional Eleitoral  
do Paraná

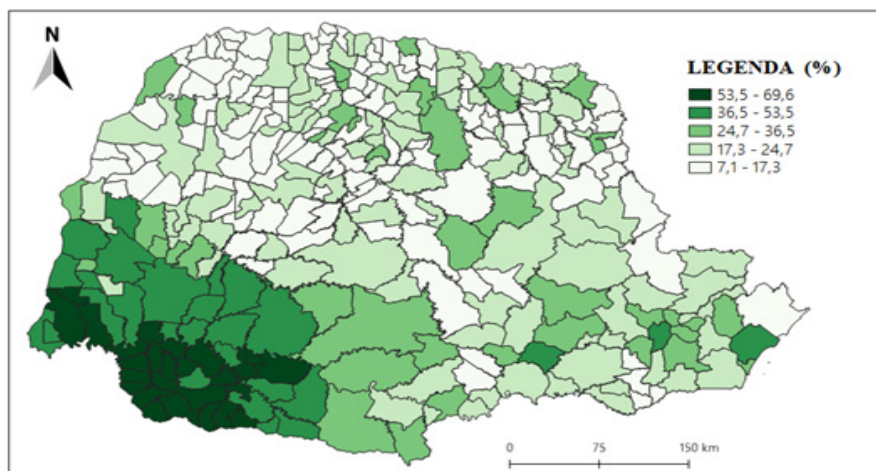


\*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1989

Em números absolutos, ocorreu uma diminuição dos votos em branco e nulos em âmbito nacional e houve a ampliação da abstenção (11.806.032). A taxa de alienação eleitoral aumentou no segundo turno para 22% (15.900.371 de votos).

No estado do Paraná, as taxas de votos brancos nos municípios também diminuíram. É possível observar na Figura 15 que a concentração das maiores percentagens de votos brancos permaneceu nos municípios das mesorregiões metropolitana de Curitiba, centro-oriental e sudeste Paranaense, mas com dois pontos percentuais a menos em relação ao primeiro turno.

**Figura 15** – Eleições presidenciais de 1989 (2º turno): percentual de votos (%) de Luiz Inácio Lula da Silva por município (PR).

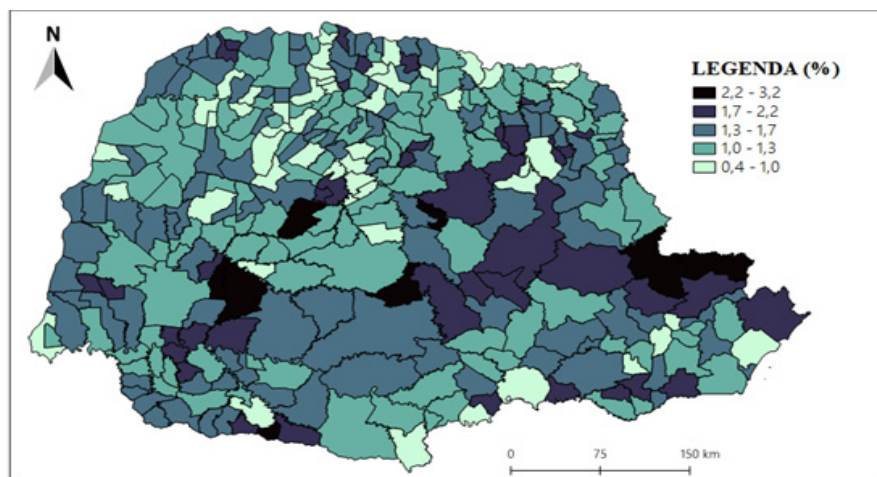


Elaborado por GEPES-Unicentro e ObPPP-UEL, 2021



\*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1989

**Figura 16** – Eleições presidenciais de 1989 (2º turno): percentual de votos (%) brancos por município (PR).



Elaborado por GEPES-Unicentro e ObPPP-UEL, 2021

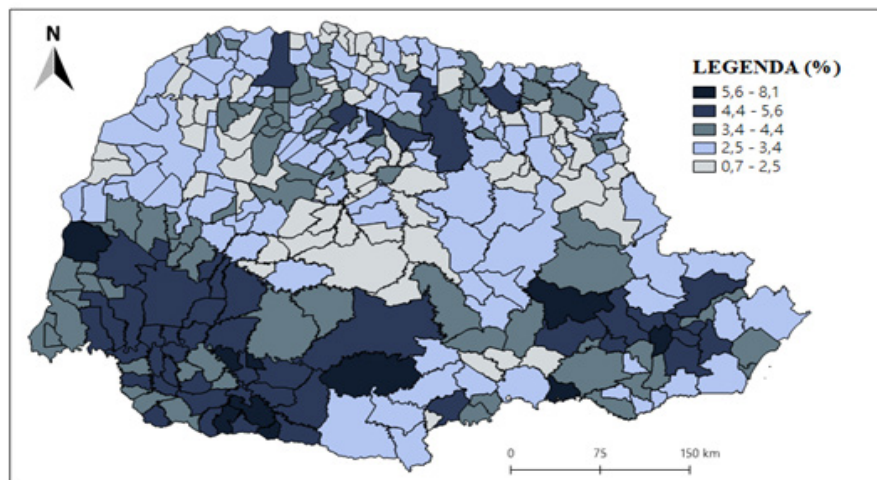


\*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1989

A explicação para a diminuição de tais índices está na ampla divulgação feita pela mídia no segundo turno, que influenciou a participação eleitoral. No caso do Paraná, onde as taxas já eram baixas, os números estão relacionados à situação socioeconômica do estado e ao alto nível de escolaridade da população, o que amplia a participação política. Para Reis (1991), este último fator é fundamental para entendermos a participação e a alienação eleitoral.

Os votos nulos também diminuíram no estado do Paraná durante o segundo turno (Figura 17), em dois pontos percentuais em relação ao primeiro, no entanto, no segundo turno, a concentração de votos nulos foi ampliada no oeste e sudoeste paranaense, coincidindo com as áreas dos municípios em que Lula recebeu grande parte de votos nessa etapa do pleito.

**Figura 17** – Eleições presidenciais de 1989 (2º turno): percentual de votos (%) nulos por município (PR).



Elaborado por GEPES-Unicentro e ObPPP-UEL, 2021



GEPES



Tribunal Regional Eleitoral do Paraná



\*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1989

## Considerações finais

No contexto geral, Fernando Collor de Mello teve uma grande performance no estado do Paraná na eleição de 1989 perante os demais candidatos: no primeiro e no segundo turno, venceu na maioria dos municípios, apesar de Lula ter tido um grande desempenho no segundo turno. Isso ocorreu porque os municípios com eleitorado brizolista lhes deram apoio. Ainda assim, Collor venceu de forma incontestável e com uma larga margem de votos no Paraná, algo distinto do contexto nacional.

Não era o nosso objetivo no texto, mas ao longo da discussão apresentamos alguns motivos que contribuíram para a vitória de Collor nos territórios paranaenses. Primeiramente, Collor foi favorecido pelos cismas do PMDB em âmbito nacional, rusgas que reverberaram no Paraná; depois, devemos considerar a visibilidade dada pela grande mídia a Collor, que o apoiou descaradamente; por fim, as bases da esquerda no Paraná ainda estavam se formando e se consolidando, como foi possível verificar, apesar da força política de Brizola no oeste e sudoeste paranaense e da expressiva quantidade de votos que obteve nos municípios que compunham essas regiões. Todavia, o apoio que recebeu se mostrou insuficiente para derrotar o PRN e suas alianças naquele momento. O PT, de igual modo, ainda estava em processo de formação e, quando encabeçou a chapa, venceu em apenas uma cidade. Naquela época, aparentemente, o paranaense não estava disposto a votar em partidos de cunho progressista.

Outro ponto a se destacar é que o estado do Paraná, em relação à média nacional, teve alta taxa de participação do eleitorado nas eleições, com 15% no que tange às taxas de alienação eleitoral. Os estados da região norte e nordeste apresentaram as taxas mais altas, na ordem de 30%. No entanto, entre os estados da região sul, o Paraná teve os números mais elevados.

No mais, os eleitores paranaenses foram os grandes vitoriosos do processo, pois tiveram a oportunidade de exercer seus direitos democráticos depois de 21 anos de ditadura militar e quase trinta sem poder escolher o presidente da nação. Viva a democracia!

## Referências

BRESSER-PEREIRA, L. C. (2008). Burocracia pública na construção do Brasil. Fundação Getúlio Vargas. Digit. Disponível em: <https://bit.ly/3SqPrpd>. Acesso em: 5 ago. 2022.

- \_\_\_\_\_. (1990). Da inflação à hiperinflação: uma abordagem estruturalista. In: REGO, J. M. (org.). *Inflação e hiperinflação: interpretações e retórica*. São Paulo: Bial. p. 7-28.
- BRITO, M. Eleição de 1989. Atlas das eleições presidenciais no Brasil. Disponível em: <https://bit.ly/3daRCwL>. Acesso em: 5 ago. 2022.
- CARREIRÃO, Y. S.; KINZO, M. D. G. (2004). Dados: Revista de Ciências Sociais, vol. 47, n. 1, p. 131-68. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0011-52582004000100004>.
- CASTRO, L. B. (2011). Esperança, frustração e aprendizado: a história da Nova República (1985-1989). In: GIAMBIAGI, F. et al. (orgs.). *Economia brasileira contemporânea (1945-2010)*. Rio de Janeiro: Elsevier. p. 97-129.
- CODATO, A. N. (2005). Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. *Revista de Sociologia e Política*, n. 25, p. 165-75.
- COSTA, H. O. (2006). Alienação eleitoral no Brasil: uma análise dos votos brancos, nulos e abstenções nas eleições presidenciais (1989-2002). 2006. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- COSTA PINTO, E. (2019). Nova República (1985-1989): transição democrática, crise da dívida externa, inflação, luta pela apropriação da renda e fim do desenvolvimentismo. *Instituto de Economia (UFRJ)*, n. 007, p. 1-47. Disponível em: <https://bit.ly/3zXaY1A>. Acesso em: 5 ago. 2022.
- GUILHERME, C. A. (2018). A transição rejeitada: PMDB e PFL na eleição de 1989. *Trilhas da História*, vol. 8, n. 15, p. 300-320.
- KUCINSKI, B. (1998). A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro. São Paulo: Perseu Abramo.
- LIMA, E. M. (2001). Sistemas multipartidários e eleitorais brasileiros em perspectiva comparada: 1945-1964 e 1985-1998 (o plano federal). 2001. Tese (Doutorado em Sociologia e Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- LIMA JÚNIOR, O. B. (1993). *Democracia e instituições políticas no Brasil dos anos 80*. São Paulo: Loyola.
- LIMONGI, F.; GUARNIERI, F. (2014). A base e os partidos: as eleições presidenciais no Brasil pós-redemocratização. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 99, p. 5-24. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002014000200001>.
- MACIEL, D. (2012). *De Sarney a Collor: reformas políticas, democratização e crise (1985-1990)*. São Paulo: Alameda.
- MAZIERO, A. F. (2020). Voz ativa, destino escolhido: as eleições de 1989. In: XV Encontro Estadual de História da ANPUH-RS. Anais Eletrônicos. [www.eeh2020.anpuh-rs.org.br](http://www.eeh2020.anpuh-rs.org.br)
- MIGUEL, L. F. (2004). Discursos cruzados: telenoticiários, HPEG e a construção da agenda eleitoral. *Sociologias*, ano 6, n. 11, p. 238-58. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-45222004000100011>.



# Eleições presidenciais de 1994 no estado do Paraná

**Karla Rosário Brumes, Rafael do Carmo Silva e Sergio Ricardo Aurélio Pinto**

## Resumo

O trabalho apresentado teve por finalidade analisar as eleições de 1994, que ocorreram no bojo da recente redemocratização e tiveram sua decisão influenciada pelo fator Plano Real. No Paraná, assim como no restante do país, as diferenças entre eleitores de alta e baixa escolaridade foram menores no grau de associação entre voto e avaliação do plano econômico. Lula, filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT), não teve boa votação diante do adversário Fernando Henrique Cardoso (FHC), do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB); tal fato foi entendido como a pauta *preocupação com problemas sociais*, categoria que mais se aproximava da ideia de uma *defesa dos interesses dos trabalhadores*, sucumbindo ante as *benesses* trazidas pelo Plano Real, principal bandeira de seu mais importante adversário em 1994. FHC, do PSDB, venceu no 1º turno, com 55,22% dos votos; com Luiz Inácio Lula da Silva, PT, perfazendo 39,97%.

**Palavras-chave:** eleições 1994; presidente da república; Paraná.

## Abstract

This work aimed at analyzing the elections of 1994, which occurred in the wake of a recent re-democratization and had their result influenced by the *Plano Real*.

---

## Sobre os autores

Karla Rosário Brumes é professora do Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Centro Oeste – Campus de Irati (UNICENTRO). É graduada em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), pós-graduanda pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) e pós-doutora pela Universidade de Lisboa. E-mail: kbrumes@hotmail.com

Rafael do Carmo Silva é graduado pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e mestrando em Geografia pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). E-mail: rafael.geo18@gmail.com

Sergio Ricardo Aurélio Pinto é graduado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), mestre em Geografia pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro) e doutorando em Geografia pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). E-mail: sergiollau@hotmail.com

In Paraná, as in other parts of the country, differences between voters with high and low schooling were smaller in the association degree between voting and the economic plan assessment. Lula, from the *Partido dos Trabalhadores* (PT), did not have good vote against his opponent, Fernando Henrique Cardoso (FHC), from the *Partido da Social-Democracia Brasileira* (PSDB), and that fact was understood as the agenda concern with social problems, the closest category to the idea of defense of workers' interests, succumbed to the benefits brought by the *Plano Real*, main flag of its most important opponent in 1994. FHC, from PSDB, won the 1<sup>st</sup> round with 55.22% of votes; with Luiz Inácio Lula da Silva (PT) summing others 39.97%.

**Keywords:** elections 1994; Brazilian president of the republic; Paraná.

Artigo recebido em: 8 de julho de 2022 e aprovado pelo Conselho Editorial em 13 de agosto de 2022.

## Introdução

Após o período militar (1964-1985) e do movimento Diretas Já<sup>1</sup> em 1989, Fernando Affonso Collor de Mello, do Partido da Reconstrução Nacional (PRN), e Itamar Franco<sup>2</sup>, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) foram eleitos presidente e vice do Brasil, respectivamente. Na sequência, dado o impeachment<sup>3</sup> de Collor de Mello (PRN), Itamar Franco (PMDB) assumiu a presidência da República.

Foi mediante essa conjuntura política que as eleições presidenciais de 1994<sup>4</sup> ocorreram, ainda no bojo da recente redemocratização, e

1. O movimento das Diretas Já teve como protagonista o hibridismo dos movimentos estudantis, sindicais, sociais, artísticos e intelectuais unidos àqueles tantos outros que reivindicavam a redemocratização do país.
2. Filiou-se ao PRN em 1989 para concorrer às eleições como vice-presidente na chapa com Fernando Affonso Collor de Mello. Após o impeachment deste, assumiu a presidência do país.
3. O pedido de impeachment ocorreu em virtude de denúncias de corrupção: esquemas de desvios de dinheiro público envolvendo diretamente o presidente e seu tesoureiro de campanha eleitoral, o empresário Paulo César Farias.
4. As seguintes coligações deram sustentação eleitoral aos principais candidatos: Fernando Henrique Cardoso e seu vice Marco Antônio de Oliveira Maciel – coligação (Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB/Partido da Frente Liberal - PFL/Partido Trabalhista Brasileiro - PTB/Partido Social Democrata - PSD/Partido Progressista Brasileiro - PPB); Luiz Inácio Lula da Silva e seu vice Aloizio Mercadante – coligações Frente Brasil Popular e- Cidadania (Partido

Fernando Henrique Cardoso (FHC), do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), venceu no 1º turno com 55,22% dos votos; com Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT) perfazendo outros 39,97% (TSE, 1999). PT e PSDB, nessas eleições, perfizeram juntos 81,32% dos votos válidos: o fato é que a partir de 1994 os dois partidos supracitados dominaram o cenário das eleições presidenciais até 2018.

Em um momento em que o país sofria com a hiperinflação, como os altos índices de desemprego e de pobreza da população, segundo Figueiredo (2007), as eleições de 1994 não podem ser pensadas sem considerar as medidas tomadas para conter as situações expostas. Nesse contexto, as consequências da legislação eleitoral de 1993<sup>5</sup> juntamente ao advento do Plano Real, em especial o lançamento da moeda Real, não podem ser desconsideradas no que tange as eleições de 1994.

No pleito, em uma chapa composta por PSDB, Partido da Frente Liberal (PFL) e pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), FHC reuniu as forças políticas conservadoras a fim de enfrentar seu principal adversário, o candidato de esquerda Lula, do PT, em chapa formada pelo Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU), pelo Partido Popular Socialista (PPS), pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) e pelo Partido Verde (PV).

### **Eleições presidenciais de 1994: as trajetórias dos principais personagens das eleições**

Para compreender o pleito, é importante saber sobre os candidatos.

*Luiz Inácio Lula da Silva: Lula do PT*

Natural de Caetés (PE), Lula e família migraram em 1952 para o litoral paulista, onde se alfabetizou. No entanto, em 1956,

---

dos Trabalhadores - PT/Partido Comunista do Brasil - PCdoB/ Partido Socialista Brasileiro - PSB/Partido Verde - PV).

5. A legislação eleitoral restringe as formas de utilização do rádio e da televisão, tornando a campanha eleitoral pouco atraente. "A campanha tornou-se repetitiva e enfadonha em virtude da impossibilidade do uso de inúmeros recursos tecnológicos e do livre usufruto da criatividade e da imaginação. Esta situação acabou imprimindo a cobertura jornalística da mídia, que assumiu um caráter publicitário em defesa do candidato governista, um poder ainda maior" (Nunes, 1995, 73).

mudou-se para São Paulo, lugar da chegada de milhares de imigrantes que, assim como ele, buscavam oportunidades de trabalho e melhores condições de vida (Ferreira, 2008).

Entre 1956 e 1962, Lula teve seu primeiro emprego formal, aos 14 anos de idade, nos Armazéns Gerais Colúmbia. Posteriormente e simultaneamente à realização de sua capacitação em torneiro mecânico, ingressou na Fábrica de Parafusos Marte e mais tarde na Metalúrgica Independência. Em 1966 foi admitido nas Indústrias Villares, quando passou a participar de movimentos sindicais (Ferreira, 2008).

A formação dos sindicatos nas grandes cidades industriais propiciou o surgimento de novas lideranças políticas no Brasil, principalmente a partir de 1977 quando o novo sindicalismo passou a denunciar a política de arrocho salarial implementada pelo governo da época.

Nesse contexto em que o novo sindicalismo questionava as organizações econômicas e políticas originadas durante o regime militar (Amaral, 2003, 27-8), “novas lideranças começam a conduzir os trabalhadores na luta por seus direitos e por salários mais dignos”. Esse foi o elemento fundamental na formação, organização e estruturação das bases do que se tornaria o PT.

No ano de 1969, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo realizou eleição para escolher sua nova diretoria. Em 1972, Lula tornou-se primeiro-secretário e em 1975 foi eleito presidente desse sindicato. Segundo Belluzzo (2013), a partir desse momento passou a se dedicar às causas trabalhistas no país e, conseqüentemente, fez-se conhecido e popular por se ater ao discurso da gente simples e necessitada.

Enquanto sindicalista, no ano de 1979, Lula se fortaleceu. Assim, em março de 1979, encabeçou a primeira greve dos metalúrgicos que tinha por base a luta contra a repressão da ditadura militar, que vigorava no país. Como resultado, elevou seu patamar de importância na política e se fortaleceu como político de esquerda.

Em 1980, a partir da liderança das greves no chamado ABC paulista (alusão às cidades de Santo André, São Bernardo e São Caetano, cidades da região metropolitana de São Paulo), Lula fundou o PT, juntamente com outras lideranças sindicalistas, intelectuais, movimentos sociais e trabalhadores rurais.

## *Fernando Henrique Cardoso: FHC do PSDB*

Segundo Bento (2001), a família paterna de FHC já possuía histórico no cenário político do país. Seu trisavô, Manuel Cardoso dos Campos (falecido em 1868), era capitão da Guarda Nacional durante a Guerra do Paraguai. Seu bisavô, Felicíssimo do Espírito Santo Cardoso (1835-1905), foi capitão da Guarda Nacional e líder do Partido Conservador de Goiás, ocupando cargos de deputado, senador e presidente de Goiás por duas vezes, tornando-se brigadeiro do exército brasileiro.

O avô de FHC, Joaquim Inácio Batista Cardoso (1860-1924), atingiu o generalato e participou ativamente dos eventos alusivos à Proclamação da República, e em 1922 foi preso, acusado de conspiração na revolta tenentista do Forte de Copacabana. O pai, Leônidas Fernandes Cardoso (1889/1965), também se tornou coronel do exército e deputado federal pelo PTB. Nesse sentido, Fernando Henrique Cardoso deu continuidade ao histórico político da família, tornando-se o segundo presidente eleito no período de redemocratização brasileira.

FHC mudou-se com sua família para São Paulo em 1940, em razão da transferência de seu pai para a 2ª Região Militar nesta cidade. Em 1943 começou seus estudos em um dos mais importantes colégios do Brasil, o Colégio de São Paulo.

Em 1948, enquanto seu pai lutava em favor da anistia dos presos políticos durante o Estado Novo (1937-1945) e pela reconstituição do Estado, FHC atuava na política estudantil enquanto cursava Ciências Sociais na Universidade de São Paulo (USP), instituição na qual se tornou posteriormente docente titular, contribuindo com estudos e discussões relativas às Ciências Sociais e Políticas (Garcia Jr., 2004).

Em 1953 especializou-se em Sociologia e tornou-se auxiliar do professor Roger Bastide<sup>6</sup> (1898-1974). Ao mesmo tempo em que se elegia como representante dos ex-alunos de sua categoria na USP e o mais jovem a ocupar um cargo como membro do Conselho Universitário da mesma universidade, em 1955 assumiu a cátedra

---

6. Sociólogo francês que esteve no Brasil entre 1937 e 1954 para ocupar a cátedra de Sociologia na Universidade de São Paulo (USP).

de Sociologia e passou ser integrante do Centro de Sociologia Industrial do Trabalho (CESIT), criado por Florestan Fernandes<sup>7</sup> e Alain Touraine<sup>8</sup>.

Segundo o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC (2009)), os fatos que ocorreram na Europa em 1956 tornam-se importante para suas decisões, pois o fato de a ex-União Soviética invadir a Hungria fez com que se afastasse de qualquer vínculo com grupos com fundamentos comunistas. No entanto, em 1958, ele aderiu a um grupo de estudos criado por José Arthur Giannotti, que tinha por fundamento os princípios das doutrinas marxistas.

A partir do golpe de Estado no Brasil em 1964, FHC refugiou-se na Argentina, onde passou a atuar na Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). Em 1967 refugiou-se na França, onde participou de grupos de refugiados brasileiros e ampliou suas produções literárias.

Retornou ao Brasil em 1968, após a revogação de sua prisão, e reassumiu a cadeira de professor na USP, mas permaneceu por pouco tempo já que o Ato Institucional n. 5 (AI-5) lhe atribuiu a aposentadoria compulsória em 1968. É importante colocar que, mesmo impedido de lecionar, em 1969, junto de outros professores, fundou o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP).

Em 1971 fundou a revista *Argumento*, de conteúdo opositor ao sistema vigente e que, por esta razão, foi obstruída pelo governo militar (CPDOC, 2009). Por meio do deputado estadual Pedro Simon (PMDB-RS)<sup>9</sup>, em 1974, aproximou-se de um dos principais opositores do

---

7. Sociólogo e deputado federal do PT pelo estado de São Paulo e autor de várias obras importantes, tais como *Mudanças Sociais no Brasil*, *A integração do Negro na Sociedade de Classes*, *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*, *A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de Interpretação Sociológica*, *Poder e Contrapoder na América Latina*, entre outros.

8. Sociólogo francês dedicado aos estudos referentes à sociologia do trabalho, movimentos sociais e sindicais.

9. Advogado e professor universitário, exerceu o cargo de senador pelo Estado do Rio Grande do Sul através do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), entre 1958 e 1965; e do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), entre 1966 até o atual momento, e foi ministro do Ministério da Agricultura entre 1985 e 1986.

regime militar, o então deputado federal Ulysses Guimarães (PMDB-SP) (1916-1992).

Segundo Pinto (2010), em 1978, FHC candidatou-se ao senado federal, tendo sua campanha apoiada por uma frente formada pela Igreja Católica, pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo. A partir de 1979, FHC, já como vice-presidente do PMDB, acompanha as atividades políticas de Ulysses Guimarães, Orestes Quércia, Mário Covas e André Franco Montoro.

Uma vez ocupando o cargo de senador, uniu-se às campanhas pela conquista para as eleições diretas para presidente da República. Em 1985, sob o governo de Tancredo Neves, recusou o convite para assumir o Ministério do Desenvolvimento Social, tornando-se líder do governo no Congresso a fim de articular as reformas constitucionais. Depois da morte de Tancredo Neves, FHC tornou-se crítico ao governo de seu substituto, José Sarney (PMDB).

Durante os anos de 1990, FHC continuava a vincular sua carreira política com a acadêmica. Assim, ministrava cursos ao mesmo tempo em que prestava apoio ao governo Collor de Mello (PRN), no que tange as questões da política econômica. Com o afastamento de Collor e a chegada de Itamar Franco como presidente do país, em 1992 FHC foi indicado para o Ministério das Relações Exteriores e, uma vez ocupando o cargo de chanceler, ajudou na implementação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)<sup>10</sup>.

Em 1993, pouco antes das eleições presidenciais de 1994, FHC passou a ocupar o cargo de ministro da Fazenda, fato que lhe deu muita visibilidade, pois suas políticas econômicas promoveram a queda da cotação do dólar paralelo, o que gerou diminuição do valor dos produtos e a sensação de melhora nas condições econômicas e sociais do país.

---

10. Tem como estratégia o fortalecimento e expansão de empresas de produtos e serviços, bem como da Ciência e da tecnologia dos países envolvidos, através da união aduaneira, do livre comércio e de acordos econômicos. No início, o bloco envolvia Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, com a adesão posterior da Venezuela, país que se encontra suspenso, e a Bolívia, que segue aguardando a aprovação do Brasil, já que os demais países já aprovaram a sua entrada.

## **Eleições presidenciais de 1994: o contexto midiático e o Plano Real**

Cohen (1963, 120) afirma que a “imprensa pode não ser eficaz em dizer como se deve pensar, porém tem grande capacidade em sugerir o que pensar”; ou seja, de tematizar e colocar, no centro da atenção pública, questões sobre as quais fornece também análises e interpretações produzidas a partir de enquadramentos narrativos. Dessa maneira, como observaram Lang e Lang (1959, 226) “as mídias constroem perspectivas, conformam as imagens dos candidatos e dos partidos e ajudam a destacar os conceitos em torno dos quais se desenvolvem as campanhas”.

Para Albuquerque (apud Miguel, 1997, 93),

A nova legislação reduziu em muito a capacidade dos políticos de dispor de canais funcionando à parte dos meios tradicionais, que pudessem concorrer com eles no agendamento e no enquadramento dos temas discutidos na campanha. Diferentemente do que ocorreu em 1989, as versões dos órgãos noticiosos sobre a realidade nacional não puderam, em 1994, ser eficazmente contrabalançados pelos programas do HPGE [horário gratuito de propaganda eleitoral].

A relação entre os candidatos e os eleitores desenvolve-se, hoje, em um ambiente em que ela se tornou estratégica para os candidatos, não só alvos, mas também caçadores da notícia (Rubim et al, 1998). Em outro sentido, porém, como empresas que têm na credibilidade a sua principal matéria-prima para alavancar vendas e faturamento, “os veículos de comunicação têm que contemplar, entre outros, um mínimo das demandas do seu público-eleitor” (Silveira, 1993, 63).

As eleições presidenciais de 1994, que resultaram na derrota do então candidato Lula (PT), devem ser compreendidas pelo contexto histórico-social daquele período e por essa razão tomamos como base alguns fatos daquele intervalo de tempo.

Para Ferraz (2004), os discursos produzidos pelos meios de comunicação contra a imagem de Lula e do PT, em especial os oriundos

da Revista Veja<sup>11</sup>, ao associá-los ao comunismo caso fosse eleito (e isso como algo perigoso) favoreceu nas eleições de 1994 seu principal oponente, FHC, tido, então, como o candidato da ordem e da democracia.

Como bem nos mostra Singer (2009, 92), tanto a derrota de Lula em 1994, como a de 1998 “[...] podem ser entendidas como reedições de 1989 [...]”. A partir de uma análise dos discursos que protagonizam o lulismo, o autor também considerou os percalços que resultaram nas derrotas de Lula nas eleições de 1994 e 1998.

Ainda segundo Singer (2009), contra a eleição de Lula na corrida presidencial de 1994 também foram usados os mesmos discursos realizados nas eleições de 1989, quando Lula (PT) disputava com Fernando Collor de Mello (PRN), ou seja, discursos que depreciavam Lula ao relacioná-lo a uma “ameaça comunista” (Singer, 1994, 99). Tais discursos traziam a ideia de que Lula era contrário aos valores da família heteronormativa, aos princípios cristãos, a favor do aborto, contra a propriedade privada, a favor de movimentos que reivindicavam a terra, associados a ideias de guerrilhas, de extremismos, o que gerava um sentimento de medo e de insegurança.

Ferraz (2004) identificou em várias publicações realizadas pela revista Veja alguns discursos que já vinham sendo produzidos desde a sua candidatura em 1989, os quais produziam imagens estereotipadas de Lula (PT), que traziam ideia de inferioridade a FHC (PSDB). Nessas publicações a autora identificou edições cujas capas das revistas e seus artigos associavam Lula (PT) a um sujeito que não sabia se portar em público, que não tinha domínio da linguagem, nem da comunicação, que falava errado, sem conhecimento, inculto, despreparado para assumir o cargo da presidência, sem competência para compreender aspectos da política e da economia.

Aliado a isso, a autora também encontrou afirmativas que vinculavam a candidatura de Lula (PT) a riscos para a sociedade e ao país, que se caracterizavam por seu suposto viés ideológico

---

11. Revista semanal criada em 1968 pela Editora Abril.

comunista e tudo o que isso significaria para a religião cristã, às famílias dos bons costumes e das boas tradições, ao patrimônio privado e a outros princípios, de forma pejorativa. Para a autora aqueles juízos de valores pejorativos e desfavoráveis contra a eleição de Lula (PT) não se limitaram à disputa de 1989, e em 1994 o referido periódico continuava reproduzindo as mesmas representações prejudiciais à sua candidatura. Assim, segundo Ferraz (2004, 67-68).

[...] em 1989 Lula era visto por *Veja* como uma pessoa ignorante, despreparada e que representava um perigo para o futuro do país. O maior artifício utilizado pela publicação era a constante referência à aparência de Lula, muitas vezes empregada para ridicularizar o candidato petista em relação a seus concorrentes. Nesta época Lula era recém egresso do movimento sindical e, portanto, suas ideias podiam ser consideradas muito radicais pela maioria da população. Já em 1994, para *Veja*, a vitória de um candidato da oposição parecia representar um “perigo” para a estabilidade no Brasil, mas procurou transmitir aos seus leitores a sensação de que o perigo era uma opinião generalizada da sociedade brasileira. Para isso, a revista continuou valendo-se de adjetivos negativos para descrever Luiz Inácio Lula da Silva, enquanto destacava pontos positivos de seus principais concorrentes. Mas em 1994 Lula também já apresentava alguns sinais de mudanças de ideias e atitudes em relação à eleição de 1989. No entanto, como pudemos observar nas análises da publicação, constantemente *Veja* se referia a opiniões dadas anteriormente pelo candidato, para desqualificar sua postura no presente. Os ataques ao seu possível despreparo para assumir um cargo tão importante também foram muito utilizados. Entretanto, a cobertura realizada por *Veja* na eleição de 1994 apresentou uma peculiaridade: as críticas constantes ao Partido dos Trabalhadores. Eram alvo da revista desde o Programa de Governo apresentado pelo partido, passando pelos seus militantes, chegando à mudança da postura adotada pelo PT. Ou seja, se antes o partido era ruim devido a suas ideias extremistas, depois continuava não merecendo crédito porque havia mudado seus princípios.

Adentrando a análise do comportamento dos meios de comunicação no Brasil, Anderson (2011) menciona o grupo Globo<sup>12</sup>, a Revista Veja, os jornais Folha<sup>13</sup> e Estadão<sup>14</sup> como responsáveis pela manipulação do comportamento da escolha do voto nos processos eleitorais. Segundo esse autor, desde o final do regime militar, o início do processo de redemocratização do país significou o poder da mídia brasileira na formação de cenário político nacional.

[...] desde o fim do governo militar, na prática, eram os donos da imprensa e da televisão que selecionavam os candidatos e determinavam o resultado das eleições. Se o caso mais celebre foi o apoio dado a Collor pelo império da Rede Globo, a coroação de Cardoso pela imprensa, antes mesmo de ele ter lançado sua candidatura, não havia sido menos impressionante (Anderson, 2011, 36).

Ainda para Anderson (2011), o jogo político é mais do que apenas disputar a candidatura, representa acima de tudo o plano político de governo e de representação de interesses, justificando, assim, o papel dos meios de comunicação no cenário político do Brasil.

Miguel (1999) e De Lima (2001) esclarecem como a Rede Globo contribuiu significativamente para a indução da população no processo eleitoral. Tanto em 1989 como em 1994, os autores mostram como as novelas transmitidas naqueles momentos tinham como objetivo fazer com que a população se visse representada nos grupos sociais presentes em cada trama novelística, e, ao mesmo

---

12. Fundado em 1925, é detentor do maior aglomerado de empresas de comunicação da América Latina, tendo como empresas subsidiárias a Globo (faz parte dela a Globo, Globosat e a Globo.com), Editora Globo, Sistema Globo de Rádio, Globo Ventures, e é mantenedor da Fundação Roberto Marinho.

13. Como conglomerado de empresas dos meios de comunicação, é um dos que integram o Grupo Folha, ou Empresa Folha da Manhã, foi fundada em 1921 por Octávio Frias de Oliveira, hoje comandado por seu filho, Luiz Frias. Fazem parte do grupo Folha de São Paulo, Universo OnLine, Publifolha, Plural Editora e Gráfica, Transfolha, Datafolha e Três Estrelas.

14. O Estado de São Paulo, conhecido como Estadão, foi fundado em 1875 pelos idealistas republicanos José Maria Lisboa, Francisco Pestana e Américo de Campos, e é um dos principais periódicos diários do país.

tempo, com aqueles personagens que simbolizavam o mais qualificado naquele que deveria estar à frente como representante do poder político.

De Lima (2001) mostra que os recursos utilizados nas dramaturgias nas novelas *Vale Tudo*, *O Salvador da Pátria* e *Que Rei Sou Eu?*, nas eleições de 1989 – e Miguel (1999) faz o mesmo com a novela *Pátria Minha* nas eleições de 1994<sup>15</sup> –, tiveram como propósito fazer com que os telespectadores estabelecessem a escolha no cenário político do Brasil em 1989 a partir do que assistiam nessas novelas.

Assim fica claro que, no imaginário dos eleitores nas eleições de 1994, já havia um estereótipo prejudicado de Lula (PT) que vinha sendo construído anteriormente, e especificamente para essas eleições, nesse sentido, a novela *Pátria Minha* trazia a narrativa de um brasileiro, Pedro Fonseca<sup>16</sup>, imigrante internacional de retorno, oriundo dos Estados Unidos, cuja experiência migratória para aquele país teria favorecido na sua formação de caráter e de intelectualização.

A personalidade do personagem Pedro Fonseca é exaltada com virtudes positivas e é conflitante com a de outro personagem, Raul Ramos Pellegrini<sup>17</sup>, o qual teria atributos opostos aos de Pedro. Raul era responsável por um acidente bem como por ameaçar e tentar subornar a principal testemunha desse ocorrido, e ainda tinha um papel de opressor e injusto com uma comunidade empobrecida e de trabalhadores.

É nessa comunidade em que os telespectadores se viam representados, pois Pedro faria de tudo para lutar contra a desapropriação, opondo-se ao personagem Raul, responsável por toda injustiça da trama. Nesse contexto, Miguel (1999) destaca que os discursos produzidos pelo personagem Pedro eram os mesmos feitos por FHC (PSDB). Deste modo, naquela eleição, essa novela teve forte influência no cenário político, cujo perfil eleitoral pode ter sido influenciado através

---

15. A novela *Vale Tudo* foi transmitida entre 16/05/1988 e 07/01/1989. A novela *Que Rei Sou Eu?* foi televisionada entre 13/02/1989 e 19/09/1989. A novela *O Salvador da Pátria* passou entre 09/01/1989 e 12/08/1989 e a novela *Pátria Minha*, entre 10/07/1994 e 10/03/1995.

16. O personagem Pedro Fonseca foi interpretado pelo ator José Mayer e o retrata como o herói da história protagonizada em uma família humilde, que mediante a situação econômica do país emigra para os Estados Unidos.

17. O personagem foi interpretado pelo ator Tarcísio Meira, cujo papel representava um grande e poderoso empresário.

da representação daqueles que assistiam a novela e que, portanto, decidiram a escolha do voto eleitoral com base no personagem que se viram identificados. Nesse sentido, os meios de comunicação mostraram-se influentes nos resultados da eleição de 1994.

Além dos periódicos, os canais de televisão exerceram importante mecanismo de persuasão na população, seja por meio das capas das revistas que depreciavam o presidente Lula, ou por meio das reportagens trazidas nessas revistas, nos jornais e nos noticiários de televisão, que continuavam reproduzindo um Lula, um PT e a esquerda como representantes do comunismo, ou seja, eram ameaças à propriedade privada, ao sagrado, à família e à segurança do país. Além disso, as novelas produzidas também contribuíram negativamente para a eleição de Lula, já que elas conseguiram fazer com que a população eleitora se visse representada em personagens que faziam discursos semelhantes aos de FHC (PSDB).

Na apresentação da formação do discurso da candidatura de Lula (PT), em 1994, pôde-se perceber que os momentos discursivos apresentam sentidos opostos aos dos discursos produzidos pela candidatura de FHC (PSDB). A campanha petista hegemonizou um discurso – interno a sua própria articulação – criticando a forma como o Plano Real estava sendo implementado pelo seu adversário (e pelo governo do qual fazia parte nesse contexto específico), conforme a Figura 1.

**Figura 1** – Discurso da candidatura do PT na eleição de 1994

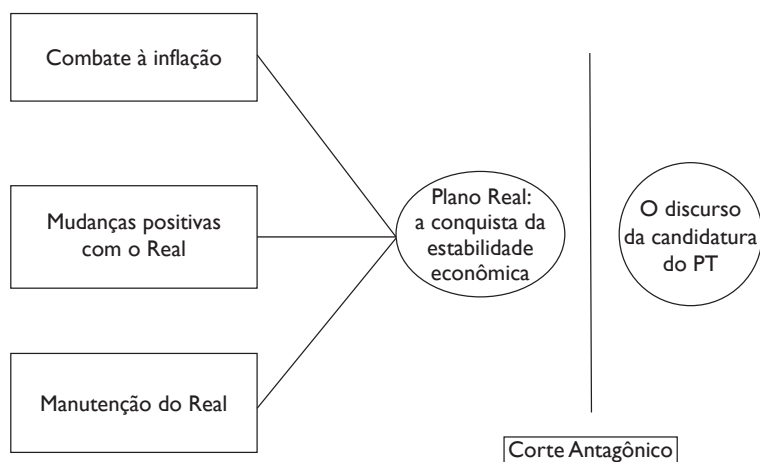


Fonte: Freitas (2018, 584).

Unidos aos noticiários, imagens e discursos associavam Lula (PT) a movimentos sindicais e movimentos por luta pela reforma agrária: o presidenciável tinha sua imagem prejudicada por um processo de construção de um estereótipo depreciativo.

Sobre FHC (PSDB), a imagem e os discursos que se criavam eram de um intelectual maduro, responsável pelo Plano Real e, conseqüentemente, pelo controle da inflação e pela melhora do perfil social do país, conforme a Figura 2.

**Figura 2** – Discurso da candidatura do PSDB na eleição de 1994



Fonte: Freitas (2018, 576).

Não há como não relacionar, também, o Plano Real e a mídia nas eleições de 1994. FHC (PSDB), além de obter bônus com o sucesso do plano, também obteve amplo apoio na grande mídia. Segundo Albuquerque (apud Miguel, 2001, 44, grifo do autor), analisando o papel do Jornal Nacional, da Rede Globo de Televisão,

sistematicamente foi sugerido que a candidatura Cardoso seria fruto de uma união de forças e lideranças políticas, estruturadas a partir de um consenso sobre os problemas do país e as soluções para eles, enquanto Lula (PT) era depreciado pelo Jornal Nacional, “que preferiu acentuar os seus laços com o movimento sindical e, mais particularmente, com o grevismo que seria a sua característica fundamental: o dissenso e o conflito seriam, assim, marcas indelévels da candidatura Lula.

Criado no governo do então presidente da república Itamar Franco (PMDB), o Plano Real<sup>18</sup>, anunciado em 1994, “foi o plano mais engenhoso de combate à inflação já utilizado no país” (Gremaud, 2004, 467). Ele foi implantado com base em quatro pilares: ajuste fiscal, indexação completa da economia, reforma monetária e âncora cambial. O sucesso do plano foi favorecido pela conjuntura da época e pelas reformas, tais quais a abertura comercial, as privatizações e a desregulamentação do estado. A queda nos níveis de inflação e sequentemente sua manutenção foram resultados impressionantes que contribuíram para estimular a competitividade e atrair investimentos estrangeiros.

Para a sustentação do Plano Real e da sua candidatura, FHC (PSDB) conseguiu formar um bloco histórico poderoso em torno da aliança União, Trabalho e Progresso, que aglutinou o PSDB, o PFL, o PTB e outros partidos menores. A aliança com o PFL cristalizou a união da elite moderna de São Paulo com a elite tradicional do Nordeste. Na avaliação de FHC (PSDB), as dificuldades de penetração do partido, particularmente em regiões como o Nordeste, poderiam inviabilizar sua eleição caso não conseguisse costurar as alianças. Assim, o escolhido para ser vice foi Marco Maciel, do PFL<sup>19</sup>, ligado a oligarquias regionais do Nordeste e que deu apoio ao regime militar.

### **Eleições presidenciais de 1994: o desempenho eleitoral dos candidatos no Paraná**

Os diferentes desempenhos eleitorais nessas eleições relacionam-se, em grande medida, à capacidade de os candidatos estabelecerem

---

18. A centralidade do Plano Real na eleição de 1994 – como já verificada por Mendes e Venturi (1994), Amaral (1995), Jorge (1995), Almeida (1996; 1998), Miguel (1997), Porto e Guazina (1999), Mendes (2004), Oliveira (2005) e Souza (2012) – foi confirmada a partir de uma releitura da teoria do discurso de Laclau e Mouffe, e principalmente a partir do conceito de antagonismo desenvolvido pelos autores.

19. Fundado em 1985 como Partido da Frente Liberal (PFL), fruto de dissidência do Partido Democrático Social (PDS) por causa das articulações que ao fim elegeram Tancredo Neves à presidência da República após 21 anos do golpe militar de 1964. Embora a ata do congresso de 2007 do PFL tenha exatamente proposto (e sido aprovada) nova denominação para o partido, de forma minoritária há a ideia de o partido Democratas ser apenas sucessor do PFL. Assim, a denominação Democratas data de 28/03/2007, seu código eleitoral é o 25, seus membros são chamados de demistas e suas cores oficiais são azul e verde.

alianças políticas. Especialmente em um contexto de eleições casadas, tem-se o fortalecimento dos candidatos de uma determinada coligação partidária, em decorrência do apoio recíproco entre o postulante à Presidência e os candidatos a eleições nos demais níveis.

Após o indeferimento de duas candidaturas, outras oito disputaram a presidência da república nas eleições de 3/10/1994, conforme a Tabela 1.

**Tabela 1** – Relação de candidatos à presidência – eleições 1994

CANDIDATO	VICE	PARTIDO/ COLIGAÇÃO	Nº	VOTOS
CARLOS ANTONIO GOMES	DALTON CARLOS SALOMONI	PRN	36	387.611
ENÉAS FERREIRA CARNEIRO	ROBERTO GAMA	PRONA	56	4.670.894
ESPERIDIÃO AMIN	GARDÊNIA GONÇALVES	PPR	11	1.739.458
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO	MARCO MACIEL	UNIÃO, TRABALHO E PROGRESSO (PSDB, PFL E PTB)	45	34.350.217
HERNANI GOULART FORTUNA	VITOR NÓSSEIS	PSC	20	238.126
LEONEL BRIZOLA	DARCY RIBEIRO	FORÇA DO POVO (PDT E PMN)	12	2.015.284
LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA	ALOIZIO MERCADANTE	FRENTE BRASIL POPULAR PELA CIDADANIA (PT, PSB, PPS, PV, PCdoB, PSTU)	13	17.112.255
ORESTES QUÉRCIA	IRIS DE ARAÚJO	DESENVOLVIMENTO DO BRASIL (PMDB, PSD E PRP)	15	2.771.788

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral – TSE.

Assim, no estado do Paraná, dos 371 municípios, FHC (PSDB) venceu em 348, e Lula (PT) em apenas 23, muito em função de discursos produzidos de que o Paraná, ao ser um Estado próspero e

desenvolvido, aliava-se à construção de um pensamento partidário com aproximação política de direita.

Em estudos realizados sobre o comportamento eleitoral no Brasil, ao se referir à Região Sul, Terron (2009) associa o aumento dos votos ao PT nas eleições de 1994 naqueles territórios eleitorais brizolistas na disputa de 1989, quando, então, no segundo turno, o Partido Democrático Trabalhista (PDT) apoiou o PT. Para a autora isto se refletiu nas eleições de 1994, momento em que eleitores brizolistas migram para o partido petista. Ela destaca que o aumento do voto ao PT nas eleições de 1994 ocorreu, sobretudo, no Sudoeste do Paraná, território eleitoral com comportamento identitário brizolista, mas que, uma vez que Brizola apoiou Lula no segundo turno em 1989, contribuiu para o acréscimo de votos ao PT.

Na mesma linha de pesquisa, Ayres (2013) considera que o contexto histórico de formação política do Estado do Paraná (com aproximação maior a ideias conservadoras) determina a identidade política, a percepção dos eleitores, com quem deveriam lhes representar e, nesse sentido, uma tendência a partidos políticos de direita. O discurso reproduzido de que o Paraná é um estado próspero e desenvolvido contribui para a construção de um pensamento partidário com aproximação política de direita.

Ayres (2013) explica que, no Paraná, o coronelismo político – formado a partir de setores do agronegócio, entidades empresariais e partidos políticos – que possui capacidade de controle social, unido ao clientelismo eleitoral, que se baseia em uma rede política conectada a interesses a cargos políticos no aparelho do Estado (seja no executivo, legislativo, no judiciário e ou em outros espaços de poder), representa enorme dificuldade de um comportamento com saldo positivo para o PT.

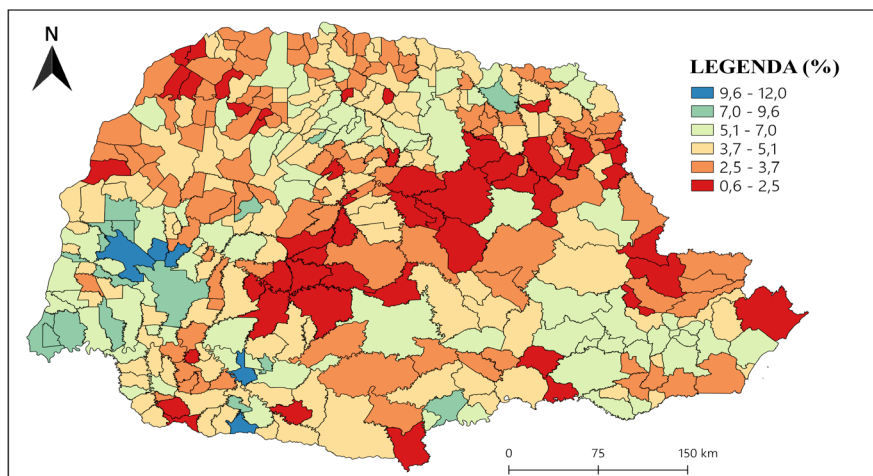
Para ela, a sociedade paranaense tem forte aproximação com ideais elitistas, contribuindo negativamente para uma cultura política à direita. No entanto, naquelas regiões onde há maior aproximação com a população, onde há especificidades sociopolíticas e culturais geradas pela presença e atuação de movimentos sociais, conseguem influenciar o comportamento eleitoral em resultados positivos ao PT nas eleições presidenciais em territórios menos conservadores, como são os casos das regiões Sudoeste, Centro-Sul e Sudeste do Paraná.

### *Enéas Carneiro (Partido da Reedificação da Ordem Nacional - PRONA)*

Enéas Carneiro, considerado ícone da direita conservadora, foi candidato nas eleições de 1994 pelo Partido da Reedificação da Ordem Nacional (PRONA). Mesmo com pouco tempo de horário eleitoral gratuito na TV e no rádio obteve uma votação surpreendente, conquistando o terceiro lugar geral no Paraná e no Brasil. No estado paranaense atingiu 256.071 mil votos totais, obtendo votação expressiva nos maiores centros urbanos e em cidades com melhores níveis de alfabetização e menores discrepâncias de rendimentos do estado, como 53.179 votos em Curitiba, 13.355 votos em Londrina, 9.188 votos em Maringá, 7.770 votos em Ponta Grossa e 5.418 em Toledo.

Alguns historiadores atribuem esse sucesso ao voto de protesto (Figura 3), o que poderia explicar a diferença no total de votos das eleições de 1989, quando Enéas obteve 11.264 votos totais, e nas eleições de 1994, que obteve uma votação expressiva, com 256.701 mil votos no Paraná. Outro dado interessante são os votos nulos - 459.499 (7,08% de 4.743.804 votos apurados) e brancos - 335.755 (9,69% de 4.743.804 votos apurados) no Paraná. Compreendemos os votos nulos e brancos nessa eleição como um descrédito do eleitor em relação às instituições.

**Figura 3** – Eleições presidenciais de 1994 - percentual de votos (%) de Enéas Carneiro, por município, estado do Paraná



Elaborado por GEPES-Unicentro e ObPPP-UEL, 2021



FORÇA E INFLUÊNCIA  
**GEPES**  
GRUPO DE ESTUDOS EM POLÍTICAS ELEITORAIS E SOCIAIS

Tribunal Regional Eleitoral  
do Paraná



Universidade de Maringá  
Instituto de Políticas Públicas e Políticas Urbanas

Fonte: Malha municipal de 2020 (IBGE) e Tribunal Regional Eleitoral/Paraná (TRE/PR).

\*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1945.

### *Esperidião Amin (Partido Progressista Reformador – PPR)*

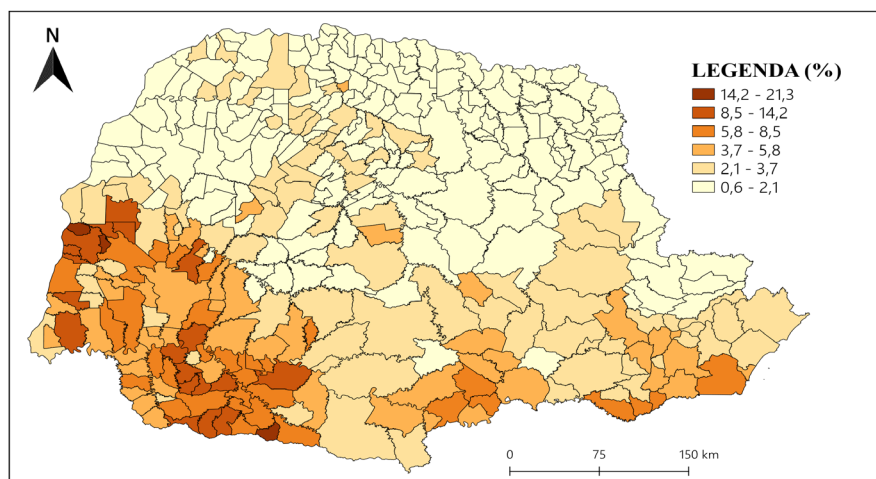
Nas eleições de 1994, Esperidião Amin foi candidato a presidente da República pelo PPR, fusão do PDS e PDC e herdeiro de braço da antiga ARENA, com uma votação inexpressiva no âmbito nacional, com 2,75%. Isto se deve, sobretudo, pelo fato de não ter estabelecido alianças políticas.

No Paraná, conquistou o quarto lugar com 4,25% dos votos válidos, mas na Região Sul o candidato ficou em 3º lugar, com 1.079.108 votos ou 9,69%. Sua votação em Santa Catarina e Rio Grande do Sul foi muito significativa. Assim, a Figura 4 demonstra os índices de votação nos municípios limítrofes entre as duas unidades da federação.

Para ilustrar estas informações, Amin ultrapassa Brizola e Enéas apenas em Francisco Beltrão, mas tem menos votos que FHC, Lula e votos em branco. Apesar do apoio de figuras políticas sulistas, explicar

a concentração de votos nas regiões sudoeste, centro-sul e Região Metropolitana de Curitiba, a geografia do voto demonstrou, em cada município, a força do PSDB na polarização contra o PT (Figura 4).

**Figura 4** – Eleições presidenciais de 1994 - percentual de votos (%) de Esperidião Amin, por município, estado do Paraná



Elaborado por GEPES-Unicentro e ObPPP-UEL, 2021



GEPES  
GRUPO DE ESTUDOS EM POLÍTICAS E PLANEJAMENTO

Tribunal Regional Eleitoral  
do Paraná



OBSERVATÓRIO DE PESQUISAS E POLÍTICAS PÚBLICAS

Fonte: Malha municipal de 2020 (IBGE) e Tribunal Regional Eleitoral/Paraná (TRE/PR).

\*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1945.

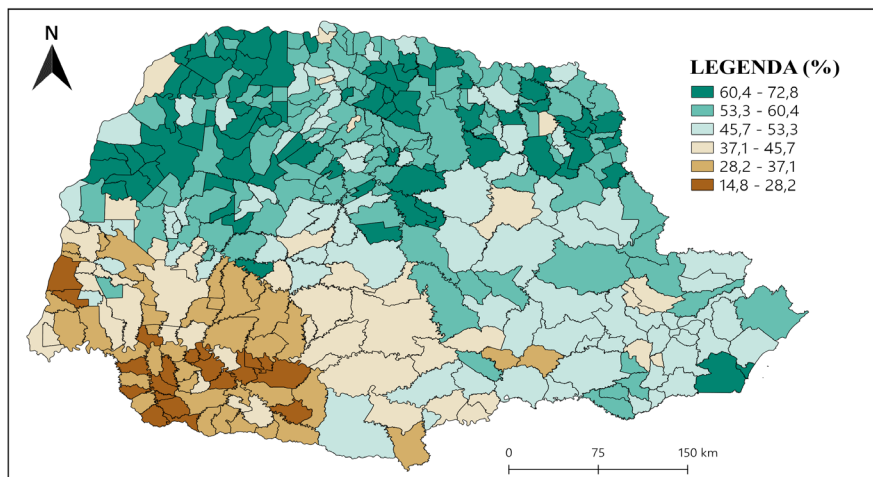
*Fernando Henrique Cardoso (PSDB)*

Os percentuais de votos do PSDB foram altos naquelas regiões limítrofes ao Estado de São Paulo, destacando: a) mesorregião Noroeste, com 33 municípios com percentuais mais expressivos, entre eles Paranaíba, Umuarama e Xambê; b) mesorregião Norte-Central, com 21 municípios, entre eles Astorga, Florestópolis e Rolândia; c) mesorregião Norte Pioneiro, com 15 municípios, entre eles Andirá, Carlópolis e Assaí (Figura 5).

Tal resultado se deve à presença da influência do histórico regional, que apresenta perfil partidário de representação de direita na política brasileira, municípios onde o agronegócio e a associação ruralista atuam há bastante tempo e, desta maneira, influenciam diretamente

no pensamento e na escolha político-partidária das pessoas. De maneira geral, o controle e a redução da inflação geraram votos nas eleições para FHC.

**Figura 5** – Eleições presidenciais de 1994 - percentual de votos (%) de Fernando Henrique Cardoso, por município, estado do Paraná



Elaborado por GEPES-Unicentro e ObPPP-UEL, 2021



**GEPES**

Tribunal Regional Eleitoral  
do Paraná



Fonte: Malha municipal de 2020 (IBGE) e Tribunal Regional Eleitoral/Paraná (TRE/PR).

\*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1945.

### *Leonel Brizola (PDT)*

Fundador do PDT, Leonel Brizola desempenhou diversos papéis na política nacional e regional (especialmente no Rio Grande do Sul), sendo o único político no país que cumpriu atividades enquanto governador nos estados do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul (Cordone, 2016). Pregou a importância das políticas públicas e a defesa da democracia em sua jornada política (Rigo, 2016).

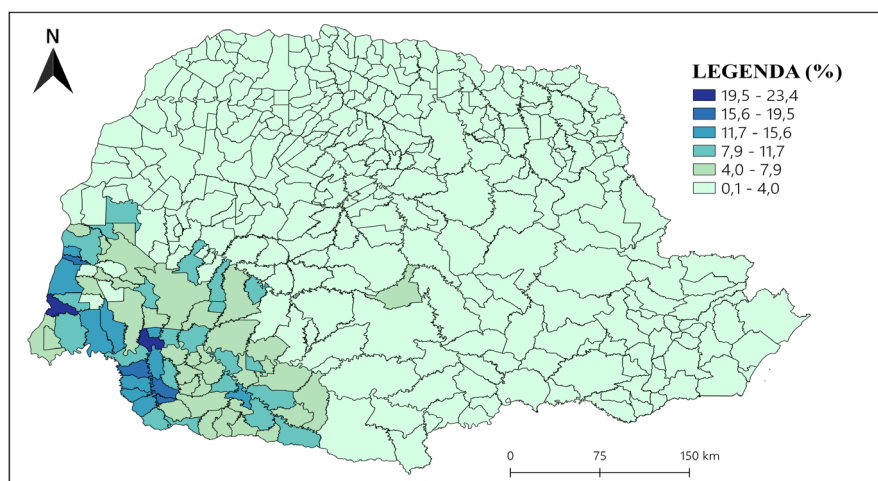
Em 1994 abdicou de sua função enquanto governador do Rio de Janeiro para investir em sua candidatura à presidência, mas sem apoio nacional e sem suporte em seu partido, o que fez com que não dispusesse de sucesso, uma vez que ficou em 5º lugar, com 2,06% dos votos.

Ficou atrás de figuras sem grande expressão nacional, como Orestes Quércia (PMDB) e Enéas Carneiro (PRONA).

O candidato a governador Jaime Lerner também se elegeu pelo PDT e teve campanha eleitoral vinculada à Brizola, mas a diferença é que o diretório paranaense do PSDB fez parte da coligação de Lerner. Verificamos mais uma dobradinha de votos FHC/Lerner do que Brizola/Lerner.

Mesmo com origens no sul do país, nas eleições presidenciais de 1994, no estado do Paraná, obteve apenas 2,78% dos votos, o equivalente a 109 mil votos. Ao analisarmos a Figura 6, podemos observar que ele obteve sua maior porcentagem de votos nas regiões Oeste e Sudoeste do estado, e como exemplo estão os municípios de Itaipulândia, Santa Lúcia, Planalto e Ampére.

**Figura 6** – Eleições presidenciais de 1994 – percentual de votos (%) de Leonel Brizola, por município, estado do Paraná



Elaborado por GEPES-Unicentro e ObPPP-UEL, 2021



GEPES

Tribunal Regional Eleitoral  
do Paraná



Fonte: Malha municipal de 2020 (IBGE) e Tribunal Regional Eleitoral/Paraná (TRE/PR).

\*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1945.

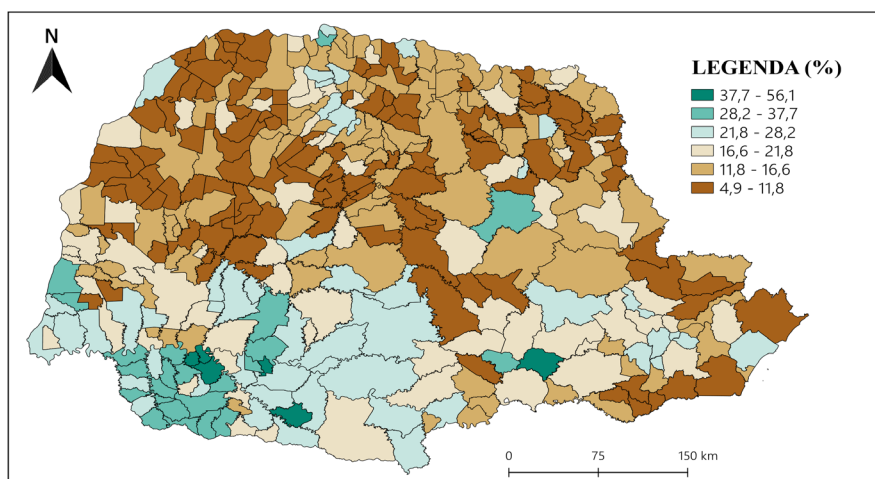
*Luís Inácio Lula da Silva (PT)*

Analisando a Figura 7, é possível observar que a Região Sudoeste do Paraná foi a que apresentou maior número de votantes em Lula (PT), ou seja, entre 37,7 e 56,1%. Assim, destacam-se os municípios de

Barracão, Planalto e Cruzeiro do Iguaçu, seguidos da Região Oeste, Centro-Sul e do Sudeste.

Tais resultados podem ser decorrentes da presença de assentamentos rurais, onde os movimentos sociais provavelmente influenciaram na representatividade da população com essa legenda partidária, e outro provável elemento se deve à influência brizolista pela ocupação gaúcha nessas regiões.

**Figura 7** – Eleições presidenciais de 1994 - percentual de votos (%) de Luís Inácio Lula da Silva, por município, estado do Paraná



Elaborado por GEPES-Unicentro e ObPPP-UEL, 2021



GEPES  
Grupos e Políticas Eleitorais

Tribunal Regional Eleitoral  
do Paraná



Observatório de Políticas  
e Políticas Públicas

Fonte: Malha municipal de 2020 (IBGE) e Tribunal Regional Eleitoral/Paraná (TRE/PR).

\*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1945.

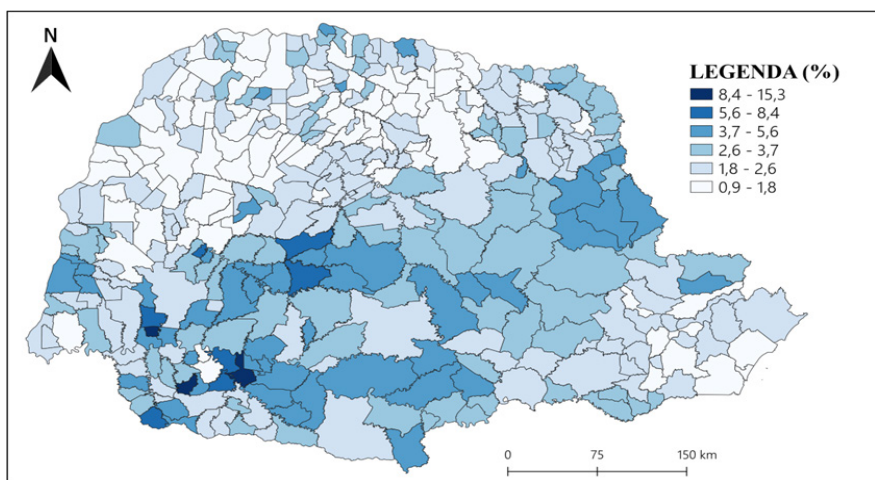
### Orestes Quércia - PMDB

Orestes Quércia (PMDB) iniciou sua jornada política quando foi eleito vereador pelo Partido Libertador (PL), em Campinas, no ano de 1962. Logo depois foi eleito deputado estadual pelo PMDB, e, assim, foi acumulando credibilidade no estado de São Paulo, razão do surgimento da expressão quercismo (Bizarro Neto, 2013).

Nas eleições de 1994 obteve apenas 1,24% dos votos, desempenho que pode ser relacionado às inúmeras denúncias e acusações de

barganhas e corrupção em sua trajetória, principalmente a partir de 1991 (Bizarro Neto, 2013). Todavia, ao analisarmos a Figura 8, percebemos que nos municípios de São João, Nova Esperança do Sudoeste (localizados na Região Sudoeste) e Santa Lúcia (localizado na Região Oeste), Quércia (PMDB) obteve entre 8,4 e 15,3 % de votos. Ressalta-se que, no caso do município de Santa Lúcia, o prefeito Aldino Dalben (PMDB) exerceu forte influência na votação obtida pelo peemedebista.

**Figura 8** – Eleições presidenciais de 1994 - percentual de votos (%) de Orestes Quércia, por município, estado do Paraná



Elaborado por GEPES-Unicentro e ObPPP-UEL, 2021



GEPES

Tribunal Regional Eleitoral do Paraná



Fonte: Malha municipal de 2020 (IBGE) e Tribunal Regional Eleitoral/Paraná (TRE/PR).  
\*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1945.

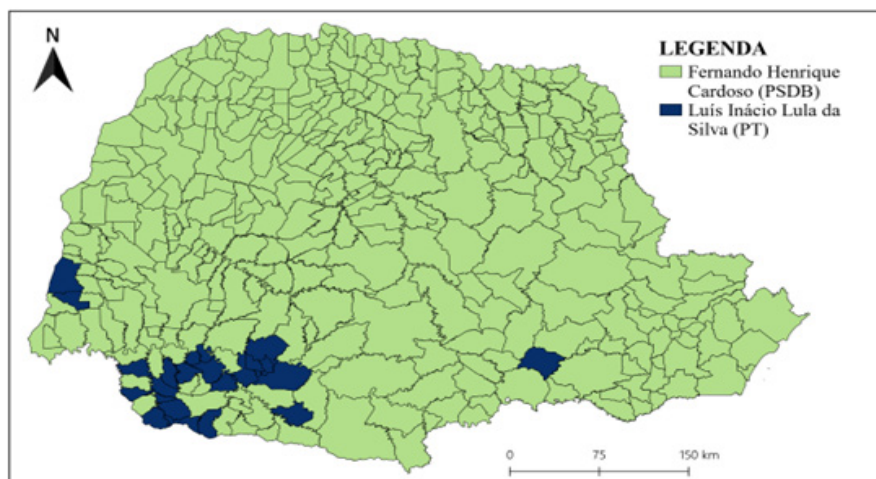
### *Candidatos vencedores, por município*

Na Figura 9 podemos observar que, nas eleições presidenciais de 1994, dos 377 municípios do estado, FHC (PSDB) alcançou os maiores percentuais de votação em 355, enquanto Lula (PT) se destacou apenas na Região Sudoeste, ou seja, somente em 19 dos 22 municípios de todo Estado.

Podemos, assim, citar os municípios de Planalto, Pérola d'Oeste (FHC), Pranchita, Barracão, Salgado Filho, Flor da Serra do Sul, Marmeleiro, Pinhão de São Bento, Ampere, Santa Izabel do Oeste, Salto

do Lontra, Boa Esperança do Iguaçu, Cruzeiro do Iguaçu, Dois Vizinhos, Verê, São João, Sulina, Saudade do Iguaçu, Chopinzinho e Honório Serpa. Além da Região Sudoeste, o PT obteve os maiores percentuais dos votos na Região Sudeste em São João do Triunfo, e na Região Oeste em Santa Helena e Itaipulândia.

**Figura 9** – Eleições presidenciais de 1994 - candidatos vencedores, por município, estado do Paraná



Elaborado por GEPES-Unicentro e ObPPP-UEL, 2021



GEPES

Tribunal Regional Eleitoral do Paraná



Fonte: Malha municipal de 2020 (IBGE) e Tribunal Regional Eleitoral/Paraná (TRE/PR).  
\*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1945.

A votação expressiva de FHC nas demais regiões se deve à forte influência do agronegócio e das mídias tradicionais, que lhe deram apoio. Já no resultado da Região Sudoeste, a preferência dos votos ao PT em relação ao resultado que predominou ao restante de todo Estado ao PSDB se deve à existência de movimentos sociais ligados à luta pela terra, bem como à influência da ocupação gaúcha-brizolista<sup>20</sup>, que alinha a uma identidade político-partidária de esquerda.

20. A expressão gaúcho-brizolista aqui utilizada advém da compreensão que obtivemos nos trabalhos realizados por Sonia Luiza Terron (2009) e Carla Simara Luciana da Silva Ayres (2013), em virtude de suas afirmativas quanto à influência do comportamento

### *Distribuição do eleitorado*

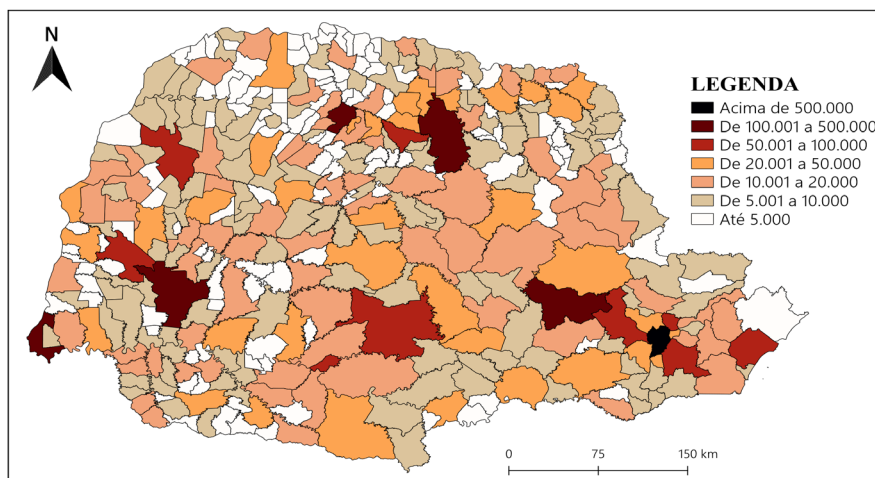
O estado do Paraná, de acordo com TSE, apresenta o 6º maior colégio eleitoral do país, e nele os dois candidatos mais bem votado foram FHC, com 60,3%; e Lula, com 22,7% dos votos válidos nas eleições presidenciais de 1994. No que tange a distribuição do eleitorado de acordo com o porte populacional no estado do Paraná, o maior número de eleitores também estava naqueles de maiores populações: Curitiba, Ponta Grossa, Cascavel, Maringá, Londrina, Foz do Iguaçu, Guarapuava, Toledo, Umuarama, Paranaguá, Colombo e São José dos Pinhais (Figura 10).

Todavia, nessa eleição especificamente, não foi esse o fator que resolveu o pleito, visto que o candidato FHC (PSDB) venceu na maior parte dos municípios paranaenses (Figura 10). Por sua vez, Lula teve um desempenho abaixo da média nacional, enquanto Enéas obteve 6,5% dos votos válidos, permitindo constatar que registrou resultado ligeiramente inferior ao obtido no país.

---

eleitoral na Região Sudoeste do Paraná, que se identificava partidariamente em apoio a Brizola, e então à transferência dessa referência partidária de esquerda, do voto de Brizola a Lula. Para ambas as autoras, isso ocorre pela migração e ocupação de gaúchos brizolistas no Oeste de Santa Catarina e nas suas regiões limítrofes com o Estado do Paraná, como é o caso do Sudoeste deste mesmo Estado.

**Figura 10** – Eleições presidenciais de 1994 - distribuição do eleitorado por classe de tamanho, municípios do estado do Paraná



Elaborado por GEPES-Unicentro e ObPPP-UEL, 2021



GEPES  
Grupo de Estudos em Políticas e Políticas Públicas

Tribunal Regional Eleitoral  
do Paraná



Fonte: Malha municipal de 2020 (IBGE) e Tribunal Regional Eleitoral/Paraná (TRE/PR).  
\*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1945.

### *Percentual de votos nulos e brancos*

Nessa eleição, em todos os Estados (segundo vários registros) observa-se aumento dos votos nulos e brancos, se considerada a eleição de 1989, fato muito explicado em parte pela rejeição às alternativas partidárias existentes. Contudo, pode-se afirmar que a variação nas taxas de votos nulos e brancos foi determinada principalmente pela variação no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Nesse sentido, é possível aceitar a hipótese de que os fatores socioeconômicos foram determinantes na variação das taxas de votos brancos e nulos, ou que explicam a variação nesses dois indicadores de participação eleitoral (Tabela 2).

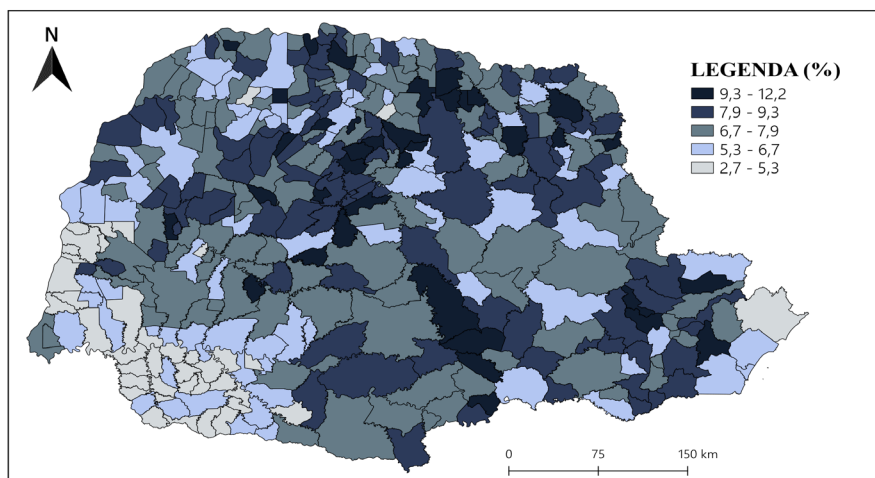
**Tabela 2** – Percentual de votos brancos, nulos e abstenção nas eleições presidenciais, segundo regiões e IDH Brasil – 1994

Variável	Nº de Estados	Votos Nulos	Votos brancos	Abstenção
<b>Região</b>				
Norte (1)	7	7,19 ± 0,76 <sup>b</sup>	8,40 ± 1,27 <sup>b</sup>	26,35 ± 1,88 <sup>a</sup>
Nordeste (2)	9	12,86 ± 0,67 <sup>a</sup>	13,74 ± 0,73 <sup>a</sup>	17,63 ± 2,03 <sup>c</sup>
Centro Oeste (3)	4	8,52 ± 1,01 <sup>b</sup>	6,90 ± 1,12 <sup>b</sup>	23,49 ± 2,52 <sup>ab</sup>
Sudeste (4)	4	9,08 ± 1,01 <sup>b</sup>	7,70 ± 1,14 <sup>b</sup>	17,43 ± 2,24 <sup>c</sup>
Sul (5)	3	6,33 ± 1,17 <sup>b</sup>	8,17 ± 0,82 <sup>b</sup>	19,6 ± 3,19 <sup>bc</sup>
<b>IDH</b>				
0,5 - 0,599	7	12,70 ± 0,86 <sup>a</sup>	13,50 ± 0,97 <sup>a</sup>	24,21 ± 1,94 <sup>a</sup>
0,6 - 0,699	12	8,41 ± 0,73 <sup>b</sup>	9,15 ± 0,83 <sup>b</sup>	22,38 ± 1,71 <sup>a</sup>
0,7 - 0,7999	8	7,66 ± 0,86 <sup>b</sup>	7,09 ± 0,97 <sup>b</sup>	15,06 ± 1,05 <sup>b</sup>

Médias seguidas de letras diferentes na mesma coluna, para cada variável, diferem entre si a  $p < 0,05$  pelo teste de Duncan. N = tamanho da amostra; ep = erro padrão. Fonte: Costa (2006).

Assim, em 1994, 335.755 votos foram considerados nulos no estado (Figura 11). Ao analisarmos os dados, observamos que a votação nula foi homogênea no estado, mas é importante ressaltar que a região sudoeste, em que Lula (PT) foi vencedor, foi a que apresentou os percentuais de nulos mais baixos, variando de 2,7% a 5,3%.

**Figura 11** – Eleições presidenciais de 1994 - percentual de votos (%) nulos, por município, estado do Paraná



Elaborado por GEPES-Unicentro e ObPPP-UEL, 2021



GRUPO DE ESTUDOS  
**GEPES**  
GRUPO DE ESTUDOS EM POLÍTICAS ELEITORAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS



Tribunal Regional Eleitoral  
do Paraná



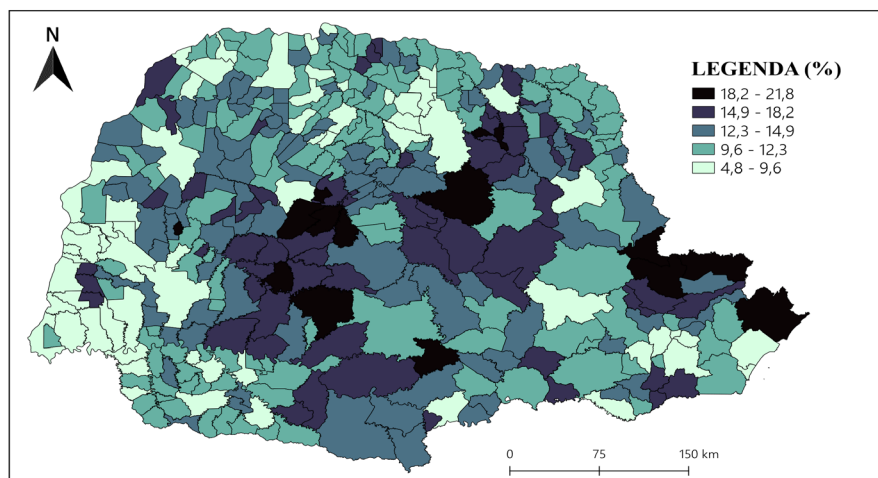
Associação de Pesquisadores  
e Políticas Públicas

Fonte: Malha municipal de 2020 (IBGE) e Tribunal Regional Eleitoral/Paraná (TRE/PR).

\*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1945.

Nas eleições presidenciais de 1994, do total de 459.499, 9,7% foram brancos (Figura 12). Alves (1999), analisando os determinantes da participação eleitoral no Brasil nas eleições de 1994, conclui que as taxas de votos em branco e nulos são explicadas pelo nível de escolarização do eleitorado. Essa análise é importante porque no estado do Paraná, mesmo diante do alto índice de votos brancos e nulos no pleito presidencial de 1994, os índices não foram os piores.

**Figura 12** – Eleições presidenciais de 1994 - percentual de votos (%) brancos, por município, estado do Paraná



Elaborado por GEPES-Unicentro e ObPPP-UEL, 2021



**GEPES**  
GRUPO DE ESTUDOS EM POLÍTICAS E SOCIOLOGIA

**Tribunal Regional Eleitoral do Paraná**



Fonte: Malha municipal de 2020 (IBGE) e Tribunal Regional Eleitoral/Paraná (TRE/PR).  
\*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1945.

## Considerações finais

Nas eleições de 1994, o fator Plano Real muito influenciou na decisão do voto, uma vez que, um ano antes, o favorito à eleição era Lula (PT), mas à medida que se consolidava a candidatura de FHC (PSDB), que aparecia como idealizador e implementador do Plano Real, o quadro se reverteu. Essa eleição pode ser caracterizada por ser um pleito sem espaços para debates ideológicos, bem como em que as discussões giraram em torno do plano de estabilização econômica. Em outras palavras, parte dos candidatos fugiu das discussões “sobre as grandes questões da política nacional” (Rodrigues, 1995, 72).

No Paraná, assim como no restante do país, as diferenças entre eleitores de alta e baixa escolaridade foram menores no grau de associação entre voto e avaliação do plano econômico. Lula (PT) não teve boa votação diante do adversário FHC (PSDB), e entendemos que muito em função de que a pauta preocupação com problemas sociais, categoria que mais se aproximava da ideia de uma defesa dos interesses

dos trabalhadores (carro-chefe defendido por ele) tenha sucumbido ante as benesses trazidas pelo Plano Real, principal bandeira de seu mais importante adversário em 1994.

Em uma eleição em que a competitividade entre os dois principais candidatos a presidente não foi consideravelmente alta, faz-se necessário compreender que, nos estados, variáveis explicam a razão para os percentuais diferentes para mesmas condições. Aqui nos referimos especificamente aos votos nulos e brancos. Assim, no caso do Paraná, identificação partidária, índice de alfabetização e densidade eleitoral revelaram igual nível de significância, considerado satisfatório para os nossos propósitos, pois segundo Alves (1999, 58), a variável “competitividade” pode ser desconsiderada.

Nas eleições de 1994, o voto não foi distribuído homoganeamente no território. Assim, no Paraná, a distribuição deles foi influenciada pelo espaço e suas características, ou seja, falamos de marcos espaciais, fatores e condições que afetaram na votação. Neste artigo, além da distribuição espacial por meio dos votos, fizemos correlações com outras variáveis importantes, como indicadores econômicos, sociais, entre outros, a fim de enriquecer as análises dos resultados eleitorais.

## Referências

- ALDÉ, A. et al. (2007). Imprensa e eleições presidenciais: natureza e consequências da cobertura das eleições de 2002 e 2006. In: LIMA, V. A. (org.). A mídia nas eleições de 2006. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, p. 65-87.
- ALMEIDA, J. (1996). Como vota o brasileiro: perfil ideológico do eleitor e evolução nas pesquisas de opinião de 1994. São Paulo: Casa Amarela.
- \_\_\_\_\_. (1998). A conquista do lugar de fala e a fala fora do lugar nos discursos de FHC e Lula sobre o Real. In: RUBIM, A. et al. (orgs.). Produção e recepção dos sentidos midiáticos. Petrópolis: Vozes, p. 69-91.
- ALVES, A. F. B. (1999). Determinantes da participação eleitoral no Brasil: eleições de 1994. 1999. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- AMARAL, O. E. (2003). A estrela não é mais vermelha: as mudanças no programa petista nos anos 90. São Paulo: Garçonni.
- ANDERSON, P. (2011). O Brasil de Lula. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 91, p. 23-62.
- AYRES, C. S. L. da S. (2013). Desafios e peculiaridades do PT do Paraná: uma análise da cultura política dos dirigentes petistas. Dissertação (Mestrado em Ciência Política)

- Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Centro de Educação e Ciências Humanas. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, p. 163.
- BELLUZZO, L. G. (2013). Os anos do povo. In: SADER, E. (org). 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma. São Paulo, SP: Boitempo: Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, p. 103-11.
- BENTO, C. M. (2001). Raízes Família no exército do Brasil - Fernando Henrique Cardoso. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - RIHGB, vol. 162, n. 410, p. 11-307.
- BIZARRO NETO, F. A. (2013). PMDB: organização e desenvolvimento em São Paulo (1994-2010). Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campina, Campinas.
- BRASIL. (1999). Tribunal Superior Eleitoral – TSE. Relação dos candidatos à Presidência da República - Eleições 1994. Brasília, DF. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-1994/relacao-do-candidatos-a-presidencia-da-republica-eleicoes-1994>. Acesso em: 19 mai. 2022.
- COHEN, B. C. (1963). The press and foreign policy. Princeton: Princeton University Press.
- CORDONE, S. T. L. M. B. (2016). O legado do último grande líder trabalhista – Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em História) – Universidade Federal da Fronteira Sul. Chapecó.
- CARDOSO, F. H. (2009). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Rio de Janeiro: FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/cardoso-fernando-henrique>. Acesso em: 17 nov. 2021.
- COSTA, H. de O. (2006). Alienação eleitoral no Brasil: Votos brancos, nulos e abstenções nas eleições presidenciais (1989-2002). Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica. São Paulo.
- DE LIMA, V. A. (2001). Mídia: teoria e política. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- FERRAZ, M. C. (2004). Veja x Lula: a mudança da representação de Lula na revista Veja. Monografia (Comunicação Social) – Departamento de Jornalismo, Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora.
- FERREIRA, T. R. (2008). O processo discursivo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a partir de entrevistas a alguns jornalistas. Dissertação (Mestrado e Letras) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo.
- FIGUEIREDO, M. (2007). Intenção de voto e propaganda política: efeitos da propaganda eleitoral. Logos 27: Mídia e Democracia, vol. 14, n. 2.
- FREITAS, F. C. (2018). O primeiro grande antagonismo entre PSDB e PT. Opinião Pública, vol. 24, n. 3, p 547-595.

# As eleições para presidente no estado do Paraná em 1998: resultados, contextos e apontamentos

**Tatiellen Cristina Prudentes, Lara Pires Weissböck e João Gabriel Cordeiro Cruz**

## Resumo

Este trabalho tem o objetivo de espacializar a eleição presidencial de 1998 no Estado do Paraná, com seus resultados, contextos e apontamentos. Mapas com os votos para os 12 candidatos à presidência nesse pleito foram elaborados. Os protagonistas desse embate foram os candidatos Fernando Henrique Cardoso (PSDB), Luís Inácio Lula da Silva (PT) e Ciro Gomes (PPS); ademais dos votos em branco e nulos, distribuição do eleitorado por classe de tamanho e por distribuição dos votantes por classe de porte populacional no estado do Paraná. Ao tratar sobre o eleitorado, em especial às eleições presidenciais, a dimensão se expandiu de modo acentuado desde 1985, ano marcado pelo fim do regime militar, momento de ocorrência da redemocratização do país. Na geografia do voto, a disputa foi realizada com o predomínio de três candidatos com maiores votações: Fernando Henrique Cardoso, que saiu vitorioso na sua reeleição, com uma aliança centro-direita; Luís Inácio Lula da Silva, que fortaleceu sua posição liderando as correntes da esquerda; e Ciro Gomes, que fortaleceu suas bases no território do Ceará.

**Palavras-chave:** geografia do voto; eleições 1998; presidente da república; Paraná.

## Abstract

This work aims at spatializing the presidential election of 1998 in the state of Paraná, with its results, contexts, and notes. Maps with votes for the 12 candidates to the presidency in this election were elaborated. The protagonists in this competition were

---

## Sobre os autores

Tatiellen Cristina Prudentes é integrante do Grupo de Pesquisa "Redes de Poder, Migrações e Dinâmicas Territoriais – GEPES" (Unicentro). Doutoranda em Geografia, Unicentro. E-mail: tatiellencristina@hotmail.com

Lara Pires Weissböck é doutoranda em Geografia, Unicentro. E-mail: prof.larapires@gmail.com

João Gabriel Cordeiro é licenciado em Geografia, Unicentro. E-mail: joagabrielcordeirocruz@gmail.com

the candidates Fernando Henrique Cardoso (PSDB), Luís Inácio Lula da Silva (PT), and Ciro Gomes (PPS); including the blank and null votes, and distribution of electorate by size class, and by distribution of voters by population size class in the state of Paraná. When dealing with the electorate, especially regarding presidential elections, the dimension expanded sharply since 1985, year marked by the end of the military regime, when the re-democratization of the country took place. In voting geography, the dispute was held with the predominance of three candidates with the highest vote rates: Fernando Henrique Cardoso, who emerged victorious in his re-election, with a center-right alliance; Luís Inácio Lula da Silva, who strengthened his position by leading the currents of the left wing; and Ciro Gomes, who strengthened his bases in the territory of the state of Ceará.

**Keywords:** Voting Geography. Elections 1998. President of the Republic. Paraná.

Artigo recebido em: 8 de julho de 2022 e aprovado pelo Conselho Editorial em 13 de agosto de 2022.

## Introdução

O ano de 1998 foi marcado pela terceira eleição para a presidência da República após a promulgação da Constituição de 1988, considerada símbolo da redemocratização do país após o regime militar, que perdurou de 1964 a 1985. Cabe ressaltar que, como princípio fundamental, essa Constituição passou a estabelecer a República Federativa do Brasil enquanto Estado Democrático de Direito, sendo seus fundamentos a soberania, cidadania, dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, e o pluralismo político (Brasil, 1988). Nesse momento, vivia-se a experiência de uma democracia que, além de garantir a soberania popular pelo voto direto e secreto, com valor igual a todos os cidadãos, tornou o sufrágio universal.

Quando tratamos sobre o eleitorado, especialmente das eleições presidenciais, fica evidente que sua dimensão se expandiu de modo acentuado a partir da redemocratização ocorrida em 1985 (Jacob et al., 2010). Em 1989 foram 82 milhões de eleitores, em 1994, 95 milhões, em 1998, 106 milhões, em 2002, 115 milhões e, em 2006, 125 milhões, representando um aumento de cerca de 43 milhões de eleitores em um período de 17 anos. Dados que decorrem, inclusive, do crescimento populacional e do direito ao voto facultativo aos jovens de 16 e 17 anos, concedido com a Constituição de 1988.

As eleições de 1998 foram marcadas, ainda, pela utilização da urna eletrônica que, após inúmeros testes no começo dos anos de 1990 pela Justiça Eleitoral, foi adotada pelo Tribunal Superior Eleitoral em 1996, substituindo a cédula de papel “[...] em 37 cidades (capitais e municípios com mais de 200 mil eleitores), nas quais residiam 32% do eleitorado do país” (Nicolau, 2012, 134). Em 1998, o voto eletrônico seria utilizado em eleições gerais nos estados de Alagoas, Amapá, Rio de Janeiro e Roraima, e nos municípios com mais de 40 mil eleitores, abrangendo 58% do eleitorado brasileiro.

Outro ponto a ser ressaltado foi a emenda constitucional 16, que passou a vigorar a partir das eleições de 1998. A emenda foi aprovada no ano anterior, e objetivava possibilitar a reeleição do presidente da República, do governador de estado e do Distrito Federal, além do prefeito municipal. Essa medida, beneficiou os políticos que já exerciam mandatos na época, inclusive o então presidente da república Fernando Henrique Cardoso (PSDB), que se reelegeu em 1999, vindo a comandar o Brasil por mais quatro anos.

Sobre essa medida, aprovada durante o seu primeiro mandato, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, em entrevista feita no dia 06/09/2020 ao jornal Poder 360, cita:

Devo reconhecer que historicamente foi 1 erro: se 4 anos são insuficientes e 6 parecem ser muito tempo, em vez de pedir que no 4º ano o eleitorado dê 1 voto de tipo ‘plebiscitário’, seria preferível termos 1 mandato de 5 anos e ponto final.

Em 26/04/1996, iniciou-se uma coalizão multipartidária, com 77,19% das cadeiras na Câmara sendo pertencentes ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido da Frente Liberal (PFL) e ao Partido Progressista Brasileiro (PPB). Partidos como o PPB, Partido Liberal (PL), PMDB, Partido da Mobilização Nacional (PMN), Partido social Cristão (PSC), Partido Social Democrático (PSD) e o Partido social Liberal (PSL) – o maior entre as eleições de 1985, com o presidente José Ribamar Ferreira Araújo da Costa Sarney, e as de 2007, com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva – compunham os Blocos Parlamentares (Avritzer e Anastasia, 2006, 247).

Segundo Heloísa Bezerra (2009, 327), em 1998 houve um embate eleitoral em um contexto de “[...] crise econômica que abalou os mercados de todos os continentes, atingindo potências como China, Rússia e os chamados Tigres Asiáticos”. Além disso, a cobertura da imprensa para esse processo eleitoral, não teria passado de “[...] uma não cobertura, ou seja, um pleito eleitoral deixado ao abandono, especialmente se comparado à eleição seguinte, [em] 2002 [...]” (Bezerra, 2009, 327). Ademais, esse momento traria consigo a ideia de que “o mundo pode[ria] acabar amanhã, mas [que] o Brasil t[eria] salvação” (Bezerra, 2009, 328). A discussão sobre a eleição em si não parecia ter muita importância, “pois o melhor a se fazer era deixar os eleitores (bravos soldados) bem informados sobre o verdadeiro inimigo” (Bezerra, 2009, 328). Foi um cenário de forte embate político entre grupos opostos que lutavam para se manter na mídia, no qual “[...] a satisfação ou a percepção de satisfação econômica surge como termômetro eleitoral e pode contribuir para o chamado voto de performance” (Bezerra, 2009, 328).

Em 1998, também segundo Bezerra (2009), a competição eleitoral praticamente não foi transmitida pela mídia, tratando-se em demasia apenas sobre o governo e o presidente. Logo,

A política eleitoral não apareceu, mas apareceu a política governamental, a crise econômica e o medo de um novo comandante para o Brasil. Os principais assessores do presidente, como ministros e líderes do governo na Câmara e no Senado, eram lideranças de projeção na mídia. Do outro lado, a candidatura oposicionista era encabeçada por um candidato que já havia sido derrotado duas vezes e que mantinha o mesmo discurso, o mesmo leque de alianças de outrora (Bezerra, 2009, 330).

No estado do Paraná, como parte das eleições gerais no Brasil, quatro foram os candidatos, dentre eles Jaime Lerner (PFL), eleito com 52,21% dos votos, seguido por Roberto Requião de Mello e Silva (PMDB), com 45,91% dos votos e senador eleito em 1994 pelo PMDB, por Jamil Nakad (PRONA), com 1,32%, e por Julio Cezar de Jesus (PSTU), com 0,56% (TRE/PR, 1998/2021).

Jaime Lerner, já eleito em 1994 como governador do estado do Paraná com 54% dos votos válidos, concorre, em 1998, à primeira

campanha para governador com a possibilidade de reeleição no Brasil. Segundo Omar Barros (2010), o candidato Roberto Requião obteve a maior parte dos votos em 167 municípios, enquanto Lerner venceu em 231, sendo os principais que lhes concederam a vitória Curitiba, Londrina, Ponta Grossa, Apucarana e São José dos Pinhais. Lerner, representando o leste do estado, foi o mais votado em 62,6% dos micromunicípios paranaenses, em 52,1% dos municípios pequenos, e nos dois municípios considerados de grande porte, Curitiba e Londrina, nos quais contava com o apoio direto dos prefeitos. Requião, representando o oeste do estado, contava com a maioria dos votos em Maringá, Cascavel, Paranaguá, Francisco Beltrão, Guarapuava e Foz do Iguaçu. Esses dados, por sua vez, trazem o indicativo de certa regionalização dos votos. Barros (2010, 131) ainda indica que o resultado eleitoral de 1998, com o

[...] favorecimento de Requião nos centros urbanos de porte médio, deu-se apesar do primeiro governo de Lerner ter priorizado a política de desenvolvimento econômico urbano, o que pode servir como indicador de descontentamento do eleitor dessas áreas com a política adotada.

Em 1998, durante as eleições presidenciais, três partidos foram protagonistas: o PSDB, o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Popular Socialista (PPS).

Foi um ano histórico, também, para a autonomia das mulheres no cenário político. A senadora Benedita da Silva foi intitulada como a primeira mulher a presidir o Congresso Nacional Brasileiro. Além disso, outro fato interessante dessas eleições, foi a segunda candidatura da história do Brasil de uma mulher para assumir a presidência do país. Trata-se da candidata Thereza Ruiz, do Partido Trabalhista Nacional (PTN).

Enfim, foi uma eleição muito marcada pelos embates midiáticos. O Jornal Nacional, por exemplo, não quis enquadrar, em sua pauta de temas, perguntas sobre o desemprego aos candidatos, questão extremamente abordada pela oposição – Lula e Ciro – em suas propagandas eleitorais. De fato, o desemprego era um dos principais problemas sociais do país na época, e essa tomada de decisão por parte do telejornal foi recebida com muitas críticas pela população.

## Cartografia das eleições para presidente do Brasil em 1998

A eleição para presidente no Brasil em 1998 foi disputada por 12 candidatos, sendo os protagonistas desse embate o candidato Fernando Henrique Cardoso (PSDB), o candidato Luís Inácio Lula da Silva (PT), e o candidato Ciro Gomes (PPS). As eleições foram realizadas focando a reeleição do candidato Fernando Henrique Cardoso, que saiu vitorioso no primeiro turno. Foi a primeira vez que o chefe do executivo poderia se reeleger. Como já dito, um ano antes das eleições, foi encaminhada a emenda constitucional que propôs os dois mandatos consecutivos, aprovada em dois turnos.

Assim, segundo Jacob et al. (2010), ao se comparar as eleições de 1998 e 1994, a principal diferença está na introdução da possibilidade de reeleição do presidente da República e de governadores de estado, alterando a norma constitucional que vigorava desde o início da República. Para o autor, esse é um elemento que favoreceu aqueles que detêm cargos de presidente ou de governador, acrescentando-se a isso o fato de que as eleições “casadas” acabaram propiciando “[...] o fortalecimento dos candidatos de uma determinada coligação partidária, num sistema de apoio mútuo entre o postulante à Presidência e aos candidatos aos demais níveis” (Jacob et al., 2010, 19). Portanto, a aglutinação das forças políticas em 1998 acentuou-se, reduzindo para três os candidatos com viabilidade eleitoral. Dessa forma, confirmou-se “[...] o predomínio de políticos paulistas disputando a Presidência: FHC e Lula. Já o terceiro candidato, Ciro Gomes, do PPS, possuía sua base eleitoral no Ceará” (Jacob et al., 2010, 49). Por seu lado, Luiz Inácio Lula da Silva fortaleceu a “[...] sua posição de principal líder de esquerda, pois, além do apoio dos partidos que haviam sustentado sua candidatura na eleição anterior, recebeu a adesão de Brizola, que, em 1994, sofrera grande derrota política. Nesse contexto, repete-se, em 1998, a mesma disputa ocorrida em 1994, entre FHC, sustentada por uma aliança de centro-direita, e Lula, liderando as correntes de esquerda” (Jacob et al., 2010, 45).

Ao tratar sobre a cartografia das eleições presidenciais de 1998, cabe ressaltar que, segundo Sonia Terron (2009), foram acrescentados novos municípios, o que alterou o quantitativo eleitoral no que tange aos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). No mesmo ano, segundo o TSE,

havam 5.513 municípios, e, pelos dados do IBGE, 5.507, uma diferença de 6 municípios. Nesse sentido,

Há divergências entre o número de municípios informados pelo IBGE (os municípios instalados) e pelo TSE (os municípios que tiveram eleição) para o mesmo ano. O IBGE só divulga estatísticas para municípios instalados, e o TSE eventualmente realiza eleições nacionais em municípios que foram criados, mas ainda não estão instalados) (Terron, 2009, 20).

Além disso, e concordando com Jacob et al. (2010, 14), atentamos à necessidade de análise das eleições presidenciais por “um exame da distribuição do eleitorado no país, pelas unidades da Federação e, também, pelos municípios, uma vez que é grande a desigualdade quanto à dimensão do eleitorado entre os estados e os municípios, respectivamente”. Logo, um candidato que, por exemplo, tenha alcançado mais votos no estado de São Paulo, no qual se concentrava, em 2010, aproximadamente 22% do eleitorado nacional, tem uma maior vantagem na disputa presidencial do que um que tenha mais votos em Roraima, estado que representava, no mesmo ano, apenas 0,2% dos eleitores.

Diante de tal quadro, o candidato Fernando Henrique Cardoso reelegeu-se com 53,1% dos votos no primeiro turno, como já era esperado e apontado nas pesquisas de opinião. O segundo lugar ficou com o candidato Luís Inácio Lula da Silva, com 31,7% dos votos, com um total de 21.475.211 votos, considerando todos os estados brasileiros (Tabela 1).

**Tabela 1** – Eleições presidenciais de 1998 - desempenho eleitoral, por candidato, Brasil

Candidatos	Partido político	Votos recebidos	% Total de votos	% Acumulado votos
Fernando Henrique Cardoso	PSDB	35.936.382	53,1	53,1
Luís Inácio Lula da Silva	PT	21.475.211	31,7	84,8
Ciro Gomes	PPS	7.426.187	11,0	95,7

[continua na próxima página]

Candidatos	Partido político	Votos recebidos	% Total de votos	% Acumulado votos
Enéas Carneiro	PRONA	1.447.089	2,1	97,9
Ivan Moacir da Frota	PMN	251.336	0,4	98,2
Alfredo Hélio Skyrkis	PV	212.983	0,3	94,6
José Maria de Almeida	PSTU	202.659	0,3	98,9
João de Deus Barbosa de Jesus	PTdoB	198.915	0,3	99,2
Jose Maria Eymael	PSDC	171.831	0,3	99,4
Thereza Tinajero Ruiz	PTN	166.138	0,2	99,7
Sérgio Bueno	PSC	124.569	0,2	99,8
Vasco Azevedo Neto	PSN	109.003	0,2	100,0
Total dos votos		67.722.303	100,0	

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Espacializando o resultado do pleito de 1998 para presidente, no estado do Paraná, o PSDB também saiu vitorioso: o candidato Fernando Henrique Cardoso recebeu 59,2% dos votos válidos, conforme mostra a Tabela 2.

**Tabela 2** – Eleições presidenciais de 1998 - desempenho presidenciais de 1998 - desempenho eleitoral, por candidato, no estado do Paraná

Candidatos	Partido político	Votos recebidos	% Total de votos	% Votos válidos	% Acumulado votos válidos
Fernando Henrique Cardoso	PSDB	2.492.531	49,5	59,2	59,2
Luís Inácio Lula da Silva	PT	1.168.953	23,2	27,8	87,0
Ciro Gomes	PPS	400.966	8,0	9,5	96,6
Enéas Carneiro	PRONA	61.334	1,2	1,5	98,0

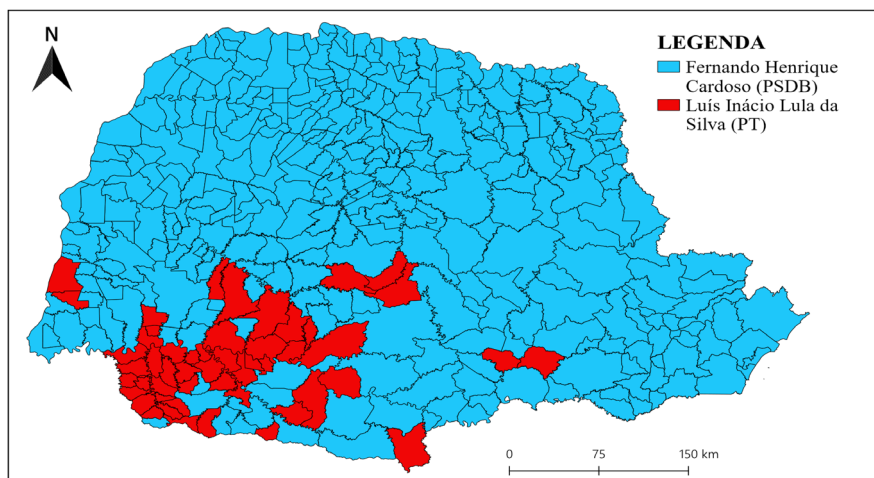
[continua na próxima página]

<b>Candidatos</b>	<b>Partido político</b>	<b>Votos recebidos</b>	<b>% Total de votos</b>	<b>% Votos válidos</b>	<b>% Acumulado votos válidos</b>
João de Deus Barbosa de Jesus	PTdoB	13.350	0,3	0,3	98,3
Alfredo Hélio Syrkis	PV	12.694	0,3	0,3	98,6
Thereza Tinajero Ruiz	PTN	12.273	0,2	0,3	98,9
Ivan Moacir da Frota	PMN	11.013	0,2	0,3	99,2
José Maria de Almeida	PSTU	10.113	0,2	0,2	99,4
Sérgio Bueno	PSC	9.243	0,2	0,2	99,7
Jose Maria Eymael	PSDC	7.275	0,1	0,2	99,8
Vasco Azevedo Neto	PSN	7.263	0,1	0,2	100,0
Votos em branco	brancos	362.179	7,2		
Votos nulos	nulos	466.612	9,3		
Total dos votos		5.035.699	100,0		
Total dos votos válidos		4.206.908		100,0	

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

Também disputaram aquela eleição Ciro Gomes (PPS), Enéas Carneiro (PRONA), João de Deus Barbosa de Jesus (PTdoB), Alfredo Hélio Syrkis (PV), Thereza Tinajero Ruiz (PTN), Ivan Moacir da Frota (PMN), José Maria de Almeida (PSTU), Sérgio Bueno (PSC), Jose Maria Eymael (PSDC) e Vasco Azevedo Neto (PSN), que dividiram os outros 10,8% dos votos válidos. Isso demonstra que o eleitor paranaense, em 1998, dividiu-se entre dois presidenciáveis principais: Fernando Henrique Cardoso (PSDB), que se reelegeu, e Luís Inácio Lula da Silva (PT), que aumentou sua abrangência eleitoral, saindo vencedor nesse ano em 51 municípios – diferente de 1994, quando alcançou a vitória em somente 23 municípios paranaenses. Assim, a Figura 1 ilustra a distribuição do sucesso eleitoral dos candidatos com maior desempenho eleitoral por município, no mesmo ano.

**Figura 1** – Eleições presidenciais de 1998 - candidato vencedor, por município, do estado do Paraná



Elaborado por GEPES-Unicentro e ObPPP-UEL, 2021



**GEPES**

Tribunal Regional Eleitoral do Paraná



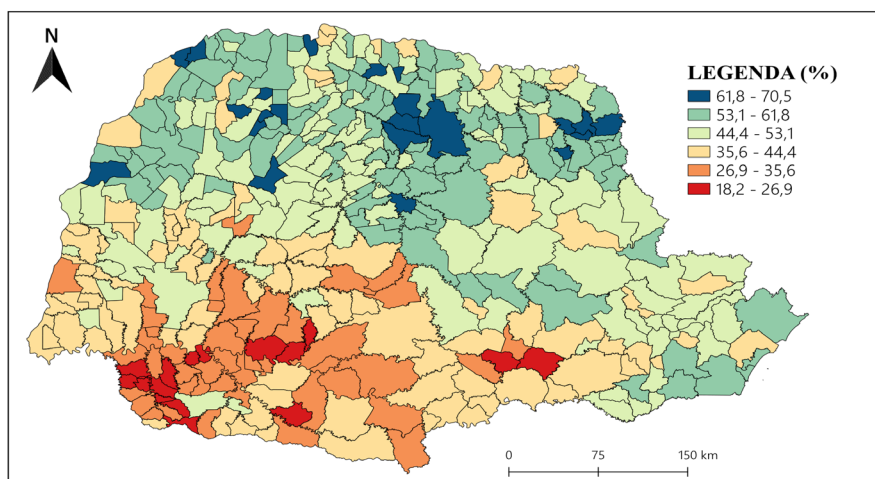
Fonte: Malha municipal de 2020 (IBGE); Tribunal Regional Eleitoral/Paraná (TRE/PR).  
\*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1998.

Apresentando a distribuição da vitória eleitoral desses dois candidatos, vemos que Fernando Henrique Cardoso ganhou em 348 municípios e totalizou 2.492.531 votos nominais, ou seja, pouco mais que 59,2% dos votos válidos. Já o candidato Luís Inácio Lula da Silva foi vitorioso em 51 municípios e recebeu 1.168.853 votos, um pouco mais de 27,8% dos votos válidos, demonstrando que a disputa não foi tão acirrada no estado do Paraná. Nessa questão, as Tabelas 1, 2, e a Figura 1 servem como ponto de partida para a análise mais profunda que faremos a seguir, baseando-se nos dados apresentados pelas Figuras 2, 3, 4 e 5.

A Figura 2 apresenta os percentuais de votação de Fernando Henrique Cardoso em cada município paranaense em 1998. Os municípios em azul escuro são aqueles nos quais ele obteve mais de 61,8% dos votos válidos, ou seja, onde ele foi o candidato preferido, o que se deu em 22 municípios. Os maiores percentuais de votos dados a Fernando Henrique Cardoso – todos acima de 61,8% – foram encontrados em municípios como Inajá – 70,1% –,

Arapongas – 68% –, e São Pedro do Paraná – 67,8%. Ele predominou como candidato nas regiões Leste e Norte – Mesorregião Norte Pioneira e a Região Metropolitana de Curitiba, RMC, e no Litoral –, com regressão nas regiões Sul e Oeste, onde o candidato teve o pior desempenho eleitoral em 16 municípios.

**Figura 2** – Eleições presidenciais de 1998 - percentual de votos (%) de Fernando Henrique Cardoso, por município, estado do Paraná



Elaborado por GEPES-Unicentro e ObPPP-UEL, 2021



GEPES

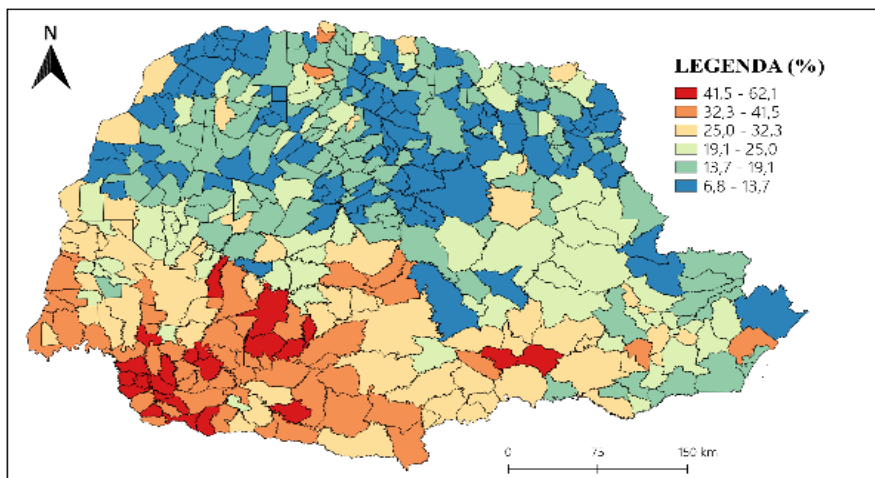
Tribunal Regional Eleitoral  
do Paraná



Fonte: Malha municipal de 2020 (IBGE); Tribunal Regional Eleitoral/Paraná (TRE/PR).

\*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1998.

**Figura 3** – Eleições presidenciais de 1998 - percentual de votos (%) de Luís Inácio Lula da Silva, por município, estado do Paraná



Elaborado por GEPES-Unicentro e ObPPP-UEL, 2021



GEPES

Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

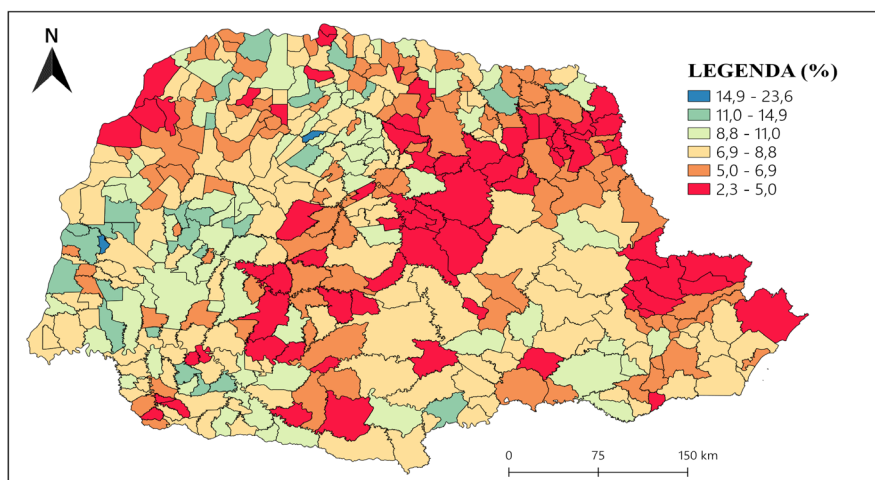


Fonte: Malha municipal de 2020 (IBGE); Tribunal Regional Eleitoral/Paraná (TRE/PR).

\*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1998.

A Figura 3 mostra a votação do candidato Luís Inácio Lula da Silva em cada município. O candidato teve um índice de votos com percentuais entre 41,5% e 62,1% em 16 municípios, sendo os maiores em Planalto, com 51,3%, Cruzeiro do Iguaçu, com 52,4%, Pinhal de São Bento, com 53,7%, e em Boa Esperança do Iguaçu, com 62,1%. Em comparação com a eleição de 1994, os mesmos candidatos se enfrentaram e obtiveram o mesmo resultado, sendo Fernando Henrique Cardoso o vitorioso. Regionalmente, os piores desempenhos de Lula foram em Doutor Ulysses, Grandes Rios e Carlopolis, com 6,8% dos votos válidos.

**Figura 4** – Eleições presidenciais de 1998 - percentual de votos (%) de Ciro Gomes, por município, estado do Paraná



Elaborado por GEPES-Unicentro e ObPPP-UEL, 2021



**GEPES**

Tribunal Regional Eleitoral  
do Paraná



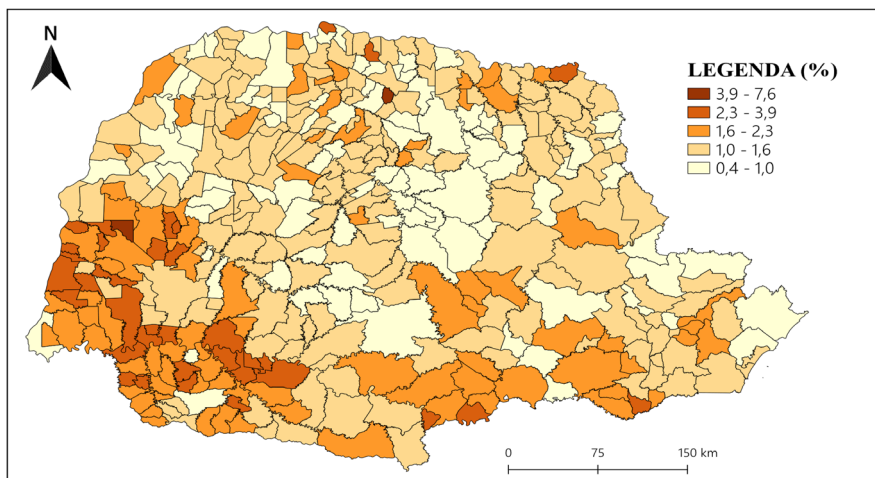
Observatório de Políticas  
e Políticas Públicas

Fonte: Malha municipal de 2020 (IBGE); Tribunal Regional Eleitoral/Paraná (TRE/PR).

\*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1998.

A Figura 4 apresenta o percentual de votos que o candidato Ciro Gomes, do Partido Popular Socialista (PPS), teve no município, sendo o terceiro candidato mais votado, com 9,5% dos votos válidos para-anaenses, total de 400.966. O candidato, ex-prefeito de Fortaleza e ex-governador do Ceará, teve grande influência na região Nordeste, mas no estado do Paraná, mesmo com votos em todo território paranaense, não teve quantidade expressiva de votos, com nítida performance apenas nos municípios de Quatro Pontes, com 23,6%, e Doutor Camargo, 14,9%. Em geral, teve uma pequena influência e maior desempenho na região Oeste do estado paranaense, obtendo valores entre 11,0% e 14,9% dos votos. No restante dos municípios, teve uma pequena porcentagem de votos válidos, entre 2,3% e 8,8%, pertencendo o menor valor ao município de Laranjal, com 2,3%.

**Figura 5** – Eleições presidenciais de 1998 - percentual de votos (%) de Éneas Carneiro, por município, estado do Paraná



Elaborado por GEPES-Unicentro e ObPPP-UEL, 2021



GEPES  
GRUPO DE ESTUDOS EM POLÍTICAS E PLANEJAMENTO



Tribunal Regional Eleitoral  
do Paraná



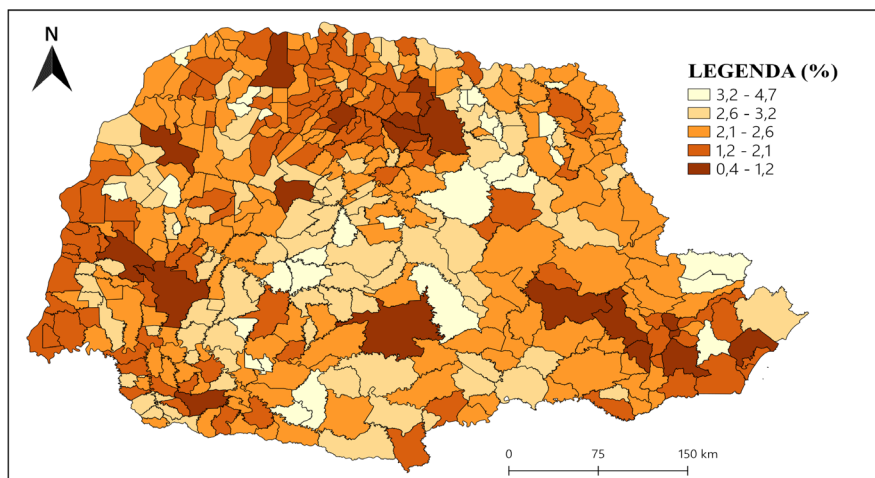
OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS E POLÍTICAS PÚBLICAS

Fonte: Malha municipal de 2020 (IBGE);Tribunal Regional Eleitoral/Paraná (TRE/PR).

\*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1998.

A Figura 5 apresenta os índices da votação de Éneas Carneiro em cada município, o candidato do Partido de Reedificação da Ordem Nacional (PRONA), que foi o quarto candidato mais votado no estado do Paraná, com 61.334 eleitores, um total de 1,5% dos votos válidos. Os melhores índices apresentados concentraram-se na região Sudoeste do estado, com 3,9% a 7,6% de aprovação pelo eleitorado. O candidato foi um político nacionalista e conservador, famoso pelo seu bordão “Meu nome é Enéas, 56!”, e o fundador do PRONA, que posteriormente se fundiu ao PL, apresentando um surpreendente desempenho eleitoral em todo o país em 1998.

**Figura 6** – Eleições presidenciais de 1998 - porcentagem da soma dos votos recebidos pelos outros 8 candidatos, na eleição para presidência, em cada município do Paraná.



Elaborado por GEPES-Unicentro e ObPPP-UEL, 2021



**GEPES**

Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

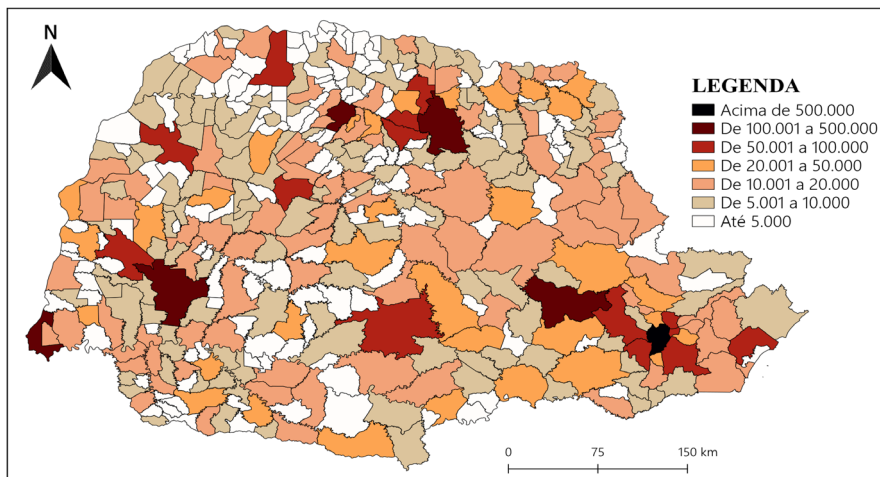


Observatório de Pesquisas e Políticas Eleitorais

Fonte: Malha municipal de 2020 (IBGE); Tribunal Regional Eleitoral/Paraná (TRE/PR).  
\*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1998.

A Figura 6 traz os percentuais relacionados aos votos obtidos pelos demais candidatos no estado do Paraná, na eleição presidencial de 1998. Algo interessante a se constatar é que, nesse mapa, a porcentagem de votos dos candidatos Fernando Henrique Cardoso (PSDB), Luís Inácio Lula da Silva (PT), Ciro Gomes (PPS) e Enéas Carneiro (PRONA) não estão presentes. Logo, considerou-se somente os demais candidatos que concorreram à presidência, dentro do recorte espacial proposto. O maior índice de votos, considerando todos os concorrentes, foi do candidato do Partido Trabalhista do Brasil (PTdoB), João de Deus Barbosa de Jesus, com 0,3% dos votos. Além disso, é possível afirmar que não existe uma região com predomínio de votos para esses demais candidatos, afinal, houve uma distribuição bastante intensa quanto à votação nos diversos municípios do estado.

**Figura 7** – Eleições presidenciais de 1998 - distribuição do eleitorado por classe de tamanho, municípios do estado do Paraná



Elaborado por GEPES-Unicentro e ObPPP-UEL, 2021



**GEPES**  
GRUPO DE ESTUDOS EM  
POLÍTICAS E ESTATÍSTICAS

**Tribunal Regional Eleitoral  
do Paraná**



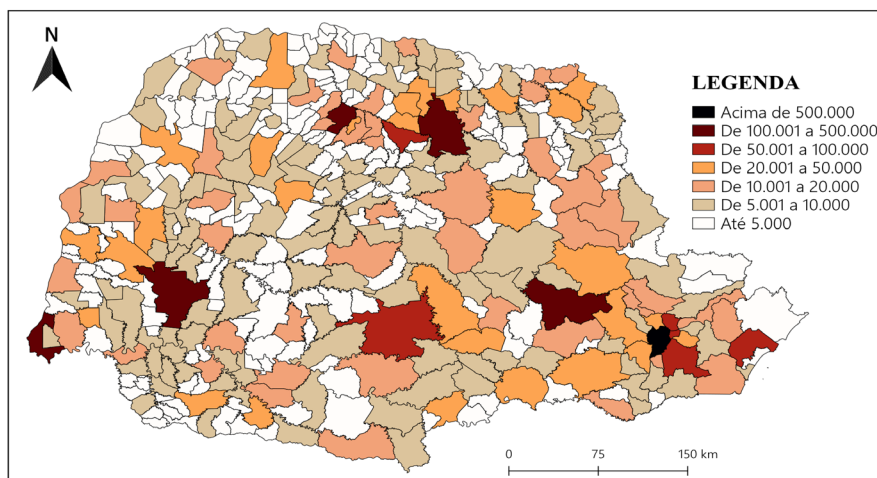
**Observatório de Políticas  
e Práticas Políticas**

Fonte: Malha municipal de 2020 (IBGE); Tribunal Regional Eleitoral/Paraná (TRE/PR).

\*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1998.

A Figura 7 mostra o eleitorado por classe de porte populacional, nos municípios do estado do Paraná, durante a eleição presidencial de 1998. É possível perceber que, no município de Curitiba – capital do estado –, o eleitorado por classe de porte populacional é o maior, haja vista que possui uma grande população. Os municípios que ficaram com maiores distribuições de eleitorado por classe de porte populacional, ou seja, acima de 50.001, foram Paranaguá, São José dos Pinhais, Colombo, Pinhais, Campo Largo, Araucária, Guarapuava, Cambé, Arapongas, Apucarana, Paranavaí, Campo Mourão, Umuarama, Toledo, Foz do Iguaçu, Cascavel, Londrina, Maringá, Ponta Grossa e Curitiba, onde se atingiu até 500 mil.

**Figura 8** – Eleições presidenciais de 1998 - distribuição dos votantes por classe de porte populacional, municípios do estado do Paraná



Elaborado por GEPES-Unicentro e ObPPP-UEL, 2021



GEPES

Tribunal Regional Eleitoral do Paraná



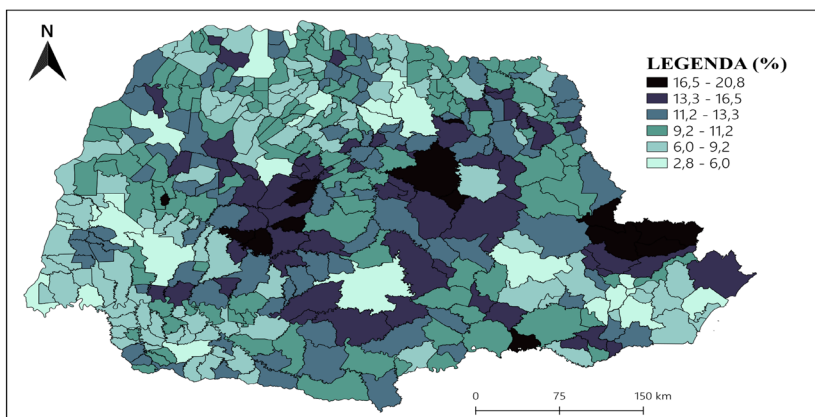
Fonte: Malha municipal de 2020 (IBGE); Tribunal Regional Eleitoral/Paraná (TRE/PR).

\*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1998.

A Figura 8 apresenta a distribuição de votantes por classe de porte populacional nos municípios do estado do Paraná, durante a eleição presidencial de 1998. Percebe-se uma distribuição muito intensa de municípios com porte populacional pequeno, nos quais os votantes chegam só até 5 mil por classe de porte populacional. Os municípios que ficaram com maiores distribuições, ou seja, acima de 50.001, foram Paranaguá, São José dos Pinhais, Colombo, Pinhais, Guarapuava, Apucarana, Foz do Iguaçu, Cascavel, Londrina, Maringá, Ponta Grossa e Curitiba, atingindo-se até 500 mil.

A Figura 9 mostra os percentuais relacionados aos votos em branco em todos os municípios que compõem o estado do Paraná. Os eleitores que votaram em branco totalizam 7,2% dos votos computados durante a eleição no estado. Os municípios que ficaram com porcentagens maiores de votos, ou seja, acima de 16,5%, foram Adrianópolis, Ortigueira, Antônio Olinto, Mato Rico, Altamira do Paraná, Laranjal e Iretama, onde se conseguiu atingir 20,8%.

**Figura 9** – Eleições presidenciais de 1998 - porcentagem de votos em branco, na eleição para presidente, em cada município do Paraná

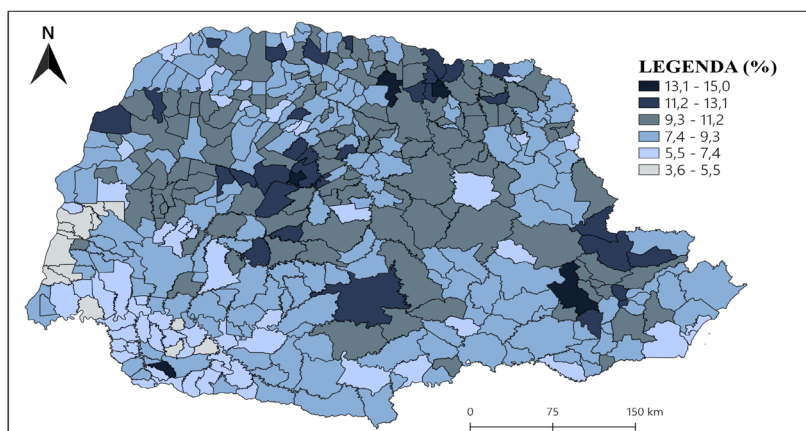


Elaborado por GEPES-Unicentro e ObPPP-UEL, 2021



Fonte: Malha municipal de 2020 (IBGE);Tribunal Regional Eleitoral/Paraná (TRE/PR).  
\*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1998.

**Figura 10** – Eleições presidenciais de 1998 - porcentagem de votos nulos, na eleição para presidente, em cada município do Paraná



Elaborado por GEPES-Unicentro e ObPPP-UEL, 2021



Fonte: Malha municipal de 2020 (IBGE);Tribunal Regional Eleitoral/Paraná (TRE/PR).  
\*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1998.

A Figura 10 mostra os percentuais relacionados aos votos nulos em cada município paranaense. Pode-se analisar que há uma menor quantidade de nulidade dos votos na região Oeste do estado, sendo a maioria dos municípios com menores quantidades de votos localizada nessa parte do estado. Em contrapartida, é possível identificar que os municípios com os maiores índices de nulidade de votos não estão localizados em uma única região, mas, sim, em diversas partes do estado. Os municípios com maiores porcentagens, acima de 13,1%, são Manfrinópolis, Campo Largo, Cambé e Corumbataí do Sul, onde foi atingido o índice de 15%.

### **Considerações finais**

Os resultados da eleição para presidente, no estado do Paraná, em 1998, demonstram que as condições iniciais do candidato Fernando Henrique Cardoso, político conhecido e influente no país, com amplas relações de poder com grupos consolidados, foram capazes de levar à sua reeleição em primeiro turno, com porcentagem de votos válidos equivalente à da eleição de 1994. Considerando que as eleições de 1998 foram diferentes das anteriores, principalmente pela introdução da possibilidade de reeleição do presidente da República e de governadores estaduais, pode-se afirmar que a candidatura de Fernando Henrique Cardoso foi beneficiada, permitindo que este fosse reeleito.

Na geografia do voto, a disputa foi realizada com predomínio de três candidatos: Fernando Henrique Cardoso, que saiu vitorioso na sua reeleição com uma aliança centro-direita, Luís Inácio Lula da Silva, que fortaleceu sua posição liderando as correntes da esquerda, e Ciro Gomes, que fortaleceu suas bases no território do Ceará. No estado do Paraná, as eleições de 1998 foram muito semelhantes à geografia do voto do país, que demonstrou a preferência pelo candidato Fernando Henrique Cardoso e por sua reeleição. Mas, constata-se um decréscimo nas médias de votos dados a ele no estado, ao contrário do que ocorreu com a média do candidato que ficou em segundo lugar, Luís Inácio Lula da Silva, que aumentou.

Concluindo, observa-se que, no cenário político, Lula, o líder da esquerda, apresentou uma trajetória de crescimento de seus percentuais de votos, o que levaria à sua vitória na próxima eleição, em 2002, quando ele deixou de ter o mesmo comportamento eleitoral dos anos anteriores.

## Referências

- AVRITZER, L.; ANASTASIA, F. (orgs.). 2006. Reforma política no Brasil. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- BARROS, O. N. F. (2010). Eleições no Paraná: 1998 – 2010. *Confinos: revista franco-brasileira de geografia*, [S. l.], n. 10. DOI: 10.4000/confinos.6671. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confinos/6671>. Acesso em: 11 nov. 2021.
- BEZERRA, H. D. (2009). Guerra eleitoral no Brasil: estudo comparativo das eleições presidenciais de 1998, 2002 e 2006. *Civitas: revista de Ciências Sociais*, Porto Alegre, vol. 8, núm. 2, p. 323-341. DOI: 10.15448/1984-7289.2008.2.4766. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/4766>. Acesso em: 11 nov. 2021.
- BRASIL. (1988). [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico.
- CERVI, E. U. (2002). Comportamento eleitoral volátil e reeleição: as vitórias de Jaime Lerner no Paraná. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 19, p. 123-134. DOI: 10.1590/S0104-44782002000200009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/ghPKZJJ-JtRCVZVBXKvFRzZS/?lang=pt#>. Acesso em: 11 nov. 2021.
- JACOB, C.R. et. al. (2010). A geografia do voto nas eleições presidenciais do Brasil: 1989-2006. Rio de Janeiro/Petrópolis: PUC-Rio/Vozes.
- NICOLAU, J. Eleições no Brasil: do Império aos dias atuais. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2012. 176p.
- TERRON, S. L. (2009). Composição de territórios eleitorais no Brasil: uma análise das votações de Lula (1989-2006). 2009. 108 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro. v. 1.
- TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. (1998/2021). Tribunal Superior Eleitoral. Resultado da eleição de 1998. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-1998/candidaturas-votacao-e-resultados/resultado-da-eleicao-de-1998>. Acesso em: 11 nov. 2021.

# Paraná Eleitoral

*revista brasileira de direito eleitoral e ciência política*

ISSN 1414-7866 versão impressa

ISSN 2448-3605 (versão on-line)

## Apresentação

Paraná Eleitoral: revista brasileira de direito eleitoral e ciência política é editada pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná em parceria com o Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira da Universidade Federal do Paraná e com seu Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. A periodicidade da publicação é quadrimestral em suas versões online e impressa. Ela aparece nos meses de abril, agosto e dezembro.

## Objetivo e política editorial

Eleições, partidos políticos, campanhas eleitorais, elites políticas, em resumo, “comportamento político”, constitui um espaço singular na discussão sobre os processos políticos nos regimes democráticos contemporâneos. A Paraná Eleitoral: revista brasileira de direito eleitoral e ciência política é uma publicação destinada a debater prioritariamente esses temas através da Ciência Política e do Direito Político.

Para tanto, a revista Paraná Eleitoral recebe, via e-mail, textos em Português ou Espanhol que tenham como objeto a estrutura e organização de partidos políticos, ideologias políticas e partidárias, campanhas eleitorais, competição política, votações e regras eleitorais, recrutamento e formação de elites políticas e parlamentares, organização do sistema político nacional e regional. O periódico aceita tanto contribuições sobre processos de longa duração quanto estudos de casos. São bem-vindos artigos que utilizem ferramentas de análise diversificadas (séries históricas, modelos estatísticos, interpretações sociológicas) ou a interação entre elas.

## Normas para envio de artigos

Os artigos devem ser enviados à revista Paraná Eleitoral em formato .doc, .docx ou compatível com o editor de textos Word for Windows, aos cuidados dos editores, para o seguinte endereço (assunto do e-mail: artigo submetido à Revista Paraná Eleitoral): [paranaeleitoral@tre-pr.jus.br](mailto:paranaeleitoral@tre-pr.jus.br)

Os artigos devem ser inéditos, salvo dispensa dos editores quando se tratar de matéria relevante e de interesse da comunidade político-eleitoral. Em formulário específico enviado ao autor após o aceite do texto, esse deverá declarar o ineditismo do trabalho e autorizar sua publicação, cedendo os direitos autorais para a Paraná Eleitoral.

A fim de garantir o anonimato, deve-se submeter o artigo com uma página de rosto contendo as seguintes informações: autoria, filiação institucional, qualificação acadêmica, três últimas publicações relevantes na área, endereço de contato, telefone e endereço eletrônico.

Os manuscritos devem ser enviados em fonte Times New Roman tamanho 12, em espaçamento duplo. As margens esquerda, superior e inferior devem ter três centímetros e a direita dois centímetros.

O texto deve apresentar título simples e direto. Quanto ao tamanho dos artigos, sugere-se não ultrapassar 9 000 palavras (ou até 30 laudas), incluídas notas de rodapé e referências bibliográficas.

Os artigos deverão ser obrigatoriamente acompanhados: (i) de um resumo de no máximo 250 palavras em português e inglês sintetizando o tema discutido, as hipóteses de trabalho, métodos e ferramentas utilizadas nas análises dos dados e as principais conclusões; as conclusões ou achados do estudo devem obrigatoriamente constar no resumo; e (ii) de uma relação de cinco palavras-chave, para efeito de indexação bibliográfica. O resumo deverá ser redigido em parágrafo único.

A responsabilidade pela revisão ortográfica e gramatical é do autor do manuscrito. Referências à paginação devem apresentar sua forma mais resumida (exemplo: 74-9; 3-5; 131). O mesmo deve se proceder quanto a datas, utilizando o formato dd/mm/aaaa.

Tabelas, quadros e gráficos, imagens e figuras devem constar no corpo do texto exatamente no local onde elas devem aparecer publicadas. Devem estar numeradas e com titulação clara e resumida. As referências e fontes das tabelas, figuras e imagens devem constar imediatamente abaixo das mesmas. É imprescindível indicar as fontes dos dados utilizados na confecção de tabelas, quadros e imagens.

Todo destaque que se queira fazer no texto deve ser feito em itálico. As palavras estrangeiras que não possuem equivalente em português ou espanhol devem também estar em itálico. Jamais deve ser usado o negrito ou o sublinhado.

Citações de outros autores contendo até três linhas devem ser feitas entre aspas, no corpo do texto. As citações que superam três linhas

deverão estar em parágrafo próprio, com recuo dobrado, fonte um ponto menor que a do texto principal.

As citações em línguas que não a do texto no qual o artigo foi redigido devem ser obrigatoriamente traduzidas.

As notas de rodapé deverão ser de natureza substantiva, limitadas ao mínimo indispensável e indicadas por algarismos arábicos em ordem crescente. Para as notas de rodapé utiliza-se letra Time New Roman, tamanho 10, com espaçamento simples.

Todas as fontes utilizadas na pesquisa e citadas no texto deverão constar no final do artigo com o título “Referências”.

As referências deverão ser feitas em formato “autor:data” no corpo do artigo.

Referências bibliográficas ao longo do texto devem responder ao seguinte formato: (Santos, 1998, 71-2); para mais de um autor utilizar (Santos e Pereira, 2007); quando a referência trouxer mais de dois autores utilizar et al. após o primeiro autor, sempre em itálico (Santos et al., 2003). Para textos do mesmo autor, porém de anos diferentes, utilizar ordem alfabética para diferenciar as obras citadas, como no exemplo: (Santos, 2001a; Santos, 2001b).

O item “Referências” deverá conter os seguintes formatos para diferentes tipos de publicação:

#### *Livros:*

SOBRENOME, Nome (abreviado). (ano). Título em itálico. Cidade: Editora.

#### *Artigos de periódicos:*

SOBRENOME, Nome (abreviado). (ano). Título do artigo. Nome do Periódico em itálico, vol., n., paginação (x-y).

#### *Capítulos de livros:*

SOBRENOME, Nome (abreviado). (ano). Título do capítulo. In: SOBRENOME, Nome (abreviado). Título do livro em itálico. Cidade: Editora.

#### *Internet (documentos eletrônicos):*

SOBRENOME, Nome (abreviado). (ano). título em itálico. Disponível em: [endereço de acesso]. [data de acesso].

#### *Trabalhos não publicados:*

SOBRENOME, Nome (abreviado). (ano). Título do trabalho. Filiação institucional do autor.  
Digit.

#### *Documentos:*

Título do documento. (ano). Fonte. Local de Publicação: Órgão responsável pela publicação. Data de consulta ou acesso.

### **A seleção dos artigos**

Ao enviar manuscrito para a revista Paraná Eleitoral o(s) autor(es) transfere(m) para o periódico o direito de publicá-lo em qualquer tempo. Excedendo o número de artigos programados para publicação no ano (aproximadamente 18 artigos), será utilizado também como critério para seleção: (i) a ordem cronológica de recebimento do manuscrito por Paraná Eleitoral; (ii) a atualidade do assunto discutido ou da base de dados utilizada no estudo; e (iii) a relevância política ou social da matéria. Em caso de “chamadas de artigos” para edição temática, o texto fora do tema não será submetido ao parecerista de imediato.

Os autores serão informados sobre o aceite ou recusa da publicação através de parecer anônimo, não sendo admitidos recursos da recusa do artigo.

A seleção para publicação dos artigos é de competência dos Editores da revista Paraná Eleitoral, que os encaminhará aos pareceristas para avaliação, resguardando o sigilo do nome do(s) autor(es).

A revista Paraná Eleitoral não devolverá os originais das colaborações enviadas.

Após o envio do artigo e a confirmação de seu recebimento pelos editores da revista Paraná Eleitoral, o prazo para a avaliação do manuscrito é de até seis meses.

O(s) autor(es) de trabalho publicado na revista Paraná Eleitoral receberá(ão) três exemplares do respectivo número em seu endereço de contato informado.



Autores:

Afonso Muzzo Alves  
Alides Baptista Chimin Junior  
Ana Paula Azevedo da Rocha  
Bruno Vinicius Noquelli Lombardi  
Cláudia Siqueira Baltar  
Cleiton Costa Denez  
Francisco Lima Mota  
Karla Rosário Brumes,  
Keila Miranda Tachevski  
João Gabriel Cordeiro Cruz  
Lara Pires Weissböck  
Larissa Aparecida Dionizio  
Liamar Bonatti Zorzanello  
Márcia da Silva  
Rafael do Carmo Silva  
Rafael Freire de Paula  
Roberto Mauro da Silva Fernandes  
Ronaldo Baltar  
Sergio Ricardo Aurélio Pinto  
Tatiellen Cristina Prudentes  
Tiago Viesba Pini Inácio  
Washington Ramos dos Santos Junior

